Mundo assustado com guerra próxima do total no Oriente Médio. Mais de 10 países envolvidos. Perdas humanas dos dois lados. Preços do petróleo sobem.

Brincando com fogo: Mundo continua despreparado para enfrentar uma pandemia, segundo informe do CEPI e a Missão dos 100 dias.

Maior número de autores e leitores dos Cadernos são mulheres. Vivas a elas neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

#2
11 DE FEVEREIRO A 3 DE MARÇO DE 2026

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE















SUMÁRIO

04 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

22 – As Nações Unidas são, e sempre serão, necessárias – *Santiago Alcázar*

29 – Este ataque ilegal dos EUA e de Israel contra o Irã também é um ataque às Nações Unidas – *Jeffrey D. Sachs & Sybil Fares*

33 – A explosão global do preço dos medicamentos – *Reinaldo Guimarães*

39 – De Potsdam 1945 a Munique 2026: Salto Tecnológico e Tendências Regressivas na Governança Global, Desigualdade e Saúde Planetária – *Juan Garay*

42 – Não em Meu Nome: Gasto Militar como PIB Tóxico, Iniquidade em Saúde e o Caso da Objeção Fiscal Ética Seletiva – *Juan Garay*

44 – Primeira semana da 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos: rito, agendas e sentidos políticos da abertura – *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

51 – Inovação, financiamento e entraves à preparação para pandemias – *Paula Reges, Luana Bermudez* e *Luiz Augusto Galvão*

59 – Governança Ambiental Global, Biodiversidade, Clima e Saúde: Evidências Recentes e Implicações para o Futuro – *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

70 – O Ledger e a Câmara: Uma Nova Arquitetura para a Governança Climática Global e a Saúde Global – *Luiz Augusto Galvão e Danielly de P. Magalhães*

78 – Relatório sobre Emprego e Tendências Sociais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), edição 2026, e suas conexões com o mundo do trabalho, no Brasil – *Frederico Peres*

86 – Reorientação da resposta global ao deslocamento forçado, emergências humanitárias e salvaguarda de direitos em contextos de crise – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

92 – Quem decide a guerra e quem paga o preço – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos* e *Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

100 – Dia Mundial da Obesidade 2026: Entre o Legado de 2025 e a Urgência de 8 Bilhões de Razões para Agir – *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

112 – Relatório Anual da UNESCO Brasil 2025: balanços e perspectivas – *Gisele Sanglard, Heliton Barros, Vitor Rodrigues e Fabiane Gaspar*

117 – Os Déficits na Saúde, na Educação e no Desenvolvimento de Habilidades no Trabalho nos Países de Baixa e Média Renda – *Isis Pillar Cazumbá*

120 – Perspectivas de atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) para 2026 – *Laura Tavares*

136 – Difusão tecnológica, propriedade intelectual e desenvolvimento: assimetrias globais e implicações para o Sul Global – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

148 – Saúde Global em Crise: Conflitos, Direitos e Governança sob Pressão – *Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Renan Amaral Oliveira, Marciglei Morais, Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

162 – O despertar do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro*

181 – Paralisia no G20 e o apoio de Brasil e Rússia à África do Sul. Presidência Francesa do G7 – 2026: Preparativos e Prioridades Globais. OCDE: Dados econômicos internacionais e o mercado de trabalho na saúde – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

193 – Nova Delhi sedia 1ª reunião dos sherpas e sous sherpas do BRICS sob presidência da Índia em 2026, Índia e China articulam apoio mútuo nas presidências do grupo 2026-2027. Brasil participa de missão à Índia como foco nas áreas de produção de medicamentos, vacinas, medicina tradicional e tecnologias digitais e IA – *Claudia Hoirisch*

199 – Países latino-americanos atraídos pelas promessas dos EUA na economia e na saúde – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

206 – Una breve revisión de la situación del Perú, sus implicancias en la salud y propuestas ante el nuevo periodo de gobierno – *Rocío Figueroa Magallanes*

209 – Pesquisa em saúde pública e equidade em saúde ameaçadas pelas novas políticas dos EUA: impacto e oportunidades para a América Latina – *Rocio Sáenz, Arachu Castro, Ximena Avellaneda, Carlos F. Caceres, Ingrid Gomez, Wendy Lopez, Pedro Mas, Natalia Navarro, Jossel Quesada, Amy Ritterbusch, Wilmer Sancho, Luis Fernando Solis, e Manuel Urbina, em nome do Conselho Diretor e da Secretaria Técnica da Rede de Equidade em Saúde das Américas (HENA*

213 – 39ª Cúpula da União Africana – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Dala Djop, Felix Rosenberg*

221 – Uma verdade inconveniente para a Europa – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

226 – Da ordem ao caos: a chance de paz no Oriente Médio foi para o espaço. E no mundo? – *Lúcia Marques*

235 – Um Certo País – *André Costa Lobato, Bruno Neves, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches*

245 – Atualização EUA – *Luiz Augusto Galvão*

251 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

253 – Créditos aos autores dos cadernos

259 – Próximos eventos

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 02/2026

11 de fevereiro a 3 de março de 2026

Sumário Executivo

Lamentavelmente, somos obrigados a iniciar este texto com guerras, mortes, feridos e territórios destruídos!

As ações militares conjuntas entre *Israel e Estados Unidos* escalaram *a guerra no Oriente Médio* numa dimensão sem precedentes nas últimas décadas, apontando para uma guerra total. Ao primeiro ataque ao *Irã,* na manhã de sábado, 28/02, seguiram-se o revide daquele país, bombardeando bases militares americanas e outros alvos em diversos países da região, e os subsequentes novos bombardeios, agora contra Líbano, alegadamente por causa do Hezbollah. Novas frentes de mortes, sequelados e insegurança global estão estabelecidas.

Essas notícias invadiram nossas casas e nossas mentes e corações no último final-de-semana de fevereiro e primeira de março. Enquanto delegações dos EUA e Irã negociavam em Genebra, aviões levantaram voo e mísseis foram disparados contra Teerã e outras cidades iranianas, e não apenas contra alvos militares de armas nucleares do Irã, razão invocada para os bombardeios, mas também contra alvos civis, como uma escola de meninas, nesse caso matando 175 pessoas, segundo o NYT. Nestes primeiros dias estima-se um total de cerca de mil mortes e milhares de feridos, militares e civis, de ambos os lados. O mundo prende a respiração, esperando os desdobramentos.

O aiatolá Khamenei e chefes militares iranianos foram eliminados. Entretanto, o regime ditatorial iraniano já anunciou uma recomposição no poder político e militar e declarou *Jihad*, a guerra santa. Trump, o autodenominado pacifista, não pediu autorização do Congresso dos EUA para iniciar a guerra, em mais uma transgressão ao que manda a Constituição do país. Ele e Netanyahu dizem que vão prosseguir até alcançarem objetivos (vagamente definidos), como uma suposta "substituição do regime". Por quem, quando e a que custo, perguntam-se os analistas políticos.

Em artigo especial, ***Jeffrey D. Sachs & Sybil Fares*** dizem que "este ataque ilegal dos EUA e de Israel contra o Irã também é um ataque às Nações Unidas" (leia neste fascículo).

Os efeitos econômicos já se fazem sentir globalmente, com o aumento do preço do petróleo, devido ao fechamento do estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, dominado no lado norte pelos iranianos, e por onde passa cerca de 20% do cru produzido no mundo.

Dezenas de países, incluindo o Brasil, protestaram e pediram moderação e negociações. Reunião extraordinária do Conselho de Segurança da ONU foi convocada. Os subservientes de sempre se manifestaram a favor. A Europa, por exemplo, condenou os bombardeios do Irã, mas não os dos EUA-Israel, exceto a Espanha. O CS passa a ser presidido, a partir de 1º. de março, pelos EUA. A primeira reunião foi presidida por Melanie Trump.

A escalada de uma guerra na região pode se transformar numa ameaça existencial para o mundo, pois diversas potencias nucleares podem se envolver. Está tão intensa, que os aliados EUA-Israel temem pela falta de munição. Oxalá o mundo fosse presenteado pela escassez de armas em todos os lados.

Senhor absoluto da Guerra no Oriente Médio, além de abrir novas frentes de guerra, *Netanyahu* continua com apoio total para implementar a limpeza étnica e a ocupação definitiva da faixa de *Gaza*, o fortalecimento da colonização da *Cisjordânia*, e a permanência das forças israelenses nos territórios palestinos ocupados. A questão da palestina, em Gaza e na Cisjordânia, não pode ser ofuscada pela frente de guerra aberta no Irã e em outros 10 países.

Por outro lado, analistas políticos se perguntam sobre os interesses envolvidos com a atual situação de "*guerras permanentes*" – como na Ucrânia e agora a escalada no Oriente Médio, contra o Irã e em outros países – identificando que o maior beneficiário vem a ser o complexo industrial-militar dos EUA, com quem o governo Trump tem nítidos laços políticos e econômicos. Entretanto, as iniciativas militares de Trump no Oriente Médio testam a unidade do movimento MAGA em ano de eleições de meio de mandato nos EUA, pois suas bases mais tradicionais criticam o envolvimento externo do governo, em detrimento da priorização de políticas internas.

A gravidade da situação no Oriente Médio é tamanha que ofuscou outra guerra que estalou, entre *Paquistão e Afeganistão*, na encruzilhada entre a Ásia Central e o Sul da Ásia, região também chamada geopoliticamente de *Af-Pak*. Escaramuças fronteiriças se instalaram depois que os Talibãs retomaram o poder no país, após a atabalhoada saída das tropas americanas, em 2021. O *Pak* tem armas nucleares; o *Af* tem milícias distribuídas no território paquistanês.

Também ofuscou a *guerra na Ucrânia*, que seria resolvida nos primeiros meses, segundo declarava o presidente ao assumir, e que completou 4 anos, com milhares de vítimas e sequelados.

O que dizer, então, das guerras que continuam ceifando vidas e gerando sofrimentos em regiões menos nobres, politicamente, como os conflitos de brutais impactos humanitários nas *guerras esquecidas no continente africano*, particularmente no Sahel, e em especial no Sudão, sobre o qual a OMS tem feito alertas e pedidos candentes, face à imensa crise humanitária no país, depois de mais de 1.000 dias de guerra ininterrupta https://www.who.int/news/item/09-01-2026-sudan-1000-days-of-war-deepen-the-world-s-worst-health-and-humanitarian-crisis. A OMS estima que 33,7 milhões de pessoas precisarão de ajuda humanitária este ano, mais de 20 milhões necessitando assistência médica e 21 milhões desesperadamente necessitando de alimentos. O Sudão vive a pior crise humanitária do mundo.

Conforme o Lancet https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(25)02596-6.pdf, os impactos de guerras na saúde são drásticos: destruição de instalações, deslocamento, fome, pobreza e interrupção do atendimento para doenças não transmissíveis, saúde materna e saúde infantil. Os conflitos também impulsionam a securitização da saúde, restringindo o acesso a dados, politizando a vigilância e limitando a pesquisa independente e a sociedade civil. Essas dinâmicas enfraquecem os sistemas institucionais necessários para a sustentabilidade da saúde pública.

De outro lado, o que continua preocupando os que olham o mundo como um único planeta ameaçado é que todos os recursos estão indo para armas e destruição; migalhas, se sobrarem, para o desenvolvimento e a cooperação. É o que alerta, por exemplo, o documento do SG da ONU, António Guterres, *The Security We Need: Rebalancing Military Spending for a Sustainable and Peaceful Future* (Ver: https://front.un-arm.org/Milex-SDG-Study/SG_Report_TheSecurityWeNeed.pdf). Segundo o informe, os gastos militares globais atingiram cifras imorais recordes, chegando a US$ 2,7 trilhões em 2024, dando continuidade a

uma tendência de alta que já dura uma década; recursos que deveriam ser utilizados para o *desenvolvimento sustentável*, acabando com flagelos globais como a fome e melhorando diversos componentes da qualidade de vida de toda a população vulnerável do planeta, além de encaminhar soluções para as mudanças climáticas e a imensa tríplice crise ambiental (clima, biodiversidade e poluição) que ameaça a existência de toda a vida na Terra.

Outras dimensões da geopolítica global

A política externa belicosa dos Estados Unidos da América, sob a condução do presidente Donald Trump no seu segundo mandato, continua dando o tom nas relações internacionais, com idas-e-vindas nas relações políticas e econômicas com a maioria dos países do mundo. Com base nas propostas do *America First* para *Make America Great Again*, que desprezam a cooperação e a solidariedade, o direito internacional e o multilateralismo, continua com as aventuras neoimperialistas e a implementação da doutrina (Don)roe no 'nosso hemisfério'.

A *Suprema Corte dos EUA* questionou o poder de Trump tarifar o *comércio internacional* dos EUA e isto embaralhou as cartas. As tarifas impostas por sua administração, embora apresentadas como instrumentos de política externa e de segurança nacional, configuravam, na prática, tributos instituídos sem autorização explícita do Congresso, que é quem tem, pela Constituição americana, o poder de tributar. Trump desafiou a medida, instituindo uma sobretaxa; a ver, agora, como se resolve este imbróglio entre os poderes constituídos.

No discurso sobre o '*Estado da União'*, por meio do qual em todos os janeiros o presidente dos EUA presta contas ao Congresso, Trump apresentou, segundo a maior parte dos analistas políticos, um imenso rosário (quase 2 horas) de autoelogios, algumas verdades e muitas inverdades, sobre política interna e política exterior (ver: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/duracao-de-1h47-leia-na-integra-o-discurso-de-trump-do-estado-da-uniao/).

Nada indica que as estremecidas relações entre os gigantes do Atlântico Norte – Estados Unidos e Europa – tenham entrado em rota de plena normalidade. A desconfiança continua alta e os europeus continuam avançando na caríssima remilitarização do continente a que se propuseram. Ainda que os acenos do *Secretário de Estado Marco Rubio*, na *62ª. Conferência de Segurança de Munique,* em 14/02, tenham aliviado um pouco a pressão, ao enfatizar os laços históricos e culturais que unem os Estados Unidos e a Europa, mas criticando a forma como a globalização foi implementada e o abandono dos nacionalismos pelos europeus, tão caro à ideologia trumpista.

A **Conferência de Segurança de Munique (MSC)** é realizada todos os anos na capital do estado alemão da Bavária; neste ano transcorreu entre XX e XX de fevereiro. Personalidades de alto nível da política, dos negócios, da ciência e da sociedade civil de todo o mundo participam da conferência – embora ela não seja organizada pelo governo federal, mas sim um evento privado. Nosso analista ***Juan Garay,*** expõe a ferida em artigo neste fascículo, alertando que uma das principais causas da (in)segurança do mundo não foi tocada: as *desigualdades* profundas, globais e crescentes. "De Potsdam (1945) a Munique (2026), a humanidade alcançou um extraordinário progresso tecnológico e melhorias expressivas na esperança de vida e no conhecimento científico. Contudo, governança, equidade e responsabilidade ecológica ficaram para trás. A legitimidade institucional enfraquece, as desigualdades em saúde persistem e os sistemas planetários degradam-se. O caminho adiante é claro: é preciso alinhar tecnologia, governança e justiça", afirma ele.

Em linha parecida vem o alerta de ***Richard Horton**, editor do Lancet*, que afirma em editorial de 21/02: "Proliferação nuclear. Inteligência artificial. Energia. Populismo. Venezuela. Rússia. Gaza. Ucrânia. Irã. Sudão. Esses foram alguns dos temas da Conferência de Segurança de Munique deste ano. *Onde estava a saúde? Ausente*. O mais próximo que chegou foi uma única mesa redonda sobre biossegurança. (...) Alguns defensores da saúde global estavam presentes. Mas eles não estavam no programa principal. Isso não é notável o bastante, considerando que há apenas alguns anos mais de 18 milhões de pessoas no mundo morreram durante os primeiros 2 anos da pandemia de COVID-19?" (ver: Offline: Por que Munique errou no alvo – The Lancet)

A *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA* *https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf* volta-se agora, no hemisfério ocidental – que Trump declarou ser para os americanos – para a tentativa de definitivamente sufocar ***Cuba.***

Após um embargo comercial de mais de três décadas, condenado por inúmeras resoluções da *Assembleia Geral da ONU* no transcorrer desse período, a situação se agravou depois do sequestro de Maduro pelos EUA e a proibição de a Venezuela continuar enviando petróleo a Cuba. Por meio de uma ordem executiva da Casa Branca, Trump ameaça impor tarifas adicionais aos países que vendem óleo para o país, incluindo o México. Os países têm, então, apelado para a estratégia do envio de ajuda humanitária, com alimentos, medicamentos e outros itens, por meio das Nações Unidas. A fragmentação política da ALC tem sido barreira importante para uma atuação coordenada dos países da região, assim como as ameaças dos EUA a quem ousar ajudar o pequeno país caribenho.

O Brasil vai enviar ajuda humanitária a Cuba. Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, o Brasil enviará alimentos e insumos, utilizando as estruturas de ajuda humanitária do Brasil, com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, se necessário, também estruturas e iniciativas das Nações Unidas, como a FAO, o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e a Aliança contra a Pobreza e a Fome, que o Brasil lançou por ocasião da sua presidência do G20.

Na esfera global, avança a esperada iniciativa do *Acordo de Parceria Mercosul – União Europeia* firmado em Assunção, em 17/01/2026 (ver: *Texto do Acordo Mercosul – União Europeia — Ministério das Relações Exteriores*), que fortalece o multilateralismo, o comércio e a cooperação internacional. Os Congressos de Argentina e Brasil já aprovaram o Acordo que assim pode entrar em vigor por este lado – enquanto países europeus anunciam que vão implementá-lo unilateralmente, apesar dos obstáculos criados pelo Parlamento Europeu e pela França.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das Nações Unidas, ***Alcázar*** apresenta e comenta a estrutura da ONU: os seis órgãos principais da ONU, bem como as seis comissões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). As Nações Unidas apoiam-se sobre três pilares – paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Os trabalhos realizados nos órgãos e nas comissões refletem os três pilares unidos pelo direito internacional. A agenda e as resoluções são resultado do esforço de procurar manter o foco na dignidade humana. Um dos pontos da agenda e de algumas resoluções é "Implementação das resoluções das Nações Unidas", que sugere preocupante deficiência. Os acontecimentos recentes apenas confirmam que Estados fora-da-lei são responsáveis pelas barreiras interpostas para alcançar o propósito de um mundo melhor, o compromisso original inscrito na Carta das Nações Unidas.

Guimarães trata da escalada dos preços dos medicamentos, destacando que, nos próximos anos, os gastos com remédios avançarão a um ritmo três vezes superior ao do consumo. Nessa nova fase, de financeirização, a Big Pharma passa a inovar menos, concentrar ainda mais o mercado e apostar sobretudo em tecnologias de altíssimo custo — assumindo, progressivamente, o perfil de um grande fundo de investimentos.

Garay analisa o avanço do gasto militar global, que atingiu US$ 2,7 trilhões em 2024, contrastando-o com as persistentes iniquidades estruturais responsáveis por milhões de mortes evitáveis em países deficitários. O autor discute o conceito de "PIB tóxico", destacando o custo de oportunidade desses investimentos — estimado em cerca de 4,5 milhões de vidas que poderiam ser salvas anualmente — e propõe a objeção fiscal ética seletiva como estratégia para redirecionar recursos a políticas que preservem a vida. O texto também examina a retórica da Conferência de Segurança de Munique de 2026, marcada pela reafirmação da supremacia ocidental e pela intensificação das tensões globais.

O informe de ***De Negri Filho e Gaspar*** analisa o a primeira semana da *61ª sessão do* ***Conselho de Direitos Humano****s (CDH/HRC)* enfatizando a abertura, o Segmento de Alto Nível (HLS), o início dos diálogos/painéis e na Atualização Global do Alto Comissário (ACNUDH/OHCHR). Integra a síntese do comunicado oficial de abertura e analisa as falas de António Guterres (SG/ONU), Annalena Baerbock (PGA/AGNU), Volker Türk (ACNUDH) e Ignazio Cassis (Suíça), trazendo destaques regionais (China, Cuba, União Europeia e África do Sul) e documentando a ação do Brasil (igualdade racial e população em situação de rua), concluindo com algumas tendências político-normativas.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão,*** analisa a Estratégia CEPI 3.0 para o período 2027-2031, lançada pela **Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias** (CEPI), com a meta de consolidar a *Missão dos 100 Dias*: desenvolver vacinas seguras e eficazes contra novas ameaças pandêmicas em até cem dias após a identificação do patógeno. O documento estrutura-se em três eixos: (1) avanço científico e tecnológico, com foco em vacinas para patógenos prioritários e plataformas adaptáveis; (2) redes globais de P&D e capacidade produtiva regionalizada; e (3) sustentabilidade financeira e modelos de acesso equitativo. Em paralelo, o **Acordo de Pandemias**, negociado no âmbito da **Organização Mundial da Saúde**, estabelece compromissos jurídicos para prevenção, preparação e resposta, incluindo cooperação científica, fortalecimento de sistemas de saúde e mecanismos de acesso a contramedidas. Enquanto a CEPI concentra-se na aceleração tecnológica, o Acordo busca oferecer o arcabouço normativo e político para que essas inovações sejam compartilhadas de forma mais equitativa.

Na área de **ambiente e saúde**, ***Magalhães e Galvão*** explicam que a análise integrada dos *relatórios do IPBES, do IISD e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)* evidencia que a crise ambiental global possui implicações diretas e profundas para a saúde pública. Embora abordem dimensões distintas — biodiversidade e economia, governança ambiental internacional e ação institucional —, os três documentos convergem ao demonstrar que a degradação ambiental, associada a falhas estruturais na governança global, intensifica riscos sanitários em escala planetária. A perda acelerada de biodiversidade compromete serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação climática, polinização e qualidade da água, afetando diretamente a segurança alimentar, a disponibilidade de recursos naturais e a emergência de doenças infecciosas. Ao mesmo tempo, a fragmentação geopolítica e as limitações do multilateralismo ambiental dificultam a implementação de políticas capazes de reduzir emissões, controlar poluentes e proteger ecossistemas. Os relatórios também destacam que a poluição do ar continua sendo uma das maiores ameaças à saúde global, associada a milhões de mortes prematuras por ano, enquanto o aquecimento global projeta impactos crescentes sobre doenças relacionadas ao calor, insegurança alimentar e expansão de vetores de enfermidades infecciosas. Em conjunto, esses documentos indicam que a proteção da saúde humana depende cada vez mais da capacidade de fortalecer a governança ambiental global e da integração de políticas de clima, biodiversidade e poluição às estratégias de saúde pública.

Em outro artigo na área de **ambiente e saúde**, ***Galvão e Magalhães*** afirmam que a mudança climática é o determinante de saúde global mais relevante do século XXI, mas a arquitetura de governança projetada para contê-la carece de qualquer mecanismo de aplicação automática. O ensaio propõe uma reforma em duas camadas — uma Câmara deliberativa que codifica compromissos políticos e um Ledger distribuído que executa consequências pré-acordadas automaticamente quando esses compromissos não são cumpridos. Argumentam que essa arquitetura deve incorporar dados de impacto à saúde em sua rede de verificação, direcionar financiamento automático para a resiliência dos sistemas de saúde em países de baixa e média renda, e conceder direitos formais de participação às instituições de saúde global. Sem uma governança climática aplicável, as populações que suportam a maior carga de doenças sensíveis ao clima — concentradas na África Subsaariana, no Sul e Sudeste Asiático e na América Latina — continuarão absorvendo danos que não causaram e não podem arcar com a mitigação.

Peres analisa o *relatório anual sobre Emprego e Tendências Sociais* da **Organização Internacional do Trabalho**, edição 2026, lançado em janeiro último. O informe aponta que apesar do registro de estabilidade na taxa global de desemprego, muitos desafios ainda persistem no mundo do trabalho, ao redor do planeta. Sejam as barreiras para o ingresso de jovens no mercado de trabalho, sejam as históricas desigualdades de gênero e raça, os desafios desvelados pelo relatório apontam para a necessidade de uma ação coordenada entre instituições de diferentes setores, governos e a sociedade civil, com o objetivo de promover o trabalho decente e a justiça social, sobretudo em regiões e países tradicionalmente vulnerabilizados frente à expansão das grandes cadeias de suprimentos e do comércio digital. O Brasil apresenta uma tendência distinta do conjunto de países de renda média-alta, registrando, em 2025, as menores taxas de desemprego desde o início da série histórica, em 2012, inclusive para a faixa etária de 18 a 24 anos. Apesar dos números positivos, alguns desafios ainda persistem, como as iniquidades de gênero e raça no mundo do trabalho, bem como as marcadas diferenças entre os padrões apresentados nas diferentes regiões do país.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa a reorientação da resposta global ao deslocamento forçado à luz das prioridades

anunciadas pelo novo **Alto Comissário do ACNUR**, enfatizando a transição de modelos centrados na assistência prolongada para soluções duradouras, autossuficiência e maior eficiência financeira. Examina também as *crises no Burundi e no Afeganistão*, destacando pressões sobre sistemas de acolhimento, retornos em contextos frágeis e déficits de financiamento. Por fim, discute o **Guia brasileiro de salvaguarda de direitos humanos em desastres climáticos,** ressaltando a incorporação de uma abordagem baseada em direitos para migrantes, refugiados e apátridas. O conjunto evidencia a necessidade de respostas integradas, sustentáveis e orientadas por direitos diante do agravamento das crises humanitárias e climáticas.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** trazem o *documento técnico sobre mortalidade materna em contextos de conflito e fragilidade institucional,* analisando como esses cenários comprometem sistemas de saúde, ampliam desigualdades e impactam de forma desproporcional mulheres e meninas. Discute a relação entre violência armada, determinantes estruturais e direitos sexuais e reprodutivos, situando a morte materna como expressão de vulnerabilidades sociais e políticas. Ao final, amplia a reflexão para o bombardeio de uma escola no Irã, relacionando o episódio às estruturas de poder, às desigualdades de gênero e aos efeitos da guerra sobre a vida e o futuro de meninas e mulheres.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson e Oliveira*** refletem sobre a transição do movimento global contra a obesidade entre os marcos de 2025 e 2026. Partindo dos alertas lançados no *Atlas Mundial da Obesidade 2025* e da resposta política aquém do esperado na Quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre DCNTs, chegamos ao *Dia Mundial da Obesidade 2026*. Sob o tema "*8 Bilhões de Razões para Agir Contra a Obesidade" ("8 Billion Reasons To Act on Obesity")*, a campanha deste ano convoca a comunidade de saúde global a transformar a frustração política do ano anterior em ação estrutural, diante de dados que consolidam a obesidade como uma das mais prementes crises sanitárias, econômicas e sociais do século XXI.

O artigo de ***Sanglard, Barros, Rodrigues e Gaspar*** traz um breve relatório das principais ações da **Unesco-Brasil**, ressaltando o que a instituição identifica como importante no seu *relatório de atividades de 2025*, publicado em fevereiro de 2026. Mais do que um balanço de ações, o documento fornece um mapa importante das ações do organismo internacional no país. Temas como a atuação das cátedras e a reunião entre as cátedras Unesco-Brasil, as ações de educação, ciências naturais e ciências humanas e sociais são alguns dos destaques aqui presentes; bem como Ciência Aberta e outros temas que estiveram presentes em nossos informes de 2025.

Analisando as instituições financeiras internacionais, ***Cazumbá*** aponta que o **Banco Mundial** aborda, em recente publicação, a *formação do capital humano*, indicando que os bairros, as casas e os locais de trabalho são fundamentais para o crescimento econômico e a redução da pobreza, além de contribuir para uma força de trabalho mais fortalecida para os empregos que virão. O Banco revelou na publicação que os países de baixa e média renda vem enfrentando desafios na saúde, na educação e na melhoria das habilidades da força de trabalho. A instituição financeira identificou que mais da metade dos ganhos futuros da população destes países irão arcar com os custos destes setores. Em sua publicação, o Banco Mundial sugeriu que se aumentem os investimentos em capital humano, focando especialmente nos bairros, nas casas e nos locais de trabalho para reverter este cenário.

Já o Informe de ***Tavares*** inaugura uma série de textos sobre as perspectivas para 2026 de cada um dos **Bancos de Desenvolvimento Regionais Internacionais (BRDs**). Neste primeiro texto da série são descritas e analisadas as principais tendências para 2026 da atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (conhecido como CAF), parceiro relevante no financiamento de projetos de desenvolvimento econômico e social dos países da região. Aqui são apresentados os principais propósitos, metas e projetos para o período a partir de 2026. Como o principal evento regional patrocinado e organizado pelo CAF no início deste ano, o Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026 também foi incluído neste Informe.

Chamas e Cesário abordam os preparativos para a **14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14),** destacando o lançamento de um *plano de trabalho para a reforma institucional* da organização. Sob a coordenação do facilitador Petter Ølberg, os membros discutem mudanças nos processos decisórios, tratamento especial e diferenciado, solução de controvérsias e igualdade de condições, buscando um roteiro equilibrado e politicamente *respaldado para o período pós-MC14. Paralelamente, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente debate maior transparência em medidas comerciais relacionadas ao clima, padrões de carbono e seus impactos sobre países em desenvolvimento. Na segunda parte, com base no World Intellectual Property Report 2026* da **OMPI**, o texto analisa a aceleração histórica da difusão tecnológica, evidenciando que, embora o tempo de adoção tenha diminuído drasticamente, os fluxos de conhecimento permanecem concentrados em economias avançadas. Estudos sobre tecnologias agrícolas, limpas e digitais revelam a importância da capacidade absortiva, infraestrutura e regimes de propriedade intelectual. Por fim, a nota da **UNCTAD** sobre a "miragem da resiliência econômica global" contextualiza esses desafios em um cenário de crescimento moderado, restrições fiscais, endividamento crescente, competição por minerais críticos e emergência climática, ressaltando a necessidade de cooperação multilateral e financiamento sustentável para o desenvolvimento.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** sistematiza posicionamentos e iniciativas de **40 organizações da sociedade civil (OSC) no campo da saúde global**, monitoradas entre 05 e 26 de fevereiro de 2026. No período, destacaram-se como temas centrais: crises humanitárias e conflitos armados (com ênfase em Ucrânia e Sudão), igualdade de gênero e dignidade menstrual, governança e financiamento da saúde global, preparação para emergências sanitárias, prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e impactos das mudanças climáticas na saúde. Entre as organizações com maior incidência temática figuram a Médicos Sem Fronteiras, a World Vision International, a ActionAid International, a Fòs Feminista, a Gavi, the Vaccine Alliance e a NCD Alliance. Observam-se *convergências de posições entre as OSC de interesse público e as de interesse privado*, na defesa da equidade em saúde, proteção de populações vulneráveis e fortalecimento do multilateralismo, assim como nas referências aos desafios relacionados à sustentabilidade do financiamento e à coordenação internacional.

Na análise do **Sul Global**, ***Ungerer, Kastrup e Monteiro*** relatam que, em fevereiro de 2026, o cenário da cooperação internacional foi marcado pela redefinição estratégica de instituições-chave e pelo avanço de parcerias técnicas. O **UNOSSC** apresentou seu *Marco Estratégico 2026-2029*, transitando de executor a catalisador global via financiamento misto, enquanto o **G-77 e China** reforçaram a urgência da reforma financeira global e da erradicação da pobreza frente à Agenda 2030. A **diplomacia brasileira** consolidou sua presença estruturante na África. A **ABC** inaugurou escritório em Adis Abeba para interlocução com a União Africana, ao passo que a **Fiocruz** avançou em Angola e parcerias com a DNDi. Em Moçambique, a cooperação triangular Brasil-Japão elevou a gestão hospitalar local, reafirmando o compromisso do país com

a saúde global. No plano normativo, o **MNA** e **o Centro Sul** articularam em Genebra a defesa da soberania tecnológica e fiscal. Os debates focaram na governança equitativa da Inteligência Artificial e em minerais críticos, contrapondo-se às limitações da OCDE e OMC. Ações concretas, como a sinergia farmacêutica Índia-Sérvia ("farmácia do mundo"), exemplificaram a busca por autonomia. Complementando essa agenda, a **NAMYO** promoveu o Fórum de Jovens Líderes, integrando soberania educativa e justiça climática através de "Empregos Verdes". O **Centro Sul** encerrou o mês propondo o *Global South Hub* e o uso de IA para coordenação diplomática, buscando transformar o discurso de não ingerência em resiliência econômica e autonomia tecnológica concreta para o Sul Global.

Em seguida, ***Hoirisch*****,** apresenta a **primeira reunião dos sherpas e sous-sherpas do BRICS sob a presidência da Índia,** que ocorreu em Nova Delhi, em 9-10 de fevereiro de 2026, na qual foram discutidas as prioridades de cooperação do BRICS e os principais eventos do ano. O processo de preparação para a *18ª Cúpula do BRICS* foi oficialmente lançado. Os sherpas do BRICS e altos funcionários do Brasil, China, Rússia, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos participaram da reunião. Dentre as prioridades da Índia, presidente de turno, estão cooperação em saúde, redução do risco de desastres, meio ambiente, mudanças climáticas, energia e inovação. Ainda no encontro, Pequim expressou disposição em colaborar com a Índia, presidente do grupo, e com os outros membros e parceiros do BRICS para aprofundar a cooperação prática, otimizar os mecanismos de trabalho, fortalecer a coordenação plurilateral e defender a justiça internacional. À margem do encontro de sherpas, Índia e China realizaram o *Diálogo Estratégico Índia-China,* no qual analisaram os recentes progressos na estabilização das relações bilaterais, discutiram os desenvolvimentos regionais e internacionais e apoio mútuo nas presidências do BRICS em 2026 e 2027. Ainda em fevereiro, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, iniciou sua missão oficial na Índia para fortalecer a cooperação bilateral em áreas como produção de medicamentos e vacinas, medicina tradicional para o SUS, tecnologias digitais e inteligência artificial.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa a presidência dos Estados Unidos no **G20**, marcada pelo silêncio institucional do bloco, pela centralidade da agenda financeira e pela atuação conjunta do Brasil e da Rússia em defesa da representatividade da África do Sul. A presidência francesa do **G7** em 2026 começou com reuniões dos Sherpas e ministros das finanças, relações exteriores e comércio, definindo as bases para a Cúpula de Évian. As prioridades incluem resgate do multilateralismo, redução de desequilíbrios macroeconômicos, segurança internacional e crescimento sustentável. O encontro anual sobre saúde será em 7 de abril, em Lyon, e a ênfase é *Uma só Saúde*. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a atualização de cinco de seus índices estatísticos econômicos sobre a economia internacional, a publicação de dois estudos sobre o mercado de trabalho no setor de saúde e uma reavaliação do papel e das análises da OCDE no contexto da Covid-19.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Brito e Tobar*** informam que a quinzena foi marcada pela aproximação de países como *Argentina e Panamá* aos EUA em questões econômicas e de saúde. Os *EUA* começam a implementar acordos bilaterais de saúde em países como *Panamá e República Dominica*. Além disso, trazemos o aprofundamento da crise nos diretos humanos na *Colômbia* e a deterioração das condições sociopolíticas em *Cuba.* No acompanhamento das *organizações regionais*, destacamos a realização de reunião técnica sobre SARS-CoV-2 pelo **ORAS-CONHU** e o lançamento da plataforma sobre boas práticas de manejo do fogo.

Magallanes apresenta um panorama do Peru, às vésperas das eleições 2026, combinando estabilidade macroeconômica com profundas desigualdades sociais e fragilidades estruturais. Na saúde, apesar da alta cobertura de seguros e ganhos em esperança de vida, o sistema permanece fragmentado, subfinanciado e com baixa capacidade resolutiva no primeiro nível de atenção. Diante da transição epidemiológica e da persistência de pobreza e informalidade, o próximo governo terá o desafio de transformar estabilidade em desenvolvimento social, integrando subsistemas, fortalecendo a atenção primária, ampliando infraestrutura e avançando na digitalização, agenda que também aparece nas propostas eleitorais divulgadas até agora.

Rocio Sáenz e colegas, em nome do *Board of Directors and Technical Secretariat of the Health Equity Network of the Americas (HENA)* publicaram importante artigo no *The Lancet Regional Health – Americas*, no qual propõem alternativas ao desfinanciamento da pesquisa em saúde na região, devido a suspensão de recursos de instituições dos EUA. Exemplificam com diversas iniciativas em curso na região. Reproduzimos o artigo traduzido ao português neste fascículo.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Silva***, trata da **39ª Cúpula da União Africana** em Adis Abeba, que marcou a transição da presidência de Angola para o Burundi, com o tema de *água e saneamento sustentáveis para a Agenda 2063*. Líderes africanos reafirmaram a tolerância zero contra mudanças inconstitucionais de governo e exigiram representação equitativa no Conselho de Segurança da ONU. António Guterres alertou que o continente perde mais com juros e fluxos ilícitos do que recebe em ajuda financeira. Com mais de 30 países enfrentando crises de dívida, a estratégia proposta foca na industrialização e transformação local de matérias-primas. O Senegal exemplifica a busca por soberania ao rejeitar a reestruturação do FMI, optando por financiamento regional e novas taxas sobre a economia digital.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** comenta que a *Conferência de Segurança de Munique de 2026*, guiada pelo relatório *"Em Demolição"*, retrata o colapso da ordem internacional pós-1945 liderada pelos EUA, o enfraquecimento do multilateralismo, a crise de confiança nas democracias do G7 e a erosão da relação transatlântica. Embora os EUA prometam revitalizar laços com a Europa e reafirmem a importância da Otan, condicionam a aliança a seus próprios interesses. A guerra na Ucrânia entra em seu quinto ano sem solução. Paralelamente, o ataque dos EUA e Israel ao Irã elevou as tensões, levando a França a anunciar uma expansão de seu arsenal nuclear. À medida em que os gastos militares crescem, investimentos sociais diminuem. Na esfera econômica, a **Comissão Europeia** anunciou a implementação provisória do acordo UE-Mercosul. Na Ucrânia, ataques a serviços de saúde se intensificam, enquanto a OMS alerta para a deterioração humanitária. Apesar do cenário sombrio, a Dinamarca foi certificada por eliminar a transmissão vertical de HIV e sífilis, sinalizando avanços pontuais em meio à instabilidade global.

Já ***Marques***, no seu informe sobre **Ásia e Oriente Médio,** resume que o mundo não estava em paz. Sabemos disso. Mas ainda seguia uma ordem gerenciada, embora com falhas, pela ONU e seu Conselho de Segurança desnivelado. Caminhávamos lentamente para uma recuperação econômica pós pandemia e para pequenos avanços. Mas desde que Trump 2.0 assumiu a presidência americana em 2025, as tensões, disputas e ameaças cresceram, os pequenos avanços retrocederam e os investimentos foram deslocados para militarização. Não só nas grandes potências, mas nas potências médias. Aliados viraram rivais. Mudanças de lado. Confianças perdidas. Guerras por territórios, guerras genocidas, guerras por soberania

tecnológica e de dados, guerra por hegemonia, guerras para conter a China, guerras sobre poder econômico, guerras para desviar o foco da mídia e cujas justificativas escondem outros interesses, enfim, guerras porque alguém acordou de mal humor. Da ordem ao caos é o que temos hoje. Neste momento, guerras saem das ameaças para explodir em bombas, envolvendo *Irã*, ou estoura entre *Paquistão e Afeganistão*, diminuindo a chance de paz no *Oriente Médio*. *Trump* se move de acordo com seus próprios interesses particulares. *Netanyahu*, precisa deixar de ser um pária e mostrar poder para garantir não ser preso. Ambos precisam de ações pirotécnicas. E esta guerra traz à tona diferentes interesses e nossas próprias contradições. O mundo caminhou nesta direção e não fizemos nada. Ao ponto que chegou, qual seria a alternativa? Com certeza essa guerra não era a solução menos ruim. Diante desse cenário de incertezas, o Brasil faz movimento estratégico inteligente, diversificando parcerias na Ásia. Excelente para Fiocruz.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** destacam que Wang Yi diz na *Conferência de Munique* que um "certo país" é a razão do mal funcionamento do sistema internacional, e propõe uma revisão das lentes de competição e cooperação entre as nações mais poderosas. O Embaixador chinês no *Conselho de Segurança* diz que cessar-fogo, palestinos governando Gaza e a solução dos dois Estados são o único caminho para a Paz. *Plano Quinquenal de Medicina Tradicional Chinesa* busca unir medicina étnica com tecnologia e inovação. China continua reduzindo *emissões de CO2*, com indústria química ainda como grande contribuidora da queima de carvão. *Hong Kong* lança documento sobre segurança na esteira da prisão de Jimmy Lai, o bilionário de mídia condenado por trabalhar para dividir o país

Sobre o sistema de saúde dos **EUA**, ***Luiz Augusto Galvão*** analisa as mudanças significativas nas últimas duas semanas na política norte-americana de saúde, com repercussões tanto globais quanto domésticas. O governo dos Estados Unidos concluiu formalmente sua saída da Organização Mundial da Saúde (OMS), encerrando décadas de participação, financiamento e cooperação técnica que moldaram a arquitetura da saúde internacional. Em paralelo, a nova estratégia americana de saúde global avançou com a assinatura de acordos bilaterais com 21 países, representando cerca de 20 bilhões de dólares em comprometimentos de recursos. No plano interno, os norte-americanos enfrentam aumentos históricos nos prêmios de saúde em todas as modalidades de cobertura, além de cortes no Medicaid e novas exigências de elegibilidade que afetam dezenas de milhões de pessoas. Especialistas apontam riscos concretos para programas globais de combate ao HIV/AIDS, tuberculose e malária, ao mesmo tempo em que potências como a China buscam preencher o vácuo de influência deixado pelos Estados Unidos na governança sanitária internacional.

A seção **ESTANTE** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos Cadernos.



Seminários Avançados da Fiocruz discutem sistemas de saúde no mundo em 11 de março



MS e Fiocruz firmam acordos para produção de insumos para a saúde com a Índia e a Coréia



Na visita do presidente Lula à Índia, durante *Fórum Empresarial Brasil-Índia*, em Nova Delhi, foram assinadas, em 21/2, duas parcerias com instituições indianas nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de medicamentos imunossupressores e para o câncer, doenças raras e doenças negligenciadas. A Fiocruz, que integrava a delegação do Ministério da Saúde, deverá ficar responsável pelo recebimento da transferência das tecnologias e produção em solo brasileiro. (Ver: https://fiocruz.br/noticia/2026/02/fiocruz-integra-comitiva-do-ms-e-firma-parcerias-na-india e https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/ministerio-da-saude-assina-parcerias-na-india-para-producao-de-medicamentos-contra-o-cancer-no-sus)



Já no *Fórum Empresarial Brasil-Coreia*, a Fiocruz firmou, em 23/2, três acordos de cooperação tecnológica com empresas sul-coreanas, durante a missão oficial do Governo brasileiro. "Junto com as parcerias aqui firmadas entre a Fiocruz e as empresas Optolane, Genbody e Greencross para testes de diagnóstico rápido e dispositivos médicos, estamos consolidando uma aliança de longo prazo entre os sistemas de saúde de nossos dois países", afirmou o ministro da Saúde brasileiro, Alexandre Padilha, no Fórum. Mais informações: Ver: https://fiocruz.br/noticia/2026/02/fiocruz-expande-parcerias-na-coreia-do-sul-para-ampliar-diagnosticos-no-sus e https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/brasil-e-coreia-do-sul-firmam-parcerias-estrategicas-no-valor-de-r-1-1-bilhao)

Seminário de Altos Estudos Poder Global

O Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro (IMS/UERJ), o Núcleo de Bioética e Ética Aplicada (NUBEA/UFRJ) e o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ), promoverão, entre março e junho de 2026, a segunda edição do **Seminário de Altos Estudos Poder Global**, iniciativa acadêmica dedicada à análise crítica das transformações estruturais que caracterizam a contemporaneidade. O seminário propõe uma reflexão interdisciplinar sobre os rumos da humanidade, em um contexto marcado pela incerteza sistêmica, pela crescente complexidade dos fenômenos sociais e pelo esgotamento de paradigmas explicativos consolidados ao longo do século XX. O curso será composto por 15 encontros presenciais, com transmissão simultânea, realizados às segundas-feiras, das 9h30 às 12h30, no período de março a junho de 2026. A coordenação acadêmica é dos professores José Luís Fiori e Maria Claudia Vater. Os encontros serão realizados no IMS/UERJ – Rua São Francisco Xavier, 524, 6º andar, Bloco E. As inscrições estão abertas entre os dias 9 de fevereiro a 2 de março, através do link: bit.ly/poderglobal2026. Contato: eventosdoimsuerj@gmail.com

Conferência sobre Saúde Global do CUGH em abril

A Conferência CUGH 2026, realizada pelo *Consortium of Universities for Global Health*, em Washington (USA), de 9 a 12 de abril, terá como tema "*O Futuro da Saúde Global*". O evento abordará ameaças à saúde, desenvolvimento sustentável e equidade, apresentando mais de 220 palestrantes, 500 resumos, workshops e um festival de cinema. Para mais informações e registros, visite o site oficial: www.cugh2026.org.

Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



A 1ª *Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência Nacional ODS)*, que se realiza em Brasília, de 29 de junho a 02 de julho de 2026, tem como propósito central sensibilizar, mobilizar e formar amplamente a sociedade brasileira em torno do debate público sobre a *Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Busca-se, com máxima legitimidade, representatividade e participação social, promover um amplo processo democrático de construção de propostas e estratégias para implementação efetiva dos ODS em território nacional, bem como a promoção do letramento dos cidadãos e cidadãs sobre a Agenda 2030 e os ODS. Acesso a todas as informações sobre a Conferência em: 1ª Conferência Nacional ODS

Brasil comemora 40 anos da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde

Agradável coincidência: na semana que se comemora os 40 anos da histórica ***8ª Conferência Nacional de Saúde*** (Brasília, 17 a 21 de março de 2026), lança-se a Conferência dos ODS é um alento para o movimento em prol do desenvolvimento sustentável no Brasil.

A Oitava, como é afetuosamente chamada pelos brasileiros, produziu as bases do que viria a se constituir no capítulo sobre **saúde** da Constituição Federal de 1988.



Justiça por Marielle Franco Anderson Gomes repercute mundialmente

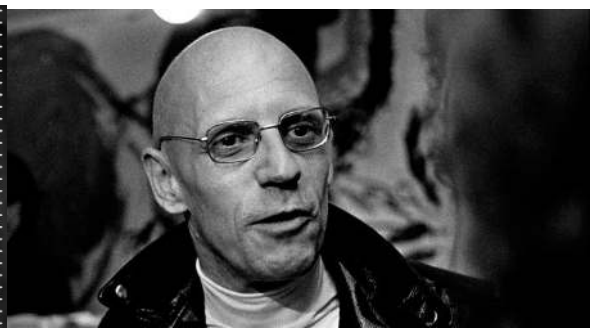


A condenação dos irmãos Brazão pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, em 2018, ganhou repercussão internacional após decisão do STF (STF) na 4ª. feira (26/02). Veículos como o britânico *The Guardian* destacaram a condenação dos irmãos Brazão, apontados como mandantes do crime. A *Agência Reuters* ressaltou a votação unânime e o suposto envolvimento dos condenados em esquemas ligados à ocupação irregular de terras públicas na Zona Oeste. O jornal espanhol *El País* classificou a decisão como histórica e afirmou que a condenação representa um marco na impunidade política no Brasil. Saudamos a justiça por estes dois bravos defensores dos direitos humanos e nos solidarizamos com suas famílias.

Centenários de Milton Santos e Michel Foucault em 2026

Em 2026 comemoram-se os centenários de nascimento de duas grandes personalidades mundiais que contribuíram substantivamente para a saúde e a saúde pública: o geógrafo brasileiro **Milton Santos** e o filósofo francês **Michael Foucault.**





Milton Santos (Brotas de Macaúbas [BA] 3/05/1926 – São Paulo, 24/06/2001) é um dos maiores geógrafos brasileiros, professor universitário (USP) e considerado um dos mais renomados intelectuais do

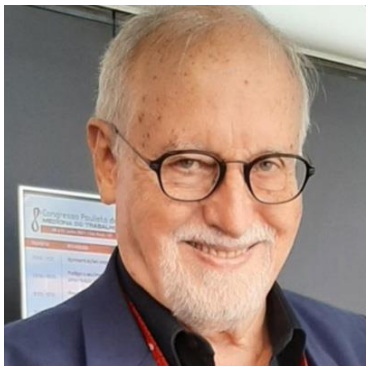
Brasil no século XX. Deu imensas contribuições à geografia social, sendo seus métodos e lições utilizadas para repensar a determinação social e espacial da saúde. Urbanização no mundo em desenvolvimento e globalização foram importantes focos de sua visão crítica e inovadora. Os currículos das instituições formadoras de saúde coletiva do Brasil estão 'forradas' de referências bibliográficas suas.

Michel Foucault (Poitiers, 15/10/1926 – Paris, 25/06/1984), filósofo, epistemólogo, filólogo e professor no Collège de France, pesquisou e escreveu sobre a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como forma de controle social por meio de instituições sociais. A medicina e a saúde foram foco de seus estudos, registrados nos célebres livros '*O Nascimento da Clínica'* e '*História da Loucura*', sustentados em teses estabelecidas no livro '*A Arqueologia do Saber*". Esteve muitas vezes ensinando no Brasil e também tem sido referência sempre presente nos currículos das instituições de formação em saúde coletiva no Brasil.

Dois livros imprescindíveis para o Brasil e para o mundo

Em 2026 também comemoramos **Josué de Castro**, o grande pensador brasileiro sobre a devastadora tragédia onipresente da fome. Neste ano seus dois livros seminais, *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951) completam, respectivamente, 80 e 75 anos de lançamento, mantendo-se ambos vivos por sua emoção comunicadora e estimulantes produtos históricos da intelectualidade engajada e militante do grande brasileiro.

René Mendes assume Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora do IEA/USP



Criado no final de 2023, o **Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora,** *no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP,* foi concebido como um "sistema de informação para ação", baseado em uma rede de "observadores e observadoras" e de analistas – atualmente 155 pessoas -, que monitoram permanentemente, e analisam criticamente um leque de cerca de 33 temas, assim agrupados: 1) Vigilância prospectiva e análise crítica das transformações no mundo do trabalho; 2) Vigilância prospectiva dos impactos das transformações no mundo do trabalho sobre a vida e a saúde; 3) Impactos das reestruturações produtivas e estratégias do capital sobre os territórios da vida; 4) Políticas públicas, regulação e direitos dos trabalhadores; 5) Utopias concretas, alternativas e experiências emancipatórias.

Como espaço plural, democrático e comprometido com a justiça social, o Observatório atua em diálogo permanente com movimentos sociais, populares e sindicais, afirmando o trabalho como dimensão histórica a ser transformada e defendendo o direito à vida plena para além da sua subordinação às lógicas do mercado. As atividades do Observatório incluem Seminários Interdisciplinares presenciais e híbridos mensais; reuniões semanais de atualização e reflexão (online); e as produções dispostas em seu recém-criado site https://otct.org/

O idealizador e coordenador do Observatório é **René Mendes,** querido e admirado colega, responsável, por mais de três anos, pelo informe quinzenal sobre *saúde e trabalho* do Observatório em Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz. Na oportunidade em que, pelas funções que assume no Observatório do IEA/USP, reduzirá sua dedicação ao nosso projeto, queremos ressaltar a imensa importância que teve para consolidar, entre nossos leitores, o hábito de bem informar-se com ele, nos informes produzidos entre nós, sobre saúde e trabalho na esfera global.



Será substituído pelo nosso querido colega do Centro de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da ENSP/Fiocruz, **Prof. Dr. Frederico Peres,** a quem damos as melhores boas-vindas, certos da sua excelência acadêmica e profissional.

A maioria de nossos autores e leitores são mulheres. Vivas a elas no seu dia, 8 de março!



Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



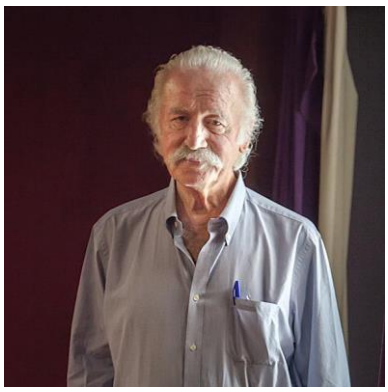
Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os **Cadernos** se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os dois primeiros, sobre '*Geopolítica, saúde global e diplomacia da saúde'* (04/02) e 'Situação demográfica e epidemiológica global' (25/02), já estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Nossa homenagem a Carlos Linger, sanitarista argentino-brasileiro, recém falecido



Com imenso pesar, registramos o falecimento, em 24/02, do nosso colega, Carlos Alberto Linger, médico e sanitarista argentino, que foi pesquisador e assessor técnico ligado ao Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz). Teve atuação destacada em cooperação internacional, especialmente em projetos tripartites (como Brasil-Cuba-Haiti), no qual trabalhou na estruturação de apoio ao sistema de saúde haitiano e em missões técnicas para o fortalecimento da manutenção hospitalar e infraestrutura de saúde.

Linger também foi representante da Opas/OMS, na Bolívia, Nicarágua e Costa Rica, com relevante contribuição por mais de 40 anos para a saúde pública da América Latina e Caribe. Na Fiocruz, atuou na organização de dossiês sobre desafios em relações internacionais em saúde, incluindo publicações na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Foi autor de publicações técnicas registradas na base Arca Fiocruz, focadas em cooperação internacional e vigilância em saúde.

Formado pela Universidade de Buenos Aires, veio morar no Rio de Janeiro nos anos 1970 como exilado político, trabalhando inicialmente na atenção à formação médica e como consultor da OMS. Linger deixou dois filhos, com os quais nos solidarizamos pelo falecimento do pai e nosso sempre eterno companheiro.

====*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos Cadernos, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "estranha mania de ter fé na vida"; como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, nos guiamos pelo "pessimismo da razão e o otimismo da vontade";

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os Cadernos e os Seminários Avançados são tributos que prestamos à tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 6 de março de 2026

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar
Editor e editoras-associadas
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



As Nações Unidas são, e sempre serão, necessárias

Las Naciones Unidas son y siempre serán necesarias.

The United Nations is, and always will be, necessary

Santiago Alcázar

Resumo. O presente artigo apresenta de maneira breve os seis órgãos principais da ONU, bem como as seis comissões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). As Nações Unidas apoiam-se sobre três pilares – paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Os trabalhos realizados nos órgãos e nas comissões refletem os três pilares unidos pelo direito internacional. A agenda e as resoluções são resultado do esforço de procurar manter o foco na dignidade humana. Um dos pontos da agenda e de algumas resoluções é "Implementação das resoluções das Nações Unidas", que sugere preocupante deficiência. Os acontecimentos recentes apenas confirmam que Estados fora-da-lei são responsáveis pelas barreiras interpostas para alcançar o propósito de um mundo melhor, o compromisso original inscrito na Carta das Nações Unidas.

Resumen. *El presente artículo presenta brevemente los seis órganos principales de Naciones Unidas, así como las seis comisiones de la AGNU. Las Naciones Unidas se apoyan sobre tres pilares – paz y seguridad, derechos humanos y desarrollo. Los trabajos realizados em los órganos y en las comisiones reflejan los tres pilares unidos por el derecho internacional. La agenda y las resoluciones son el resultado del esfuerzo de procurar mantener el foco en la dignidad humana. Uno de los puntos de la agenda y de algunas resoluciones es "implementación de las resoluciones de Naciones Unidas", que sugiere una preocupante deficiencia. Los acontecimientos recientes apenas confirman que Estados fuera de la ley son responsables por las barreras interpuestas para alcanzar el objetivo de um mundo mejor, que es el compromiso original inscrito em la Carta de Naciones Unidas.*

Summary*. The article presents a brief description of the six main bodies of the United Nations, as well as the six main committees of the UNGA. The United Nations Organization rests on three pillars – peace and security, human rights and development. The work done on the organs and the committees reflects the three pillars united under the banner of the rule of law. The agenda and the resolutions are the result of the efforts to keep human dignity at the center of the United Nations. One of the agenda's themes is entitled "Implementation of the resolutions of the United Nation", suggesting that perhaps there lies the problem. The lack of full implementation cannot be disregarded lightly. Recent developments confirm that outlaw States are the ones responsible for the underachievement of the Organization, that has in its DNA the purpose to make a better world.*

Todo aquele que se aventurar sem experiência nas Nações Unidas corre risco de perder-se. As Nações Unidas são um mundo enorme. Como orientar-se e entender o que se passa nesse complexo universo de corpos interrelacionados? O propósito do presente artigo é procurar ajudar o leitor interessado a transitar de maneira segura por esses *mares nunca dantes navegados*.

Inicialmente é preciso esclarecer alguns pontos importantes. “Nações Unidas” é uma forma informal dizer “Organização das Nações Unidas”, criada por meio da ratificação da Carta de São Francisco, em novembro de 1945. A Carta estabelece seis órgãos principais que, por sua vez, podem criar órgãos subsidiários.

Os seis órgãos principais são a Assembleia Geral; o Conselho de Segurança; o Conselho Econômico e Social; o Conselho de Tutela; a Corte Internacional de Justiça; o Secretariado.

A *Assembleia Geral* criou seis comissões principais: Primeira Comissão (assuntos de desarmamento e segurança internacional); Segunda Comissão (assuntos econômicos e financeiros); Terceira Comissão (assuntos sociais, humanitários e culturais); Quarta Comissão (assuntos políticos especiais e descolonização); Quinta Comissão (assuntos administrativos e orçamentários); Sexta Comissão (assuntos legais). Cada Comissão eleva para consideração da AGNU recomendações e projetos de resolução.

Entre as Comissões criadas pelo Conselho de Segurança, cabe destacar a Comissão de Não-Proliferação (para prevenir a proliferação de armas nucleares, químicas ou biológicas); o Comitê de Sanções (o Conselho de Segurança é o único órgão com mandato para estabelecer sanções com o fito de exercer pressão sobre Estados, sem recorrer ao uso da força). O Conselho pode criar Operações Paz, bem como tribunais para o julgamento de violações do direito humanitário, como o Tribunal Criminal Internacional para a ex-Iugoslávia e um outro para Ruanda. É de registrar-se que esse último tribunal proferiu o primeiro veredicto sobre o crime de genocídio, bem como a primeira sentença para esse crime por um tribunal internacional.

O *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)* é o órgão responsável para o tema de desenvolvimento. Entre os seus órgãos subsidiários figuram as 6 Comissões Econômicas Regionais: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL); Comissão Econômica para a África (CEA); Comissão Econômica para a Europa (CEE); Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (CESAO); Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico (ESCAP). O ECOSOC abriga o Foro Político de Alto Nível, criado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), por meio da Resolução intitulada o “Futuro que queremos”. O HLPF tem como responsabilidade principal a implementação da Agenda 2030 e os seus 17 ODS, o caminho de consenso para o desenvolvimento sustentável.

O *Conselho de Tutela* foi concebido para supervisionar que 11 Territórios[1] submetidos à administração de 7 Estados membros após a 2ª Guerra alcançassem autonomia e independência. Com a independência do último território sob tutela, Palau, em 1994, o Conselho passou a reunir-se excepcionalmente a pedido da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança. Vale registrar que a AGNU adotou, em 5 de dezembro de 2025, 40 textos recomendados pela Quarta Comissão da Assembleia Geral (ver acima), entre os quais 1 refere-se aos 17 territórios ainda não-autônomos[2] e 5 à questão palestina. A 80ª AGNU adotou o

[1] Camarões britânicos e Camarões franceses (Camarões); Togolândia britânica e Togolândia francesa (Togo); Tanganica (Tanzânia); Ruanda-Urundi (Ruanda e Burundi); Somalilândia italiana (Somália); Nova Guiné (Papua Nova Guiné); Nauru; Samoa Ocidental; Território Fiduciário das Ilhas do Pacífico (Carolinas, Marianas e Marshall. Palau, que faz parte das Carolinas, foi o último Território a alcançar a independência, em maio de 1994). Antes do final da 2ª Guerra esses territórios haviam sido ocupados pelos países do Eixo.

[2] Os 16 territórios ainda não autônomos são: Anguila, Bermudas, Gibraltar, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas (disputada com a Argentina), Montserrat, Santa Helena, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Pitcairn – Reino Unido; Samoa Americana, Guam, Ilhas Virgens Americanas – EUA; Nova Caledônia, Polinésia Francesa – França; Tokelau – Nova Zelândia. Com a única exceção das Malvinas, todos os demais

projeto de resolução "Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência para Países e Povos Colonizados"[3] por 132 votos a favor, 3 contra (EUA, Israel, Reino Unido) e 40 abstenções. É importante sublinhar que a 80ª AGNU também adotou resolução "Disseminação sobre Colonialismo"[4], que tem o propósito de sensibilizar a opinião pública com respeito ao continuado estado de povos colonizados. A resolução obteve 172 votos a favor, 3 contrários (EUA, Israel, Reino Unido) e 1 abstenção. As resoluções relativas à questão da Palestina são as seguintes: i) "Operações da Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA)". A resolução apoia o trabalho da Agência e condena a matança de seu pessoal. A resolução foi aprovada por 145 votos a favor, 10 contra (Argentina, Fiji, Hungria, Israel, Micronésia, Macedônia do Norte, Palau, Papua Nova Guiné, Paraguai e EUA)[5]; ii) "Assistência aos refugiados palestinos"[6]. A resolução elogia o trabalho da UNRWA, menciona o seu caráter de força estabilizadora na região e estende o seu mandato até junho de 2029. A resolução foi aprovada por 151 votos a favor, 10 contrários (os mesmos da resolução anterior) e 14 abstenções; iii) "Bens e rendas devidas aos refugiados palestinos" trata dos direitos sobre propriedade e as rendas daí derivadas. A resolução foi aprovada por 157 votos a favor, 10 contrários (os mesmos) e 9 abstenções[7]; iv) "Práticas e atividades israelenses que afetam os direitos do povo palestino e outros habitantes árabes nos territórios ocupados". A resolução louvou o trabalho do Comitê Especial[8] não obstante as tentativas de obstrução e deplorou as políticas e práticas israelenses em clara violação dos direitos humanos dos palestinos. A resolução foi aprovada por 88 votos a favor, 19 votos contrários e 64 abstenções; v) "Assentamentos israelenses nos Territórios Ocupados, inclusive Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã". A resolução pede a imediata retirada de Israel de todos os territórios ocupados, em linha com a Declaração de Nova York sobre a solução pacífica da questão palestina e na implementação da solução de dois Estados[9]. A resolução reafirma a ilegalidade dos assentamentos e solicita medidas contra os colonos, bem como contra as entidades e as organizações que os apoiam. Sobre este ponto específico é preciso conhecer o relatório da Relatora Especial das Nações Unidas para a Palestina, Francesca Albanese, "Da economia da ocupação à economia do genocídio[10]. A resolução foi aprovada por 146 votos a favor, 13 votos contrários e 17 abstenções[11].

A *Corte Internacional de Justiça* é o STF, da ONU, mas sem o seu poder de sanção. A Sexta Comissão é o foro principal para a consideração de assuntos legais pela AGNU. Na atual circunstância histórica em que o direito internacional é pisoteado, é preciso recordar que ele está inscrito no DNA da Carta da ONU. O descrédito que se observa com respeito à ONU resulta do descrédito anterior e mais profundo com o direito internacional. É o direito internacional que, em última análise, encadeia e dá sentido aos 3 pilares sobre os quais se erguem as Nações Unidas: paz, direitos humanos e desenvolvimento. O direito internacional não age por si, mas

territórios foram objeto de resolução por parte da 80ª AGNU. O leitor interessado poderá ver as resoluções 80/89 a 80/103.

[3] https://docs.un.org/en/A/RES/80/105

[4] https://docs.un.org/en/A/RES/80/104

[5] https://docs.un.org/en/A/RES/80/77

[6] https://docs.un.org/en/A/RES/80/78

[7] https://docs.un.org/en/A/RES/80/79

[8] https://www.ohchr.org/en/countries/palestine/special-committee-reports

[9] https://www.un.org/unispal/document/annex-new-york-declaration-06aug25/

[10] https://www.un.org/unispal/document/a-hrc-59-23-from-economy-of-occupation-to-economy-of-genocide-report-special-rapporteur-francesca-albanese-palestine-2025/

[11] https://docs.un.org/en/A/RES/80/81

pela intermediação dos Estados membros, que o devem defender com compromissos, ações e a coragem necessária para nunca perder de vista o propósito principal da agenda da ONU: a busca pela promoção e respeito da dignidade humana. A Sexta Comissão recordou, em reunião de 15 de dezembro, durante a 80ª sessão da AGNU portanto, que muitas resoluções antes aprovadas por consenso foram submetidas a votação, por insistência dos EUA que, como se sabe, ajusta a sua política exterior ao projeto MAGA, que nada tem a ver com os nobres objetivos da ONU. A queixa da Sexta Comissão é sobretudo com a falta de seguimento das resoluções e declarações adotas pela AGNU. Dois exemplos bastam para ilustrar: i) a resolução "O direito do povo palestino à autodeterminação"[12], aprovado pela AGNU com 164 votos a favor, 8 votos contrários (Argentina, Israel, Micronésia, Nauru, Palau, Papua Nova Guiné, Paraguai e EUA) e 9 abstenções. A autodeterminação dos povos é um direito humano e um dos princípios básicos da Carta. A barreira para a implementação dessa resolução, como se pode ver, é praticamente intransponível. A Sexta Comissão também recordou a necessidade de dar seguimento à resolução "Implementação da Cúpula de Desenvolvimento Social a da 24ª sessão especial da AGNU"[13], bem à resolução "Follow-up da 4ª Conferência sobre Mulher e a plena implementação da Declaração de Beijing e da Plataforma de Ação, assim como da 23ª sessão especial da AGNU"[14], que se arrastam há anos sem conseguirem plena implementação. Há outras resoluções que se arrastam sem avançar para a plena implementação. Esse é o problema maior com o qual a Sexta Comissão se enfrenta ao encaminhar as suas recomendações para a AGNU.

O *Secretariado* é integrado por vários corpos, dentre os quais cabe destacar os seguintes: i) Escritório Executivo do Secretário-Geral; ii) Escritório do porta-voz; iii) Escritório de controle interno; iv) Escritório de assuntos legais; v) Departamento de assuntos políticos; vi) Escritório de assuntos de desarmamento; vii) Departamento de assuntos de paz; viii) Departamento de suporte operacional; ix) Escritório para a coordenação de assuntos Humanitários; x) Escritório de contraterrorismo; xi) Departamento para a Assembleia Geral e gestão de conferências; xii) Escritório para coordenação de Desenvolvimento; xiv) Departamento de assuntos econômicos e sociais; xv) Departamento de comunicação global; xvi) Departamento de segurança e proteção; xvii) Departamento de gestão estratégica, política e c*ompliance*. O Secretariado conta também com um sistema jurídico interno.

O leitor interessado que tenha chegado até aqui certamente terá percebido a enormidade desse universo de seis órgãos e seis comissões principais. O assunto, contudo, não se esgota com a presente exposição.

Ao lado desse universo, existe um outro que se chama "*Sistema Nações Unidas*", integrado por i) Programas e Fundos (PNUD e UNICEF, por exemplo); ii) Agências Especializadas (OMS, FAO,OIT, FMI, Grupo Banco Mundial, por exemplo); iii) entidades diversas (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – UNHCR – e a Agência das Nações Unidas para os refugiados palestinos – UNRWA, por exemplo); iv) organizações relacionadas (Agência Internacional para a Energia Atômica – AIEA – Corte Penal Internacional – ICC – Organização para a Proibição de Armas Químicas – OPAQ – Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima – CQNUMC – Organização Mundial de Comércio – OMC, por exemplo. Cada um dos foros que integram o "Sistema Nações Unidas" tem a sua própria constituição, órgãos subsidiários, secretariados e agendas.

[12] https://docs.un.org/en/A/C.3/80/L.26
[13] https://docs.un.org/en/A/C.3/80/L.12/Rev.1
[14] https://docs.un.org/en/A/C.3/80/L.59

Como se pode observar, a "Organização das Nações Unidas" + o "Sistema Nações Unidas" é um duplo universo, interconectado e interrelacionado, de enorme complexidade.

Tendo em conta que a ONU se ergue sobre 3 pilares (paz, direitos humanos e desenvolvimento) vale a pena explorar como se constitui a sua agenda, o menu de debates que fazem o dia a dia da Organização.

A agenda da 80ª AGNU, adotada como de costume em setembro, tem 174 pontos que se desdobram da seguinte maneira: i) assuntos de organização da Assembleia (pontos de 1 a 8); assuntos substantivos (pontos de 9 a 174). Os pontos substantivos, por sua vez, dividem-se conforme abaixo.

A – Promoção de crescimento sustentado e desenvolvimento sustentável em consonância com as resoluções relevantes da Assembleia Geral, bem como com as conferências das Nações Unidas recentes (pontos 9 a 26). Os temas sobre desenvolvimento pertencem ao 3º pilar que é de competência do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Note-se que aqui se encontram as resoluções e os compromissos sobre desenvolvimento que não avançam, como destacado pela observação da Sexta Comissão.

B – Manutenção Internacional da Paz e da Segurança (pontos 27 a 65). Entre os temas incluídos, que pertencem ao 1º pilar, podem destacar-se a questão palestina, as práticas israelenses e as atividades dos colonos que afetam o direito do povo palestino e outros árabes sobre os territórios ocupados, as atividades econômicas e outras que afetam o interesse de povos de Territórios Não-Autônomos. Como se viu acima, na parte reservada à Quarta Comissão, os assuntos não avançam pela barreira intransponível interpostas por pequeno grupo de países, indiretamente apoiados pelos países europeus.

C – Desenvolvimento da África (item 66). Trata-se de uma especificação do pilar desenvolvimento todo dedicado à África. Tal como o grande agrupamento A sobre desenvolvimento, as razões para a falta de progresso estendem-se em por amplo espectro – sistema financeiro internacional perverso que favorece a quem menos precisa, dívida crescente e insustentável, conflitos alimentados pelo comércio de armas e, mais importante, a evidente falta de vontade de mudar o estado das coisas em favor dos menos favorecidos, entre outros.

D – Promoção de Direitos Humanos (pontos 67 a 72), trata do 2º pilar. Aqui se encontra o universo dos direitos humanos, entre os quais cabe salientar a promoção e a proteção das crianças (entre as que se encontram as que não foram protegidas no genocídio em Gaza), o direito dos povos originários, a eliminação do racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias relacionadas, o direito à autodeterminação, entre outros.

E – Efetiva Coordenação de esforços de assistência humanitária (ponto 73). A coordenação de esforços humanitários apoia-se no 2º pilar – direitos humanos.

F – Promoção da Justiça e do Direito Internacional (pontos 74 a 89). Entre os temas deste grupo, cabe sublinhar o relatório da Corte Internacional da Justiça (é importante recordar a ação movida pela África do Sul contra Israel), o relatório do Tribunal Penal Internacional (ordem de detenção emitida contra o Primeiro-Ministro, Benyamin Netanyahu e o ex-Ministro de Defesa, Yoav Gallant), a responsabilidade dos Estados por ações ilegais, crimes contra a humanidade, o direito nos planos nacional e internacional. Recorde-se que os temas de justiça e promoção do direito são aqueles que unem os 3 pilares e lhes dão sentido.

G – Desarmamento (pontos 90 a 107). Este grupo consiste em temas que tem a ver com o 1º pilar (paz e segurança), entre os quais cabe ressaltar a redução dos orçamentos militares, muito relevante no momento em que os países membros da OTAN aumentam os seus gastos com defesa. Esse ponto talvez seja o mais importante. A tentativa de reduzir os gastos com defensa será soterrado, como as paredes de concreto em seguida a um ataque com mísseis.

H – Controle de Drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo internacional em todas as suas formas e manifestações (pontos 108 a 110). Este grupo é relativamente novo e se apoia no 1º pilar (paz e segurança). Relativamente novo significa somente que não fazia parte das agendas das primeiras sessões da AGNU e teve grande visibilidade nas décadas de 1980/1990.

I – Assuntos Administrativos e de Organização (pontos 111 a 174). Entre os temas deste grupo, cabe apontar o relatório anual do Secretário-Geral da ONU, implementação das resoluções das Nações Unidas, revitalização do trabalho da AGNU, fortalecimento do Sistema Nações Unidas, Reforma das Nações Unidas, Saúde e Política Exterior e questões orçamentárias. É curiosa a inclusão neste grupo do tema "*Saúde e Política Exterior*", que parece um pouco descolado. Note-se a inclusão do tema "implementação das resoluções das Nações Unidas", que como vimos acima é a preocupação principal da Sexta Comissão.

De 19 de setembro, quando foi aprovada a 1ª resolução da AGNU – "Participação do Estado da Palestina na 80ª sessão da AGNU" a 30 de dezembro de 2025, a 80ª AGNU adotou 246 resoluções. Até presente, a AGNU não adotou nenhuma resolução[15]. Isso não significa que a AGNU não esteve reunida. Sumário de todas as reuniões da 80ª AGNU pode ser consultado no site da ONU "summaries"[16], que inclui sumários de todas as reuniões dos 6 órgãos da ONU, bem como de suas respectivas comissões.

Estados Unidos e Israel atacam o Irã

A intenção do presente artigo era mostrar, ainda que de maneira impressionista, um pouco da complexidade do universo das Nações Unidas. Entretanto, nas primeiras horas do sábado, dia 28 de fevereiro, os EUA e Israel atacaram o Irã. A razão é a guerra pela hegemonia global que o Presidente Donald Trump desencadeou com o assalto à Venezuela e ameaças ao México, Colômbia, Panamá, Cuba e Groenlândia.

A reação internacional à intervenção foi lamentável. O Primeiro-Ministro do Canadá, Mark Carney, crítico de Trump até pouco, aplaudiu a violência. Ursula von der Leyen, a Presidente da Comissão Europeia, pediu respeito ao direito internacional, mas não condenou o ataque que evidentemente viola o direito internacional, num exercício de notável contorcionismo lógico. Kaja Kallas, a Alta Representante da UE para Negócios Estrangeiros, fez um triplo salto mortal finalizando com condenação ao Irã, com aplausos entusiasmado da plateia. O único que se distanciou dessa exibição de espinha dorsal dobrável foi o Primeiro-Ministro Pedro Sanchez, que condenou o ataque. O Primeiro-Ministro do Reino Unido, que não é mais da UE, mas guarda a mesma propensão ao absurdo, reagiu com opinião original, segundo a qual o regime de Teerã é "absolutamente repugnante".

[15] As resoluções adotadas pela AGNU até o presente podem ser vistas em https://www.un.org/en/ga/80/resolutions.shtml

[16] https://press.un.org/en/content/general-assembly/meetings-coverage?_gl=1*1x1jmjx*_ga*OTIxODc1MjcwLjE3NjczNTc4Nzg.*_ga_TK9BQL5X7Z*czE3NzIyOTg2MTckbzQxJGcxJHQxNzcyMjk5MzQzJGo1MiRsMCRoMA

Talvez não seja demais recordar que esses dignos representantes são os alegados defensores do direito internacional de que é exemplo destacado a Carta das Nações Unidas. O leitor talvez argumente que o descaso com o direito internacional e com a Carta não é exceção, mas regra quando convém; e terá razão, pois o que se observa em 80 anos é que a agenda parece patinar e não sai do lugar, como recorda a Sexta Comissão e o Secretariado no item "implementação das resoluções das Nações Unidas". Os 3 pilares – paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento – unidos pelo direito internacional, jazem na paisagem desolada, sem nada em cima, como ruinas de um projeto que poderia ter levado a um mundo melhor.

EUA e Israel, Estados fora-da-lei, fazem a guerra pela hegemonia global e regional, respectivamente. Ninguém sabe o que poderá acontecer, quais serão as consequências, mas uma coisa é certa: não há volta para trás, a confiança quebrou-se irremediavelmente e o que virá pela frente será radicalmente diferente. A oposição aos planos de EUA e Israel só aumentará até tornar-se irresistível. Um novo começo, se houver um novo começo, far-se-á contra uma paisagem desolada pela paralização da agenda que poderia ter conduzido ao mundo melhor para todos, com paz e segurança, pleno reconhecimento e respeito aos direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

O que se assiste atualmente é a desconstrução do direito internacional. De maneira mais grave trata-se do apagamento da consciência moral, que é a base sobre a qual se apoia o direito. O que significa um mundo sem referência ética? Uma das consequências é a brutal ausência de freios, tanto no plano individual quanto no plano coletivo, para deter ações com potencial para comprometer a dignidade humana. Pense-se, por exemplo, nas necessárias ações para deter o aquecimento global. Por que preocupar-se com algo que exige sacrifícios incertos? Reforma do sistema financeiro internacional? Por quê? Para que? O sistema funciona a contento. Vejam como a máquina não deixa de produzir bilionários em quantidade industrial. Amplo acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS, nas siglas em inglês), como idealmente pretende o Acordo sobre Pandemias da OMS? Por quê, perguntam os grandes laboratórios e logo propõem sem seu lugar ação voluntária, desprovida de moral e de sentido ético. Nem sequer aceitam entregar 20% das vacinas produzidas para a OMS em situação de pandemia, como demanda o bom senso. Sem que ninguém se tenha dado conta, os compromissos não existem mais, foram substituídos pela ação voluntária, livre de qualquer amarra. E não somente na OMS, mas em todo o Sistema Nações Unidas e na ONU, que sofreu ataque com a proposta de substituir o Conselho de Segurança com a invenção do Conselho de Paz de Trump, integrado por voluntários sem compromissos. Tudo que é solido desmancha no ar, de Marx, conserva o frescor e parece premonitória.

As Nações Unidas são necessárias e sempre o serão. A nós cabe confiar e resistir, uma vez que não há outra maneira de preservar a dignidade humana.

Este ataque ilegal dos EUA e de Israel contra o Irã também é um ataque às Nações Unidas[1]

Este ataque ilegal de Estados Unidos e Israel contra Irán es también un ataque contra las Naciones Unidas

This Illegal US-Israeli Attack on Iran Is Also an Assault on the United Nations

Jeffrey D. Sachs & Sybil Fares

Sejamos francos quanto ao que os Estados Unidos e Israel estão buscando. O objetivo dos EUA não é a segurança do povo americano, mas a hegemonia global. Trata-se de uma tentativa de destruir a ONU e o direito internacional – uma tentativa fadada ao fracasso.

Em 16 de fevereiro de 2026, um de nós (Jeffrey Sachs) enviou uma carta ao Conselho de Segurança da ONU alertando que os Estados Unidos estavam prestes a rasgar a Carta das Nações Unidas. Esse alerta agora se confirmou. Os Estados Unidos e Israel lançaram uma guerra não provocada contra o Irã, em flagrante violação do Artigo 2(4) da Carta, sem autorização do Conselho de Segurança e sem qualquer alegação legítima de legítima defesa nos termos do Artigo 51. Estão tentando assassinar a Carta da ONU e o direito internacional, mas eles fracassarão.

No Conselho de Segurança, em 28 de fevereiro de 2026, os EUA e seus aliados direcionaram sua condenação não à agressão americana e israelense, mas ao Irã. Os aliados dos EUA, um após o outro, condenaram o Irã por seus ataques de retaliação, mas, de forma absurda, deixaram de condenar o ataque ilegal e não provocado dos Estados Unidos e de Israel contra o país. A conduta desses países foi vergonhosa e representou uma completa inversão da realidade.

Os ataques conjuntos dos EUA e Israel foram descritos por Trump como necessários porque o Irã "rejeitou todas as oportunidades de renunciar às suas ambições nucleares, e não podemos mais tolerar isso". Trata-se, evidentemente, de uma mentira descarada. Como relatado na carta de 16 de fevereiro, o Irã concordou há uma década com um acordo nuclear: o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês), adotado pelo Conselho de Segurança da ONU na Resolução 2231. Foi Trump quem rompeu esse acordo em 2018. Em junho de 2025, Israel bombardeou o Irã em meio às negociações entre EUA e Irã. Dessa vez, novamente, os planos de guerra de Israel e dos EUA haviam sido definidos semanas antes, quando Netanyahu se reuniu com Trump, e as negociações então em curso entre Washington e Teerã não passaram de uma farsa. Este parece ser o novo *modus operandi* dos EUA: iniciar negociações e, em seguida, tentar eliminar seus interlocutores.

[1] Publicado originalmente em *Common Dreams*, em 2 de março de 2026. Acesso: https://www.commondreams.org/opinion/united-nations-israel-us-attack-iran Tradução: Carolina Leocadio

É fácil entender por que os aliados dos EUA se comportaram de maneira constrangedora e submissa no Conselho de Segurança da ONU. Além dos próprios Estados Unidos, oito dos outros quatorze membros do Conselho abrigam bases militares americanas ou concedem às forças dos EUA acesso a instalações militares em seus territórios: Bahrein, Colômbia, Dinamarca, França, Grécia, Letônia, Panamá e Reino Unido. Esses países não são plenamente soberanos; são parcialmente governados por Washington. Nessas bases funcionam operações da CIA, e os países anfitriões vivem constantemente sob o temor de sofrer subversão por parte dos Estados Unidos em seus próprios territórios.

Como Henry Kissinger afirmou de forma célebre: "Pode ser perigoso ser inimigo dos Estados Unidos, mas ser seu amigo é fatal." Podemos acrescentar que hospedar bases militares americanas e operações da CIA equivale a transformar seu país em um Estado vassalo.

Como exemplo absurdo, mas revelador, a embaixadora da Dinamarca repetiu fielmente todos os argumentos de Washington, apontando o dedo para o Irã por sua suposta agressão, como se o país não tivesse sido atacado pelos EUA e por Israel. Ela simplesmente ignorou que tamanho grau de submissão e humilhação perante os Estados Unidos dificilmente favorecerá a Dinamarca caso os EUA venham a ocupar a Groenlândia.

As vozes que disseram a verdade no Conselho de Segurança vieram dos países não ocupados pelos Estados Unidos. A Rússia explicou corretamente que o chamado Ocidente – isto é, os países ocupados pelos EUA – está culpando a vítima ao apontar o dedo para o Irã. A China lembrou ao Conselho que a crise teve início com os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã, e não com a retaliação iraniana. O embaixador da Somália, falando em nome de vários Estados africanos membros, expôs com clareza a origem dessa recente escalada. Já o representante da Liga dos Estados Árabes na ONU discorreu com contundência sobre a causa profunda da agressão desmedida de Israel: a negação dos direitos do povo palestino e o uso, por Israel, de assassinatos em massa e da guerra regional para impedir o surgimento de um Estado palestino.

Quando o Irã retalia contra bases militares dos EUA no Golfo, está exercendo seu direito inerente de legítima defesa nos termos do Artigo 51 da Carta. É preciso lembrar que os Estados Unidos e Israel vêm assassinando, de forma aberta e reiterada, líderes iranianos, com o objetivo de derrubar o governo do país. Quando Estados assassinam um chefe de Estado estrangeiro e tentam destruir um governo, o alvo dessas ameaças tem o direito, à luz do direito internacional, de se defender.

Os bombardeios conjuntos de EUA e Israel mataram não apenas o Líder Supremo do Irã e vários altos funcionários do governo, mas também mais de 140 meninas em sua escola, em Minab. Essas crianças são vítimas de um crime de guerra hediondo. Os países que hoje deram carta branca aos Estados Unidos e a Israel por essas mortes – notadamente Dinamarca, França, Letônia, Reino Unido e, naturalmente, os próprios EUA – são igualmente cúmplices desse crime de guerra.

Essa reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU provavelmente será lembrada como o dia em que as Nações Unidas deixaram de funcionar a partir de sua sede em território americano. Uma organização internacional dedicada à solução pacífica de controvérsias não pode operar com credibilidade a partir de um país que trava guerras ilegais, ameaça Estados-membros com aniquilação e trata as resoluções do Conselho de Segurança como instrumentos descartáveis, usados conforme a conveniência. Para que a ONU sobreviva – e precisamos que ela sobreviva –, será necessário que disponha de várias sedes ao redor do

mundo, no Brasil, na China, na Índia, na África do Sul e em outros países, refletindo a verdadeira multipolaridade do sistema internacional.

Sejamos francos quanto ao que os Estados Unidos e Israel estão buscando. O objetivo dos EUA não é a segurança do povo americano, mas a hegemonia global. Trata-se de uma tentativa de destruir a ONU e o direito internacional – uma tentativa fadada ao fracasso. O objetivo de Israel é estabelecer um "Grande Israel", destruir o povo palestino e afirmar sua hegemonia sobre centenas de milhões de árabes no Oriente Médio (do Nilo ao Eufrates, como declarou recentemente o embaixador dos EUA, Mike Huckabee).

Os esforços delirantes dos Estados Unidos para alcançar a hegemonia global avançam região por região. Recentemente, os EUA passaram a sustentar, em uma distorcida e pretensa reedição da Doutrina Monroe, que controlam o Hemisfério Ocidental e podem ditar a forma como os países da América Latina conduzem seus assuntos econômicos e políticos. Para demonstrar isso, sequestraram o presidente venezuelano em exercício e agora ameaçam também derrubar o governo cubano.

A guerra atual contra o Irã busca demonstrar que os EUA igualmente consideram o Oriente Médio como sua esfera de domínio. Esse conflito integra uma campanha de 30 anos, iniciada com a doutrina Clean Break, destinada a derrubar todos os governos que se oponham à hegemonia dos Estados Unidos e de Israel na região. Essas guerras conjuntas Israel-EUA incluíram o genocídio em Gaza, a ocupação da Cisjordânia e décadas de guerras e operações de mudança de regime no Irã, no Iraque, no Líbano, na Líbia, na Somália, no Sudão, na Síria e no Iêmen.

Uma parte do plano global de Washington consiste em assumir o controle das exportações mundiais de petróleo e, nesse processo, enfraquecer China e Rússia. A intervenção dos EUA na Venezuela foi concebida para assegurar o controle americano sobre as exportações de petróleo do país, especialmente para regular o fluxo destinado à China. As sanções impostas à Rússia visam impedir que o petróleo russo chegue à Índia e à China. Agora, os EUA procuram interromper também o fluxo de petróleo iraniano para a China. De forma mais ampla, os Estados Unidos buscam exercer controle sobre toda a região do Golfo, além do Irã, a fim de preservar sua dominância imperial.

A ordem internacional que Franklin e Eleanor Roosevelt ajudaram a construir após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial fundamentava-se em uma ideia simples e profunda: a de que o direito e o respeito, e não a força, deveriam reger as relações entre os Estados. Essa ideia está agora sendo desmantelada justamente pela nação que mais contribuiu para promovê-la ao fundar a ONU. A ironia é amarga além de qualquer medida.

A verdade é que a devastação da guerra não atingirá diretamente o chamado Ocidente: seus filhos não sofrerão traumas nem morte, e seus países não serão reduzidos a cinzas. As vítimas desse ataque são os povos do Oriente Médio. São eles os descartáveis, aqueles que pagam o preço da arrogância ocidental, do abuso de poder e do vício na guerra.

Encerramos com duas observações. Primeiro, os Estados Unidos não alcançarão a hegemonia global nem destruirão a ONU. O mundo é grande demais, diverso demais e determinado demais para se submeter à dominação de uma única potência — ainda mais de uma que representa 4% da população mundial. O mundo fora dos EUA e dos países sob sua ocupação quer que a ONU viva e prospere. A tentativa americana certamente fracassará, mas poderá causar imenso sofrimento antes disso.

Segundo, se Israel continuar em seu vício por guerra e ocupação, tampouco sobreviverá. Esse vício representa uma combinação de teocracia e estresse pós-traumático. Uma parte de Israel acredita ser o reino bíblico do século V a.C. A outra vive na memória traumática do Holocausto e, por isso, está determinada a eliminar qualquer adversário percebido, em vez de aprender a conviver com ele em paz. A defesa distorcida apresentada pelo embaixador israelense para justificar o ataque descarado de Israel contra o Irã invocou, como de costume, a Bíblia e Auschwitz como suas duas justificativas. São essas as referências recorrentes de Israel – mas não o mundo real de hoje.

Um Estado que depende de guerra permanente, ocupação contínua e massacre dos palestinos, bem como da subjugação indefinida de milhões de pessoas, não tem futuro viável. As políticas que os Estados Unidos agora adotam em nome de Israel acelerarão, e não impedirão, esse desfecho.

A solução de dois Estados, reiteradamente endossada pelo Conselho, oferece a Israel um caminho para a paz. Tragicamente, Israel a rejeita. O resultado, ao final, será o próprio fim de Israel em sua forma atual, sobretudo à medida que a opinião pública nos Estados Unidos se volta rapidamente contra o que percebe como uma teocracia violenta e passa a apoiar a causa palestina. Talvez venha a emergir um único Estado democrático, no qual árabes e judeus vivam juntos em paz, com o fim do regime de apartheid.

São verdades duras, mas momentos de emergência exigem honestidade. A ONU está sendo destruída por Israel e pelos Estados Unidos. O Conselho de Segurança precisa despertar de sua condição de subordinação militar diante perante os EUA e lembrar que é o guardião da promessa inscrita na Carta da ONU: manter a paz e a segurança internacionais.

A explosão global do preço dos medicamentos[1]

La explosión global del precio de los medicamentos

The global explosion in drug prices

Reinaldo Guimarães

Resumo. Relatório revela: nos próximos anos, os gastos com remédios crescerão três vezes mais que o consumo. Em sua nova fase financeirizada, Big Pharma inova pouco, aposta em tecnologias muito caras e concentra mercado – tornando-se, cada vez mais, um grande fundo de investimentos.

Resumen. *Un informe revela que, en los próximos años, el gasto en medicamentos crecerá tres veces más que el consumo. En su nueva fase financiarizada, las grandes farmacéuticas innovan poco, apuestan por tecnologías muy caras y concentran el mercado, convirtiéndose cada vez más en un gran fondo de inversión.*

Abstract. *Report reveals in the coming years, spending on medicines will grow three times faster than consumption. In its new financialized phase, Big Pharma innovates little, invests in very expensive technologies, and concentrates the market—increasingly becoming a large investment fund.*

"A medicina é uma ciência social,
e a política nada mais é do que
medicina em grande escala."
Rudolph Virchow (1821 – 1902)

Os preços de novos medicamentos, e também os não tão novos, estão explodindo em toda parte. As razões são várias e têm como epicentro o mercado doméstico dos Estados Unidos da América (EUA), que consome (em valor), cerca de 50% dos medicamentos comercializados no mundo[1]. Algumas dessas razões são os preços de lançamento de medicamentos serem estabelecidos exclusivamente pelos fabricantes, sem qualquer regulação.

Outra é que a maior responsabilidade pela explosão são as empresas que pertencem ao que se chama *Big Pharma*. Independentemente de onde se situam as suas matrizes, elas negociam suas ações na Bolsa de Nova Iorque. Finalmente e muito importante, também é nos EUA que estão as matrizes daqueles investidores institucionais que chamo de 'controladores em última instância', que são as investidoras institucionais (*BlackRock, State Street, Vanguard*, etc.) detentoras de blocos de ações, que manejam as estratégias (e, por vezes, além disso) das empresas da *Big Pharma* em um nível acima de suas direções executivas. Mais adiante voltarei a falar delas.

[1] Artigo publicado no site *Outra Saúde*, em 23/02/2026. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasaude/a-explosao-global-do-preco-de-medicamentos/

A empresa IQVIA é uma conhecida multinacional com matriz nos EUA cujos negócios são elaborar relatórios analíticos prospectivos no campo da saúde e atuar como prestadora de serviços para farmacêuticas (uma CRO[2]). Seus relatórios são vendidos principalmente para empresas, mas também para governos e instituições acadêmicas. Neste texto, eu me refiro a um dos seus últimos produtos (2026)[3], relativo às tendências do mercado mundial de medicamentos até 2030. Em tradução livre, aqui vai um comentário dele extraído e fornecido gratuitamente:

> "O crescimento global no uso de medicamentos é impulsionado principalmente pelo crescimento populacional. Prevê-se que o uso per capita cresça 1,9% ao ano até 2030. Ao mesmo tempo, espera-se que os gastos globais aumentem de 5% a 8% ao ano, ultrapassando US$ 2,6 trilhões, o que reflete uma crescente disparidade entre volume e custo. O crescimento dos gastos está concentrado em um pequeno número de mercados. Prevê-se que os EUA e outros 14 países de alta renda impulsionem 76% do crescimento global dos gastos até 2030, aumentando a concentração geográfica. A inovação continua sendo o principal motor de crescimento. Novas terapias em oncologia, imunologia, diabetes e obesidade continuarão a impulsionar o crescimento dos gastos, mesmo com a desaceleração do crescimento geral das terapias devido à expiração de patentes e à concorrência de biossimilares."

As evidências empíricas parecem corretas, mas as interpretações delas derivadas são muito discutíveis. Isso é compreensível, pois o negócio da IQVIA é atender às expectativas de seus clientes, sempre sustentando as bases do modelo de negócio da *Big Pharma*. Não que sejam desonestos, mas, no meu ponto de vista, profundamente enviesados.

Veja que a disparidade entre o aumento do volume do consumo, 1,9% em unidades farmacêuticas e 5,0-8,0% em valor, é grande e crescente. Muito provavelmente, dado que o número de usuários potenciais, como veremos adiante, cresce a uma taxa mais baixa, a brecha entre as duas cifras orienta a estratégia da *Big Pharma* de produzir medicamentos cada vez mais caros, atendendo às suas demandas financeiras impostas por suas controladoras em última instância. A análise aponta também o crescimento da concentração geográfica do mercado mundial, onde 14 países de renda alta responderão, até 2030, por 76% do crescimento do mercado (o Brasil, classificado como de renda média alta, tem o décimo mercado mundial). Em relatórios desse tipo, os demais cerca de 180 países costumam ser mencionados como "*rest of the world*".

Incoerências no relatório

Importante também ressaltar no texto da IQVIA a menção às políticas de medicamentos genéricos e biossimilares que é mencionada como uma espécie de freio ao crescimento do mercado (em valor), o que, no meu ponto de vista, ignora a sua importância como ferramenta de ampliação do acesso. Em um mundo com regras diferentes das do capitalismo financeirizado prevalente, seria possível pensar em um crescimento do mercado baseado em ampliação do acesso e não em aumento das margens de lucro exigido pelo rizoma farmacêutico global[4].

A afirmação que aponta o crescimento populacional como principal vetor do crescimento do consumo de medicamentos não convence. A plataforma *Our World In Data*, ligada à universidade britânica de Oxford, informa que a taxa de crescimento da população no mundo caiu de aproximadamente 1.35% ao ano em 2000 para 0.85% em 2025[5]. A população

ainda cresce, mas cada vez menos. E essa queda incide principalmente nos países de alta renda, motores principais do mercado de medicamentos.

Talvez fosse prudente substituir o argumento do crescimento populacional pelo envelhecimento populacional como fator do crescimento do uso de medicamentos, mas eu pondero que com a explosão dos preços, como veremos adiante, é muito provável que segmentos importantes de idosos e idosas não possam usufruir dos benefícios dos medicamentos de que precisam. Por outro lado, e isso também será mencionado mais adiante, um dos grandes vetores de interesse da *Big Pharma* (e da explosão de preços) são as doenças raras, que incidem predominantemente em faixas etárias bem mais precoces, na maioria dos casos.

Da mesma forma, a afirmação de que "inovação continua sendo o principal motor de crescimento", merece ser qualificada. Em número, a maior parte dos novos lançamentos de medicamentos embute inovações incrementais decorrentes de pequenas alterações de formulação, novas combinações de moléculas já conhecidas e reposicionamento de produtos (novas indicações de medicamentos antigos). Em valor, são relativamente poucos os lançamentos que contêm inovações radicais baseadas em novas entidades moleculares. Nos últimos anos, a grande exceção de medicamentos com princípios ativos radicalmente inovadores e destinados a enfrentar problemas de saúde de grande relevância sanitária são os novos produtos para o controle do diabetes e da obesidade.

No meu ponto de vista, o principal motor de crescimento do mercado farmacêutico reside na explosão dos preços dos medicamentos que entram nesse mercado. De acordo com artigo publicado pela revista da Associação Médica Americana (JAMA)[6], nos Estados Unidos em 2008, o preço médio dos medicamentos novos por paciente/ano era de US$ 2.115,00. Em 2021, passou a ser de US$ 180.000,00 (preços constantes). O crescimento anual composto nesse período foi de cerca de 20% ao ano (CAGR).

Como já mencionei, nos EUA os preços de lançamento de um novo medicamento são estabelecidos exclusivamente pelo fabricante. Isso reforça a **necessidade de controlar preços de medicamentos**, tarefa de órgãos governamentais ou paragovernamentais existentes em todos os países que possuem sistemas públicos de saúde. No Brasil, está a cargo da Câmara de Regulação de Preços de Medicamentos (CMED), vinculada ao Ministério da Saúde e operada pela Anvisa. E sugere também que o método de controle seja **mais e mais acurado**.

A questão norte-americana

Relatório de 2024 do Comitê de Saúde, Educação, Trabalho e Pensões do Senado dos EUA, intitulado em tradução livre 'Modelo de negócios das grandes farmacêuticas: ganância corporativa'[7] e liderado pelo senador Bernie Sanders, demonstra com absoluta clareza esse aumento disseminado de preços e o seu impacto na população daquele país, mas não apenas lá.

O relatório disseca com precisão as estratégias da *Big Pharma* responsáveis pela ganância, tendo como objeto de sua análise três grandes empresas farmacêuticas dos EUA – Johnson & Johnson, Merck e Bristol Myers Squibb, como *prox*y do conjunto de todas as grandes farmacêuticas. O relatório pode ser acessado no link que forneço nas referências deste texto. Adianto apenas a afirmação lá contida de que um em cada quatro habitantes dos EUA não conseguem ter acesso aos medicamentos de que necessitam. E que, também nos EUA, ao

contrário do que se costuma alegar, após o lançamento, os preços sobem, diferentemente do que acontece em outros países do Norte Global.

A dimensão dessa explosão de preços sugere um ambiente de ruptura com práticas anteriores da própria *Big Pharma*. Não parece haver uma continuidade da tendência de incrementos menos radicais. A rigor, tanto Barack Obama em 2010, quanto Joe Biden até recentemente, e Trump, atualmente, tentaram e tentam enfrentar o problema dos preços dos medicamentos nos EUA. Os dois presidentes democratas mediante subsídios variados e Trump mediante pressão sobre as farmacêuticas.

O que Trump está propondo é um critério de tabelar os preços de alguns medicamentos de grande consumo ao nível do menor preço praticado em uma cesta de países ricos nas compras feitas pelos seus dois principais programas públicos (*Medicare* e *Medicaid*), que estão bem longe de configurar uma política universal de saúde. Curiosamente, no caso do Reino Unido, candidato a ter sempre o menor preço nas compras do NHS (Sistema Nacional de Saúde), Trump obrigou o primeiro-ministro Keir Starmer a retirar o subsídio que estava embutido nessas compras para que os preços britânicos subissem. Starmer topou.

Big Pharma: a indústria financeirizada

O que chamo de uma nova estratégia da *Big Pharma* e que é responsável pela explosão dos preços responde a mais de uma dimensão.

A principal é o regime de extração de valor realizada pelos já mencionados acionistas 'controladores em última instância' sobre a farmacêuticas. Há evidências empíricas sobre esse tipo de governança. Numa das referências mais citadas – *The financialization of Big Pharma*[8]– Fernandez e Klinge resgataram informações de balanço das 27 maiores farmacêuticas segundo receita em 2018, a grande maioria com matriz nos EUA. Menciono um resumo de suas conclusões:

(1) Um crescimento das reservas financeiras de 83 bilhões de dólares em 2000 para 219 bilhões em 2018; (2) Um aumento do pagamento a acionistas (dentre eles, os grandes investidores institucionais); (3) Um crescimento maior de pagamentos de dividendos do que de recursos alocados em P&D; (4) O endividamento com baixo investimento em novas instalações e máquinas, resultando em aumentos nas despesas com P&D menores do que os esperados; (5) Uma mudança no modelo de negócios, do desenvolvimento e produção de novos produtos para a compra de concorrentes e de pequenas empresas, objetivando a diminuição da concorrência e a aquisição de direitos de propriedade intelectual. Por fim, os autores sugerem que, cada vez mais, a *Big Pharma* funciona como um fundo de investimentos que fabrica medicamentos.

Outra dimensão explicativa da explosão dos preços é o avanço de novas tecnologias, em particular no campo biotecnológico, cujos melhores exemplos – Liraglutida, Tirzepatida e Semaglutida – são os princípios ativos de medicamentos para tratar o diabetes e a obesidade. Mas ao lado desses produtos destinados a enfrentar doenças de grande impacto sanitário, parte importante do crescimento dos preços está relacionado a medicamentos para doenças raras, cujo maior impacto situa-se no plano emocional, haja vista sua alta letalidade e sua incidência ser predominante em crianças.

A terceira dimensão da explosão de preços é o desenvolvimento emergente de terapias gênicas *ex-vivo* e *in-vivo*. Nas primeiras, células são retiradas do paciente, modificadas e então reinjetadas no mesmo indivíduo. Nas terapias *in-vivo*, a alteração genética desejada é realizada

no organismo do paciente. Atualmente existem em torno a 10 terapias gênicas aprovadas pela agência regulatória dos EUA – o FDA. Elas são os medicamentos mais caros existentes no mercado, algumas delas com preços acima de um milhão de dólares por paciente, como foi o caso do Zolgenzma, fabricado pela Novartis, para controlar a evolução da Atrofia Muscular Espinhal.

Sistemas públicos de saúde na mira

Essa possível ruptura no padrão da precificação de novos produtos da *Big Pharma* observada no século XXI obedece, como discuti em outro texto[9], ao desenvolvimento de um processo geral em curso no capitalismo global que amadureceu durante o último quarto do século passado, que é a financeirização completa das economias (países, empresas e indivíduos). Especificamente no terreno da indústria farmacêutica multinacional, este macroprocesso foi complementado pela criação da Organização Mundial do Comércio em 1995 que instituiu um regime mundial de proteção patentária em benefício dos detentores de patentes, que são exatamente as empresas que compõem a *Big Pharma*.

Lateralmente, observo que atualmente a OMC está sendo abandonada pelo seu criador, os EUA. Entretanto, o regime de proteção da propriedade intelectual que ela instituiu continua (e continuará) vivo, mesmo na ausência de um árbitro multilateral. A ferramenta será o modelo de governança mundial de Trump (ou alguma outra que a suceda), com suas tarifas e truculências variadas.

Uma característica importante desse processo é uma mudança de alvo preferencial das multinacionais farmacêuticas. Atualmente, com os preços inalcançáveis de novos produtos, o alvo preferencial não mais são as famílias, mas sim os sistemas públicos de saúde, nos países que os possuem. Não apenas nos países do Sul Global, mas também nos países ricos do Norte, cujos sistemas universais foram constituídos predominantemente na segunda metade do século passado. Compõem também esses alvos preferenciais as seguradoras e hospitais privados, para quem os preços são também inalcançáveis.

Nos países ricos da Europa, no Canadá e na Austrália, na medida em que os preços foram aumentando, foram criadas organizações que realizam avaliações das novas tecnologias e orientam os sistemas públicos quanto à incorporação de produtos. No Brasil, as duas organizações correspondentes, respeitadas as suas missões específicas, são a já mencionada CMED, criada em 2003 e a CONITEC, em 2011. Neste momento, quando os preços explodem, mais que nunca precisamos protegê-las e fortalecê-las e, em particular, também defender suas identidades rejeitando eventuais conflitos de interesse.

Referências

1 Market share of leading 10 national pharmaceutical markets worldwide in 2022. https://www.statista.com/statistics/245473/market-share-of-the-leading-10-global-pharmaceutical-markets/ O panorama para 2026 deve ter chegado a 50% ou mais.

2 *Contract Research Organization*. Atualmente, praticamente todos os componentes envolvidos no desenvolvimento, fabricação e comercialização de medicamentos nas empresas da *Big Pharma* são terceirizados. Seu principal ativo não financeiro são os direitos de propriedade intelectual.

3 IQVIA Institute Report – Global Medicine Use Trends 2026 https://www.iqvia.com/insights/the-iqvia-institute/reports-and-publications/reports/global-medicine-use-trends-2026?utm_campaign=2026_GlobalMedicineUse2026_INSTITUTE_SM&utm_medium=email&utm_source=Eloqua

4 ‘A *Big Pharma*, uma invenção norte americana’. Outras Palavras (23/12/2024). Ali, chamei de rizoma esse conjunto de grandes controladores institucionais que se organizam em rede, controlando múltiplas grandes farmacêuticas e originando o que é conhecido como ‘propriedade comum’, que é generalizada na indústria farmacêutica que negocia suas ações na Bolsa de Nova York. Essa expressão ‘propriedade comum’ decorre de farmacêuticas também compartilharem vários controladores institucionais. Daí o rizoma. https://outraspalavras.net/outrasaude/a-big-pharma-uma-invencao-norte-americana/

5 Gráfico *World population growth, 1700 to 2100*: https://ourworldindata.org/grapher/population-growth-rate

6 Rome, BN et al. – *Trends in Prescription Drug Launch Prices, 2008-2021. JAMA, Vol. 327, No. 21, Published Online: June 7, 2022* https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2792986?utm_source=chatgpt.com

7 *Big Pharma’s Business Model: Corporate Greed – United States Senate. Health, Education, Labor, and Pensions Committee. Bernard Sanders, Chai* https://www.help.senate.gov/imo/media/doc/big_pharmas_business_model_report.pdf

8 *Fernandez, R.; Klinge, T. J. – Private gains we can ill afford: The financialisation of Big Pharma. Amsterdam. April 2020.* Disponível em: https://www.somo.nl/wp-content/uploads/2020/04/Rapport-The-financialisation-of-Big-Pharma-def.pdf

9 Guimarães, R. – Sobre a Farma e a Big Pharma. Ciência. saúde coletiva 30 (02) • Fev 2025. https://doi.org/10.1590/1413-81232025302.17082024

De Potsdam 1945 a Munique 2026: Salto Tecnológico e Tendências Regressivas na Governança Global, Desigualdade e Saúde Planetária

De Potsdam 1945 a Múnich 2026: Salto tecnológico y tendencias regresivas en la gobernanza global, la desigualdad y la salud planetaria

From Potsdam 1945 to Munich 2026: Technological Leap and Regressive Trends in Global Governance, Inequality, and Planetary Health

Juan Garay

Há oitenta e um anos, o mundo reuniu-se em Potsdam, emergindo da devastação de uma guerra global, com uma visão comum: reconstruir sociedades, prevenir conflitos futuros e criar instituições capazes de proteger os direitos humanos, a paz e a cooperação. Naquele momento, a humanidade somava cerca de 2,3 bilhões de pessoas, a esperança média de vida global era de 46 anos e os avanços científicos e tecnológicos ainda estavam em seus primórdios. As ambições morais e institucionais de Potsdam eram ousadas: estabelecer uma ordem baseada em regras, na qual a diplomacia, o multilateralismo e a dignidade humana orientassem a ação global.

Hoje, em 2026, o contraste é marcante. A Conferência de Segurança de Munique ocorre em um mundo com mais de 8 bilhões de pessoas, cerca de vinte anos a mais de esperança média de vida e capacidades tecnológicas sem precedentes — inteligência artificial, computação quântica, biotecnologia, medicina avançada, energias renováveis e exploração espacial. Ainda assim, as instituições que prometeram solidariedade global, governança equitativa e proteção ambiental não acompanharam esse ritmo. Onde Potsdam simbolizou reconstrução e liderança normativa, Munique enfatiza dissuasão, expansão industrial militar e preparação para confrontos prolongados. A humanidade possui hoje ferramentas para enfrentar crises planetárias, mas a governança, a distribuição de riqueza e a liderança moral permanecem perigosamente defasadas.

Instituições ocidentais, historicamente vistas como defensoras da paz, dos direitos humanos e do multilateralismo, passam a priorizar cada vez mais a segurança e a influência estratégica. Munique 2026 evidencia que apoio e atenção são seletivos: fortes para a Ucrânia, limitados para crises fora da Europa e, por vezes, condicionados a interesses estratégicos mais do que a direitos universais. Parcerias com regimes autoritários continuam sob justificativas como segurança energética, controle migratório ou competição industrial. Para grande parte do Sul Global, essa seletividade reforça a percepção de que a autoridade moral é instrumental, e não universal, enfraquecendo a confiança na liderança ocidental.

O avanço tecnológico também aprofunda desigualdades econômicas. Automação, inteligência artificial e plataformas digitais concentram riqueza e poder informacional em cada vez menos mãos. Hoje, o decil mais rico detém mais de 50% da riqueza global, e menos de 10% da população controla os fluxos financeiros e midiáticos dominantes que moldam comércio, consumo e política. Essas desigualdades não são abstratas — elas influenciam diretamente a saúde. As análises do SHEM mostram que a desigualdade é um determinante causal da morbidade e da mortalidade, condicionando exposição a riscos, acesso à nutrição, cuidados de

saúde e resiliência social. Sem mudanças estruturais, as disparidades crescentes aprofundarão desigualdades em saúde e acelerarão o declínio intergeracional do bem-estar.

A degradação ambiental intensifica esses desafios. Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desmatamento e perturbações ecológicas tornam-se determinantes centrais da saúde humana. A mortalidade associada ao calor aumenta, doenças transmitidas por vetores expandem-se, a insegurança alimentar cresce e o risco de pandemias zoonóticas se eleva. Populações vulneráveis sofrem de forma desproporcional, ampliando desigualdades. A tecnologia, por si só, não consegue compensar essas interações socioecológicas; governança, justiça e distribuição equitativa de recursos são decisivas.

Dados do SHEM estimam que cerca de **16 milhões de mortes anuais** são evitáveis se a inequidade for enfrentada. Comparações contrafactuais de equidade indicam que resultados de saúde poderiam aproximar-se dos observados nas populações mais favorecidas sob condições sustentáveis. Métricas sensíveis à distribuição mostram como médias nacionais ocultam disparidades profundas, enquanto limiares universais de dignidade — garantindo acesso a renda, nutrição, moradia, cuidados de saúde e educação — oferecem um caminho mensurável para a equidade. Mais detalhes e materiais estão disponíveis em: https://www.sustainablehealthequity.org/webnair

Olhando para a segunda metade do século XXI, os riscos se acumulam: ampliação das desigualdades em saúde, deslocamentos induzidos pelo clima, maior potencial epidêmico, colapso de sistemas alimentares devido à perda de biodiversidade e declínio intergeracional do bem-estar. A capacidade tecnológica não basta sem governança equitativa e responsabilidade ecológica.

As estruturas de governança global precisam adaptar-se. A legitimidade das Nações Unidas depende de neutralidade e equilíbrio geográfico, mas sua sede e o Conselho de Segurança permanecem concentrados no Ocidente. O sistema de veto permite que poucos Estados bloqueiem ações mesmo diante de atrocidades em massa, limitando respostas coordenadas a crises que ameaçam saúde, dignidade e estabilidade planetária. Reformas são urgentes: limitar o uso do veto em emergências humanitárias, ampliar a representatividade, introduzir mecanismos de decisão por supermaioria e, em última instância, eliminar privilégios de supremacia estrutural que permitem a qualquer país dominar decisões globais de segurança.

A redistribuição econômica é igualmente crucial. Modelagens do SHEM sugerem que **5–7% do PIB global** redirecionados para limiares universais de dignidade — garantindo cerca de **10 dólares PPC por pessoa por dia** para renda básica, nutrição, moradia, cuidados de saúde e educação — poderiam assegurar padrões mínimos de vida em todo o mundo. Esse valor é modesto quando comparado à riqueza acumulada acima do “limiar de acumulação” (aproximadamente 70 dólares PPC por pessoa por dia) concentrada em menos de 10% da população. Munique 2026 ilustra como políticas centradas na segurança continuam protegendo privilégios de elites em detrimento da proteção social universal.

De Potsdam a Munique, a humanidade alcançou um extraordinário progresso tecnológico e melhorias expressivas na esperança de vida e no conhecimento científico. Contudo, governança, equidade e responsabilidade ecológica ficaram para trás. A legitimidade institucional enfraquece, as desigualdades em saúde persistem e os sistemas planetários degradam-se.

O caminho adiante é claro: é preciso alinhar **tecnologia, governança e justiça**. Isso exige governança democratizada e geograficamente equilibrada, redistribuição econômica suficiente para garantir dignidade universal e uma mudança normativa da competição voltada à preservação de privilégios para a cooperação em prol da sustentabilidade planetária. Somente integrando essas três dimensões será possível assegurar a saúde e a dignidade das gerações presentes e futuras, transformando o potencial tecnológico em um instrumento de bem-estar global equitativo e sustentável.

Referências

1. United Nations. Charter of the United Nations. https://www.un.org/en/about-us/un-charter
2. World Health Organization. Social determinants of health. https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health
3. Intergovernmental Panel on Climate Change. Assessment Reports. https://www.ipcc.ch/reports/
4. United Nations Environment Programme. Global Environment Outlook. https://www.unep.org/resources/global-environment-outlook
5. World Bank. World Development Indicators. https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators
6. International Monetary Fund. Technology and inequality analyses. https://www.imf.org/en/Topics/Inequality
7. International Labour Organization. World Employment and Social Outlook. https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso
8. Sustainable Health Equity Movement (SHEM). Webinar materials on health equity and avoidable burden of inequity. https://www.sustainablehealthequity.org/webnair

Não em Meu Nome: Gasto Militar como PIB Tóxico, Iniquidade em Saúde e o Caso da Objeção Fiscal Ética Seletiva

No en mi nombre: el gasto militar como PIB tóxico, la desigualdad en materia de salud y el caso de la objeción fiscal ética selectiva

Not in My Name: Military Spending as Toxic GDP, Health Inequality, and the Case for Selective Ethical Tax Objection

Juan Garay

Resumo. O gasto militar global alcançou US$ 2,7 trilhões em 2024, enquanto as iniquidades estruturais continuam a provocar milhões de mortes evitáveis em países deficitários. Este artigo discute as implicações éticas do gasto militar como PIB tóxico, os custos de oportunidade proporcionais em termos de mortes evitáveis (≈4,5 milhões/ano) e propõe a objeção fiscal ética seletiva como mecanismo para redirecionar recursos a investimentos que preservem a vida. Considera também a retórica da Conferência de Segurança de Munique 2026, enfatizando supremacia ocidental e tensões globais crescentes.

Resumen. *El gasto militar mundial alcanzó los 2,7 billones de dólares en 2024, mientras que las desigualdades estructurales siguen provocando millones de muertes evitables en los países más desfavorecidos. Este artículo analiza las implicaciones éticas del gasto militar como PIB tóxico, los costos de oportunidad proporcionales en términos de muertes evitables (≈4.5 millones/año) y propone la objeción fiscal ética selectiva como mecanismo para redirigir recursos hacia inversiones que preserven la vida. También considera la retórica de la Conferencia de Seguridad de Múnich de 2026, que enfatiza la supremacía occidental y las crecientes tensiones globales.*

Abstract. *Global military spending reached US$2.7 trillion in 2024, while structural inequalities continue to cause millions of preventable deaths in deficit countries. This article discusses the ethical implications of military spending as toxic GDP, the proportional opportunity costs in terms of preventable deaths (≈4.5 million/year) and proposes selective ethical tax objection as a mechanism to redirect resources to life-preserving investments. It also considers the rhetoric of the 2026 Munich Security Conference, emphasizing Western supremacy and growing global tensions.*

Introdução

Em 2024, o gasto militar global alcançou US$ 2,7 trilhões, o maior valor já registrado[1]. Eventos como a Conferência de Segurança de Múnich 2026 evidenciam narrativas de supremacia ocidental e escalada de tensões, justificando aumentos de gastos militares e confrontos com o Sul Global[6].

As mortes diretas por conflitos em 2024 foram estimadas em cerca de 239 mil[1], mas a maior ameaça à vida decorre de iniquidade estrutural. Em 2023, o ônus líquido da iniquidade em saúde (nBHiE) nos países deficitários foi de 12,6 milhões de mortes evitáveis[2].

O déficit global necessário para garantir um limiar mínimo de dignidade universal é estimado em US$ 7,563 trilhões[2].

PIB Tóxico e Custo de Oportunidade

O gasto militar representa uma parcela significativa do PIB tóxico[3].

2,7/7,563≈35,7%2,7 / 7,563 ≈ 35,7\%2,7/7,563≈35,7%

Aplicando esta proporção às 12,6 milhões de mortes evitáveis: ≈4,5 milhões de mortes/ano.

Segurança e Equidade em Saúde

A narrativa estratégica da Conferência de Segurança de Múnich 2026 reforça supremacia ocidental e escalada de confrontos[6]. A maior ameaça à vida é estrutural: desnutrição, falta de cuidados primários, saneamento insuficiente e ausência de proteção social.

Proposta de Objeção Fiscal Ética Seletiva

A objeção de consciência ao financiamento militar tem precedentes em *Conscience and Peace Tax International e National War Tax Resistance Coordinating Committee*[5,6]. Propõe-se permitir o redirecionamento proporcional da parcela do imposto destinada ao gasto militar para fundos de saúde, proteção social e dignidade mínima.

Conclusão

O gasto militar e a retórica estratégica de Múnich 2026 representam uma alocação tóxica de recursos globais[6]. A análise proporcional sugere ≈4,5 milhões de mortes evitáveis por ano associadas ao custo de oportunidade. Dizer "não em meu nome" reivindica coerência ética entre finanças públicas e preservação da vida e dignidade humana.

Referências

1. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). *SIPRI Yearbook 2025: Armaments, Disarmament and International Security.* Estocolmo: SIPRI; 2025.

2. Garay J. *Enough is Enough, and More is Too Much: Between Basic Dignity and Excess/Hoarding Thresholds.* Public Health and Equity Action Hub (PEAH); 2024. Disponível em: https://www.peah.it/2024/11/enough-is-enough-and-more-is-too-much-between-basic-dignity-and-excess-hoarding-thresholds/

3. Garay J. *Restoring the Broken Human Deal: Reframing Toxic GDP and Harmful Economic Allocation.* Public Health and Equity Action Hub (PEAH); 2024 Abr 13. Disponível em: https://www.peah.it/2024/04/13164/

4. Sustainable Health Equity Movement (SHEM). *Webinar Series: Ethics and Metrics; Tax Justice as Step Toward Health Equity.* Genebra: SHEM; 2023–2025.

5. Conscience and Peace Tax International. *Advocacy for Peace Tax Funds and Conscientious Taxpayer Rights.* Organização da sociedade civil internacional.

6. Garay J. *From Potsdam 1945 to Munich 2026: Technological Leap and Backward Trends in Global Governance, Inequality, and Planetary Health.* Public Health and Equity Action Hub (PEAH); 2026 Fev. Disponível em: https://www.peah.it/2026/02/from-potsdam-1945-to-munich-2026-technological-leap-and-backward-trends-in-global-governance-inequality-and-planetary-health/

7. National War Tax Resistance Coordinating Committee. *War Tax Resistance and Conscience in the United States.* Advocacy de liberdades civis.

Primeira semana da 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos: rito, agendas e sentidos políticos da abertura

Primera semana del 61º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos: ritual, agendas y sentidos políticos de la apertura

First Week of the Human Rights Council's 61st Session: Procedure, Agendas, and the Politics of the Opening

Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar

Resumo. Este informe explica o funcionamento da primeira semana da 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH/HRC), com ênfase na abertura, no Segmento de Alto Nível (HLS), no início dos diálogos/painéis e na Atualização Global do Alto Comissário (ACNUDH/OHCHR). Integra a síntese do comunicado oficial de abertura e analisa as falas de António Guterres (SG/ONU), Annalena Baerbock (PGA/AGNU), Volker Türk (ACNUDH) e Ignazio Cassis (Suíça), trazendo destaques regionais (China, Cuba, União Europeia e África do Sul) e documentando a ação do Brasil (igualdade racial e população em situação de rua), concluindo com algumas tendências político-normativas.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos. Direitos Humanos. HRC61. Segmento de Alto Nível.

Resumen. *Este informe explica el funcionamiento de la primera semana del 61º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos (CDH/HRC), con énfasis en la apertura, en el Segmento de Alto Nivel (HLS), en el inicio de los diálogos/paneles y en la Actualización Global del Alto Comisionado (ACNUDH/OHCHR). Integra la síntesis del comunicado oficial de apertura y analiza las intervenciones de António Guterres (SG/ONU), Annalena Baerbock (PGA/AGNU), Volker Türk (ACNUDH) e Ignazio Cassis (Suiza), incorporando además los principales acentos regionales (China, Cuba, Unión Europea y Sudáfrica) y documentando la actuación de Brasil (igualdad racial y población en situación de calle), concluyendo con algunas tendencias político-normativas.*

***Pa*labras clave**: Consejo de Derechos Humanos. Derechos Humanos. HRC61. Segmento de Alto Nivel.

Abstract (EN). *This essay details how the first week of HRC61 operates—opening, High-Level Segment (HLS), the start of dialogues/panels, and the High Commissioner's Global Update (OHCHR). It integrates a translation/summary of the official opening note and critically reads statements by UN Secretary-General António Guterres, UNGA President Annalena Baerbock, High Commissioner Volker Türk, and Switzerland's Ignazio Cassis. It adds regional highlights (China, Cuba, the EU, South Africa) and documents Brazil's action (racial equality; homelessness). It closes with normative-institutional trends and a reference list.*

Keywords. *Human Rights Council. Human Rights. HRC61. High-Level Segment.*

Introdução

A primeira semana de uma sessão regular do Conselho de Direitos Humanos (CDH/HRC) cumpre papel de grande relevância na configuração política e programática de todo o período de sessões. Realizada no *Palais des Nations*, em Genebra, a primeira semana da 61ª reunião do CDH/HRC decorreu de 23 a 27 de fevereiro de 2026. Neste informe, indicaremos, de forma geral, os ritos e conteúdos, desde a abertura solene, as falas inaugurais da mesa (Secretário-Geral da ONU, Presidente da Assembleia Geral da ONU — PGA/AGNU, Alto Comissário do ACNUDH/OHCHR e o representante do Estado-sede, Suíça), que marcaram o tom político do que será essa sessão do CDH/HRC. Além disso, destacaremos falas do Segmento de Alto Nível (HLS) que dá voz a autoridades de mais de uma centena de países, em seguida, de diálogos interativos e painéis temáticos; e, por fim, a Atualização Global do Alto Comissário que nos oferece um diagnóstico transversal e uma pauta de prioridades para as semanas subsequentes.

Como foi a primeira semana da HRC61

A segunda-feira (23/2), a sessão iniciou com a abertura oficial dos trabalhos por parte do Presidente do Conselho de Direitos Humanos Sidharto Reza Suryodipuro e chamando as falas inaugurais: o Secretário-Geral das Nações Unidas (SG/ONU) António Guterres, a Presidente da Assembleia Geral (PGA/AGNU) Annalena Baerbock, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH/OHCHR) Volker Türk e o chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros da Suíça (Estado-sede) Ignazio Cassis — encerrando, como gesto simbólico, com um minuto de silêncio em memória das vítimas de violações de direitos humanos. A presidência do Conselho registrou a presença de mais de 120 dignitários, indicando o peso político da sessão. Ainda na segunda-feira, abrem-se as listas do Segmento de Alto Nível (HLS) para suas manifestações orais e confirmam-se agenda e programa de trabalho (rascunho) para o restante da sessão.

Entre terça (24/2) e quarta (25/2), o HLS prossegue com discursos de Chefes de Estado e de Governo, chanceleres e altas autoridades, em falas cronometradas e ordenadas por protocolo/inscrição. A simultaneidade de painéis de alto nível sinaliza as prioridades temáticas do Conselho: *mainstreamin*g de direitos, 25 anos da Declaração e Programa de Ação de Durban, cultura de paz, financiamento do desenvolvimento em linha com direitos econômicos, sociais e culturais (DESC), direitos das pessoas com deficiência e direitos da criança — trilhas que serão retomadas em resoluções e diálogos ao longo do período. Toda a arquitetura (agenda anotada, esboço de programa, calendário "Sched" e lista de relatórios mandatados) está acessível na página oficial da HRC61, que funciona como guia operativo da semana e das etapas seguintes.

A quinta-feira (26/2) marcou a transição do HLS para os diálogos interativos com Procedimentos Especiais (Relatores(as) Especiais e Grupos de Trabalho) e mecanismos de investigação, além dos painéis programáticos previstos. É aqui que começam, tipicamente, os segmentos país-específicos e os debates temáticos mais densos, com perguntas e réplicas alternadas entre Estados e sociedade civil, em formato de "bancos de tempo" predefinidos pela Mesa do Conselho.

Por fim, a sexta-feira (27/2) foi encerrada a primeira semana com a Atualização Global do Alto Comissário Volker Türk. Conceitualmente, essa intervenção cumpre dupla função: oferece um diagnóstico sistêmico sobre a situação global de direitos e propõe uma agenda de prioridades, servindo como marco interpretativo para a leitura das semanas subsequentes (diálogos, negociações e, ao cabo, resoluções e decisões).

Tabela 1: Quadro-resumo do cronograma da primeira semana (23–27/fev/2026)

Dia	Bloco	Conteúdo principal	Observações
Segunda, 23/2	Abertura	Falas inaugurais: SG/ONU; PGA/AGNU; ACNUDH/OHCHR; Suíça; minuto de silêncio	Confirmação de agenda e programa; início do HLS.
Segunda, 23/2	HLS (início)	Intervenções de dignitários	Listas por protocolo/inscrição; tempo estrito.
Terça, 24/2	HLS (prossegue)	Discursos nacionais; painéis de alto nível (ex.: Durban 25)	Trilhas temáticas para resoluções futuras.
Quarta, 25/2	HLS (final)	Encerramento do segmento; transição	Alinhamento de blocos temáticos.
Quinta, 26/2	Diálogos/Painéis	Início de diálogos interativos com Procedimentos Especiais e mecanismos; painéis	Entrada em debates país-específicos.
Sexta, 27/2	Atualização Global	Fala de Volker Türk (ACNUDH/OHCHR)	Diagnóstico e prioridades; materiais em OHCHR/UNOG.

Fonte: Elaborado pelo assistente IA Copilot a partir de links e dados informados pela autora

O comunicado oficial de abertura e os sentidos das falas inaugurais

O comunicado da abertura do Conselho inaugurou sua 61ª sessão ouvindo a Presidente da Assembleia Geral da ONU, o Secretário-Geral da ONU, o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos e o Chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros da Suíça (Estado sede do evento), com um minuto de silêncio para as vítimas de violações. A Presidência destacou que a presença de mais de 120 autoridades envia uma mensagem inequívoca: o Conselho importa; os direitos humanos importam; e a cooperação multilateral é indispensável. Essa tônica introduz uma pauta marcada por fraturas geopolíticas e, ao mesmo tempo, pela defesa de mecanismos técnicos (Relatorias, mecanismos de inquérito, Exame Periódico Universal — EPU/UPR) capazes de produzir verificabilidade e responsabilização.

Na fala do SG/ONU António Guterres, a ideia-força é que os direitos humanos estão sob ataque em plena escala e que a regra da força vem substituindo o Estado de Direito; quando os direitos caem, caem também paz, desenvolvimento, coesão social, confiança e solidariedade. Por isso, insistiu na centralidade das ferramentas do CDH — Relatores Especiais, Procedimentos Especiais, mecanismos investigativos e EPU/UPR —, sobretudo quando o Conselho celebra 20 anos de existência. A fala articula *ethos* moral e pragmatismo institucional, pedindo que o engajamento geopolítico seja convertido em fortalecimento efetivo de direitos.

A PGA/AGNU Annalena Baerbock empreendeu uma crítica autorreflexiva às respostas humanitárias no Afeganistão, argumentando que o apaziguamento diante de violações sistêmicas não prevalece; os direitos das mulheres seriam marco do estado de uma sociedade e, por extensão, do sistema internacional. Sua advertência sobre a erosão lenta ("regra por regra") funda uma ética de ação imediata e coerente, tensionando acomodações de curto prazo, buscando alertar que essa erosão lenta significa que os direitos humanos e normas internacionais não costumam desaparecer de uma vez só. O processo é mais perigoso justamente porque é gradual: primeiro abre-se uma exceção, depois relativiza-se outra regra, depois flexibiliza-se um princípio — até que, sem perceber, o conjunto do sistema fica fragilizado.

O Alto Comissário Volker Türk anunciou a moldura analítica que culminaria na Atualização Global: o mundo está "de cabeça para baixo"; "os direitos humanos são mais populares que o populismo"; governos autocráticos seguem um "manual" de criminalização do dissenso, captura informacional e bodes expiatórios (mulheres e minorias), enquanto se normaliza o uso da força e volta à pauta o risco de corrida nuclear. A resposta proposta associa objeção persistente a violações, defesa das instituições (Corte Internacional de Justiça – CIJ/ICJ, Tribunal Penal Internacional – TPI/ICC e o próprio CDH/HRC) e responsabilização sem exceções.

Por fim, o representante da Suíça Ignazio Cassis sintetizou a orientação humanitária de Genebra ao lembrar que direitos humanos "não são luxo, mas necessidade vital", reiterando compromisso com o multilateralismo como condição para o trabalho do Conselho.

Algumas manifestações regionais na tribuna do HLS

Wang Yi, representando a China, enquadrou sua intervenção sob a *Global Governance Initiative* (GGI), defendendo soberania, não-ingerência e multilateralismo inclusivo, rejeitando padrões duplos e afirmando que não há modelo único de direitos — os caminhos devem refletir as realidades e necessidades dos povos, com maior voz do Sul Global na governança. Essa posição reaviva a tensão entre universalismo e pluralidade de modelos, sobretudo quanto a quem define e como aplica normas globais.

O representante de Cuba Bruno Rodríguez denunciou uma "ditadura" no sistema internacional, criticou hegemonias e medidas coercitivas unilaterais, apontando, em particular, um bloqueio energético recente por parte dos EUA como punição coletiva. A fala recoloca autodeterminação e direitos econômicos e sociais no núcleo do debate.

Na União Europeia, intervenções e declarações na primeira semana enfatizaram dois eixos: o combate estrutural ao racismo — à luz do 25º aniversário de Durban —, com políticas internas e apelos de implementação, e a defesa de *accountability* em situações como Mianmar, com suporte a mecanismos onusianos e cortes internacionais.

A África do Sul por meio de seu Ministro Ronald Lamola sublinhou multilateralismo, os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) em face da pobreza crescente (com recorte de gênero), e o legado de Durban (reparações, justiça histórica), conectando a agenda a tratados e negociações sobre empresas e direitos humanos e empresas militares e de segurança — um repertório típico do Sul Global nas reformas da governança.

A ação do Brasil na primeira semana

O Brasil projetou duas marcas. A primeira é uma agenda antidiscriminatória ancorada em igualdade racial, participação social e proteção do espaço cívico; a segunda, o ineditismo de

tematizar, no CDH, os direitos da população em situação de rua como questão de direitos humanos, não apenas de assistência, com a intenção declarada de encaminhar um projeto de resolução. Na sessão de abertura, a Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Janine Mello, afirmou que "o discurso de ódio e a desinformação, sobretudo no ambiente digital, têm sido utilizados como estratégias de desumanização de grupos vulneráveis e têm gerado graves violações de direitos humanos", vinculando democracia, justiça socioambiental e equidade de gênero à efetividade dos direitos. Além disso, o Brasil organizou evento-paralelo sobre população em situação de rua, com copatrocínio inter-regional (República Dominicana, Cabo Verde, França e Alemanha), incorporando participação direta de pessoas com trajetória de rua e sinalizando um método de elaboração normativa com escuta de afetados.

A Atualização Global do ACNUDH por Volker Türk

A Atualização Global é o eixo cognitivo da primeira semana. Türk parte da constatação de que "o mundo está de cabeça para baixo": disputas por poder e recursos intensificam-se, conflitos quase dobraram desde 2010 e ataques a civis aumentaram em torno de um terço. Esse cenário produz uma normalização da força e um deserto de direitos no terreno, especialmente em Sudão, Território Palestino Ocupado (TPO/OPT), Ucrânia e Mianmar, com destruição de infraestrutura civil e barreiras a acesso humanitário. A resposta proposta combina cessar-fogo, proteção de civis, investigações independentes e responsabilização em cortes e mecanismos internacionais (CIJ/ICJ; TPI/ICC; mecanismos do CDH).

Türk descreve um "manual autoritário": leis vagas de segurança nacional, criminalização da crítica, controle informacional (captura de canais e censura de outros), vigilância e perseguição a jornalistas, defensores e vozes dissonantes; em paralelo, mulheres e minorias (migrantes, pessoas LGBTIQ+, minorias religiosas) são eleitas como bodes expiatórios. Para enfrentar isso, o Alto Comissário convoca os Estados a agir como "objetores persistentes" a violações, a reforçar judiciários e marcos legais, a assegurar acesso à justiça e a financiar adequadamente o sistema multilateral, inclusive diante de riscos de corrida nuclear com o enfraquecimento de limites vinculantes aos maiores arsenais. A ideia-chave — "direitos humanos são mais populares que o populismo" — traduz-se em uma estratégia: reconectar a legitimidade social (de jovens, defensores, comunidades) à efetividade institucional (CDH e cortes), de modo a reverter a erosão de confiança nos arranjos multilaterais.

Considerações finais

A primeira semana da HRC61 confirma a elasticidade e a resiliência do regime internacional de direitos humanos. No plano procedimental, vigora uma arquitetura estável e transparente — abertura simbólica, HLS, transição a diálogos e painéis e, por fim, a Atualização Global —, sustentada por documentação pública (agenda anotada, rascunho de programa, calendário "Sched", lista de relatórios). No plano substantivo, cruzam-se três vetores: um universalismo normativo que ancora paz e desenvolvimento em direitos (SG/ONU, ACNUDH, UE); reivindicações de pluralidade e soberania (China, Cuba, várias vozes do Sul Global); e inovações temáticas com potencial de renovação da pauta do Conselho (Brasil e a situação de rua como tema de direitos). A fala de Türk dá coerência a esse mosaico ao transformar a ansiedade de época (conflitos, autoritarismos, desinformação, descrédito institucional) em agenda de ação: responsabilização sem exceções, defesa de instituições (CIJ/ICJ, TPI/ICC, CDH), proteção do espaço cívico e financiamento do sistema que sem isso não haverá nenhum contrapeso para minimizar a dureza dos impactos na violação dos Direitos Humanos.

Referências

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Human Rights Council Opens Sixty-First Regular Session, Holds Moment of Silence for Victims of Human Rights Violations Around the World.* Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/meeting-summaries/2026/02/human-rights-council-opens-sixty-first-regular-session-holds-moment. Acesso em: 01 mar. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE AT GENEVA (UNOG). *Human Rights Council Opens Sixty-First Regular Session, Holds Moment of Silence for Victims of Human Rights Violations Around the World. Genebra*. 23 fev. 2026. Disponível em: https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2026/02/human-rights-council-opens-sixty-first-regular-session-holds. Acesso em: 01 mar. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *61st session of the Human Rights Council (23 February – 31 March 2026). Genebra, 2026*. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session61/regular-session. Acesso em: 01 mar. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *61st regular session of the Human Rights Council: Reports. Genebra, 2026.* Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session61/list-reports. Acesso em: 01 mar. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Human Rights Council to Hold its Sixty-First Regular Session from 23 February to 31 March 2026*. Genebra, 16 fev. 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/meeting-summaries/2026/02/human-rights-council-hold-its-sixty-first-regular-session-23-february-31. Acesso em: 01 mar. 2026.

UNITED NATIONS. *Change Course, Let Human Dignity, Rule of Law, Not Force, Set Direction in World Beset by Mass Suffering, Conflict, Secretary-General Urges Human Rights Council (SG/SM/23024).* Nova York/Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://press.un.org/en/2026/sgsm23024.doc.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

UNITED NATIONS. *Secretary-General's remarks to the Human Rights Council [as delivered].* Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://www.un.org/sg/en/content/sg/statements/2026-02-23/secretary-generals-remarks-the-human-rights-council-delivered. Acesso em: 01 mar. 2026.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *PGA Remarks at the Opening of the 61st Session of the Human Rights Council – Geneva, Switzerlan***d**. Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://www.un.org/pga/80/2026/02/23/pga-remarks-at-the-opening-of-the-61st-session-of-the-human-rights-council-geneva-switzerland/. Acesso em: 01 mar. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Our choices, our voices, our votes determine our future, says Türk at Human Rights Council – Global Update to the 61st session of the Human Rights Council.* Genebra, 27 fev. 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2026/02/our-choices-our-voices-our-votes-determine-our-future-says-turk. Acesso em: 01 mar. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE AT GENEVA (UNOG). *HRC61 – HC Volker Türk Global Update – 27 February 2026* (Teleprompter/Newsroom). Genebra, 27 fev. 2026. Disponível em: https://www.unognewsroom.org/teleprompter/en/3024/hrc61-hc-volker-tuerk-global-update-27-february-2026/9102. Acesso em: 01 mar. 2026.

PERMANENT MISSION OF SWITZERLAND. *HRC 61 – Swiss Vice President Ignazio Cassis opened the 61st session of the Human Rights Council*. Genebra, 24 fev. 2026. Disponível em: https://www.mission-geneve.dfae.admin.ch/en/hrc61. Acesso em: 01 mar. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *Remarks by H.E. Wang Yi at the High-Level Segment of the 61st Session of the United Nations Human Rights Council*. Pequim/Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260224_11862405.html. Acesso em: 01 mar. 2026.

CUBADIPLOMÁTICA. *Statement by Bruno Rodríguez Parrilla at the High-Level Segment of the 61st session of the Human Rights Council*. Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://misiones.cubaminrex.cu/en/articulo/statement-bruno-rodriguez-parrilla-minister-foreign-affairs-republic-cuba-high-level-3. Acesso em: 01 mar. 2026.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). *HRC61 – High-Level Panel celebrating the 25th anniversary of the Durban Declaration and Programme of Action – EU Statement. Genebra, 24 fev. 2026*. Disponível em: https://www.publicnow.com/view/5B762D51EF51C7B5B6CBC30DCA41AD63775798C6. Acesso em: 01 mar. 2026.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). *HRC61 – Interactive dialogue on the oral update of the High Commissioner on Rohingya Muslims and other minorities in Myanmar – EU statement*. Genebra, 27 fev. 2026. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-geneva/hrc61-interactive-dialogue-oral-update-high-commissioner-rohingya-muslims-and-other-minorities_en. Acesso em: 01 mar. 2026.

GOVERNMENT OF SOUTH AFRICA / DIRCO. *National Statement at the 61st Session of the United Nations Human Rights Council, delivered by Minister Ronald Lamola.* Genebra, 23 fev. 2026. Disponível em: https://www.gov.za/news/speeches/minister-ronald-lamola-national-statement-61st-session-united-nations-human-rights. Acesso em: 01 mar. 2026.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC). *Brasil leva à ONU debate inédito sobre direitos da população em situação de rua na 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Brasília/Genebra, 23 fev. 2026*. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/brasil-leva-a-onu-debate-inedito-sobre-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua-na-61a-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos. Acesso em: 01 mar. 2026.

Inovação, financiamento e entraves à preparação para pandemias

Innovación, financiamiento y obstáculos para la preparación ante pandemias

Innovation, financing, and barriers to pandemic preparedness

Paula Reges, Luana Bermudez e Luis Augusto Galvão

Resumo. A Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias, CEPI, lançou sua estratégia CEPI 3.0 para o período 2027–2031 com a meta de consolidar a Missão dos 100 Dias: desenvolver vacinas seguras e eficazes contra novas ameaças pandêmicas em até cem dias após a identificação do patógeno. O documento estrutura-se em três eixos: (1) avanço científico e tecnológico, com foco em vacinas para patógenos prioritários e plataformas adaptáveis; (2) redes globais de P&D e capacidade produtiva regionalizada; e (3) sustentabilidade financeira e modelos de acesso equitativo. Em paralelo, o Acordo de Pandemias, negociado no âmbito da Organização Mundial da Saúde, estabelece compromissos jurídicos para prevenção, preparação e resposta, incluindo cooperação científica, fortalecimento de sistemas de saúde e mecanismos de acesso a contramedidas. Enquanto a CEPI concentra-se na aceleração tecnológica, o Acordo busca oferecer o arcabouço normativo e político para que essas inovações sejam compartilhadas de forma mais equitativa.

Palavras-chave: CEPI. Missão de 100 Dias. Acordo de Pandemias.

Resumen: *La Coalición para las Innovaciones en Preparación para Epidemias (CEPI) ha lanzado su estrategia CEPI 3.0 para el período 2027-2031 con el objetivo de consolidar la Misión de los 100 Días: desarrollar vacunas seguras y eficaces contra las amenazas pandémicas emergentes dentro de los cien días posteriores a la identificación del patógeno. El documento se estructura en torno a tres pilares: (1) avance científico y tecnológico, con foco en vacunas para patógenos prioritarios y plataformas adaptables; (2) redes globales de I+D y capacidad de producción regionalizada; y (3) sostenibilidad financiera y modelos de acceso equitativo. Paralelamente, el Acuerdo sobre Pandemias, negociado en el marco de la Organización Mundial de la Salud, establece compromisos legales para la prevención, preparación y respuesta, incluyendo la cooperación científica, el fortalecimiento de los sistemas de salud y los mecanismos de acceso a las contramedidas. Si bien la CEPI se centra en la aceleración tecnológica, el Acuerdo busca proporcionar el marco normativo y político para que estas innovaciones se compartan de manera más equitativa.*

Palabras clave: *CEPI. Misión de 100 días. Acuerdo sobre pandemias.*

Abstract: *The Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI) has launched its CEPI 3.0 strategy for the period 2027–2031 with the goal of consolidating the 100-Day Mission: developing safe and effective vaccines against emerging pandemic threats within one hundred days of pathogen identification. The document is structured around three pillars: (1) scientific and technological advancement, focusing on vaccines for priority pathogens and adaptable platforms; (2) global R&D networks and regionalized production capacity; and (3) financial sustainability and equitable access models. In parallel, the Pandemics Agreement, negotiated within the framework of the World Health Organization, establishes legal commitments for prevention, preparedness, and response, including scientific cooperation, strengthening health*

systems, and mechanisms for access to countermeasures. While CEPI focuses on technological acceleration, the Agreement seeks to provide the normative and political framework for these innovations to be shared more equitably.

Keywords: *CEPI. 100-Day Mission. Pandemic Agreement.*

Estratégia CEPI 3.0

A *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI), em inglês, é uma parceria internacional criada em 2017, no contexto pós-epidemia de Ebola na África Ocidental (2014–2016), quando se tornou evidente que o sistema internacional carecia de mecanismos permanentes de financiamento e coordenação para o desenvolvimento rápido de vacinas contra patógenos emergentes. Lançada no Fórum Econômico Mundial de Davos, a CEPI foi concebida como uma coalizão multissetorial reunindo governos, fundações filantrópicas e atores do setor privado, com o objetivo de preencher uma lacuna estrutural: o desinteresse do mercado farmacêutico em investir em vacinas para doenças epidêmicas de alto risco, mas baixa previsibilidade comercial.

Desde sua criação, a CEPI se posicionou como financiadora de inovação de alto risco e como orquestradora de um ecossistema que integra pesquisa básica, desenvolvimento clínico, manufatura, regulação e planejamento de acesso. Sua atuação se dá em estreita colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS), com a Gavi, the Vaccine Alliance, autoridades regulatórias nacionais, instituições de pesquisa e fabricantes. Durante a pandemia de COVID-19, a CEPI desempenhou papel central no financiamento inicial de múltiplas candidatas vacinais contra o SARS-CoV-2 e na estruturação do mecanismo COVAX, ao lado da OMS e da Gavi, contribuindo para a distribuição de cerca de 2 bilhões de doses de vacinas a 146 países.

Em menos de uma década, a CEPI apoiou mais de 50 candidatos vacinais e mais de 25 plataformas tecnológicas, incluindo vacinas contra Lassa, Nipah, MERS e Chikungunya, algumas das quais alcançaram, pela primeira vez na história, ensaios clínicos de Fase 2. Esse histórico sustenta a argumentação institucional de que a CEPI constitui um “pilar central” do sistema global de defesa contra epidemias.

É nesse contexto que se insere o documento estratégico CEPI 3.0 (2027–2031), que pode ser lido na íntegra nesse link(1), apresentado como um *investment case* e uma agenda programática para consolidar a chamada Missão dos 100 Dias: desenvolver e autorizar vacinas seguras, eficazes e acessíveis em até 100 dias após a identificação de uma nova ameaça pandêmica. Mais informações sobre a Missão foram tratados em nosso informe anterior.

O documento é estruturado em três níveis:

1. Diagnóstico do risco global
2. Proposta estratégica organizada em três eixos
3. Plano financeiro detalhado para o período 2027–2031

No diagnóstico, a CEPI parte da premissa de que epidemias e pandemias são ameaças crescentes e inevitáveis. O texto mobiliza dados sobre a COVID-19: aproximadamente 15 milhões de mortes em excesso até o final de 2021 e perdas econômicas estimadas em US$ 13,8 trilhões, além de projeções do Fundo Monetário Internacional que estimam perdas médias anuais superiores a US$ 700 bilhões em futuras pandemias. O argumento central é econômico

e securitário: investir em preparação é mais racional e menos custoso do que responder a crises descontroladas.

O objetivo estratégico é deslocar o sistema internacional de uma lógica reativa para uma lógica de proteção proativa, baseada em antecipação científica, integração tecnológica e coordenação global.

O núcleo da CEPI 3.0 está organizado em três eixos interconectados — Vacinas, Tecnologias de Plataforma e Redes — que, juntos, operacionalizam a Missão dos 100 Dias.

1. Eixo Vacinas: enfrentar ameaças conhecidas e emergentes

Este é o maior componente financeiro da estratégia, com custo estimado de US$ 1,6 bilhão (dos quais US$ 1,1 bilhão ainda precisam ser captados). Seu objetivo é gerar vacinas "response-ready" e estabelecer reservas investigacionais prontas para uso em surtos.

As metas específicas incluem:

- Apoiar o desenvolvimento clínico de vacinas contra oito dos nove patógenos prioritários designados pela OMS desde 2017.
- Investir em patógenos protótipos de pelo menos nove das onze famílias virais classificadas pela OMS como de alto risco para gerar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.
- Construir uma base de conhecimento compartilhada entre famílias virais, permitindo adaptação rápida a uma eventual Doença X.
- Iniciar o primeiro ensaio clínico de Fase 3 para vacina contra Lassa.
- Concluir ensaios de Fase 2 para Nipah, MERS e febre do Vale do Rift e estabelecer estoques investigacionais prontos para surtos.
- Expandir o acesso à vacina contra Chikungunya em países de baixa renda.

Esse eixo combina preparação específica (patógenos identificados) com preparação transversal (famílias virais), refletindo a tentativa de equilibrar previsibilidade científica e incerteza epidemiológica.

2. Eixo Tecnologias de Plataforma: acelerar desenvolvimento e produção

Com orçamento de US$ 360 milhões (US$ 250 milhões novos), este eixo reconhece que a meta de 100 dias depende de tecnologias adaptáveis e escaláveis.

Os objetivos incluem:

- Desenvolver e consolidar um portfólio diversificado de plataformas vacinais com potencial de aplicação em múltiplas famílias virais.
- Garantir que essas plataformas sejam adequadas a contextos de baixa e média renda, tanto do ponto de vista produtivo quanto logístico.
- Incorporar plataformas a parceiros regionais de manufatura, fortalecendo sustentabilidade e capacidade de resposta.
- Avançar a prontidão regulatória para uso emergencial dessas plataformas.
- Construir base de evidências para orientar seleção de plataformas e adjuvantes conforme o perfil viral.

Aqui, a estratégia se apoia na ideia de que plataformas tecnológicas reduzem o tempo entre sequenciamento genético e produção em escala.

3. Eixo Redes: executar a Missão de 100 Dias

Com orçamento de US$ 380 milhões (US$ 260 milhões novos), este eixo aborda a dimensão sistêmica da preparação. O foco não é apenas desenvolver vacinas, mas garantir que o sistema global funcione de maneira coordenada.

As metas incluem:

- Incorporar a 100 Days Mission em políticas nacionais e regionais por meio de exercícios e pilotos.
- Garantir interoperabilidade entre redes globais de pesquisa, manufatura e regulação.
- Testar prontidão por meio de simulações e respostas reais.
- Sustentar redes como infraestrutura permanente de P&D regional.
- Assegurar acesso a 1–2 bilhões de doses de capacidade regional de produção em múltiplos continentes durante surtos.

Esse eixo revela que a CEPI entende a preparação como sistema integrado, não como cadeia linear.

O orçamento total da CEPI 3.0 é de US$ 3,6 bilhões. Desses, US$ 1,1 bilhão já está comprometido, restando US$ 2,5 bilhões a serem mobilizados. Além dos três eixos principais, o documento destina US$ 450 milhões a capacidades transversais, incluindo aplicação de inteligência artificial no desenvolvimento vacinal, mitigação de ameaças potencializadas por IA, incorporação do princípio de equity-by-design e biosegurança integrada. Outros US$ 800 milhões são destinados à sustentação organizacional e ajustes inflacionários, mantendo histórico de custos indiretos relativamente baixos (5,5%).

O CEPI 3.0 consolida um modelo tecnocientífico de segurança sanitária global, centrado na antecipação e aceleração da inovação biomédica. Ele representa uma evolução institucional da CEPI, que passa de financiadora de projetos específicos para arquiteta de um sistema global de resposta rápida.

Entretanto, a centralidade das vacinas como instrumento de contenção levanta debates sobre a relação entre inovação tecnológica e fortalecimento sistêmico dos sistemas de saúde. A experiência da COVID-19 demonstrou que rapidez científica não garante, por si só, equidade no acesso. Assim, a efetividade da CEPI 3.0 dependerá da articulação entre tecnologia, governança regulatória, financiamento sustentável e compromisso político com a distribuição equitativa.

Em síntese, o documento CEPI 3.0 é simultaneamente um plano técnico detalhado e um instrumento político de mobilização de recursos. Ele propõe transformar a preparação pandêmica em capacidade operacional permanente, estruturada em torno de vacinas prontas, plataformas adaptáveis e redes interoperáveis. Seu sucesso dependerá não apenas da captação de recursos, mas da capacidade de converter inovação acelerada em proteção global efetiva e justa.

A contínua discussão sobre a implementação do Acordo de Pandemias

O artigo publicado no BMJ em fevereiro de 2026, intitulado "*WHO Pandemic Agreement is only the beginning: strengthening implementation to protect global health*" (2), parte de uma premissa central que vimos também abordando em nossos informes, a de que o Acordo de Pandemias representa um avanço normativo relevante, mas seu impacto dependerá

inteiramente da implementação a níveis nacionais, em um contexto internacional marcado por polarização política, restrições fiscais e assimetrias estruturais de poder.

Adotado pela Assembleia Mundial da Saúde em 20 de maio de 2025, após três anos de negociações no âmbito do Órgão Intergovernamental de Negociação, o Acordo constitui um novo instrumento jurídico internacional voltado à prevenção, preparação e resposta a pandemias. Ele não substitui o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), mas o complementa, ampliando obrigações estatais e estruturando compromissos em áreas como proteção da força de trabalho em saúde, fortalecimento das cadeias de suprimentos médicos e adoção de abordagens não fragmentadas na resposta a emergências.

Como reconhecemos, a conclusão do acordo representa um êxito multilateral em um momento de fragmentação internacional; contudo, tratados globais de saúde são, por natureza, dependentes da vontade política doméstica. Assim, o verdadeiro teste do Acordo não reside em sua adoção formal, mas na capacidade de traduzi-lo em políticas nacionais concretas, sustentadas por financiamento adequado e mecanismos de responsabilização.

Apesar de juridicamente vinculante, o RSI mostrou-se insuficiente para coordenar respostas nacionais coerentes, prevenir medidas unilaterais e assegurar solidariedade global. Esse precedente levou os Estados-membros a buscarem um novo instrumento jurídico que fosse mais eficaz e mais orientado à equidade. Entretanto, o Acordo de Pandemias enfrenta obstáculos estruturais semelhantes aos que limitaram a efetividade do RSI.

Primeiro, a polarização política e o aumento da desconfiança em instituições multilaterais enfraquecem o compromisso nacional com normas globais. Divisões geopolíticas e tendências isolacionistas, agravadas por eventos como a saída dos Estados Unidos da OMS, comprometem a coordenação internacional e a legitimidade de padrões globais.

Segundo, a retração da assistência oficial ao desenvolvimento para a saúde impõe pressões orçamentárias adicionais, sobretudo em países de baixa e média renda. A implementação do Acordo requer investimentos em vigilância epidemiológica, cadeias de suprimento, capacidade laboratorial, manufatura e financiamento doméstico sustentável. Em contextos de restrição fiscal, governos são forçados a priorizar entre doenças específicas e fortalecimento sistêmico, o que pode resultar em compromissos meramente formais. Adicional a isso, postulam-se os acordos bilaterais que têm sido feitos por Washington com países do continente africano.

Terceiro, persistem assimetrias profundas no acesso a patógenos e na repartição de benefícios, tema do anexo sobre Pathogen Access and Benefit Sharing (PABS). O PABS busca estabelecer um mecanismo vinculante para compartilhamento de dados de patógenos (como sequências genômicas) em troca de acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e terapêuticos derivados desses dados. Contudo, as negociações continuam bloqueadas pela memória recente da COVID-19 e do surto de mpox em 2024, quando países de alta renda acumularam vacinas e empresas farmacêuticas resistiram a flexibilizações de patentes e transferências tecnológicas.

A aliança histórica entre governos de alta renda e a indústria farmacêutica é identificada como barreira central à consolidação de compromissos obrigatórios. Práticas como *patent evergreening* e contratos desiguais aprofundaram a desconfiança do Sul Global. Além disso, instrumentos da Organização Mundial do Comércio que permitiriam flexibilidades em situações de emergência não foram plenamente utilizados durante a COVID-19, limitando o acesso global a medicamentos essenciais.

Outro ponto crítico destacado pelo artigo é a ausência, até o momento, de um sistema robusto e independente de monitoramento. Embora o Acordo mencione compromissos com transparência e responsabilização, a criação de mecanismos concretos dependerá da Conferência das Partes (COP), que ainda está em fase de estruturação.

A experiência de outros tratados de saúde global, como a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, demonstra que a implementação depende de relatórios periódicos e revisões entre pares. Contudo, esses mecanismos tendem a ser lentos, voluntários e intermitentes, criando lacunas temporais que permitem descumprimentos sem consequências imediatas.

Os autores sugerem que mecanismos de monitoramento poderiam incorporar dados independentes de atores não estatais, criar incentivos ao reporte nacional e concentrar-se em áreas críticas como financiamento doméstico, planejamento nacional e compartilhamento de pesquisa e desenvolvimento. Sem monitoramento eficaz, o Acordo corre o risco de reproduzir a trajetória do RSI: juridicamente vinculante, mas politicamente frágil.

O artigo (2) enfatiza que a implementação não deve depender exclusivamente de compromissos de países de alta renda. Iniciativas no Sul Global já apontam alternativas estruturais. A União Africana e o Africa CDC, por exemplo, têm avançado na consolidação de manufatura regional, harmonização regulatória e mecanismos de compra conjunta. O African Vaccine Manufacturing Accelerator, em colaboração com Gavi e outros parceiros, busca apoiar a meta de produzir 60% das necessidades vacinais do continente até 2040.

Além disso, propostas como o “Accra Reset”, apresentado na Assembleia Geral da ONU em 2025 por líderes africanos, defendem a redução da dependência da ajuda externa e a transição de um modelo de caridade para um modelo de coinvestimentos solidário. Essa reimaginação da arquitetura global da saúde implica descentralizar a governança, ampliar a voz do Sul Global na definição de agendas e

A defesa de maior descentralização e protagonismo regional convive com a necessidade de uma autoridade normativa global forte. O desafio reside em equilibrar soberania nacional, solidariedade internacional e mecanismos vinculantes eficazes.

Em síntese, o Acordo de Pandemias é apenas o começo. Seu sucesso dependerá de três fatores interdependentes: finalização de um anexo PABS robusto e juridicamente vinculante; mobilização sustentável de financiamento doméstico e internacional; e criação de mecanismos independentes de monitoramento e responsabilização. Sem esses elementos, o risco é que o acordo permaneça como compromisso simbólico em um cenário global cada vez mais fragmentado. Com eles, poderá representar um marco na transição de um ciclo de pânico e negligência para um modelo estruturado e equitativo de preparação pandêmica.

Nova Comissão do jornal The Lancet: Governança para Saúde Global

Recebemos com entusiasmo a iniciativa anunciada pela The Lancet de instituir uma nova Comissão sobre Governança Global para a Saúde (3). Consideramos particularmente relevante que a Comissão conte com a participação de Paulo Marchiori Buss, referência histórica do pensamento crítico em saúde global e defensor de uma governança ancorada na equidade, no multilateralismo solidário e na centralidade dos determinantes sociais e políticos da saúde. Acompanharemos atentamente os trabalhos da Comissão e seus desdobramentos em nossos informes, dada a importância estratégica do tema para o presente e o futuro da saúde global.

Mais de uma década após a Comissão Lancet–Universidade de Oslo de 2014, a nova comissão parte de um reconhecimento contundente: o mundo tornou-se mais instável, mais desigual e menos democrático. Se em 2014 a governança global da saúde já era marcada por assimetrias de poder e limitações institucionais, em 2026 essas fragilidades são atravessadas por uma crise mais profunda do multilateralismo.

A Comissão original identificou cinco disfunções estruturais: déficit democrático, fraca *accountability,* rigidez institucional, lacunas institucionais e restrição do espaço político para a saúde. Essas categorias permanecem analiticamente potentes. No entanto, o contexto atual adiciona novas camadas de complexidade. A erosão democrática global, a expansão de movimentos autoritários e a intensificação da polarização e da desinformação fragilizam os fundamentos normativos da cooperação internacional.

A decisão do governo de Donald Trump de suspender ajuda externa e anunciar a retirada dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde e de outros acordos multilaterais evidencia como a arquitetura da saúde global permanece excessivamente dependente da vontade política das grandes potências. Tal movimento não apenas compromete o financiamento e a coordenação internacional, mas sinaliza uma inflexão geopolítica que reconfigura os equilíbrios de poder e amplia a incerteza institucional.

O comentário acerta ao afirmar que o discurso dominante da saúde global ainda evita enfrentar "verdades difíceis" sobre poder, soberania e interesses estratégicos. A saúde continua, em grande medida, subordinada a agendas de segurança nacional, competição tecnológica e interesses econômicos. A pandemia de COVID-19 revelou de forma inequívoca como nacionalismos vacinais, assimetrias produtivas e disputas geopolíticas moldam o acesso a bens essenciais. As negociações do Acordo Pandêmico no âmbito da OMS, embora representem esforço relevante de concertação multilateral, foram marcadas por impasses que refletem — e não superam — as desigualdades estruturais do sistema internacional.

O texto também chama atenção para tendências estruturais que tensionam ainda mais a governança: concentração extrema de riqueza e poder corporativo, financeirização, privatização de bens públicos, crise climática, conflitos armados em expansão e deslocamentos forçados em níveis recordes. Esses fatores não são externos à saúde; constituem seus determinantes políticos centrais. Ao mesmo tempo, as transformações tecnológicas — inteligência artificial, big data, plataformas digitais — oferecem potencial emancipatório, mas também aprofundam a desigualdade digital, a exploração de dados e a manipulação informacional.

Um dos pontos mais promissores do comentário é a defesa de uma transformação decolonial do multilateralismo. A emergência de iniciativas lideradas pelo Sul Global, o fortalecimento de arranjos regionais e a demanda por maior soberania sanitária indicam que o atual modelo hierárquico e centrado no Norte se encontra em transição. A afirmação de que países de baixa e média renda devem liderar e conceber soluções globais aponta para uma reconfiguração necessária das relações de poder, inclusive na produção de conhecimento.

Contudo, permanece o desafio central: como transformar diagnósticos críticos em mecanismos institucionais concretos? A proposta de analisar megatendências e dinâmicas de poder é relevante, mas será decisivo avançar para recomendações operacionais que enfrentem interesses estabelecidos, reformem mecanismos de financiamento, ampliem a *accountability* e garantam espaço político para políticas públicas orientadas pela equidade.

A nova Comissão surge em um momento histórico de crises sobrepostas — climática, geopolítica, econômica e sanitária — nas quais saúde, sustentabilidade e paz têm sido frequentemente subordinadas a objetivos militares e financeiros. Recolocar a equidade como resultado mensurável e imperativo moral exige mais do que ajustes técnicos: demanda reconfiguração dos sistemas de governança e do próprio paradigma econômico dominante.

Ao retomar o debate sobre poder, justiça e interdependência, a iniciativa da The Lancet contribui para recolocar a governança global da saúde no centro da agenda política internacional. A presença de Paulo Marchiori Buss na Comissão reforça a importância de perspectivas oriundas do Sul Global nesse processo. A questão que se coloca é se o sistema internacional estará disposto a avançar da retórica da equidade para a redistribuição efetiva de poder, recursos e capacidade decisória.

Referências

1. CEPI.CEPI 3.0 Investment Case Securing the Future CEPI 3.0 Investment Case. Disponível em: https://static.cepi.net/downloads/2026-02/FINAL_CEPI%203.0-Investment%20Case%20Report_Digital_ENG_smaller.pdf. Acesso em 20 fev. 2026.

2. Bandara S, Meier BM, Shah SK, Hassan F. WHO Pandemic Agreement is only the beginning: strengthening implementation to protect global health. BMJ. 2026 Feb 17;392:e086069.

3. Brux CM, Lengle EJ, Dasgupta J, Wanyenze RK, Buss PM, Engebretsen E, et al. Governance for health in a turbulent world: introducing a new Lancet Commission. The Lancet. 2026 Jan.

Governança Ambiental Global, Biodiversidade, Clima e Saúde: Evidências Recentes e Implicações para o Futuro

Gobernanza ambiental global, biodiversidad, clima y salud: evidencia reciente e implicaciones para el futuro

Global Environmental Governance, Biodiversity, Climate, and Health: Recent Evidence and Implications for the Future

Danielly Magalhães & Luiz Augusto Galvão

Resumo. A análise integrada dos relatórios do IPBES, do IISD e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) evidencia que a crise ambiental global possui implicações diretas e profundas para a saúde pública. Embora abordem dimensões distintas — biodiversidade e economia, governança ambiental internacional e ação institucional —, os três documentos convergem ao demonstrar que a degradação ambiental, associada a falhas estruturais na governança global, intensifica riscos sanitários em escala planetária. A perda acelerada de biodiversidade compromete serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação climática, polinização e qualidade da água, afetando diretamente a segurança alimentar, a disponibilidade de recursos naturais e a emergência de doenças infecciosas. Ao mesmo tempo, a fragmentação geopolítica e as limitações do multilateralismo ambiental dificultam a implementação de políticas capazes de reduzir emissões, controlar poluentes e proteger ecossistemas. Os relatórios também destacam que a poluição do ar continua sendo uma das maiores ameaças à saúde global, associada a milhões de mortes prematuras por ano, enquanto o aquecimento global projeta impactos crescentes sobre doenças relacionadas ao calor, insegurança alimentar e expansão de vetores infecciosos. Em conjunto, esses documentos indicam que a proteção da saúde humana depende cada vez mais da capacidade de fortalecer a governança ambiental global e integrar políticas de clima, biodiversidade e poluição às estratégias de saúde pública.

Palavras-chave: Governança ambiental. Saúde pública. Mudança climática. Biodiversidade; Poluição.

Resumen. *El análisis integrado de los informes del IPBES, el IISD y el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) pone de manifiesto que la crisis medioambiental mundial tiene implicaciones directas y profundas para la salud pública. Aunque abordan dimensiones distintas —biodiversidad y economía, gobernanza ambiental internacional y acción institucional—, los tres documentos coinciden en demostrar que la degradación ambiental, asociada a fallas estructurales en la gobernanza global, intensifica los riesgos sanitarios a escala planetaria. La pérdida acelerada de biodiversidad compromete servicios ecosistémicos esenciales, como la regulación climática, la polinización y la calidad del agua, lo que afecta directamente a la seguridad alimentaria, la disponibilidad de recursos naturales y la aparición de enfermedades infecciosas. Al mismo tiempo, la fragmentación geopolítica y las limitaciones del multilateralismo ambiental dificultan la implementación de políticas capaces de reducir las emisiones, controlar los contaminantes y proteger los ecosistemas. Los informes también*

destacan que la contaminación del aire sigue siendo una de las mayores amenazas para la salud mundial, asociada a millones de muertes prematuras al año, mientras que el calentamiento global proyecta impactos crecientes sobre las enfermedades relacionadas con el calor, la inseguridad alimentaria y la expansión de vectores infecciosos. En conjunto, estos documentos indican que la protección de la salud humana depende cada vez más de la capacidad de fortalecer la gobernanza ambiental global e integrar las políticas de clima, biodiversidad y contaminación.

Palabras clave: *Gobernanza ambiental. Salud pública. Cambio climático. Biodiversidad. Contaminación.*

Abstract. *The integrated analysis of reports from IPBES, the International Institute for Sustainable Development (IISD), and the United Nations Environment Programme (UNEP) shows that the global environmental crisis has profound and direct implications for public health. Although the reports address different dimensions—biodiversity and the economy, international environmental governance, and institutional environmental action—they converge in demonstrating that environmental degradation, combined with structural weaknesses in global governance, is intensifying health risks at a planetary scale. Accelerating biodiversity loss undermines essential ecosystem services such as climate regulation, pollination, and water quality, directly affecting food security, the availability of natural resources, and the emergence of infectious diseases. At the same time, geopolitical fragmentation and limitations in environmental multilateralism hinder the implementation of policies capable of reducing emissions, controlling pollutants, and protecting ecosystems. The reports also emphasize that air pollution remains one of the largest environmental threats to global health, associated with millions of premature deaths each year, while global warming is projected to intensify health risks linked to heat stress, food insecurity, and the geographic expansion of vector-borne diseases. Together, these findings highlight that protecting human health increasingly depends on strengthening global environmental governance and integrating climate, biodiversity, and pollution policies into public health strategies.*

Keywords: *Environmental governance. Public health. Climate change. Biodiversity. Pollution.*

1. Introdução

Relatórios recentes produzidos por organismos internacionais e instituições de pesquisa revelam um diagnóstico convergente sobre o estado do planeta e sobre os desafios da governança ambiental global. Neste informe, destacamos 3 documentos relevantes sobre o avanço dos acordos ambientais multilaterais e avaliamos a consequências para a saúde: a avaliação metodológica do IPBES sobre empresas e biodiversidade, o relatório *State of Global Environmental Governance 2025* do *International Institute for Sustainable Development* (IISD), e o relatório anual do PNUMA 2025. Embora esses três relatórios tenham abordagens distintas — economia, governança internacional, ação institucional —, juntos oferecem uma visão integrada do estado atual e dos desafios para avançar nas ambições de enfrentar a tripla crise planetária: mudança climática, perda de biodiversidade e poluição ambiental.

Em conjunto, esses relatórios mostram que a crise ambiental global não é apenas ecológica. Ela é também econômica, institucional e sanitária. O modelo de crescimento econômico dominante nas últimas décadas produziu ganhos materiais significativos, mas gerou simultaneamente pressões ambientais sem precedentes. A economia global expandiu-se de

aproximadamente US$ 1,18 trilhão em 1820 para mais de US$ 130 trilhões em 2022, enquanto os estoques de capital natural sofreram uma redução estimada de cerca de 40% desde 1992. Esse descompasso evidencia um problema estrutural: o sistema econômico global continua recompensando atividades que degradam a natureza, enquanto os custos ambientais permanecem amplamente externalizados.

Ao mesmo tempo, a governança internacional enfrenta crescentes desafios geopolíticos e institucionais. Tensões entre grandes potências, retração de compromissos multilaterais e dificuldades de financiamento das organizações internacionais têm afetado diretamente a capacidade de coordenação global. Apesar disso, o multilateralismo ambiental continua funcionando — ainda que de forma limitada — produzindo acordos, avanços científicos e mecanismos institucionais relevantes.

Outro elemento central que emerge desses relatórios é a crescente compreensão de que a crise ambiental é também uma crise de saúde pública global. A poluição do ar, por exemplo, está associada a aproximadamente 7 milhões de mortes por ano, enquanto cerca de 90% da população mundial está exposta a níveis de poluição atmosférica acima das diretrizes da Organização Mundial da Saúde. Paralelamente, a mudança climática intensifica riscos sanitários por meio de ondas de calor, insegurança alimentar, expansão de doenças vetoriais e eventos climáticos extremos.

Diante desse cenário, os relatórios analisados convergem em três mensagens centrais. Primeiro, os sistemas naturais estão se degradando mais rapidamente do que as respostas políticas e institucionais. Segundo, a arquitetura atual de governança ambiental internacional apresenta limitações importantes para implementar transformações estruturais. Terceiro, novas formas de cooperação, financiamento e responsabilização serão necessárias para alinhar economia, política e ciência com os limites ecológicos do planeta.

A análise integrada desses relatórios permite compreender não apenas o estado atual da crise ambiental, mas também os caminhos possíveis para fortalecer a governança global nas próximas décadas.

2. Biodiversidade, economia e empresas: evidências do relatório IPBES

O relatório do **IPBES sobre empresas e biodiversidade** parte de uma premissa fundamental: todas as empresas dependem da biodiversidade e, ao mesmo tempo, exercem impactos sobre ela. Essa relação dupla cria riscos sistêmicos para a economia global, pois o funcionamento dos sistemas produtivos depende diretamente dos serviços ecossistêmicos que sustentam atividades econômicas.

Desde a Revolução Industrial, o crescimento econômico tem sido acompanhado por degradação ambiental acelerada. Entre 1820 e 2022, a economia global expandiu-se de US$ 1,18 trilhão para US$ 130,11 trilhões (em dólares constantes de 2011). No entanto, desde 1992, enquanto o capital produzido per capita praticamente dobrou (crescimento aproximado de 100%), os estoques de capital natural foram reduzidos em cerca de 40%.

O relatório confirma que 14 das 18 categorias de contribuições da natureza às pessoas estão em declínio, especialmente serviços regulatórios como polinização, regulação climática, qualidade da água e formação do solo. Embora a produção de alimentos, energia e materiais tenha aumentado, isso ocorreu à custa da erosão dos sistemas ecológicos que sustentam a própria atividade econômica.

A perda de biodiversidade é hoje reconhecida como risco sistêmico global, interagindo com riscos climáticos e financeiros. Entre os principais riscos da próxima década estão eventos climáticos extremos, escassez de recursos naturais e colapso de ecossistemas.

- **Impactos e dependências empresariais**

O relatório demonstra que as empresas dependem da biodiversidade de forma material, regulatória e não material. Dependem de insumos como madeira, fibras, alimentos e recursos genéticos; dependem da regulação de ciclos hidrológicos, controle de erosão e polinização; e dependem também de valores culturais, identitários e recreativos associados aos ecossistemas.

Setores como agricultura, pesca, mineração e farmacêutico apresentam dependências diretas mais evidentes, mas o relatório enfatiza que dependências indiretas ao longo das cadeias globais de valor são amplamente subestimadas. Mesmo setores urbanos ou de serviços dependem de sistemas naturais que operam à distância.

Ao mesmo tempo, as empresas impactam a biodiversidade por meio dos cinco principais vetores globais de perda: mudança no uso da terra e do mar, exploração direta de organismos, mudança climática, poluição e espécies invasoras. Os setores com impactos diretos mais expressivos incluem agricultura, silvicultura, pesca, energia, mineração, construção e transporte. Entretanto, a responsabilidade se distribui ao longo de toda a cadeia produtiva, incluindo consumidores finais e instituições financeiras.

- **Fluxos financeiros e incentivos econômicos**

Um dos achados mais impactantes do relatório refere-se à arquitetura financeira global. Em 2023, os fluxos financeiros públicos e privados com impactos negativos diretos sobre a natureza foram estimados em aproximadamente **US$ 7,3 trilhões**. Desse total, cerca de **US$ 4,9 trilhões** vieram do setor privado e aproximadamente **US$ 2,4 trilhões** corresponderam a subsídios públicos ambientalmente prejudiciais. Em contraste, apenas **US$ 220 bilhões** foram direcionados a atividades voltadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

Essa discrepância revela um desalinhamento estrutural profundo entre o sistema financeiro e os objetivos globais de sustentabilidade. O relatório argumenta que os incentivos econômicos atuais frequentemente recompensam atividades que degradam a natureza, enquanto ações positivas permanecem subfinanciadas. A reforma de subsídios prejudiciais e a realocação estratégica de capital são apresentadas como oportunidades centrais para transformar esse cenário. O documento ressalta que políticas fiscais, instrumentos financeiros inovadores e regulação prudencial podem reorientar fluxos financeiros de modo a internalizar custos ambientais e reduzir riscos sistêmicos. Políticas públicas devem reformar subsídios prejudiciais, fortalecer mecanismos de divulgação obrigatória e integrar biodiversidade em políticas fiscais e comerciais. Instrumentos como títulos verdes, créditos de biodiversidade, pagamentos por serviços ecossistêmicos e fundos de conservação podem mobilizar capital privado para atividades positivas.

O relatório enfatiza ainda a importância da participação de povos indígenas e comunidades locais, garantindo consentimento livre, prévio e informado e promovendo arranjos de repartição justa de benefícios.

3. Relatório do *International Institute for Sustainable Development* (IISD) – *State of Global Environmental Governance 2025*

O relatório *State of Global Environmental Governance 2025* apresenta a geopolítica como o elemento estruturante do cenário ambiental internacional em 2025. Longe de tratar as tensões globais como pano de fundo, o documento mostra que elas moldaram diretamente o ritmo, a ambição e os resultados das negociações ambientais multilaterais ao longo do ano.

O texto descreve um contexto de fragmentação política e econômica crescente. O número de conflitos internacionais atingiu o maior patamar desde a Segunda Guerra Mundial, os gastos militares aumentaram, as alianças tradicionais se tornaram mais instáveis e o comércio passou a ser utilizado como instrumento de pressão estratégica. Nesse ambiente, a confiança no sistema multilateral atingiu níveis historicamente baixos. O sistema internacional baseado em regras — que sustentou a governança ambiental nas últimas décadas — é retratado como estando sob forte estresse.

Um dos movimentos mais marcantes foi a retração dos Estados Unidos do engajamento multilateral. A ausência de delegação oficial na COP30, o bloqueio ou afastamento em processos como o IPCC e negociações tributárias globais, além da rejeição formal aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sinalizam uma mudança de postura significativa. Ao mesmo tempo, o país utilizou ameaças tarifárias para influenciar decisões ambientais, ampliando o uso de instrumentos comerciais como ferramenta geopolítica. Essa retração abriu espaço para outros atores — especialmente a China — buscarem maior protagonismo na governança global, reforçando a transição para uma ordem multipolar mais competitiva e menos previsível.

As tensões geopolíticas tiveram impactos diretos nos fóruns ambientais. O relatório menciona bloqueios na adoção de documentos científicos, como o *Summary for Policymakers* do GEO-7, impasses nas negociações do tratado global sobre plásticos e a incapacidade de avançar no *phase-out* de combustíveis fósseis na COP30. Delegações relataram dificuldades em alcançar consensos mínimos, aumento de votações procedimentais e questionamentos sobre negociações conduzidas “de boa-fé”. A ciência, embora central para a governança ambiental, passou a ser contestada quando suas conclusões confrontavam interesses nacionais estratégicos.

Outro eixo central da análise geopolítica é a crise de financiamento do sistema ONU. O não pagamento de contribuições obrigatórias por grandes doadores, especialmente os Estados Unidos, agravou uma situação já frágil. O relatório aponta bilhões de dólares em contribuições pendentes, cortes de pessoal, redução de apoio técnico às negociações e restrições operacionais nas próprias conferências. A redireção de recursos para defesa, em um contexto de insegurança internacional, aprofunda a tensão entre prioridades geopolíticas tradicionais e compromissos ambientais globais. Nesse cenário, a iniciativa de reforma institucional conhecida como UN80 surge como tentativa de tornar o sistema mais ágil e sustentável financeiramente.

A geopolítica também se manifestou em disputas normativas e ideológicas. Houve resistência à incorporação de linguagem sobre gênero em decisões ambientais, tentativas de diluir o reconhecimento específico de direitos dos Povos Indígenas e embates sobre justiça e equidade. Assim, a polarização não foi apenas estratégica entre grandes potências, mas também normativa, refletindo mudanças políticas internas em diversos países.

Apesar desse quadro adverso, o relatório enfatiza um paradoxo importante: o multilateralismo ambiental não colapsou. Novos acordos entraram em vigor, como o tratado sobre biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ); novos poluentes foram listados sob a Convenção de Estocolmo; um painel científico sobre poluição e químicos foi estabelecido; e mecanismos de transparência climática avançaram. Mesmo sob forte pressão geopolítica, os regimes ambientais continuaram a produzir resultados — ainda que abaixo do nível de ambição necessário diante da crise planetária.

Em síntese, o relatório retrata 2025 como um ano em que a governança ambiental global operou em um ambiente de alta turbulência geopolítica. A ordem internacional está em transição, o financiamento do multilateralismo está fragilizado, e a cooperação enfrenta divisões profundas. No entanto, a área ambiental permanece como um dos espaços onde a cooperação internacional ainda resiste, ainda que tensionada. O futuro da governança ambiental

dependerá, segundo o documento, da capacidade dos Estados de renovar o compromisso com o multilateralismo em um mundo cada vez mais fragmentado.

- **O ano de 2025**

Em 2025, vários mecanismos institucionais começaram a ser operacionalizados, incluindo iniciativas para reformar a arquitetura financeira internacional, a criação de indicadores de desenvolvimento que vão além do Produto Interno Bruto e o fortalecimento de estruturas dedicadas à tecnologia digital e às futuras gerações. Essas medidas são apresentadas como esforços para modernizar o sistema multilateral em um contexto de crise de confiança e restrições orçamentárias.

A ciência ocupa papel central, o ano foi marcado pela criação de um novo painel científico intergovernamental sobre químicos, resíduos e poluição, completando o conjunto de grandes órgãos científicos que apoiam a governança ambiental global. Ao mesmo tempo, o relatório aponta que a interface ciência-política se tornou mais sensível. Em diversos fóruns, houve resistência a referências explícitas às evidências científicas, especialmente quando elas implicavam mudanças estruturais em políticas nacionais. Assim, a ciência continua sendo base essencial para decisões ambientais, mas sua aceitação tornou-se mais politicamente condicionada.

No campo climático, o balanço é ambivalente. Houve avanços institucionais importantes, como a adoção de indicadores para o *Global Goal on Adaptation*, a consolidação do novo sistema de transparência sob o Acordo de Paris e a criação de um mecanismo voltado à transição justa. Além disso, relatórios nacionais indicam fortalecimento de políticas domésticas e maior integração de abordagens intersetoriais. No entanto, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) permanecem insuficientes para manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5°C. Não houve acordo sobre a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, nem avanços significativos no financiamento climático. O relatório conclui que, embora a estrutura institucional esteja mais robusta, a ambição política ainda não acompanha a urgência científica.

Em biodiversidade, o ano registrou progressos relevantes. O marco de monitoramento do *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework* foi consolidado, e o acordo sobre biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional entrou em vigor, fortalecendo a governança dos oceanos. A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas ampliou a proteção a diversas espécies, ao mesmo tempo em que relaxou restrições para populações recuperadas graças a esforços de conservação. Contudo, persistem desafios na mobilização de recursos financeiros e na implementação do sistema de repartição de benefícios sob o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos.

No campo de químicos e resíduos, o relatório registra avanços relativamente consistentes. Novos poluentes orgânicos persistentes foram adicionados à lista de substâncias controladas sob a Convenção de Estocolmo, e as convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo aprofundaram sua cooperação institucional. Ainda assim, a negociação de um tratado global sobre poluição plástica não foi concluída, permanecendo como um dos principais impasses do ano.

O relatório também aborda a governança dos oceanos e a mineração em águas profundas, destacando a tensão entre a necessidade de proteger ecossistemas marinhos e a pressão por explorar minerais estratégicos para a transição energética. Enquanto alguns países defendem uma moratória precautória até que haja maior conhecimento científico, outros pressionam por regulamentação rápida que permita a exploração comercial.

De maneira geral, o relatório apresenta 2025 como um ano de avanços institucionais importantes, mas também de ambição limitada diante da magnitude da crise ambiental. O multilateralismo ambiental continua produzindo resultados, consolidando normas e ampliando estruturas de cooperação. No entanto, esses resultados são frequentemente graduais e insuficientes frente à aceleração das pressões planetárias. O relatório transmite, portanto, uma mensagem de resiliência institucional combinada com urgência não atendida: há progresso, mas ele precisa ser significativamente acelerado para responder à escala dos desafios globais

- **Soluções para fortalecer a governança**

O documento não propõe uma única grande reforma, mas sim um conjunto de caminhos estruturais para tornar o sistema mais eficiente, coerente, financeiramente sustentável e politicamente resiliente

Um dos principais eixos para fortalecer a governança é o aprofundamento das sinergias entre acordos multilaterais ambientais (MEAs). O relatório destaca que, à medida que o número de tratados cresce e os temas se sobrepõem, torna-se essencial evitar duplicações e aumentar a eficiência institucional. As Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo são apresentadas como modelo, pois realizam conferências conjuntas, compartilham estruturas administrativas e promovem decisões coordenadas. O texto sugere que esse modelo pode inspirar outros regimes, inclusive os relacionados às Convenções do Rio (clima, biodiversidade e desertificação). A ideia central é que maior coordenação reduz custos, aumenta coerência política e fortalece a implementação nacional.

Outro pilar fundamental é o reforço da transparência e da *accountability.* O relatório aponta o sistema de transparência do Acordo de Paris como um exemplo de mecanismo que pode fortalecer a credibilidade do multilateralismo. Ao exigir relatórios regulares e comparáveis, o sistema cria pressão política positiva e melhora a base de evidências para decisões futuras. A expansão e consolidação desses mecanismos de acompanhamento são vistas como essenciais para transformar compromissos em resultados concretos.

O documento também enfatiza a importância de integrar abordagens “whole-of-government” e “whole-of-society”, reconhecendo que a governança ambiental não pode permanecer compartimentalizada. A articulação entre ministérios, setor privado, sociedade civil, comunidades locais e Povos Indígenas é apresentada como condição necessária para acelerar a implementação e ampliar legitimidade.

No plano financeiro, o fortalecimento da governança depende de uma reforma mais ampla da arquitetura internacional. O relatório associa esse processo ao *Pact for the Future* e à agenda de financiamento para o desenvolvimento. São mencionadas iniciativas para enfrentar o endividamento de países em desenvolvimento, mobilizar investimentos verdes e desenvolver instrumentos inovadores — como mecanismos financeiros climáticos e instrumentos de dívida sustentável. A estabilidade financeira da ONU também é tratada como prioridade estratégica, especialmente no contexto da iniciativa UN80, que busca tornar o sistema mais ágil, eficiente e sustentável diante de restrições orçamentárias.

No que se refere aos planos e perspectivas para 2026, o relatório indica que o próximo ano será decisivo em vários níveis. Primeiramente, espera-se a continuidade da implementação do *Pact for the Future*, com maior consolidação das reformas institucionais e dos novos mecanismos criados em 2025. Em segundo lugar, 2026 será um ano crítico para acelerar a ambição climática, especialmente diante da insuficiência das NDCs apresentadas até o momento. A preparação para ciclos futuros de revisão e a integração das conclusões científicas do IPCC devem ganhar centralidade.

Também está prevista a retomada das negociações do tratado global sobre plásticos, após o impasse de 2025. O relatório sugere que novos formatos de negociação e maior esforço diplomático serão necessários para superar divisões estruturais. No campo da biodiversidade, 2026 deverá concentrar-se na implementação do Global Biodiversity Framework, no fortalecimento dos mecanismos de financiamento e na consolidação da participação de Povos Indígenas e comunidades locais.

Além disso, o documento antecipa que as discussões sobre o futuro da agenda de desenvolvimento pós-2030 começarão a ganhar forma mais concreta, preparando o terreno para o SDG Summit de 2027. Assim, 2026 aparece como um ano de transição estratégica: menos focado na criação de novos tratados e mais na consolidação, integração e fortalecimento do que já foi acordado.

No trecho "Looking to 2026", que encerra o relatório *State of Global Environmental Governance 2025*, os autores projetam o ano como um momento decisivo para a credibilidade e a sobrevivência do multilateralismo ambiental. A seção não é apenas prospectiva; ela funciona como um alerta estratégico. O relatório sugere que 2026 será um ano de consolidação — ou de aprofundamento das fragilidades — dependendo das escolhas políticas feitas pelos Estados

O texto indica que o sistema internacional entra em 2026 sob três grandes pressões simultâneas: a crise de financiamento da ONU, a fragmentação geopolítica crescente e a urgência ambiental cada vez mais evidente diante do agravamento dos limites planetários. A combinação desses fatores torna o próximo ano particularmente sensível.

Primeiro, o relatório enfatiza que a implementação do *Pact for the Future* e da iniciativa UN80 precisará avançar de maneira concreta. Não bastará anunciar reformas; será necessário demonstrar ganhos reais de eficiência, coordenação e sustentabilidade financeira. O sucesso dessas reformas será fundamental para restaurar a confiança dos Estados no sistema multilateral e garantir que a ONU continue operando de forma funcional, mesmo com restrições orçamentárias.O relatório apresenta 2026 como um ano decisivo para acelerar a ambição climática, já que as NDCs submetidas até 2025 permanecem insuficientes para limitar o aquecimento a 1,5°C. Por isso, os próximos ciclos de revisão deverão se apoiar mais fortemente na ciência e no fortalecimento do sistema de transparência do Acordo de Paris, para reduzir a lacuna entre compromissos e ação.

A retomada das negociações do tratado global sobre plásticos também surge como um teste importante para a diplomacia ambiental após os impasses de 2025. Espera-se que novas estratégias de negociação e maior disposição ao compromisso permitam avançar no acordo.

No campo da biodiversidade, o foco deverá se deslocar das negociações para a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, com ênfase em financiamento, monitoramento e participação de Povos Indígenas e comunidades locais.

O ano de 2026 também deverá iniciar discussões sobre a agenda global pós-2030, à medida que se aproxima o prazo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, o relatório conclui que o próximo ano pode representar um ponto de inflexão: fortalecer o multilateralismo por meio de maior cooperação, financiamento previsível, accountability e decisões baseadas na ciência, ou aprofundar as fragilidades já observadas na governança ambiental global.

4. Relatório Anual do PNUMA

O UNEP Annual Report 2025 – "Our planet. Our purpose." apresenta um panorama das principais ações do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ao longo de 2025 para enfrentar a chamada tripla crise planetária: mudança do clima, perda de biodiversidade e

poluição. O relatório destaca que, mesmo em um contexto de tensões geopolíticas e desafios ao multilateralismo, a cooperação ambiental internacional continua essencial, com o UNEP desempenhando papel central na articulação de respostas globais.

O documento mostra que 2025 foi marcado por forte atuação científica e política. Entre os principais marcos está a publicação da sétima edição do Global Environment Outlook (GEO-7), elaborada por 287 cientistas de 82 países, que conclui que o mundo ainda está fora da trajetória necessária para enfrentar simultaneamente a crise climática, a perda de biodiversidade e a poluição. Ao mesmo tempo, o relatório apresenta cenários de transformação capazes de gerar mais de US$ 20 trilhões adicionais em PIB anual, evitar milhões de mortes prematuras associadas à poluição e retirar centenas de milhões de pessoas da pobreza.

Outros relatórios fundamentais reforçam esse diagnóstico. O Emissions Gap Report 2025 alerta que, mesmo se os países cumprirem suas promessas atuais, o planeta pode aquecer entre 2,3°C e 2,5°C até o final do século, ultrapassando a meta de 1,5°C do Acordo de Paris já na próxima década. Já o Adaptation Gap Report indica que os países em desenvolvimento precisarão de até US$ 365 bilhões por ano até 2035 para se adaptar aos impactos climáticos — cerca de 12 vezes mais do que o financiamento atualmente disponível.

Além das análises científicas, o relatório apresenta resultados concretos das ações do UNEP. Em 2025, a organização apoiou projetos de adaptação climática em 54 países, beneficiando milhões de pessoas e restaurando milhares de quilômetros quadrados de terras degradadas. No campo da biodiversidade, o UNEP apoiou 70 países na atualização de suas estratégias nacionais alinhadas ao Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal e contribuiu para acelerar a entrada em vigor do tratado sobre biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional. Ao todo, cerca de 170 mil km² de áreas terrestres e marinhas passaram a ter manejo ambiental melhorado, com benefícios esperados para 2,3 milhões de pessoas.

No enfrentamento da poluição, o relatório destaca iniciativas voltadas ao combate à poluição plástica, à promoção da economia circular — especialmente no setor têxtil — e à transição para sistemas de transporte mais limpos. O documento também reforça a gravidade da poluição atmosférica: cerca de 90% da população mundial está exposta a níveis de poluição do ar acima das diretrizes da OMS, e a poluição do ar está associada a aproximadamente 7 milhões de mortes por ano.

O relatório enfatiza ainda que a crise ambiental é também uma crise de saúde pública global. O GEO-7 aponta que transformações nos sistemas econômicos e produtivos poderiam evitar milhões de mortes prematuras causadas pela poluição. Além disso, o aquecimento global projetado entre 2,3°C e 2,5°C deve intensificar riscos sanitários, incluindo ondas de calor mais severas, insegurança alimentar e expansão de doenças transmitidas por vetores. O documento também destaca a crescente atenção ao papel do meio ambiente na resistência antimicrobiana, reconhecendo que poluição e manejo inadequado de resíduos químicos e farmacêuticos contribuem para esse problema de saúde global.

Por fim, embora o relatório não apresente recomendações formais, ele transmite mensagens estratégicas claras para os próximos anos. Entre elas estão o fortalecimento do multilateralismo ambiental, o aumento significativo da ambição climática, a ampliação do financiamento para adaptação e para o Fundo Ambiental do UNEP, e a aceleração da implementação de acordos globais como o Acordo de Paris e o Marco Global de Biodiversidade. O documento também enfatiza a necessidade de abordagens integradas que conectem clima, biodiversidade e poluição com políticas econômicas e sociais, reconhecendo que a estabilidade ambiental é condição fundamental para saúde, prosperidade e segurança global.

5. Relação com a saúde

A análise integrada dos três relatórios — IPBES, IISD e PNUMA — revela que a crise ambiental global tem implicações profundas e diretas para a saúde pública. Embora cada documento aborde dimensões diferentes da governança ambiental, seus resultados convergem para um mesmo diagnóstico: a degradação ambiental, associada a falhas institucionais e econômicas na governança global, está ampliando riscos sanitários e pressionando os sistemas de saúde em escala mundial.

O relatório do IPBES evidencia que a perda acelerada de biodiversidade compromete os sistemas ecológicos que sustentam a saúde humana. A redução dos serviços ecossistêmicos — como regulação climática, polinização, qualidade da água e formação do solo — afeta diretamente a segurança alimentar, a disponibilidade de água e a estabilidade dos sistemas agrícolas. Esses processos aumentam o risco de desnutrição, especialmente em países de baixa e média renda, onde a dependência direta dos recursos naturais é maior. Além disso, a degradação de ecossistemas favorece o surgimento e a expansão de doenças infecciosas, uma vez que alterações no uso da terra e na biodiversidade podem modificar as interações entre humanos, animais e patógenos. Mudanças ambientais estão associadas ao aumento de doenças zoonóticas e vetoriais, como dengue, malária e febre amarela. Assim, a perda de biodiversidade não representa apenas um problema ambiental, mas um fator estruturante de risco para a saúde pública global.

Outro aspecto relevante destacado pelo IPBES refere-se aos fluxos financeiros que incentivam atividades ambientalmente prejudiciais. O relatório estima que cerca de US$ 7,3 trilhões por ano em investimentos e subsídios estão associados a impactos negativos sobre a natureza, enquanto apenas cerca de US$ 220 bilhões são direcionados à conservação. Esse desequilíbrio econômico contribui para a continuidade de modelos produtivos que aumentam a exposição da população a poluição, degradação ambiental e mudanças climáticas. Do ponto de vista da saúde pública, isso significa que os determinantes ambientais da saúde permanecem subfinanciados, dificultando intervenções preventivas que poderiam reduzir a carga global de doenças.

O relatório do IISD complementa essa análise ao examinar o contexto geopolítico e institucional da governança ambiental. O documento mostra que a fragmentação política, o aumento de conflitos internacionais e a crise de financiamento das organizações multilaterais têm reduzido a capacidade do sistema internacional de responder de forma coordenada à crise ambiental. Essa fragilidade institucional tem implicações diretas para a saúde pública. A ausência de avanços significativos em temas como a eliminação progressiva de combustíveis fósseis ou a regulação da poluição plástica contribui para a manutenção de altos níveis de exposição a poluentes ambientais e gases de efeito estufa. Consequentemente, aumentam os riscos de doenças respiratórias, cardiovasculares e metabólicas associadas à poluição do ar e à degradação ambiental.

O relatório também destaca que a insuficiência das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) mantém o mundo em uma trajetória de aquecimento acima da meta de 1,5°C. O aumento da temperatura média global intensifica eventos climáticos extremos, como ondas de calor, secas e inundações, que têm efeitos diretos sobre a mortalidade e a morbidade. Ondas de calor estão associadas ao aumento de mortes por doenças cardiovasculares e respiratórias, enquanto eventos climáticos extremos comprometem a infraestrutura de saúde, deslocam populações e aumentam a vulnerabilidade social. Assim, as limitações da governança ambiental internacional ampliam os riscos sanitários associados à mudança climática.

O relatório anual do PNUMA reforça essa relação ao apresentar evidências científicas e dados concretos sobre os impactos ambientais na saúde humana. O documento destaca que a

poluição do ar continua sendo uma das principais ameaças ambientais à saúde global, associada a aproximadamente sete milhões de mortes por ano. Além disso, cerca de 90% da população mundial está exposta a níveis de poluição atmosférica superiores aos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Esses números evidenciam que a degradação ambiental já representa uma das principais causas de mortalidade evitável no mundo.

Outro ponto importante ressaltado pelo PNUMA é que a transformação dos sistemas produtivos poderia gerar benefícios simultâneos para o meio ambiente, a economia e a saúde. O Global Environment Outlook (GEO-7) sugere que mudanças estruturais na economia global poderiam evitar milhões de mortes prematuras causadas pela poluição, ao mesmo tempo em que promoveriam crescimento econômico e redução da pobreza. Isso reforça a ideia de que políticas ambientais ambiciosas podem produzir co-benefícios sanitários significativos.

Em conjunto, os três relatórios indicam que a crise ambiental global está profundamente interligada aos determinantes sociais e ambientais da saúde. Portanto, a principal implicação desses relatórios é que a proteção da saúde humana depende cada vez mais da capacidade de fortalecer a governança ambiental global. Integrar políticas de clima, biodiversidade e poluição às estratégias de saúde pública será fundamental para reduzir a carga global de doenças e aumentar a resiliência das sociedades diante da crise planetária.

O Ledger e a Câmara: Uma Nova Arquitetura para a Governança Climática Global e a Saúde Global

El Libro Mayor y la Cámara: una nueva arquitectura para la gobernanza climática global y la salud global

The Ledger and the Chamber: A New Architecture for Global Climate Governance and Global Health

Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães

Resumo. A mudança climática é o determinante de saúde global mais relevante do século XXI, mas a arquitetura de governança projetada para contê-la carece de qualquer mecanismo de aplicação automática. Este ensaio propõe uma reforma em duas camadas — uma Câmara deliberativa que codifica compromissos políticos e um Ledger distribuído que executa consequências pré-acordadas automaticamente quando esses compromissos não são cumpridos. Argumentamos que essa arquitetura deve incorporar dados de impacto à saúde em sua rede de verificação, direcionar financiamento automático para a resiliência dos sistemas de saúde em países de baixa e média renda, e conceder direitos formais de participação às instituições de saúde global. Sem uma governança climática aplicável, as populações que suportam a maior carga de doenças sensíveis ao clima — concentradas na África Subsaariana, no Sul e Sudeste Asiático e na América Latina — continuarão absorvendo danos que não causaram e não podem arcar com a mitigação.

Palavras-chave: Mudança climática. Saúde global. Governança em saúde. Equidade em saúde. Países de baixa e média renda. Aplicação climática. Cobertura universal de saúde. Determinantes ambientais da saúde. Financiamento climático. Governança global.

Resumen. *El cambio climático es el factor determinante más relevante para la salud mundial en el siglo XXI, pero la estructura de gobernanza diseñada para contenerlo carece de cualquier mecanismo de aplicación automática. Este ensayo propone una reforma en dos niveles: una Cámara deliberativa que codifique los compromisos políticos y un Libro mayor distribuido que aplique automáticamente las consecuencias previamente acordadas cuando no se cumplan dichos compromisos. Sostenemos que esta arquitectura debe incorporar datos sobre el impacto en la salud en su red de verificación, dirigir la financiación automática hacia la resiliencia de los sistemas de salud en los países de ingresos bajos y medios, y otorgar derechos formales de participación a las instituciones de salud mundial. Sin una gobernanza climática aplicable, las poblaciones que soportan la mayor carga de enfermedades sensibles al clima —concentradas en el África subsahariana, el sur y sudeste asiático y América Latina— seguirán absorbiendo daños que no han causado y no pueden permitirse mitigar.*

***Palabras clave**: Cambio climático. Salud global. Gobernanza en materia de salud. Equidad en materia de salud. Países de ingresos bajos y medios. Aplicación climática. Cobertura sanitaria universal. Determinantes ambientales de la salud. Financiamiento climático. Gobernanza global.*

Summary. *Climate change is the most consequential upstream determinant of global health in the 21st century, yet the governance architecture designed to contain it lacks any mechanism for automatic enforcement. This essay proposes a two-layer reform — a deliberative Chamber that*

encodes political commitments, and a distributed Ledger that executes pre-agreed consequences automatically when those commitments are missed. We argue that this architecture must incorporate health impact data into its verification network, direct automatic financing to health system resilience in low-income and middle-income countries and grant formal participation rights to global health institutions. Without enforceable climate governance, the populations bearing the highest burden of climate-sensitive disease — concentrated in sub-Saharan Africa, South and Southeast Asia, and Latin America — will continue to absorb harms they did not cause and cannot afford to mitigate.

Keywords: *Climate change. Global health. Health governance. Health equity. Low-income and middle-income countries. Climate enforcement. Universal health coverage. Environmental determinants of health. Climate finance. Global governance.*

I. As Consequências para a Saúde do Fracasso da Governança

A governança global não falha no nível do diagnóstico. O consenso científico sobre a mudança climática é inequívoco e universalmente aceito, e as evidências clínicas de suas consequências para a saúde tornam-se mais avassaladoras a cada ano. O *Lancet Countdown on Health and Climate Change* documentou, em relatórios anuais sucessivos, a acelerada tradução do aumento das temperaturas em mortes, doenças e deslocamentos populacionais.[1] A mortalidade relacionada ao calor em pessoas com mais de 65 anos aumentou 85 por cento entre 1990–1999 e 2013–2022.[2] A área de distribuição geográfica do Aedes aegypti — principal vetor da dengue, da Zika e da chikungunya — expandiu-se dramaticamente, expondo centenas de milhões de pessoas em regiões tropicais e subtropicais a doenças anteriormente ausentes de seus ambientes.[3] As perdas nas colheitas decorrentes do estresse climático já ameaçam os fundamentos nutricionais da saúde na África Subsaariana e no Sul da Ásia.[4]

No entanto, a governança global falha na articulação entre o acordo e a ação. Os 198 países signatários do Acordo de Paris apresentaram compromissos que, se plenamente implementados, reduziriam as emissões globais de gases de efeito estufa em apenas 2,6 por cento. Para manter o aquecimento abaixo de 1,5°C — limiar a partir do qual os impactos mais graves e irreversíveis para a saúde começam a se intensificar — reduções de 42 por cento são necessárias até 2030.[5] O ano de 2024 foi o mais quente já registrado: o primeiro ano-calendário em que as temperaturas médias globais superaram 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. [6] Esses não são prognósticos. São resultados. E esses resultados são distribuídos com profunda iniquidade.

Em 2023, aproximadamente 489 milhões de pessoas foram expostas a ondas de calor que representavam risco severo de mortalidade. [1] A maioria vivia no Sul da Ásia, na África Subsaariana e na América Latina — regiões que respondem coletivamente por menos de 10 por cento das emissões históricas acumuladas de gases de efeito estufa. Essa assimetria é o problema moral e de saúde pública central da governança climática: os menos responsáveis pelas emissões suportam a maior carga de suas consequências para a saúde, possuem a menor capacidade fiscal de se adaptar e são atendidos por sistemas de saúde com menor resiliência para absorver demandas crescentes. O fracasso da governança climática não é meramente uma insuficiência diplomática. É um mecanismo de iniquidade em saúde global que opera em escala planetária.

II. Por Que o Cumprimento Voluntário Não Pode Proteger a Saúde

O Acordo de Paris não possui metas de emissão vinculantes, não prevê consequências automáticas para o descumprimento e seu mecanismo de aplicação foi deliberadamente concebido por seus próprios arquitetos para ser, nas palavras do Artigo 15, "facilitador e não adversarial."[7] O Artigo 15 proíbe explicitamente que o comitê de conformidade imponha medidas punitivas.[8] O sistema depende inteiramente da pressão reputacional e do constrangimento diplomático — forças insuficientes para sobrepor-se ao interesse econômico soberano.

Quando os Estados Unidos se retiraram do Acordo de Paris em 2017, pesquisas subsequentes demonstraram que a não participação eliminou mais de um terço das reduções globais esperadas de emissões — um efeito direto de 31,8 por cento e um efeito de vazamento adicional de 6,4 por cento por meio da queda nos preços dos combustíveis fósseis.[9] As consequências para a saúde desse vazamento recaíram desproporcionalmente sobre populações em países de baixa e média renda (PBMR) que já carregavam a maior carga de doenças sensíveis ao clima: malária, dengue, cólera, doenças relacionadas ao calor e desnutrição aguda. Um único anúncio diplomático não gerou resposta institucional automática, enquanto os custos de saúde a jusante foram suportados por populações que não tiveram qualquer papel na decisão.

O problema da opacidade agrava a lacuna de aplicação. Os dados de emissões são amplamente autodeclarados. Um estudo de 2024 utilizando dados do satélite TROPOMI descobriu que as emissões de metano de quatro aterros sanitários nos EUA eram seis vezes superiores às cifras oficiais da EPA.[10] No Turcomenistão, o monitoramento por satélite identificou mais de 250 eventos de alta emissão em noventa dias, invisíveis ao inventário autodeclarado do país.[11] A subdeclaração sistemática é estruturalmente incentivada, e suas consequências para a saúde — por meio do aquecimento não mitigado — são suportadas global e iniquamente.

A saúde global alcançou seus ganhos mais duradouros por meio de mecanismos que tornaram as consequências vinculantes. As condições de desempenho das concessões do Fundo Global, o financiamento da imunização da GAVI vinculado a metas de cobertura, os requisitos de notificação legalmente obrigatórios do Regulamento Sanitário Internacional — esses não são analogias para a governança climática. São demonstrações, dentro da própria arquitetura de saúde, de que consequências vinculantes funcionam. A mesma lógica ainda não foi aplicada ao determinante upstream que hoje mais ameaça reverter esses ganhos.

III. A Câmara: Legitimidade Política Preservada

A Câmara é a camada política da arquitetura proposta — onde representantes deliberam, negociam e decidem. Sua função crítica não é a deliberação, que as instituições existentes já oferecem, mas a formalização dos resultados: quando a Câmara alcança um acordo sobre compromissos de emissões, esses compromissos não são meramente registrados em um documento de tratado que pode ser silenciosamente abandonado. Eles são codificados no Ledger.

Um documento de tratado pode ser ignorado, reinterpretado ou submetido a anos de renegociação diplomática. Uma entrada no Ledger não pode — pelo menos não sem que a violação se torne imediatamente visível para todos os participantes do sistema, incluindo mercados, sociedade civil e instituições de saúde que monitoram impactos a jusante. A Câmara

mantém plena autoridade sobre a arquitetura do Ledger: estabelece as regras, as altera por processos de supermaioria e pode suspender consequências automáticas em emergências genuínas por meio de um protocolo de dificuldades transparente. O Ledger serve às decisões da Câmara; não as substitui.

Uma estrutura bicameral — um organismo de estados com peso igual e outro ponderado pela população — reflete os requisitos de legitimidade democrática de uma instituição verdadeiramente global e fornece representação estrutural para os PBMR densamente populosos mais expostos aos danos à saúde pelo clima. As cidades, que são tanto atores de primeira linha na adaptação climática quanto os principais locais da carga de saúde global, poderiam deter funções consultivas formais; a rede C40 representa 100 municípios coletivamente responsáveis por um quarto do PIB global. [12]

Para a saúde global, o desenho da Câmara deve corrigir uma lacuna crítica na governança existente: a ausência quase total de representação da saúde nos órgãos decisórios do clima. A OMS detém status de observadora na UNFCCC; não desempenha qualquer papel formal na arquitetura de conformidade. Os ministérios da saúde dos PBMR — que gerenciam as populações mais afetadas — não possuem um canal estruturado entre o impacto de saúde observado e as consequências vinculantes. O desenho da Câmara deve corrigir isso, não como cortesia, mas como requisito epistêmico: um sistema de governança que não consegue enxergar as consequências de saúde do descumprimento não pode calibrar adequadamente suas respostas.

IV. O Ledger: Aplicação Tornada Automática

O Ledger é a camada técnica: um registro distribuído, à prova de adulteração e publicamente auditável de compromissos, continuamente atualizado por uma rede *oracle* independente, que executa consequências pré-acordadas automaticamente quando as nações não cumprem suas metas. A inovação crítica é o momento. O consentimento ocorre na entrada, não no momento da violação — quando o interesse soberano produz sistematicamente a deserção, e quando o custo diplomático da aplicação invariavelmente supera a vontade política de impô-la.

Um governo que adere ao sistema pré-autoriza consequências para seu próprio descumprimento futuro. Não pode, posteriormente, acusar a aplicação de ser politicamente motivada, porque nenhuma decisão política a desencadeia. As regras se executam porque foram acordadas. Essa separação — do ato político de consentir do ato técnico de aplicar — é o que distingue a arquitetura de todos os acordos climáticos anteriores.

A rede *oracle* que alimenta o Ledger baseia-se em um ecossistema de tecnologia de monitoramento independente em rápida maturação. A constelação de quinze satélites da GHGSat fornece monitoramento de metano em nível de instalação globalmente.[13] O MethaneSAT, lançado em março de 2024, oferece cobertura global com resolução de 100 metros.[14] A rede GOES da NOAA detecta grandes emissões de metano a cada sete segundos.[15] O Sistema de Alerta e Resposta de Metano da UNEP agrega dados de múltiplos satélites por meio de aprendizado de máquina e notifica os governos automaticamente.[16] A tecnologia para saber, de forma independente e em tempo quase real, o que qualquer país ou instalação está emitindo já existe. O que ainda não existe é a arquitetura institucional para tornar esse conhecimento consequente.

Para a saúde global, três adições específicas à rede oracle são essenciais. Primeiro, dados

de vigilância de saúde em nível comunitário — mortalidade por calor, incidência de doenças transmitidas por vetores, internações por desnutrição aguda, lesões relacionadas a inundações — devem ser incorporados como insumos explícitos juntamente com as métricas de emissões. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Brasil, operando por meio do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, já gera dados de saúde granulares em nível comunitário precisamente desse tipo, abrangendo uma população de 215 milhões em diversas zonas climáticas. [17] Esta não é uma contribuição hipotética para o monitoramento climático-sanitário global; é uma infraestrutura existente que aguarda conexão institucional. Segundo, os fluxos do Fundo de Perdas e Danos desencadeados pelas violações do Ledger devem ser explicitamente destinados à resiliência dos sistemas de saúde nos PBMR afetados — capacidade de atenção primária, infraestrutura de cadeia de frio para programas de imunização perturbados pelo clima, capacidade de controle vetorial em regiões de expansão da transmissão de malária e dengue. Terceiro, dados verificados de impacto à saúde devem ser incorporados à fórmula que determina a escala das consequências automáticas: uma nação cujo descumprimento está gerando aumentos mensuráveis e atribuíveis em doenças sensíveis ao clima deve enfrentar consequências proporcionalmente maiores do que aquela cujas emissões excessivas ainda não produziram dano de saúde detectável.

V. Além dos Estados: Fé, Sociedade Civil e o Setor de Saúde

A limitação mais significativa dos modelos tradicionais de governança global é que eles tratam os estados como os únicos atores relevantes. A comunidade de saúde global sabe por experiência que isso é equivocado: a resposta ao HIV/AIDS foi transformada pela defesa da sociedade civil; a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco foi viabilizada pela pressão sustentada de profissionais e pesquisadores de saúde contra interesses econômicos soberanos; a pandemia de COVID-19 revelou como a confiança comunitária — frequentemente mediada por redes de fé — determina se as intervenções de saúde alcançam as populações que mais precisam delas.

As comunidades de fé representam mais de oito bilhões de fiéis globalmente e exercem autoridade moral junto a populações que os governos muitas vezes não conseguem alcançar pela política. Na COP28, a ONU estabeleceu pela primeira vez na história da conferência um Pavilhão da Fé.[18] Vinte e oito líderes religiosos das principais religiões mundiais assinaram a declaração Confluência de Consciências antes da COP28, comprometendo suas comunidades com a ação climática.[19] No modelo do Ledger e da Câmara, as organizações religiosas participam do conselho consultivo da Câmara, contribuem com dados de monitoramento em nível comunitário por meio da rede *oracle* e atuam como pontes de legitimidade — traduzindo compromissos abstratos de governança em significado para as comunidades mais afetadas pelos danos climáticos à saúde.

As organizações da sociedade civil — ONGs ambientais, órgãos de defesa jurídica, instituições de saúde pública, jornalistas investigativos — já desempenham muitas das funções de verificação e responsabilização que a arquitetura formaliza. No modelo, órgãos credenciados da sociedade civil, incluindo instituições de saúde, alimentam dados de monitoramento independentes para a rede *oracle*, detêm direitos formais de fala nas deliberações da Câmara e têm legitimidade para peticionar o órgão de disputas quando os dados do Ledger indicam que o descumprimento está gerando danos à saúde. A decisão sobre o campo petrolífero de Rosebank no Reino Unido — obtida pelo Greenpeace e pela Uplift, não por qualquer órgão governamental — demonstra que o litígio da sociedade civil contra o descumprimento soberano já funciona quando existem vias institucionais. A arquitetura cria e formaliza essas vias globalmente.

A inclusão do setor privado é igualmente crítica. Mais de 15.700 entidades em 150 países haviam ingressado na campanha *Race to Zero* até 2024.[20] Contudo, apenas 4 por cento das empresas com metas de emissão zero cumprem os critérios mínimos da ONU, e apenas 2 por cento comprometeram-se a eliminar os gastos de capital em ativos intensivos em carbono não abatidos.[21] No modelo do Ledger e da Câmara, as corporações acima de um milhão de toneladas de CO_2 equivalente anuais são registradas diretamente no Ledger, com registros de conformidade publicamente visíveis. A própria indústria da saúde — fabricantes farmacêuticos, redes hospitalares, cadeias de suprimento médico — deveria estar entre as primeiras a se registrar, tanto como demonstração de comprometimento quanto como meio de tornar a própria responsabilidade climática do setor de saúde transparente e verificável.

VI. Precedentes Institucionais em Saúde Global e Além

A afirmação de que a aplicação automática e vinculante de compromissos internacionais é impossível foi repetidamente refutada, inclusive no âmbito da saúde global. A Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco criou obrigações juridicamente vinculantes — restrições à publicidade, requisitos de embalagem, pisos de tributação — que demonstravelmente reduziram o consumo de tabaco nos países signatários. [22] O Regulamento Sanitário Internacional impõe obrigações de notificação obrigatória com prazos definidos, e sua violação acarreta consequências reputacionais e diplomáticas. O Fundo Global vincula o financiamento a marcos de desempenho mensuráveis. Nenhum desses mecanismos é perfeito; todos demonstram que os estados soberanos aceitam consequências vinculantes quando a arquitetura é projetada para exigi-las.

Além da saúde, a OMC emitiu mais de 350 decisões de disputas com as quais os estados em grande medida cumpriram.[23] O Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras da UE — em sua fase definitiva desde janeiro de 2026 — impõe custos automaticamente sobre importações de alto carbono com base em dados verificados de emissões.[24] A AIEA mantém monitoramento nuclear independente em 180 países com credibilidade derivada da independência institucional e da metodologia transparente.[25] O Ledger e a Câmara generaliza essa lógica — consequência vinculante, verificação independente, regras transparentes — em uma arquitetura coerente que também incorpora o setor de saúde como participante formal pela primeira vez.

VII. Os Problemas Difíceis

A resistência das grandes potências é a objeção política mais séria. A arquitetura não requer adoção universal para ter força. Uma coalizão abrangendo a UE, o Reino Unido, o Canadá, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e parcelas significativas do Sul Global representa peso econômico suficiente para tornar os ajustes de carbono nas fronteiras significativos. Criticamente, para a saúde global, a coalizão não precisa ser liderada por nações ricas: Brasil, África do Sul, Indonésia e Índia representam coletivamente as populações que suportam a maior carga de saúde climática e possuem a mais forte reivindicação moral para exigir uma governança aplicável. Uma coalizão ancorada no Sul Global é mais legítima e mais duradoura do que aquela cuja principal motivação é o interesse econômico próprio.

O protocolo de dificuldades não é uma concessão à fraqueza; é um mecanismo de equidade em saúde. Os PBMR que menos contribuíram para as emissões históricas acumuladas e enfrentam as mais severas restrições fiscais devem ter uma via transparente e com prazo definido para a remediação, que não simplesmente replique as assimetrias de aplicação do direito internacional existente. O protocolo deve ser governado por critérios que incluam a

capacidade do sistema de saúde, a responsabilidade histórica per capita pelas emissões e o esforço demonstrado de boa-fé — não apenas o PIB, que não consegue capturar a dimensão plena da vulnerabilidade climática.

A legitimidade da participação de atores não estatais requer um processo de credenciamento transparente, governado pela Câmara, com critérios que incluam explicitamente a representação das populações na linha de frente dos impactos climáticos à saúde. As organizações religiosas que representam comunidades no Sahel, nos estados insulares do Pacífico e nos territórios indígenas amazônicos devem ter acesso estrutural ao sistema de governança. As instituições de saúde dos PBMR — não apenas a OMS e seu aparato em Genebra, mas ministérios da saúde nacionais, organizações de saúde comunitária e órgãos regionais de saúde — devem ter legitimidade para participar, contribuir com dados e peticionar pela aplicação.

VIII. Uma Arquitetura de Saúde Global para um Mundo de 1,5 Grau

A OMS estimou que a mudança climática causará aproximadamente 250.000 mortes adicionais por ano entre 2030 e 2050, principalmente por desnutrição, malária, diarreia e estresse térmico. [26] Essas mortes estarão concentradas nos PBMR com menor responsabilidade histórica pelas emissões. A cobertura universal de saúde — compromisso central do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de saúde — não pode ser alcançada em países onde a mudança climática está simultaneamente degradando os determinantes ambientais da saúde, deslocando populações, destruindo infraestrutura de saúde e gerando cargas de doenças que superam a capacidade dos sistemas. Governança climática é governança de saúde. O fracasso de uma é o fracasso da outra.

O Brasil, que abriga a Amazônia — o maior sumidouro terrestre de carbono do mundo e um regulador crítico dos padrões climáticos globais — opera um dos sistemas de vigilância de saúde primária mais abrangentes do mundo e sediará a COP30 em Belém em novembro de 2025. Está, portanto, singularmente posicionado para defender uma arquitetura que torne as consequências climáticas automáticas, os impactos na saúde centrais e as vozes dos PBMR estruturalmente ouvidas.

A lacuna entre os compromissos atuais e a ação necessária é uma lacuna de estrutura. O Ledger e a Câmara enfrentam essa lacuna estrutural. Vinte e nove COPs produziram 2,6 por cento. [5] O custo de saúde desse fracasso já está sendo contabilizado, em mortes, em doenças, em deslocamentos. Um tipo diferente de instituição não é apenas possível. É uma necessidade médica.

Referências

1. Romanello M, Napoli CD, Drummond P, et al. The 2023 report of the Lancet Countdown on health and climate change: the imperative for a health-centred response in a world facing irreversible harms. **Lancet** 2023; 402: 2346–94.

2. Romanello M, Di Napoli C, Green C, et al. The 2023 report of the Lancet Countdown on health and climate change. **Lancet** 2023; 402: 2346–94.

3. Ryan SJ, Carlson CJ, Mordecai EA, Johnson LR. Global expansion and redistribution of Aedes-borne virus transmission risk with climate change. **PLoS Negl Trop Dis** 2019; 13: e0007213.

4. Zhao C, Liu B, Piao S, et al. Temperature increase reduces global yields of major crops in four independent estimates. **Proc Natl Acad Sci USA** 2017; 114: 9326–31.

5. United Nations Environment Programme. *Emissions Gap Report 2024: No More Hot Air … Please!* Nairobi: UNEP; 2024.

6. Copernicus Climate Change Service. *2024 is the hottest year on record*. European Centre for Medium-Range Weather Forecasts; 2025. https://climate.copernicus.eu (acesso em 28 fev 2026).

7. Paris Agreement, Art 15(2). United Nations Treaty Collection; 2016.

8. Ibrahim IA, Maljean-Dubois S, Owley J. The Paris Agreement compliance mechanism: beyond COP 26. *Wake Forest Law Rev* 2021; 11: 147.

9. Böhringer C, Bortolamedi M. The consequences of non-participation in the Paris Agreement. **Environ Econ** 2024; 213: 1–18.

10. Balasus N, Duren RM, Cusworth DH, et al. *Methane emissions from US landfills inferred from TROPOMI*. Environ Sci Technol 2024; 58: 7765–76.

11. International Energy Agency. *Global Methane Tracker 2024.* Paris: IEA; 2024.

12. C40 Cities. *About C40*. https://www.c40.org/about (acesso em 28 fev 2026).

13. GHGSat. *Satellite constellation*. https://www.ghgsat.com (acesso em 28 fev 2026).

14. Environmental Defense Fund. *How MethaneSAT is different from other satellites*. https://www.edf.org/methanesat (acesso em 28 fev 2026).

15. NOAA NESDIS. GOES satellites can provide quicker detection of large methane emissions. 2024. https://www.nesdis.noaa.gov (acesso em 28 fev 2026).

16. International Energy Agency. *Global Methane Tracker 2024*. Paris: IEA; 2024: 19.

17. Ministério da Saúde do Brasil. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). https://portalsinan.saude.gov.br (acesso em 28 fev 2026).

18. UNEP Faith for Earth Initiative. *Faith-based engagement at COP28*. 2023. https://www.unep.org/events/conference/faith-based-engagement-cop28 (acesso em 28 fev 2026).

19. Muslim Council of Elders, COP28 Presidency. *Confluence of Conscience: Global Faith Leaders Summit on Climate Action*. Abu Dhabi; 6–7 nov 2023.

20. Race to Zero. *Race to Zero 2024 Progress Report.* UNFCCC High-Level Climate Champions; 2024.

21. Rocky Mountain Institute. Corporate climate action: analyzing the recent surge of climate commitments. 2023. https://rmi.org (acesso em 28 fev 2026).

22. World Health Organization. *WHO Framework Convention on Tobacco Control*. Geneva: WHO; 2003.

23. World Trade Organization. *Dispute settlement activity: some figures*. https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispustats_e.htm (acesso em 28 fev 2026).

24. European Commission. Carbon Border Adjustment Mechanism. Regulation (EU) 2023/956. **Off J Eur Union** 2023; 17 mai.

25. International Atomic Energy Agency. *IAEA safeguards overview*. https://www.iaea.org/topics/safeguards (acesso em 28 fev 2026).

26. World Health Organization. *Climate change and health. Fact sheet*. Geneva: WHO; 2023. https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health (acesso em 28 fev 2026).

Relatório sobre Emprego e Tendências Sociais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), edição 2026, e suas conexões com o mundo do trabalho, no Brasil

El Informe sobre Empleo y Tendencias Sociales de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), edición 2026, y sus conexiones con el mundo del trabajo en Brasil

The International Labour Organization (ILO) Employment and Social Trends Report, 2026 edition, and its connections to the world of work in Brazil

Frederico Peres

Resumo. O relatório anual sobre Emprego e Tendências Sociais da Organização Internacional do Trabalho, edição 2026, lançado em janeiro último, aponta que apesar do registro de estabilidade na taxa global de desemprego, mundos desafios ainda persistem no mundo do trabalho, ao redor do planeta. Sejam as barreiras para o ingresso de jovens no mercado de trabalho, sejam as históricas desigualdades de gênero e raça, os desafios desvelados pelo relatório apontam para a necessidade de uma ação coordenada entre instituições de diferentes setores, governos e a sociedade civil, com o objetivo de promover o trabalho decente e a justiça social, sobretudo em regiões e países tradicionalmente vulnerabilizados frente à expansão das grandes cadeias de suprimentos e do comércio digital. O Brasil apresenta uma tendência distinta do conjunto de países de renda média-alta, registrando, em 2025, as menores taxas de desemprego desde o início da série histórica, em 2012, inclusive para a faixa etária de 18 a 24 anos. Apesar dos números positivos, alguns desafios ainda persistem, como as iniquidades de gênero e raça no mundo do trabalho, bem como as marcadas diferenças entre os padrões apresentados nas diferentes regiões do país.

Palavras-chave: Desemprego; Tendências Sociais; Mundo do Trabalho; Desigualdades Sociais.

Resumen. *El informe anual de la Organización Internacional del Trabajo sobre Empleo y Tendencias Sociales, edición 2026, publicado en enero pasado, señala que, a pesar de la estabilidad registrada en la tasa mundial de desempleo, aún persisten varios desafíos en el mundo laboral a nivel mundial. Ya sean las barreras para el acceso de los jóvenes al mercado laboral o las desigualdades históricas de género y raza, los desafíos revelados por el informe apuntan a la necesidad de una acción coordinada entre instituciones de diferentes sectores, gobiernos y la sociedad civil, con el objetivo de promover el trabajo decente y la justicia social, especialmente en regiones y países tradicionalmente vulnerables a la expansión de las grandes cadenas de suministro y el comercio digital. Brasil presenta una tendencia distinta a la del grupo de países de ingresos medianos-altos, registrando, en 2025, las tasas de desempleo más bajas desde el inicio de la serie histórica en 2012, incluso para el grupo de edad de 18 a 24 años. A pesar de las cifras positivas, persisten algunos desafíos, como las desigualdades de género y raza en el mundo laboral, así como las marcadas diferencias entre los patrones presentados en las diferentes regiones del país.*

Palabras clave: *Desempleo; Tendencias sociales; Mundo del trabajo; Desigualdades sociales.*

Abstract. *The International Labour Organization's annual report on Employment and Social Trends, 2026 edition, published last January, indicates that although the worldwide unemployment rate is stable, numerous obstacles continue to exist in the global labor market.*

The report highlights barriers to youth employment and historical inequalities related to gender and race, indicating a need for collaborative efforts among institutions across various sectors, governments, and civil society to foster decent work and social justice, particularly in regions and countries historically susceptible to the growth of extensive supply chains and digital commerce. In 2025, Brazil exhibited a trend divergent from other upper-middle-income nations, recording the lowest unemployment rates since the inception of the historical series in 2012, particularly among the 18-24 age demographic. Notwithstanding the favorable statistics, issues endure, including gender and racial disparities in the workforce, along with significant variations in patterns throughout different parts of the country.

Keywords: *Unemployment; Social Trends; Labor Market; Social Inequities*.

Introdução

Em 14 de janeiro último, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou a edição 2026 do seu Relatório sobre Emprego e Tendências Sociais (https://researchrepository.ilo.org/view/delivery/41ILO_INST/13147301370002676?bypassKey=492dd5a5-3f7a-45de-9fa7-2d91f07c5f19), importante referência sobre as tendências e perspectivas globais para o mundo do trabalho. E que destaca, no cenário atual de instabilidade geopolítica, social e econômica, a necessidade de uma ação coordenada entre instituições de diferentes setores, governos e a sociedade civil, com o objetivo de promover o trabalho decente e a justiça social, sobretudo em regiões e países tradicionalmente vulnerabilizados frente à expansão das grandes cadeias de suprimentos e do comércio digital.



As principais mensagens-chave, apresentadas no documento, são abaixo reproduzidas, na íntegra, traduzidas a partir do original (em língua inglesa), disponível em: https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/employment-and-social-trends-2026

1. Os mercados de trabalho permanecem estáveis, mas essa estabilidade é frágil – A projeção é de que o desemprego global permaneça inalterado em 4,9% em 2026, indicando estabilidade contínua nos principais indicadores do mercado de trabalho, após período de recuperação pós-pandemia. No entanto, essa estabilidade não deve ser confundida com um retorno a condições mais saudáveis no mercado de trabalho. Por trás dessa aparente normalidade, o progresso na qualidade do emprego estagnou, as desigualdades permanecem arraigadas e os mercados de trabalho estão cada vez mais expostos a riscos econômicos, demográficos e tecnológicos globais, que podem rapidamente comprometer a tendência atual de estabilidade.

2. A lacuna global de empregos e os déficits na qualidade do emprego permanecem muito grandes – Olhando além do desemprego, a lacuna global de empregos mais ampla – que engloba pessoas que desejam trabalho remunerado, mas não conseguem acessá-lo – deverá atingir 408 milhões em 2026. Isso destaca um nível muito maior de demanda de mão de obra não atendida do que o indicado apenas pelo desemprego. Ao mesmo tempo, as melhorias na qualidade do emprego diminuíram drasticamente. Quase 300 milhões de trabalhadores continuam vivendo em situação de extrema vulnerabilidade laboral e 2,1 bilhões de trabalhadores permanecem no emprego informal, muitas vezes sem acesso a direitos básicos, proteção social ou, mesmo, garantia de renda. O crescimento real dos salários e da renda do trabalhador ainda não se recuperou totalmente dos recentes choques inflacionários, limitando os ganhos reais nos padrões de vida.

3. Os resultados do mercado de trabalho estão divergindo entre os grupos de renda – As tendências do mercado de trabalho diferem cada vez mais entre os grupos de renda em que se encontram os países. Nas economias de renda alta e média-alta, o envelhecimento da população e o crescimento mais lento da força de trabalho estão ajudando a estabilizar o desemprego, mesmo que a criação de empregos permaneça modesta. Em contraste, os países de renda baixa enfrentam uma rápida expansão da força de trabalho, com o emprego projetado para crescer 3,1% em 2026. Apesar desta perspectiva, os fracos ganhos de produtividade e a limitada transformação estrutural significam que muitos dos novos empregos são (e serão) de baixa qualidade. Essa divergência aumenta o risco de que os países com maior potencial demográfico tenham dificuldades para concretizar um dividendo demográfico.

4. O crescimento da produtividade é muito fraco e desigual para impulsionar a convergência – A produtividade global do trabalho deverá crescer a um ritmo moderado, e bastante desigual, em 2026, no conjunto de países. Os ganhos de produtividade permanecem particularmente fracos nas economias de renda baixa, inibindo a convergência de rendimentos entre os países e limitando as melhorias nos padrões de vida e na qualidade do emprego. Ao mesmo tempo, o ritmo da transformação estrutural – a migração de trabalhadores para setores mais produtivos e formais – diminuiu acentuadamente nas últimas duas décadas, restringindo a capacidade das economias em gerar um crescimento sustentado (e sustentável) do emprego de alta produtividade, bem como um crescimento geral do rendimento.

5. As desigualdades persistem, especialmente para mulheres e jovens – As desigualdades persistentes continuam a moldar o acesso ao trabalho e a qualidade do emprego. As mulheres representam apenas dois quintos da força de trabalho global e têm 24,2% menos probabilidade do que os homens de ingressar no mercado de trabalho, o que reflete barreiras históricas ao trabalho remunerado, com viés de gênero. Os jovens enfrentam desafios particularmente graves: o desemprego global atinge entre 12,4% dos jovens e 20% dos indivíduos da faixa etária – cerca de 260 milhões de pessoas – não estão empregados, estudando

ou em formação (NEET). Estas desvantagens podem deixar marcas profundas nas perspectivas de emprego ao longo da vida destes grupos de trabalhadores.

6. O comércio e os riscos globais estão remodelando as perspectivas do mercado de trabalho – O comércio e as cadeias de valor globais continuam a sustentar o emprego, com cerca de 465 milhões de postos de trabalho ligados à demanda externa em todo o mundo. No entanto, a desaceleração do crescimento do comércio global, o aumento da incerteza em relação às políticas comerciais e as rápidas mudanças tecnológicas podem estar remodelando as perspectivas do mercado de trabalho, ao redor do planeta. Juntos, esses fatores aumentam a incerteza e limitam o potencial do comércio como um forte motor de criação e melhoria da qualidade do emprego. Além disso, os riscos decorrentes da adoção acelerada da IA e do elevado endividamento soberano podem deteriorar as perspectivas do mercado de trabalho, caso se concretizem.

7. A redução do déficit de trabalho decente dependerá cada vez mais de ações internas – Com o crescimento global moderado e o financiamento externo sob pressão, o progresso futuro do mundo do trabalho dependerá cada vez mais de políticas e decisões internas (nacionais). Fortalecer a criação de empregos, impulsionar o crescimento da produtividade, investir em capacitação, expandir a proteção social e reforçar as instituições do mercado de trabalho, especialmente aquelas dedicadas a proteger e apoiar os trabalhadores e as pequenas e médias empresas, será fundamental para reduzir o déficit de trabalho decente. A ação interna coordenada será essencial para construir mercados de trabalho mais inclusivos e resilientes em um ambiente global cada vez mais incerto.

Isto posto, o presente artigo busca discutir, a partir de dados do Relatório Emprego e Tendências Sociais 2026, da OIT, e dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente ao ano de 2025, perspectivas globais e o contexto nacional do mundo do trabalho, destacando a oportunidade de construção de uma agenda integrada para a promoção do trabalho decente e o enfrentamento das iniquidades que, historicamente, impactam desproporcionalmente aos grupos mais vulnerabilizados da população, no país e no mundo.

Perspectivas globais de emprego

Segundo o documento, e apesar de toda a turbulência vivida no âmbito do comércio internacional, no último ano, a média global de desemprego permaneceu estável, em torno de 4,9% em 2025 (mesmo patamar de 2024) e, de acordo com projeções incluídas no relatório, com tendência de estabilidade até, pelo menos, 2027. Percentual que representa, na atualidade, aproximadamente 186 milhões de pessoas desempregadas.

Ao mesmo tempo em que informa a tendência de estabilidade na taxa global de desemprego, o documento registra o aumento na subutilização da força de trabalho, atualmente estimada em 222 milhões de pessoas, entre aquelas que trabalham menos horas do que gostariam ou poderiam (subocupados) e a chamada força de trabalho em potencial, que inclui pessoas que desistiram de buscar emprego (desalentados) ou que buscaram, mas não estavam disponíveis, por diferentes razões, para assumir a vaga de emprego. O que eleva para mais de 400 milhões o número de pessoas, ao redor do planeta, em condições de trabalhar, porém sem emprego (seja formal ou informal).

Ainda sobre a subutilização da força de trabalho, o relatório alerta que os jovens continuam a enfrentar dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Segundo dados

compilados pela OIT, o desemprego entre jovens subiu para 12,4% em 2025, estando cerca de 260 milhões de jovens em situação onde não estudam, não trabalham e não estão em processo de qualificação ou formação para o trabalho (condição representada internacionalmente pela sigla NEET, do inglês *not in employment, education or training* e, ocasionalmente, no Brasil, pelo termo sem-sem, significando *sem trabalhar e sem estudar*). Observa-se, no relatório, que as taxas de NEET entre os mais jovens têm forte variação segundo o grupo de renda dos países onde residem, chegando a 27,9% nos países de renda baixa (em comparação com uma taxa de 11% nos países de renda alta).

O documento alerta, ainda, que o avanço da Inteligência Artificial e dos processos de automação, em diferentes setores da economia, podem dificultar a busca pelo primeiro emprego, particularmente entre jovens com formação avançada (nível superior ou pós-graduação), em países de renda alta (e, também, média-alta, como o Brasil), principalmente no que se refere a profissões que exigem alta qualificação.

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho são outro aspecto apontado, no documento, para destacar a estagnação do progresso global na direção de um trabalho decente e equitativo. Se, por um lado, a taxa de desemprego global para mulheres é, apenas, ligeiramente superior à taxa registrada entre os homens, por outro observa-se que elas enfrentam barreiras históricas de acesso ao mercado de trabalho, e não necessariamente à busca por um emprego. De acordo com estimativas da OIT, as mulheres têm 24% menos chances de participar da força de trabalho global quando comparadas aos homens.

Cabe observar, ao analisar os dados compilados no relatório, que as disparidades de gênero variam mais de acordo com a região que em relação ao grupo de renda do país, destacando o peso da determinação socioambiental e das normas e dinâmicas sociais, culturalmente conformadas nas diferentes sociedades, na produção das tendências de desemprego com viés de gênero.

No que diz respeito às variações nos padrões regionais de desemprego, é possível observar que a América Latina e o Caribe apresentaram projeções de queda em suas taxas de desemprego geral para o médio prazo, enquanto dados relativos à América do Norte apontaram para uma tendência de aumento do desemprego, no médio e no curto prazos. Ao mesmo tempo, observam-se variações regionais importantes em relação às taxas de crescimento da produtividade do trabalho, com a região da América Latina e Caribe apresentando o menor percentual (aproximadamente 1,0% de crescimento), enquanto o Sul da Ásia registrou um crescimento na ordem de 3,9%.

As disparidades de gênero, de oportunidades para os jovens e as notadas variações regionais sinalizam a importância de políticas inclusivas que, ao mesmo tempo, aumentem a produtividade e criem estratégias sustentáveis para o desenvolvimento da força de trabalho. Para o Diretor-Geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, *"a menos que governos, empregadores e trabalhadores atuem em conjunto para aproveitar a tecnologia de forma responsável, expandindo as oportunidades de emprego de qualidade para mulheres e jovens – através de respostas institucionais coerentes e coordenadas –, a escassez de trabalho decente persistirá e a coesão social estará em risco."*

Algumas conexões com o mundo do trabalho no Brasil

Algumas evidências e tendências reunidas no relatório sobre Emprego e Tendências Sociais da OIT, edição 2026, também podem ser observadas no Brasil, ao mesmo tempo em que

se identificam singularidades e padrões específicos no cenário nacional. Entre os aspectos passíveis de comparação, estão a participação de jovens no mercado de trabalho, as desigualdades de gênero no mundo do trabalho e os impactos das dinâmicas do comércio global sobre as tendências de emprego e saúde do trabalhador.

Um primeiro ponto a se considerar é a participação de jovens no mercado de trabalho. Apesar do registro de um decréscimo do percentual de jovens que não estudam, não trabalham e não estão em processo de qualificação ou formação para o trabalho (NEET) no conjunto de países de renda média-alta, em geral, saindo de um patamar de mais de 21%, em 2005 (início da série histórica da OIT), para aproximadamente 17% em 2025, observa-se uma estagnação da melhora no período de recuperação pós-pandemia (2022-2025). Da mesma forma, a taxa global de desemprego entre jovens, que vinha em tendência de declínio desde 2020, estabilizou-se em 2024 em 12,3%, com projeções indicando que deverá permanecer nesse patamar até 2027.

Já no Brasil, observa-se uma tendência distinta da média dos países de renda média-alta, com o país registrando, em 2025, a menor média de desemprego para jovens entre 18 e 24 anos (11,4%) desde 2012, data de início da série histórica. Dados que corroboram análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de outubro de 2025, que registrou o menor patamar de NEET entre jovens brasileiros de 14 a 24 anos, nos últimos 10 anos, com um percentual estimado em 17,9% no segundo trimestre de 2025 (https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2025/boletimEmpregoPauta31.html).

Importante destacar que, apesar das tendências positivas, o desemprego e a taxa de NEET entre jovens, no Brasil, ainda persiste como um grande desafio sociopolítico, que atinge, respectivamente, 1,6 milhão de jovens entre 18 e 24 anos (desemprego) e 8,9 milhões de jovens entre 14 e 24 anos (NEET), com notadas diferenças entre os grupos sociais e as distintas regiões do país.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua – https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que, no ano de 2025, a tendência de queda do desemprego, observada entre os jovens trabalhadores, também foi registrada nas demais faixas etárias, com o país registrando a sua menor média histórica de desemprego, calculada em 5,6% (https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45923-em-2025-vinte-unidades-da-federacao-registram-a-menor-taxa-de-desocupacao-da-serie). Entre os motivos apontados pelo IBGE para o registro desta mínima histórica estão o dinamismo observado no mercado de trabalho, com o aquecimento dos setores de serviços e comércio – associado ao aumento do investimento público e do consumo privado -, a políticas intersetoriais para a promoção do emprego e o aumento do rendimento real. Somente no que diz respeito ao valor anual do rendimento real habitual, estimado em R$ 3.560,00 em 2025, observou-se um incremento de 5,7% em relação ao estimado para 2024 (e de 15,5%, quando comparado com 2012, início da série histórica). Combinação de fatores que ressaltam a maior efetividade de ações intersetoriais em relação a políticas e programas circunscritos ao setor Trabalho & Emprego.

O Instituto ressalta, entretanto, que os números positivos, registrados no país (média nacional) mascaram questões estruturais importantes, como a manutenção de elevados índices de informalidade e subutilização da força de trabalho, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, além das desigualdades de gênero. Mas indicam avanços em relação às políticas de emprego e geração de renda no país.

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho, no Brasil e no mundo como um todo, estiveram presente na análise, publicada na edição 20 dos Cadernos CRIS, de novembro de 2025, pelo Prof. René Mendes, autor do artigo *"Investir na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho traz múltiplos benefícios e pode ser um bom negócio, conclui novo Relatório da OIT, lançado a propósito do Dia Internacional do Cuidado e Apoio (29 de outubro) de 2025"*. No texto, o Prof. Mendes, ao analisar o relatório da OIT, de outubro daquele ano, sobre o impacto das responsabilidades de cuidado na participação das mulheres no mercado de trabalho, identificava que dois terços das mulheres em idade produtiva (25 a 54 anos) – o equivalente a 379 milhões de mulheres – estavam fora do mercado de trabalho devido a responsabilidades de cuidado.

A distribuição desigual do trabalho de cuidado, bem como de outras formas de trabalho não remunerado, entre mulheres e homens segue sendo uma das principais barreiras para a inclusão econômica das mulheres e sua participação efetiva no mercado de trabalho, ampliando as disparidades de gênero no mundo do trabalho. Situação que, segundo o relatório da OIT, analisado na edição 20 dos Cadernos CRIS (https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-10/GEDI-STAT%20brief_formatted_28.10.24_final.pdf), demanda ações urgentes no sentido da garantia do trabalho decente, assegurando tanto o acesso ao cuidado para todos, quanto as condições para a promoção da equidade de gênero, nacional e globalmente.

Ainda segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), as mulheres das Regiões Norte e Nordeste e os jovens da Região Sudeste estão entre os grupos mais impactados pelo desemprego em 2025. No que diz respeito ao primeiro grupo, observou-se que na Região Nordeste do país, a taxa de desemprego entre as mulheres ficou em 8,8%, no último trimestre de 2025, enquanto para os homens registrou-se taxa de 5,9% no mesmo período. Já na Região Norte, a diferença foi ainda maior, com taxa de desemprego de 7,8% entre as mulheres e de 4,4% entre os homens – diferença significativamente maior que a média nacional, onde as taxas para mulheres e homens ficaram, respectivamente, em 6,2% e 4,2% no período.

No país, a luta pela equidade de gênero no mundo do trabalho esteve amplamente representada na V Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, cuja etapa nacional foi realizada entre 18 e 21 de agosto de 2025. Na ocasião, foi apreciado e aprovado o relatório nacional consolidado da Conferência (https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/5a-cnstt/5-cnstt-relatorio-consolidado.pdf), no qual 134 diretrizes e mais de 500 propostas contemplaram, de forma transversal e bastante abrangente, estratégias para a garantia da equidade de gênero nas políticas e programas de promoção da saúde do trabalhador e da trabalhadora, no país.

Já no que diz respeito ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho, e mesmo considerando a mínima histórica registrada na taxa de desemprego para a faixa etária entre 18 e 24 anos, cabe observar que as discrepâncias entre as distintas regiões do país ainda expressam a histórica desigualdade na distribuição de renda e de infraestrutura no país. Dados da PNAD Contínua mostram que, no último trimestre de 2025, a Região Sudeste apresentava a maior taxa nacional de desemprego na faixa etária entre 14 e 17 anos, com 22,8% dos jovens desocupados. No mesmo período, as Regiões Nordeste, Centro Oeste e Sul, respectivamente, registravam taxas de 21,7%, 20,8% e 15,8%, com a Região Norte apresentando a taxa mais baixa de desemprego para a faixa etária, no país (12,2%). A média geral, no Brasil, ficou em 19,9% nesse mesmo período.

Muito se tem a avançar, no país e no mundo, em relação à promoção do trabalho decente, com igualdade de gênero (e raça, etnia, classe social...) e promoção de condições justas de ingresso de jovens no mercado de trabalho. As evidências aqui compiladas, sobretudo no que se refere ao contexto nacional, apontam para a importância de políticas intersetoriais, voltadas à promoção do emprego, geração de renda e enfrentamento das históricas iniquidades sociais que persistem no país, como estratégias fundamentais para a superação dos grandes no mundo do trabalho, no Brasil, na América Latina e ao redor do planeta. Ações que precisam ser preservadas e fortalecidas, sobretudo em contextos de fortes turbulências geopolíticas que, frequentemente, resultam no agravamento das iniquidades socioeconômicas, com impactos desproporcionais sobre os grupos mais vulnerabilizados da população.

Estes e outros grandes desafios farão parte da agenda da 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (https://www.ilo.org/international-labour-conference/114th-session-international-labour-conference), em junho deste ano, quando representantes de governos, empregadores e trabalhadores dos 187 Estados-Membros da OIT se reunirão para discutir questões do mundo do trabalho, incluindo estratégias para a promoção do trabalho decente (com ênfase no trabalho mediado por plataformas), a construção de uma agenda transformadora para a garantia da igualdade de gênero no trabalho, o fortalecimento do diálogo social e ações para a redução de assimetrias no contexto do tripartismo.

Reorientação da resposta global ao deslocamento forçado, emergências humanitárias e salvaguarda de direitos em contextos de crise

Reorientación de la respuesta global al desplazamiento forzado, las emergencias humanitarias y la salvaguarda de derechos en contextos de crisis

Reorientation of the global response to forced displacement, humanitarian emergencies, and the safeguarding of rights in crisis contexts

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. O Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global analisa a reorientação da resposta global ao deslocamento forçado à luz das prioridades anunciadas pelo novo Alto Comissário do ACNUR, enfatizando a transição de modelos centrados na assistência prolongada para soluções duradouras, autossuficiência e maior eficiência financeira. Examina também as crises no Burundi e no Afeganistão, destacando pressões sobre sistemas de acolhimento, retornos em contextos frágeis e déficits de financiamento. Por fim, discute o Guia brasileiro de salvaguarda de direitos humanos em desastres climáticos, ressaltando a incorporação de uma abordagem baseada em direitos para migrantes, refugiados e apátridas. O conjunto evidencia a necessidade de respostas integradas, sustentáveis e orientadas por direitos diante do agravamento das crises humanitárias e climáticas**.**

Palavras-chave: Deslocamento Forçado; ACNUR; Desastres climáticos.

Resumen. *El Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global analiza la reorientación de la respuesta global al desplazamiento forzado a la luz de las prioridades anunciadas por el nuevo Alto Comisionado del ACNUR, enfatizando la transición de modelos centrados en la asistencia prolongada hacia soluciones duraderas, la autosuficiencia y una mayor eficiencia financiera. Asimismo, examina las crisis en Burundi y Afganistán, destacando las presiones sobre los sistemas de acogida, los retornos en contextos frágiles y las brechas de financiamiento. Finalmente, aborda la Guía brasileña para la Salvaguarda de los Derechos Humanos en Desastres Climáticos, subrayando la incorporación de un enfoque basado en derechos para migrantes, refugiados y personas apátridas. En conjunto, el análisis señala la necesidad de respuestas integradas, sostenibles y orientadas por derechos ante el agravamiento de las crisis humanitarias y climáticas.*

Palabras clave: *Desplazamiento forzado; ACNUR; Desastres climáticos.*

Abstract. *The Migration, Refuge and Global Health Working Group analyzes the reorientation of the global response to forced displacement in light of the priorities announced by the new UNHCR High Commissioner, emphasizing the transition from models centered on prolonged assistance to durable solutions, self-reliance, and greater financial efficiency. It also examines the crises in Burundi and Afghanistan, highlighting pressures on reception systems, returns in fragile contexts, and funding gaps. Finally, it discusses the Brazilian Guide for the Safeguarding of Human Rights in Climate Disasters, underscoring the incorporation of a rights-based approach for migrants, refugees, and stateless persons. Overall, the analysis points to the need for*

integrated, sustainable, and rights-oriented responses amid the worsening of humanitarian and climate crises.

Keywords: *Forced Displacement; UNHCR; Climate Disasters.*

Introdução

No contexto de intensificação simultânea das crises humanitárias e climáticas, o debate sobre deslocamento forçado exige abordagens analíticas que articulem proteção internacional, financiamento sustentável e políticas públicas baseadas em direitos. É nesse marco que o Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global propõe a presente reflexão, buscando contribuir para a compreensão crítica das transformações em curso na governança do deslocamento contemporâneo.

Ao acompanhar os anúncios recentes do novo Alto Comissário do ACNUR, as crises no Burundi e no Afeganistão e o lançamento do Guia brasileiro de salvaguarda de direitos humanos em desastres climáticos, o GT reafirma seu compromisso em conectar agendas globais e respostas nacionais, destacando a centralidade da proteção, da autossuficiência e da integração intersetorial. Discutir esses temas no âmbito do Grupo significa fortalecer uma análise que integre migração, refúgio e saúde global, com ênfase em soluções duradouras, equidade e justiça diante de contextos de crescente vulnerabilidade.

Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados alerta para necessidade de mudança na gestão da resposta global ao deslocamento forçado

No início de fevereiro, o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Barham Salih, fez uma comunicação[1] durante sua primeira reunião com os Estados-membros sobre a necessidade de uma mudança na resposta global ao deslocamento, voltada para uma redução da dependência de ajuda no longo prazo e a um novo compromisso com a proteção internacional, soluções, partilha de responsabilidades e esforços de paz. Salih assumiu o posto de Alto Comissariado no início do ano, e assim, demonstrou o novo rumo que deseja dar à organização e seu apoio a uma agenda de reformas que prezam pela maior eficiência da agência.

Apoiado pela Convenção sobre Refugiados de 1951, Salih reforçou a ideia de que hoje, embora fundamentais, as respostas de assistência humanitária não são sustentáveis, ao passo que geram uma dependência de longo prazo e não tornam as pessoas capazes de reconstruir suas próprias vidas. Diante do número avassalador de 117 milhões de pessoas em deslocamento forçado, das quais 42,5 milhões são refugiados, o novo Alto Comissário definiu como objetivo reduzir significativamente o número daqueles refugiados prolongados e dependentes de assistência humanitária: é de responsabilidade do ACNUR “salvar vidas hoje e evitar que vidas fiquem presas em deslocamentos indefinidos amanhã”. Para isso, torna-se necessário: (i) promover o repatriamento voluntário, a integração local e o reassentamento; (ii) conectar a ação humanitária aos esforços de desenvolvimento e paz; (iii) expandir as oportunidades de autossuficiência; (iv) fortalecer a inclusão nos sistemas nacionais.

Salih também apresentou a necessidade de um cuidado com a política financeira da agência. Os novos objetivos estariam alinhados aos recursos para que “as pessoas que atendemos não paguem o preço da ineficiência”. Para as operações de 2026, o ACNUR busca 8,5 bilhões de dólares com apenas 1,5 bilhões já registrados. Retomando o último informe deste grupo, em que discutimos o relatório de atividades do ACNUR em 2025, a tendência é que o

financiamento real permaneça bem abaixo do necessário. Ademais, Salih fez uma ressalva quanto às doações com vinculação a fundos, isto é, quando o valor doado é atrelado a determinadas situações ou temas, que limita a flexibilidade dos recursos e, por consequência, as operações. Também anunciou que será feito um esforço mais robusto para diversificar as fontes de financiamento, que deverá ser apoiado por um futuro Conselho Global de CEOs. Por fim, o Alto Comissário prometeu estabelecer uma parceria prática com os Estados Membros, em que, a partir do que propõe, o ACNUR possa oferecer resultados mais eficazes para todos.

ACNUR pede apoio urgente para sustentar proteção aos refugiados e integração daqueles que retornaram no Burundi

Em fevereiro, o ACNUR renovou seu pedido urgente por financiamento para escalar a assistência humanitária no Burundi[2], considerando que o país vivencia uma crise crescente ao receber cerca de 90 mil refugiados deslocados do conflito na República Democrática do Congo apenas nos últimos meses, somando mais de 230 mil refugiados no total. O novo fluxo inclui o retorno de 10 mil nacionais de Burundi que também fugiram da violência, e ao mesmo tempo, o país tem reintegrado um grande número de refugiados retornando de anos de exílio em outros países, especialmente da Tanzânia. Desde 2017, mais de 300 mil refugiados do Burundi retornaram voluntariamente de diversos países da região. Contudo, apenas nos dois primeiros meses de 2026, mais de 28 mil pessoas retornaram da Tanzânia – o que ultrapassa a meta de 3 mil pessoas acordada na Reunião da Comissão Tripartite de novembro de 2025 entre os governos da Tanzânia, do Burundi e o ACNUR. O aumento do fluxo de retorno coloca maior pressão sobre a infraestrutura de acolhida.

No campo de refugiados superlotado de Busuma, com mais de 66 mil congoleses que chegaram desde a metade de 2025, há escassez de água limpa, alimentos, medicamentos, abrigo e serviços de proteção. Com essas condições, o cólera e outras doenças infecciosas tornam-se um grande risco às pessoas em situação de refúgio, enquanto quase 10 mil pessoas aguardam para serem transferidas ao campo que já opera além de seu limite de capacidade. Para responder à essa emergência, o ACNUR necessita de 35 milhões de dólares, mas recebeu até o momento apenas 20%. Ainda, a agência destaca que embora os serviços de assistência humanitária e os campos de refugiados sejam fundamentais, são medidas de curto-prazo, e a resposta definitiva exige ação de seus parceiros em direção a abordagens voltadas para as comunidades que acolhem os refugiados, necessitando de inclusão e investimento para tornarem-se autossustentáveis.

ACNUR busca suporte para 5,4 milhões de afegãos que retornaram desde 2023

Até fevereiro deste ano, cerca de 150 mil afegãos retornaram do Irã e do Paquistão, numa onda já sem precedentes de retornos que acontece desde 2023 e durante um inverno severo[3]. Em 2025, foram 2,9 milhões, e desde 2023, somam-se 5,4 milhões de pessoas voltando ao país. Não obstante, o Afeganistão já enfrenta uma crise humanitária profunda, a deterioração dos direitos humanos, em especial de mulheres e meninas, com uma economia fragilizada e desastres ambientais recorrentes.

Em dezembro de 2025, o ACNUR conduziu uma pesquisa com as pessoas que retornavam ao país e os resultados são alarmantes: menos da metade dos entrevistados encontraram trabalho, ainda que informal, e o número é ainda menor entre as mulheres; e mais da metade das famílias acusa não ter nenhuma documentação civil. Cerca de 5% das pessoas tem intenção de deixar o país novamente e mais de 10% conhece alguém que já saiu novamente

após retornar, evidenciando que não conseguem reconstruir suas vidas de maneira viável e digna.

Diante desses desafios, o ACNUR tem como objetivo apoiar a reintegração das pessoas retornando ao país, entregando assistência adequada de acordo com as necessidades das comunidades, incluindo serviços de proteção e apoio à moradia, em especial para mulheres. Além disso, o ACNUR, junto a outras agências das Nações Unidas, está monitorando a situação regional, onde o espaço humanitário para asilo tem diminuído e os caminhos para a migração regulada também se encolhem. O financiamento necessário para essa resposta em 2026 é de 216 milhões de dólares, porém encontra-se apenas 8% coberto até o momento.

Guia de orientação para Salvaguarda dos Direitos Humanos de Públicos Prioritários em Contextos de desastres e emergências climáticas

As mudanças climáticas têm sido citadas com cada vez mais frequência no debate público, dada a intensificação de eventos extremos relacionados ao clima, como enchentes, secas prolongadas, tempestades intensas e deslizamentos de terra. Os impactos são sentidos de forma direta e imediata nos territórios. De acordo com dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), no ano de 2024 foram enviados cerca de 3.600 alertas de risco, número recorde que expõe a crescente necessidade de atenção aos efeitos da crise climática. Em um comparativo entre os anos de 2020 e 2023, a ocorrência de desastres aumentou em 250% em relação à década de 1990, demonstrando o rápido avanço do problema. Nessa direção, o Governo Federal tem realizado algumas tentativas para fortalecer sua capacidade de resposta a desastres climáticos.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) instaurou o Protocolo de Atuação em Situações de Riscos e Desastres por meio da Portaria nº 218, de 10 de abril de 2023. O protocolo determina o recebimento de demandas urgentes por meio do Disque 100, a coordenação de missões in loco para realizar escuta e acolhimento de comunidades afetadas, a colaboração com autoridades locais e a capacitação de servidores sobre o tema. O objetivo principal é garantir respostas baseadas nos direitos humanos em cenários emergenciais.

Esse arcabouço normativo foi relevante na resposta às enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em 2024, tratando-se de uma das maiores mobilizações em nível federal no que se refere à alocação de recursos já realizadas em território brasileiro em resposta a um evento climático. Entre as ações, destacam-se operações de resgate, abrigamento, distribuição de alimentos, atendimento em saúde, crédito subsidiado, suporte à agricultura familiar e recuperação da infraestrutura básica. Como forma de seguir o Protocolo de Atuação em Situações de Riscos e Desastres, o MDHC concentrou suas ações e esforços no monitoramento de demandas regionais, por meio da escuta de comunidades e da articulação interinstitucional.

Diante do rápido avanço das mudanças climáticas, o Brasil possui um grande desafio de compreender as desigualdades estruturais e suas implicações sobre a capacidade nacional de prevenir, mitigar e responder a emergências. A análise detalhada dos dados sobre vulnerabilidades revela, de modo claro, que qualquer esforço de proteção, defesa ou adaptação deve considerar as especificidades de cada grupo, sua relação com o território e os fatores sociais que amplificam os riscos.

Em 2025, em contexto pré COP30, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou o Guia de orientação para Salvaguarda dos Direitos Humanos de Públicos Prioritários em

Contextos de desastres e emergências climáticas, destacando alguns grupos como crianças e adolescentes, pessoas idosas, com deficiência, em situação de rua, parte da comunidade LGBTQIA+, migrantes, refugiadas e apátridas pensando em uma proteção integral desses grupos.

O documento aponta conceitos introdutórios importantes como o de desastres naturais e o de situações de vulnerabilidade, além de trazer recomendações do ciclo de proteção. Essa proposta consiste em ações gerais e específicas que consideram os eixos orientadores e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), buscando promover padrões de proteção integral para os grupos específicos citados pelo documento.

O ciclo é composto por três eixos cíclicos: prevenção e preparação, resposta e recuperação. Na prevenção e preparação se espera reduzir as ocorrências e intensidade dos riscos e desastres, além de desenvolver as competências para o gerenciamento das emergências. Na resposta, o intuito é promover um conjunto de medidas a ser adotado em situações de risco e desastres, visando reduzir seus impactos. Na recuperação, prevê-se como objetivo restabelecer as condições de normalidade das comunidades e populações, dos serviços e das infraestruturas afetadas.

Alinhadas com as orientações gerais do Guia, as orientações específicas para a população de migrantes, refugiados e apátridas incluem como prevenção e preparação o papel central da Defesa Civil, a elaboração dos cadastros com informações das famílias em acolhimento e incluem o Cadastro Único (CadÚnico) como uma ferramenta útil para o acompanhamento familiar. Além disso, também conta como estratégia a divulgação do aplicativo Disque Cidadania para facilitar o acesso a informações e orientações sobre direitos, serviços e políticas públicas. Foi incluído nas orientações garantir a observância do princípio de não devolução que se aplica independentemente da situação migratória dos indivíduos, permitir atualizações no status migratório dos imigrantes residentes, solicitantes de refúgio e apátridas que residem no Brasil e garantir que as necessidades específicas dos deslocados internos sejam cumpridas de acordo com critérios objetivos e sem discriminação.

Em resposta aos desastres e alinhado com as recomendações específicas para esse grupo, o documento aponta como resposta garantir que esse grupo que foi afetado ou que está em risco receba as informações de forma acessível e em idioma que compreenda a gravidade do evento e as orientações. Também é destacada a necessidade de facilitar o acesso à assistência humanitária, serviços consulares do país de origem, além de facilitar o trabalho das redes de cooperação consular sul-americanas para cidadãos de países desse grupo.

Como estratégia de recuperação, o documento traz direções com destaque para articulações com as redes de cooperação consular, promoção de ações integradas com instituições como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Fórum Nacional de Lideranças Migrantes, Refugiadas e Apátridas (Fomigra), o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), organizações da sociedade civil e outras organizações internacionais para implementar projetos de acolhimento respeitando as suas demandas específicas. A proposta também demanda a flexibilização de diretrizes de apresentação de documentos dos países de origem e também para os trâmites de regularização migratória e de naturalização, sem a exigência de certidão de antecedentes criminais para grupos específicos. A garantia de que o Comité Nacional para os Refugiados (Conare) tenha os recursos e o apoio necessários para orientar e coordenar de forma eficaz as ações destinadas a

proteger, assistir e prestar apoio jurídico a migrantes, refugiados e apátridas também é um dos pontos destacados como estratégia de recuperação. Além disso, o Conare deve ter poderes para propor e discutir diretrizes e recomendações para políticas públicas que atendam às demandas e necessidades específicas nessas áreas. As políticas intersetoriais têm destaque como acesso aos programas sociais do Governo Federal por meio dos serviços como o dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com intermédio multicultural e linguístico e treinamento dos servidores e agentes públicos e funcionários de organizações da sociedade civil para atendimento de demandas específicas deste grupo prioritário de forma adequada.

Referências

1. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados alerta para necessidade de mudança na gestão da resposta global ao deslocamento forçado*. 10 fev. 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/alto-comissario-das-nacoes-unidas-para-refugiados-alerta-para. Acesso em: 02 mar. 2026.

2. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *UNHCR calls for urgent support to sustain refugee protection and returnee reintegration in Burundi*. 24 fev. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-calls-urgent-support-sustain-refugee-protection-and-returnee. Acesso em: 02 mar. 2026.

3. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *UNHCR seeks support for solutions as 5.4 million Afghans return since late 2023.* 13 fev. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-calls-urgent-support-sustain-refugee-protection-and-returnee. Acesso em: 02 mar. 2026.

4. OIM. *Guia de orientação para Salvaguarda dos Direitos Humanos de Públicos Prioritários em Contextos de desastres e emergências climáticas.* Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2026-02/cartilha_dh_cop_30_digital.pdf . Acesso em: 27 fev. 2026.

Quem decide a guerra e quem paga o preço

Quién decide la guerra y quién paga el precio

Who decides the war and who pays the price

Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo aborda o documento técnico sobre mortalidade materna em contextos de conflito e fragilidade institucional, analisando como esses cenários comprometem sistemas de saúde, ampliam desigualdades e impactam de forma desproporcional mulheres e meninas. Discute a relação entre violência armada, determinantes estruturais e direitos sexuais e reprodutivos, situando a morte materna como expressão de vulnerabilidades sociais e políticas. Ao final, amplia a reflexão para o bombardeio de uma escola no Irã, relacionando o episódio às estruturas de poder, às desigualdades de gênero e aos efeitos da guerra sobre a vida e o futuro de meninas e mulheres.

Palavras-chave: Violência de gênero. Mortalidade materna. Conflitos armados. Determinantes sociais de saúde.

Resumen: *El artículo aborda el documento técnico sobre mortalidad materna en contextos de conflicto y fragilidad institucional, analizando cómo estos escenarios debilitan los sistemas de salud, profundizan las desigualdades y afectan de manera desproporcionada a mujeres y niñas. Examina la relación entre violencia armada, determinantes estructurales y derechos sexuales y reproductivos, situando la muerte materna como expresión de vulnerabilidades sociales y políticas. Finalmente, amplía la reflexión al bombardeo de una escuela en Irán, vinculando el episodio con las estructuras de poder, las desigualdades de género y los efectos de la guerra en la vida y el futuro de niñas y mujeres.*

Palabras clave: *Violencia de género. Mortalidad materna. Conflictos armados. Determinantes sociales de la salud.*

Abstract: *The article addresses the technical document on maternal mortality in conflict-affected and institutionally fragile settings, examining how these contexts undermine health systems, deepen inequalities, and disproportionately affect women and girls. It discusses the relationship between armed violence, structural determinants, and sexual and reproductive rights, framing maternal death as an expression of social and political vulnerabilities. In its final section, it broadens the reflection to the bombing of a school in Iran, linking the episode to power structures, gender inequalities, and the impacts of war on the lives and futures of girls and women.*

Keywords: *Gender-based violence. Maternal Mortality. Armed Conflicts. Social Determinants of Health.*

Mortalidade materna em contextos de fragilidade e afetados por conflitos

A redução da mortalidade materna é uma das nove metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3), que visa "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades". Embora muitos países tenham avançado na redução das mortes maternas, mulheres que vivem em contextos de conflito ou fragilidade institucional e social continuam em situação de maior risco.

Das cerca de 260 mil mortes maternas estimadas no mundo em 2023 (segundo o relatório *Trends in Maternal Mortality 2000–2023*), aproximadamente 61% (160 mil mortes) ocorreram em países afetados por conflitos ou por fragilidade institucional e social, conforme definição do Banco Mundial. Contextos frágeis e afetados por conflitos são dinâmicos: alguns países alternam entre estabilidade e instabilidade, especialmente aqueles vulneráveis a desastres naturais e às mudanças climáticas.

O relatório **Mortalidade materna em contextos de fragilidade e afetados por conflitos: informe técnico** utiliza duas classificações definidas pelo Banco Mundial, países *Afetados por conflitos* ou países com *Fragilidade institucional e social*.

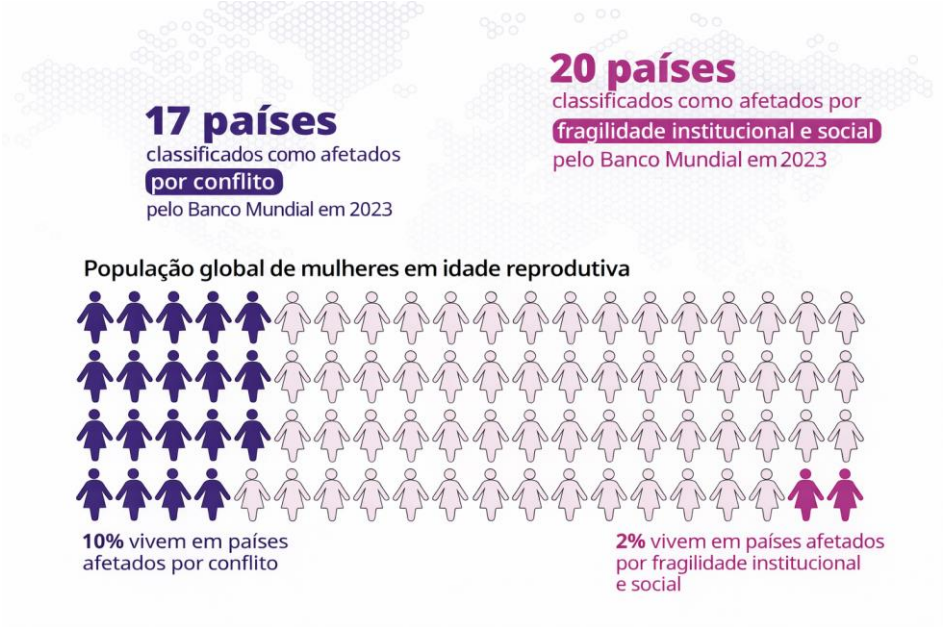
Afetados por conflito: países classificados de acordo com a intensidade da violência – medida mensurada pelo número de mortes relacionadas a conflitos armados em relação ao total da população. Em 2023 os 17 países classificados como afetados por conflito abrigavam:

- 10% das mulheres em idade reprodutiva no mundo
- 21% dos nascidos vivos
- 55% das mortes maternas globais

Fragilidade institucional e social: países caracterizados por baixa capacidade e qualidade de governança, políticas públicas e instituições, além de contextos marcados por instabilidade política, presença de missões de paz das Nações Unidas e deslocamentos populacionais em busca de proteção internacional. Os 20 países classificados com fragilidade institucional e social abrigavam:

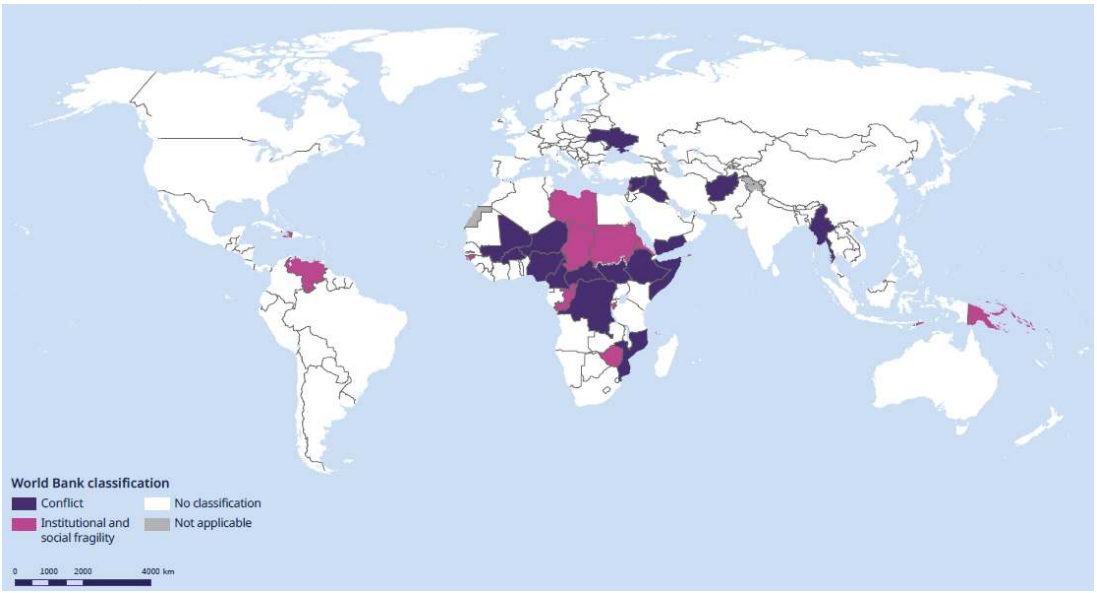
- 2% das mulheres em idade reprodutiva
- 4% dos nascidos vivos
- 7% das mortes maternas

O relatório aponta que o cenário global de fragilidade se agravou nos últimos anos, especialmente em países de baixa e média renda que enfrentam crises sociais e econômicas e problemas persistentes de governança. Isso contribui para o aumento das desigualdades, da discriminação e da exclusão, ampliando a vulnerabilidade a choques e crises. Os impactos são particularmente graves para mulheres, crianças, jovens e pessoas com deficiência, repercutindo por gerações.



Em 2023 a maioria dos países e territórios nessas condições estava localizada na África Subsaariana, seguida pelo Norte da África e Ásia Ocidental e pela Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia), como demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Classificação dos países e territórios segundo o Banco Mundial, 2023.



Maior risco de morte

Conflitos e situações de fragilidade comprometem a estabilidade dos sistemas de saúde e sua capacidade de oferecer serviços de qualidade. Em emergências e crises humanitárias, aumenta a demanda por cuidados de saúde, enquanto o funcionamento rotineiro dos serviços é prejudicado por:

- condições inseguras para profissionais e usuários;
- danos ou destruição de infraestrutura;
- ataques a unidades de saúde, ambulâncias e trabalhadores;

- perda de profissionais qualificados;
- interrupções nas cadeias de suprimentos.

Nesse contexto, o acesso aos serviços de saúde materna, muitas vezes já escassos, são reduzidos em acesso e qualidade. Gestantes, mães e recém-nascidos frequentemente ficam sem acesso a profissionais capacitados, à assistência obstétrica e neonatal básica e de emergência e aos cuidados no puerpério que são essenciais, elevando assim o risco de desfechos adversos.

Em 2023, a razão de mortalidade materna (RMM) foi:

- Países afetados por conflito: 504 mortes por 100 mil nascidos-vivos;
- Países com fragilidade institucional e social: 368 por 100 mil nascidos-vivos;
- Países sem conflito ou fragilidade: 99 por 100 mil nascidos-vivos.

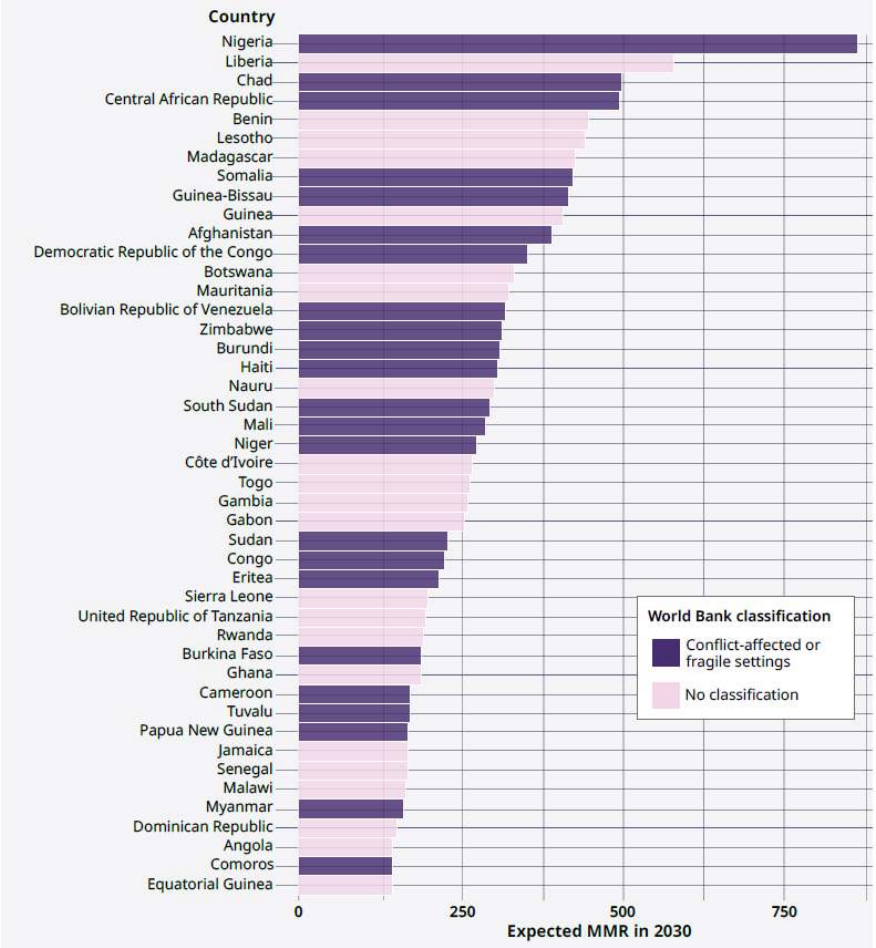
O relatório reafirma evidências amplamente reconhecidas na literatura, como o fato de que viver em contextos de conflito ou fragilidade institucional está associado a um aumento significativo do risco de morte materna. Contudo, ao sistematizar dados recentes, o documento não apenas confirma essa relação, mas explicita a magnitude do impacto e a complexidade dos determinantes estruturais envolvidos.

Fatores como gênero, etnia, idade e status migratório podem aumentar ainda mais a vulnerabilidade. Em termos de risco ao longo da vida:

- Uma adolescente de 15 anos em país afetado por conflito tinha risco de 1 em 51 de morrer por causa materna.
- Em país com fragilidade institucional e social, o risco era de 1 em 79.
- Em países sem conflito ou fragilidade, o risco era de 1 em 593.

A meta 3.1 dos ODS visa reduzir a razão de mortalidade materna global para menos de 70 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos, garantindo que nenhum país apresente uma RMM superior a 140 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos até 2030. De acordo com o relatório *Trends in maternal mortality 2000 to 2023*, o mundo não está no caminho para alcançar esse objetivo. Se o mesmo ritmo de redução da RMM observado na primeira metade da era dos ODS (2016 a 2023) se mantiver no restante do período, 45 países ainda apresentarão uma RMM acima de 140 em 2030, e mais da metade deles (23 países) corresponde a países atualmente classificados, em 2023, como em situação de conflito ou de fragilidade institucional e social (Figura 2).

Figura 2 – Países com razão de mortalidade materna (RMM) projetada acima de 140 em 2030, assumindo a continuidade da taxa média anual de redução entre 2016 e 2023 (países listados da maior para a menor RMM).



Uma resolução foi aprovada na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2024, com o objetivo de acelerar o progresso na redução da mortalidade materna, neonatal e infantil, a fim de alcançar as metas 3.1 e 3.2 dos ODS. Essa resolução reconheceu que mais da metade das mortes maternas, neonatais e infantis no mundo ocorre em contextos frágeis e humanitários, e destacou a necessidade urgente de aumentar os investimentos para ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de atenção primária à saúde em contextos de fragilidade. Em 2025, estima-se que 307,6 milhões de pessoas necessitem de assistência humanitária urgente e proteção em todo o mundo, à medida que múltiplas crises se intensificam com consequências devastadoras para as populações afetadas.

Implicações e desafios para a mortalidade materna

O relatório evidencia que viver em contextos de conflito ou fragilidade aumenta significativamente o risco de morte materna. Contudo, essa associação não deve ser compreendida como um efeito isolado ou linear da violência sobre os desfechos obstétricos. Trata-se de um fenômeno estrutural e multifacetado, no qual o conflito e a fragilidade institucional operam como determinantes contextuais que desorganizam sistemas de saúde,

aprofundam desigualdades sociais e comprometem direitos fundamentais, produzindo um ambiente sistemicamente adverso à saúde materna.

Em cenários de conflito armado, a destruição de infraestrutura sanitária, o desabastecimento de insumos, a interrupção de cadeias logísticas e a evasão ou morte de profissionais qualificados reduzem drasticamente o acesso a cuidados obstétricos oportunos e de qualidade. Serviços essenciais — como pré-natal, assistência ao parto por profissionais habilitados e atendimento obstétrico de emergência — tornam-se intermitentes ou inexistentes. Além disso, restrições de mobilidade impostas por confrontos, bloqueios territoriais ou insegurança nas rotas de transporte atrasam a busca por cuidado, agravando complicações potencialmente evitáveis, como hemorragias, eclâmpsia e sepse.

A fragilidade institucional, por sua vez, amplia vulnerabilidades pré-existentes. Sistemas de governança frágeis frequentemente apresentam financiamento insuficiente da saúde, baixa capacidade de planejamento e monitoramento, ausência de mecanismos de regulação e frágil coordenação intersetorial. Nesses contextos, políticas de saúde sexual e reprodutiva tendem a ser descontinuadas ou subfinanciadas, afetando especialmente populações já marginalizadas — mulheres pobres, adolescentes, migrantes, refugiadas e deslocadas internas. O deslocamento forçado, por exemplo, expõe mulheres grávidas a condições precárias de moradia, insegurança alimentar, violência sexual e ausência de continuidade do cuidado, fatores que interagem sinergicamente e elevam o risco de complicações gestacionais.

Adicionalmente, contextos de conflito estão associados ao aumento da violência baseada em gênero, incluindo violência sexual como estratégia de guerra, o que repercute em gestações não planejadas, infecções sexualmente transmissíveis e traumas físicos e psíquicos. A deterioração das redes de proteção social e o colapso econômico agravam a pobreza e a insegurança alimentar, contribuindo para anemia materna, desnutrição e outras condições clínicas que elevam o risco de mortalidade.

Portanto, mais do que afirmar que o conflito “aumenta” a morte materna, é necessário reconhecer que esses contextos produzem uma sobreposição de riscos estruturais — sanitários, sociais, econômicos e políticos — que fragilizam o continuum do cuidado materno e reprodutivo. A mortalidade materna, nesses cenários, expressa não apenas falhas clínicas, mas a materialização de desigualdades históricas e da erosão de sistemas de proteção social e de saúde.

Quando meninas e mulheres pagam o preço da guerra

O ataque à escola no Irã em 28/03, que vitimou 153 estudantes, não pode ser analisado apenas como mais um episódio trágico de violência armada. Ele deve ser compreendido à luz das relações estruturais de poder que organizam o mundo contemporâneo — marcado por decisões políticas, militares e econômicas predominantemente conduzidas por homens, em sua maioria brancos, pertencentes às elites econômicas e políticas globais. São esses atores que, historicamente, ocupam os espaços de comando dos Estados, das forças armadas e das negociações internacionais. Entretanto, são meninas e mulheres — especialmente pobres, racializadas e residentes em territórios periféricos — que sofrem de forma mais aguda as consequências dessas decisões.

A morte de meninas em um espaço escolar simboliza a intersecção entre violência armada e desigualdade de gênero. Escolas representam autonomia, futuro e possibilidade de ruptura com ciclos de subordinação. Quando são atacadas, o impacto não é apenas físico, mas simbólico: atinge-se o direito à educação, à proteção e à construção de trajetórias autônomas. Em contextos de conflito, meninas são frequentemente retiradas da escola, expostas a casamentos forçados, violência sexual e trabalho precoce. A guerra reforça padrões patriarcais, restringindo ainda mais sua mobilidade e autonomia.

Esse padrão se repete em diferentes cenários. Na Ucrânia, desde 2022, milhares de civis foram mortos, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, incluindo mulheres e crianças, além da destruição de escolas, maternidades e hospitais. Na Faixa de Gaza, os confrontos intensificados a partir de 2023 resultaram em dezenas de milhares de mortes, com mulheres e crianças representando parcela significativa das vítimas fatais, conforme dados monitorados por agências da ONU. Embora homens jovens frequentemente morram em maior número em confrontos diretos, mulheres e meninas enfrentam impactos cumulativos e prolongados: deslocamento forçado, sobrecarga de cuidado, insegurança alimentar, perda de renda e aumento da violência baseada em gênero.

A questão central é que os conflitos não ocorrem em um vácuo neutro de gênero. Eles se desenvolvem em sociedades já estruturadas por desigualdades. Quando o poder político e militar permanece concentrado em elites masculinas e economicamente privilegiadas, as prioridades de segurança tendem a ser definidas a partir de lógicas geopolíticas e estratégicas que invisibilizam a experiência cotidiana das mulheres. A militarização das respostas às crises reforça hierarquias patriarcais, enquanto políticas de proteção social e de promoção da igualdade de gênero tornam-se secundárias ou são completamente desmanteladas.

Além disso, em contextos de fragilidade institucional, a erosão do Estado de direito reduz a capacidade de responsabilização por violações de direitos humanos. Mulheres e meninas encontram mais barreiras para denunciar violência sexual, acessar justiça ou obter cuidados de saúde. A impunidade reforça ciclos de violência e silenciamento.

Portanto, relacionar o ataque à escola no Irã à questão de gênero significa reconhecer que a guerra não é apenas disputa territorial ou estratégica, mas também expressão de estruturas de poder desiguais. Enquanto decisões continuam sendo tomadas majoritariamente por homens situados em posições de privilégio racial e econômico, os corpos de meninas e mulheres seguem sendo territórios vulneráveis de disputa e controle. Enfrentar essa realidade exige não apenas cessar-fogo e reconstrução física, mas transformação das estruturas de poder que tornam suas vidas sistematicamente mais descartáveis em contextos de crise.

Referências

CARVALHO, Anna Karina de. *Irã eleva para 153 as estudantes mortas em ataque a escola*. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 01 mar. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-03/ira-eleva-para-153-estudantes-mortas-em-ataque-escola. Acesso em: 2 mar. 2026.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Education under attack: protecting children in conflict. New York: UNICEF, 2023. Disponível em: https://www.unicef.org. Acesso em: 2 mar. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Ukraine: civilian casualty update. Geneva: OHCHR, 2024. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/countries/ukraine. Acesso em: 2 mar. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Hostilities in the Gaza Strip and Israel – reported impact. New York: OCHA, 2024. Disponível em: https://www.ochaopt.org. Acesso em: 2 mar. 2026.

UN WOMEN. Facts and figures: women, peace and security. New York: UN Women, 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/what-we-do/peace-and-security/facts-and-figures. Acesso em: 2 mar. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Accelerate progress towards reducing maternal, newborn and child mortality in order to achieve Sustainable Development Goal targets 3.1 and 3.2*. Resolution adopted at the Seventy-seventh World Health Assembly. Geneva: World Health Organization, 2024. (A77/A/CONF./5). Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_ACONF5-en.pdf. Acesso em: 2 mar. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Maternal mortality in fragile and conflict-affected situations: technical brief*. Geneva: World Health Organization, 2026. ISBN 978-92-4-011554-5. Disponível em: https://www.who.int/westernpacific/publications/i/item/9789240115545. Acesso em: 26 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); UNICEF; UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA); WORLD BANK GROUP; UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION. *Trends in maternal mortality 2000–2023: estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and UNDESA/Population Division*. Geneva: World Health Organization, apr. 2025. Disponível em: https://iris.who.int/handle/10665/381012. Acesso em: 26 fev. 2026.

Dia Mundial da Obesidade 2026: Entre o Legado de 2025 e a Urgência de 8 Bilhões de Razões para Agir

Día Mundial de la Obesidad 2026: Entre el Legado de 2025 y la Urgencia de 8 Mil Millones de Razones para Actuar

World Obesity Day 2026: Between the Legacy of 2025 and the Urgency of 8 Billion Reasons to Act

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. O presente artigo analisa a transição do movimento global contra a obesidade entre os marcos de 2025 e 2026. Partindo dos alertas lançados no Atlas Mundial da Obesidade 2025 e da resposta política aquém do esperado na Quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre DCNTs, chegamos ao Dia Mundial da Obesidade 2026. Sob o tema "8 Bilhões de Razões para Agir Contra a Obesidade" ("8 Billion Reasons To Act on Obesity"), a campanha deste ano convoca a comunidade de saúde global a transformar a frustração política do ano anterior em ação estrutural, diante de dados que consolidam a obesidade como uma das mais prementes crises sanitárias, econômicas e sociais do século XXI.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional Global. Saúde Global. Obesidade

Resumen. *El presente artículo analiza la transición del movimiento global contra la obesidad entre los hitos de 2025 y 2026. Partiendo de las alertas lanzadas en el Atlas Mundial de la Obesidad 2025 y de la respuesta política por debajo de lo esperado en la Cuarta Reunión de Alto Nivel de la ONU sobre las ENT, llegamos al Día Mundial de la Obesidad 2026. Bajo el lema «8 mil millones de razones para actuar contra la obesidad» («8 Billion Reasons To Act on Obesity»), la campaña de este año convoca a la comunidad sanitaria mundial a transformar la frustración política del año anterior en acción estructural, ante datos que consolidan la obesidad como una de las crisis sanitarias, económicas y sociales más acuciantes del siglo XXI.*

Palabras clave: *Seguridad alimentaria y nutricional mundial. Salud mundial. Obesidad*.

Abstract. *This article analyzes the transition of the global movement against obesity between the milestones of 2025 and 2026. Based on the warnings issued in the 2025 Global Obesity Atlas and the less-than-expected political response at the Fourth UN High-Level Meeting on NCDs, we arrive at World Obesity Day 2026. Under the theme "8 Billion Reasons To Act on Obesity," this year's campaign calls on the global health community to transform the political frustration of the previous year into structural action, in light of data that consolidates obesity as one of the most pressing health, economic, and social crises of the 21st century.*

Keywords: *Global Food and Nutritional Security. Global Health. Obesity*

O Dia Mundial da Obesidade, no dia 4 de março, tem por objetivo conscientizar a sociedade sobre a obesidade e promover a mobilização para políticas de combate à obesidade, o estímulo a atividades de saúde e a prevenção de doenças associadas. A cada ano a Federação Mundial de Obesidade aproveita esse momento para também lançar um atlas sobre a situação

global e por regiões e países, visando reforçar a agenda política sobre esse tema e, em 2026, traz como tema “8 bilhões de razões para a ação”.

Vale lembrar em nosso quarto informe do ano passado, também dedicado ao Dia Mundial da Obesidade, que registramos um período de diagnóstico preciso, mas de resposta institucional insuficiente. O lançamento do Atlas Mundial da Obesidade 2025 pela Federação Mundial da Obesidade evidenciou a magnitude da epidemia com projeções contundentes: mantidas as tendências então vigentes, o sobrepeso e a obesidade afetariam cerca de 3 bilhões de adultos até 2030, representando aproximadamente 50% da população adulta global. O documento detalhou a obesidade não apenas como uma doença crônica não transmissível (DCNT) por si só, mas como um dos principais propulsores de hipertensão, diabetes tipo II, doenças cardiovasculares e neoplasias, com impacto desproporcional projetado para as Américas, Sudeste Asiático e Pacífico Ocidental (World Obesity Federation, 2025).

Vale lembrar que o tema do ano de 2025, "Mudando sistemas, vidas mais saudáveis" ("*Changing systems – healthier lives*"), acertadamente deslocou o eixo da responsabilização individual para a falência estrutural. Nesse contexto, os vetores dessa crise são sistêmicos, na medida em que se observa que os sistemas de saúde estão mal equipados para oferecer cuidado integral e frequentemente permeados por estigma, que os sistemas alimentares estão dominados pela indústria de ultraprocessados e que os sistemas de planejamento urbano e transporte que desencorajam a mobilidade ativa.

Ainda em 2025, havia grande expectativa depositada na Quarta Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre DCNTs, porém esta não se traduziu no avanço político esperado. A despeito dos alertas de especialistas e entidades de que o mundo estava fora da rota para cumprir as metas globais de DCNTs, a Assembleia Mundial da Saúde de 2025 não conferiu à obesidade a ênfase proporcional à sua centralidade como fator de risco e doença. A oportunidade de integrar definitivamente o enfrentamento da obesidade no núcleo duro das políticas de combate às doenças crônicas foi, em grande medida, diluída, deixando um legado de urgência não correspondida pela vontade política no nível multilateral.

A partir desse histórico recente, a convocatória de 2026 usa o diagnóstico preocupante que já existe para reforçar a mensagem em relação à magnitude da obesidade global e traz um novo chamado para ação, a partir do lema: 8 Bilhões de Razões para a Ação Estrutural. Mas o que seriam esses 8 bilhões de motivos? Eles traduzem a somatória da prevalência atual de obesidade no mundo (mais de 1 bilhão de pessoas vivem atualmente com obesidade globalmente), do impacto econômico projetado até 2030 (estima-se que o custo global do sobrepeso e da obesidade deverá atingir US$ 3,23 trilhões, considerando perdas de produtividade e gastos em saúde) e da projeção do número de pessoas vivendo com sobrepeso ou obesidade até 2035 (mantidas as tendências atuais, mais da metade da população global, ou seja, aproximadamente 4 bilhões de pessoas, estarão vivendo com excesso de peso).

Somados a esses números impactantes, há muitos outros. Por exemplo, tomando somente a carga da obesidade na infância e na adolescência, estima-se que, em 2025, já havia mais de 400 milhões de crianças e adolescentes com excesso de peso (a soma das prevalências de sobrepeso ou de obesidade). Isso representa um aumento de quase cinco vezes entre crianças em idade escolar desde 1975, com aceleração em países de baixa e média renda, de modo que, no mesmo ano de 2025, pela primeira vez, a prevalência de obesidade na infância superou a de desnutrição (Unicef, 2025). Outro exemplo é a sua mortalidade atribuível:

anualmente, 1,7 milhão de mortes prematuras por DCNTs são diretamente atribuíveis ao sobrepeso e à obesidade.

Diante desse cenário, a campanha de 2026 aprofunda a compreensão dos determinantes sociais e comerciais da epidemia, explicitando que a obesidade não ocorre de forma isolada, visto que é uma consequência de problemas sistêmicos que estão por trás da múltipla carga da má nutrição. Dessa forma, a pobreza, o estigma, o acesso desigual à educação e à saúde, a disponibilidade limitada de alimentos saudáveis e os ambientes obesogênicos são reconhecidos como fatores que moldam o risco e os desfechos ao longo do curso da vida.

Em uma síntese analítica das oportunidades e desafios para a comunidade de saúde global, a transição de 2025 para 2026 evidencia uma tensão fundamental entre a produção de evidências e a implementação de políticas. Se 2025 foi o ano em que a ciência dos dados (Atlas Mundial de Obesidade) se confrontou com a insuficiência da política multilateral (Assembleia da ONU), defende-se que o ano de 2026 deve ser apresentar como o momento de transformar a frustração em estratégia.

Nesse sentido, a mensagem central deste ano, de que esses desfechos em saúde não são inevitáveis, reposiciona o papel dos especialistas e formuladores de políticas. A mudança de trajetória exige, conforme preconiza a campanha:

- Compreensão versus Estigma: a adoção de uma abordagem baseada na ciência da obesidade como doença crônica, complexa e multifatorial, combatendo ativamente o preconceito nos serviços de saúde e na sociedade.
- Prevenção Longitudinal: o reconhecimento da infância como janela crítica para intervenções que interrompam o ciclo intergeracional da obesidade e suas comorbidades.
- Centralidade da Experiência Vivida: a incorporação sistemática das pessoas com obesidade na cocriação de políticas, pesquisas e modelos de cuidado, garantindo que as soluções sejam pertinentes e equitativas.
- Acesso Equitativo ao Cuidado: a defesa intransigente por sistemas de saúde que ofereçam atenção integral, desde a prevenção primária até o tratamento multidisciplinar, incluindo suporte nutricional, psicológico e, quando indicado, farmacológico e cirúrgico.

Obesidade e desnutrição de mãos dadas: a dupla carga da má nutrição no mundo

A dupla carga da má nutrição emerge como expressão inequívoca de sistemas alimentares estruturalmente desenhados para promover a concentração de recursos e aprofundar iniquidades, ao mesmo tempo que operam uma transformação profunda nos padrões alimentares das populações. Tais sistemas atuam sistematicamente no sentido de substituir alimentos tradicionais, in natura e minimamente processados por produtos ultraprocessados, reconfigurando as dietas em escala global e criando as condições para a coexistência paradoxal de desnutrição e obesidade, frequentemente nos mesmos países, comunidades e até mesmo nos mesmos núcleos familiares.

Observa-se, nesse contexto, um fenômeno de transição dietética diferenciada segundo estratos socioeconômicos: enquanto o consumo de ultraprocessados mantém-se relativamente estável entre as populações de maior renda e nos países de alta renda, registra-se crescimento acelerado desse padrão de consumo justamente entre os segmentos mais pobres e nos países de média e baixa renda. Esta dinâmica introduz uma complexidade adicional ao quadro

epidemiológico, configurando o que se poderia denominar uma múltipla carga de má nutrição, que engloba não apenas os extremos clássicos da desnutrição e da obesidade, mas também as deficiências específicas de micronutrientes e as doenças crônicas não transmissíveis associadas aos excessos e desequilíbrios alimentares.

O preço dos alimentos assume centralidade nessa equação, considerando a tendência sistemática de barateamento relativo dos ultraprocessados em comparação com os alimentos in natura e minimamente processados. Esta assimetria de preços opera como um poderoso vetor de deslocamento do consumo em direção aos produtos processados, particularmente entre as famílias de menor poder aquisitivo. Tal fenômeno manifesta-se com contornos próprios em diferentes contextos nacionais: nos Estados Unidos, a dieta predominantemente baseada em ultraprocessados é mais prevalente entre populações vulnerabilizadas, como as comunidades afro-americana e latina; no Brasil, evidencia-se aumento acelerado do consumo de ultraprocessados justamente entre os grupos de menor renda. Cumpre assinalar, ainda, que as desigualdades e vulnerabilidades entre e dentro de grupos populacionais se expressam com particular intensidade entre mulheres e crianças, grupos nos quais os impactos da transição alimentar se fazem sentir de maneira mais aguda.

Análises aprofundadas dos impactos da globalização econômica do comércio de alimentos revelam padrões diferenciados conforme o rendimento familiar e a renda nacional dos países. A literatura especializada demonstra que o risco da dupla carga da má nutrição é significativamente maior entre as famílias mais pobres residentes nos países mais pobres, observando-se atenuação progressiva desse efeito à medida que se elevam a renda familiar e o produto interno bruto nacional. Paralelamente, a dimensão social da globalização exerce impactos ainda mais pronunciados, aumentando a probabilidade de ocorrência da dupla carga em todos os estratos de rendimento familiar, com ênfase especial nos países de baixa e média renda, onde os efeitos combinados da abertura comercial e da difusão de padrões culturais ocidentalizados potencializam a transição dietética (Seferidi *et al.*, 2022).

É precisamente esse pano de fundo de sistemas alimentares hegemônicos e de avanço dos ultraprocessados que subjaz às análises contemporâneas sobre segurança alimentar e nutricional, ainda que nem sempre explicitamente nomeado. Quando documentos como o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, produzido pela FAO e demais agências das Nações Unidas, evidenciam que o problema global não se restringe à fome, mas abrange sobretudo o acesso a alimentos saudáveis, está reconhecendo, ainda que indiretamente, que a segurança alimentar e nutricional não se satisfaz com o mero provimento calórico (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023). A concepção de direito humano à alimentação e nutrição adequadas pressupõe não apenas o acesso a alimentos em quantidade suficiente, mas a garantia de que esses alimentos sejam saudáveis, culturalmente apropriados e socialmente adequados, o que impõe barreiras intransponíveis à incorporação de ultraprocessados em quaisquer estratégias de enfrentamento da fome.

Dentre desse tema, a pesquisadora Jessica Fanzo, da Universidade de Columbia, sintetiza com precisão a natureza estrutural do problema ao afirmar que a iniquidade nos sistemas alimentares produz tanto fome quanto obesidade, exigindo que ambos os fenômenos sejam enfrentados em suas especificidades e, simultaneamente, em seus determinantes comuns (Fanzo, 2020). Fanzo documenta como as transformações dos sistemas alimentares, alicerçadas na eficiente criação e distribuição de produtos que maximizam lucros, contribuíram decisivamente para as atuais crises de insegurança alimentar e nutricional. Nesse processo, as dietas globais têm sido progressivamente dominadas por produtos baratos, de conveniência,

alta palatabilidade e densamente carregados de sal, gorduras e açúcares, que deslocam os alimentos saudáveis e os tornam crescentemente inacessíveis, tanto física quanto economicamente. Os sistemas alimentares contemporâneos, conclui a autora, não estão otimizados para a nutrição, a equidade e a sustentabilidade, mas sim para a geração de lucro, ainda que à custa de problemas de saúde que se converteram nas principais causas de adoecimento e morte prematura em países de todos os níveis de renda, ultrapassando inclusive fatores de risco tradicionalmente dominantes como o tabaco.

Tais constatações são reforçadas na recente série The Lancet sobre alimentos ultraprocessados e saúde, em que um dos artigos inclusive trata diretamente dos determinantes comerciais à saúde relacionados à atuação das indústrias de ultraprocessados, seguindo a mesma cartilha ou *playbook* antes aplicada pelo tabaco (Baker *et al.*, 2025).

Em alinhamento com essas evidências, o Banco Mundial já reconhecia, em documento de 2017, as conexões estruturais entre os sistemas alimentares e a epidemia de obesidade, destacando como os processos de produção, distribuição e consumo de alimentos no âmbito das cadeias globais impactam diretamente a prevalência do excesso de peso e identificando os pontos de alavancagem sobre os quais a instituição poderia atuar para contribuir com a prevenção do problema (The World Bank, 2017). Tal reconhecimento, por parte de uma das principais instituições financeiras internacionais, sinaliza a crescente compreensão de que o enfrentamento efetivo da obesidade e da dupla carga da má nutrição requer intervenções que transcendem em muito o setor saúde, demandando a transformação profunda dos sistemas alimentares em suas múltiplas dimensões: econômica, social, cultural e ambiental.

Os números da obesidade global

O Atlas Mundial da Obesidade de 2025 começa por situar o leitor em um cenário de preocupante insuficiência das respostas globais até o momento, alertando que, mantidas as tendências atuais, o mundo não alcançará as metas estabelecidas para 2025 pela Assembleia Mundial da Saúde no que tange à prevenção e ao controle das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Tais metas incluem o compromisso de "interromper o aumento do diabetes e da obesidade" e promover uma "redução relativa de 25% na mortalidade prematura geral por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas", tomando como referência os níveis observados em 2010 (World Health Organization (WHO), 2013). Adicionalmente, o documento aponta a reduzida probabilidade de cumprimento das metas para 2030 estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, notadamente a de "reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis por meio da prevenção e do tratamento", o que evidencia a gravidade do descompasso entre a trajetória epidemiológica atual e os compromissos políticos assumidos internacionalmente.

É sabido que a probabilidade de desenvolvimento de DCNTs aumenta significativamente em função de um conjunto de fatores de risco modificáveis, entre os quais se destacam o uso de tabaco, a insuficiência de atividade física, os padrões dietéticos inadequados e o elevado peso corporal. Coletivamente, esses fatores respondem por mais da metade de todas as mortes prematuras atribuíveis às DCNTs, o que representou cerca de 10,7 milhões de óbitos no ano de 2021. Desse total, aproximadamente 1,6 milhão de mortes prematuras, equivalentes a 15% do montante, foram especificamente atribuídas ao alto índice de massa corporal (IMC), medida populacional amplamente utilizada como proxy da obesidade e do excesso de peso. Para além da carga de mortalidade, a obesidade representa uma considerável perda de anos de vida saudáveis, estimando-se que mais de 160 milhões de anos-pessoa adultos sejam perdidos

anualmente em decorrência de problemas de saúde relacionados às DCNTs, dos quais mais de um quarto é diretamente atribuível ao excesso de peso e à obesidade (Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), 2025).

Cabe recordar que, segundo as classificações baseadas no IMC, caracteriza-se sobrepeso na faixa entre 25 e 30 kg/m², enquanto a obesidade é definida a partir de IMC igual ou superior a 30 kg/m², sendo o excesso de peso compreendido como a soma das categorias de sobrepeso e obesidade, ou seja, IMC maior ou igual a 25 kg/m². A despeito das reconhecidas limitações do IMC como medida individual de adiposidade, sua facilidade de obtenção em estudos populacionais e na vigilância epidemiológica justifica sua permanência como o índice mais amplamente aplicado para mensurar a obesidade em escala global. Não obstante, cumpre assinalar que, no âmbito da prática clínica, uma comissão global de especialistas recentemente recomendou a adoção de medidas complementares para o diagnóstico e acompanhamento mais precisos dos pacientes em função da adiposidade, incorporando parâmetros que reflitam mais fidedignamente a distribuição e os riscos associados ao excesso de gordura corporal (Rubino, 2025).

No tocante às projeções para 2030, o Atlas apresenta estimativas particularmente preocupantes: caso as tendências atuais não sejam modificadas por intervenções efetivas, o excesso de peso e a obesidade afetarão aproximadamente 3 bilhões de adultos, o que corresponde a cerca de metade da população adulta mundial, tanto para homens quanto para mulheres. A magnitude desse crescimento torna-se ainda mais evidente quando comparada a marcos temporais recentes: em 2015, ano de definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contabilizavam-se 2 bilhões de adultos com excesso de peso, representando 40% da população adulta global; em 2010, quando se estabeleceu a linha de base para as metas da OMS de redução das DCNTs, esse contingente era de 1,6 bilhão de pessoas, equivalentes a 36% da população. Tais números evidenciam não apenas a trajetória ascendente da epidemia, mas também a aceleração de seu ritmo de expansão nas últimas décadas.

As evidências compiladas no Atlas apontam consistentemente para a improbabilidade de se alcançar uma redução na prevalência de excesso de peso e obesidade em adultos sem a adoção de intervenções políticas drásticas e estruturantes. Particularmente relevante é a constatação de que as abordagens centradas exclusivamente nos indivíduos e em seus comportamentos, frequentemente permeadas por narrativas de culpabilização das pessoas em detrimento da consideração dos ambientes e contextos em que vivem, têm se mostrado as menos efetivas. Essa constatação reforça a necessidade premente de deslocar o foco das intervenções do âmbito individual para a transformação dos sistemas que moldam as oportunidades e escolhas das populações, incluindo os sistemas alimentares, urbanos, de saúde e educacionais.

O Atlas aprofunda, ainda, a análise do papel determinante dos sistemas alimentares na escalada global da obesidade, evidenciando que o aumento expressivo de sua prevalência desde 2010 está fortemente correlacionado com a transição para padrões dietéticos marcados pelo consumo elevado de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas. A solidez dessa correlação é respaldada por estudos recentes que quantificam o impacto isolado de um desses vetores: o alto consumo de bebidas açucaradas, além de incrementar o risco de sobrepeso e obesidade, contribui anualmente para mais de 2 milhões de casos incidentes de diabetes mellitus tipo II e para mais de 1 milhão de novos casos de doenças cardiovasculares em todo o mundo.

Para além da carga de morbidade, o documento incorpora estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura que dimensionam o impacto econômico multifacetado dessa transição alimentar. As consequências sanitárias decorrentes do consumo de dietas ricas em ultraprocessados e pobres em alimentos de origem vegetal impõem ao mundo custos anuais superiores a US$ 6 trilhões, montante que contempla não apenas os gastos diretos com assistência à saúde, mas também as externalidades negativas sobre o meio ambiente e os custos sociais associados à perda de bem-estar das populações. Tais evidências reforçam a necessidade premente de intervenções estruturantes sobre os sistemas alimentares como estratégia central para o enfrentamento da epidemia (United Nations Food Systems Summit 2021 Scientific Group, 2021)(Food and Agriculture Organization (FAO), 2023)

Por fim, em suas seções finais, o Atlas também chama a atenção para as dimensões de desigualdade e iniquidade associadas à epidemia de obesidade. A progressão do excesso de peso em grupos populacionais outrora menos afetados, como crianças e adolescentes, projeta uma pressão epidemiológica e econômica ainda maior para o futuro, considerando o elevado risco de persistência da obesidade na vida adulta e o desenvolvimento precoce de DCNTs associadas. Adicionalmente, projeta-se que o aumento do IMC elevado continuará ocorrendo de forma mais acentuada em países de renda média, impondo pressões adicionais sobre economias e sistemas de saúde frequentemente menos preparados para responder à crescente demanda. Nesse contexto, a dupla carga da má nutrição – caracterizada pela coexistência de desnutrição e obesidade – tende a afetar de maneira particularmente severa as populações mais vulneráveis, evidenciando a comunhão dos determinantes sociais que perpetuam ambos os extremos do espectro da má nutrição.

O chamado de ação para todos os atores em 2026

Segundo a Federação Mundial de Obesidade, nesse Dia Mundial da Obesidade 2026, somos todos convocados a refletir sobre o nosso papel no enfrentamento da obesidade em nossas comunidades, seja por meio da contribuição para atividades de promoção da saúde, seja pelo combate ativo ao estigma associado a esta doença crônica. No contexto do Dia Mundial da Obesidade 2026, impõe-se aos profissionais e formuladores de políticas de saúde global a adoção de uma agenda abrangente de *advocacy*, direcionada à transformação estrutural dos sistemas que perpetuam a epidemia de obesidade. Esse esforço requer, portanto, uma atuação coordenada junto a gestores públicos, legisladores e lideranças empresariais em múltiplas frentes estratégicas.

No âmbito individual, a Federação recomenda que cada profissional pode contribuir para a conscientização, difundindo informações baseadas em evidências sobre a obesidade e a obesidade infantil, bem como desafiando o estigma baseado no peso sempre que ele se manifestar. Portanto, caberá a todos fomentar conversas qualificadas nos lares, escolas, ambientes de trabalho e espaços digitais, além de participar de atividades simbólicas como a campanha "Faça o O da Obesidade" (#OforObesity), que busca dar visibilidade à causa.

No plano comunitário, a mobilização pode materializar-se na organização ou adesão a eventos como as Caminhadas pelo Dia Mundial da Obesidade, na iluminação de marcos locais e nacionais como símbolo de adesão à causa e na criação de ambientes acolhedores e inclusivos para crianças e famílias. É fundamental, ainda, que as experiências vividas por pessoas com obesidade ocupem o centro dos eventos, narrativas e estratégias de comunicação, garantindo que suas vozes sejam protagonistas na construção de soluções.

No que tange às políticas e aos sistemas, impõe-se a defesa técnica e política por políticas mais robustas nos setores de saúde, alimentação e ambiente e infraestrutura. Esse esforço inclui promover o acesso equitativo a alimentos nutritivos e aos cuidados integrais em obesidade, bem como advogar pela incorporação da prevenção e do tratamento da obesidade nos sistemas universais de saúde. A interlocução direta com tomadores de decisão, por meio de comunicações técnicas que demandem mudanças estruturais em alto nível, é igualmente estratégica, assim como assegurar a participação substantiva de pessoas com experiência vivida na formulação de políticas e nos processos decisórios.

No âmbito dos sistemas alimentares promotores da saúde, é fundamental demandar a implementação de políticas que viabilizem escolhas alimentares saudáveis e garantam o acesso universal a alimentos nutritivos e a preços acessíveis. Isso inclui a defesa técnica pela tributação de bebidas açucaradas, pela adoção de rotulagem frontal de advertência e pelo estabelecimento de restrições ao marketing de alimentos ultraprocessados, especialmente aqueles dirigidos a crianças e adolescentes. Paralelamente, impõem-se medidas que assegurem a oferta equitativa de alimentos saudáveis nos ambientes escolares e comunitários, o apoio institucional a programas de compras públicas sustentáveis, a proteção e promoção do aleitamento materno e o fomento a iniciativas de reformulação industrial de produtos. Não menos importante, a implementação de políticas de proteção social que reduzam as barreiras econômicas ao acesso a dietas nutritivas configura-se como intervenção estrutural indispensável.

No que concerne ao fortalecimento dos sistemas de saúde, a agenda de *advocacy* deve concentrar-se no reconhecimento formal da obesidade como doença crônica pelos gestores e lideranças sanitárias, condição indispensável para a estruturação de modelos de atenção compassivos, integrais e universalmente acessíveis. Tal reconhecimento deve traduzir-se na integração efetiva das ações de prevenção e tratamento da obesidade aos programas nacionais de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, bem como na garantia de acesso equitativo aos cuidados primários, secundários e terciários, incluindo serviços especializados para crianças e adolescentes. Adicionalmente, a implantação de sistemas robustos de monitoramento e vigilância epidemiológica mostra-se essencial para o acompanhamento das tendências e para a orientação baseada em evidências das políticas públicas.

Quanto à promoção de ambientes construídos mais saudáveis, a atuação deve direcionar-se à criação de espaços que favoreçam estilos de vida ativos de forma segura, acessível e equitativa para toda a população. Isso implica advogar pela implantação de áreas verdes públicas seguras, adequadas a diferentes faixas etárias e condições de mobilidade, bem como pelo desenvolvimento de sistemas de transporte ativo que estimulem o deslocamento a pé e por bicicleta. Medidas de incentivo fiscal que promovam a atividade física, como a redução da tributação sobre equipamentos esportivos ou a concessão de subsídios para programas de atividade física voltados a crianças e jovens, completam o conjunto de intervenções prioritárias neste eixo.

Finalmente, a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva exige o compromisso com o tratamento digno das pessoas que vivem com obesidade e com a incorporação substantiva de suas experiências e perspectivas na formulação de políticas e decisões. Tal compromisso materializa-se no enfrentamento sistemático do estigma baseado no peso em todos os espaços, desde comunidades, meios de comunicação, ambientes de trabalho e serviços de saúde, bem como na garantia de participação significativa de pessoas com experiência vivida nos processos de desenho de políticas e tomada de decisão. A inclusão ativa de crianças e jovens

nas estratégias de *advocacy* e formulação de políticas públicas configura-se, ainda, como elemento crucial para a sustentabilidade intergeracional das mudanças pretendidas.

A obesidade no Brasil: epidemiologia, economia e políticas

Dentro dos preparativos para o Dia Mundial da Obesidade em 2026, representantes da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica, abordaram diferentes aspectos da situação da obesidade no Brasil, destacando seus impacto e recomendações de ação nacional sobre o tema (Halpern e Melo, de, 2026)

Primeiramente, eles reforçam que, no Brasil, o cenário evidenciado pelo Atlas Mundial da Obesidade 2025 é extremamente preocupante, visto que registrou, pela primeira vez, prevalência de obesidade superior a 30% da população, enquanto 68% dos brasileiros apresentam excesso de peso. A taxa de crescimento anual projetada situa-se em 1,8%, e estimativas indicam que, na ausência de intervenções efetivas, metade das crianças e adolescentes brasileiros terá excesso de peso até 2050, mesmo sob cenários otimistas de prevenção. Diante desse quadro, impõe-se o reconhecimento de que o enfrentamento da crise demanda ações simultâneas e integradas de prevenção e tratamento, não podendo haver opção por uma abordagem em detrimento da outra.

Para além do Atlas, estudos nacionais mostram o grande impacto econômico da obesidade no país. Por exemplo, em termos de impacto para o Sistema Único de Saúde (SUS), estima-se que **o**s custos com tratamento de doenças relacionadas à obesidade (como hipertensão e diabetes) no SUS, incluindo medicamentos e internações, chegaram a R$ 3,45 bilhões (base 2018) (Nilson *et al.*, 2020). Além disso, em termos de custos indiretos atribuíveis à obesidade alcança os R$ 70 bilhões ao ano quando se contabilizam faltas ao trabalho, redução da produtividade e aposentadorias por invalidez e se projeta que, sem medidas eficazes, os custos da obesidade podem aumentar 60% até 2035 (Okunogbe *et al.*, 2022). Observa-se, ainda, grande impacto econômico da a obesidade infantojuvenil, conforme estudo que estimou que, entre 2013 e 2022, o SUS gastou R$ 225 milhões com o gastos hospitalares atribuíveis à obesidade entre crianças e adolescentes, o que representa mais do que todos os custos hospitalares do capítulo IV da CID 10, que abrange as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (Nilson *et al.*, 2023).

No campo das políticas públicas, reforçam, ainda, que o Brasil dispõe de um dos guias alimentares mais reconhecidos internacionalmente, que preconiza o consumo de alimentos in natura e a redução de ultraprocessados, conceito originado da classificação NOVA, desenvolvida no país e atualmente adotada globalmente. Dentre as evidências em relação ao risco dos ultraprocessados, seu tem sido consistentemente associado a pelo menos 32 desfechos adversos à saúde, para além da obesidade, conforme demonstram estudos recentes publicados na literatura nacional (Lane *et al.*, 2024)(Monteiro *et al.*, 2025). Além disso, citam pesquisa veiculada nos Arquivos de Endocrinologia e Metabolismo evidencia que maior proporção calórica proveniente de ultraprocessados associa-se a pior qualidade da dieta e a padrões alimentares mais disfuncionais, incluindo comportamentos de compulsão alimentar, bulimia e perda de controle sobre a ingestão, sugerindo que tais produtos podem atuar sobre mecanismos neurocomportamentais que perpetuam o ciclo da obesidade.

Todavia, segundo os autores, a implementação das recomendações dietéticas e a redução do consumo de ultraprocessados enfrentam desafios particulares em populações vulneráveis, nas quais determinantes sociais e econômicos exercem influência preponderante sobre as escolhas alimentares. Alimentos in natura frequentemente apresentam custo superior,

enquanto os ultraprocessados caracterizam-se pelo baixo preço, ampla disponibilidade, marketing agressivo em meios tradicionais e digitais e facilidade de consumo. Observa-se progressiva substituição da dieta tradicional brasileira, baseada em preparações culinárias, por produtos ultraprocessados, que já contribuem com mais de 20% do aporte calórico total da população, proporção que se eleva anualmente.

As políticas de enfrentamento devem, portanto, priorizar intervenções estruturais que aumentem a probabilidade de escolhas alimentares saudáveis, superando a abordagem limitada de recomendações genéricas sem condições concretas para sua adoção. O Brasil foi identificado como país protagonista no Plano de Aceleração para a Obesidade da Organização Mundial da Saúde, que recomenda medidas como tributação de bebidas açucaradas, restrição do marketing de alimentos não saudáveis dirigido a crianças, aprimoramento da rotulagem frontal, fortalecimento de políticas de alimentação escolar e modificação dos ambientes construídos para promoção da atividade física.

A recente reforma tributária brasileira, entretanto, resultou em tributação restrita a refrigerantes, após intenso debate político e forte atuação da indústria, revelando-se medida modesta e insuficiente para produzir impacto populacional substancial. Nesse sentido, estudo recentemente publicado estimou que a tributação de toda a categoria dos ultraprocessados de 10% a 50% do preço final poderia prevenir entre 525 mil e 1,8 milhões de casos e de 70 mil a 236 mil mortes por DCNTs atribuíveis ao excesso de peso até 2044 (Camargo *et al.*, 2025).

Paralelamente às estratégias preventivas, os autores afirmam ser imperativa a ampliação do acesso ao tratamento para as pessoas que já vivem com obesidade no âmbito do SUS. Atualmente, a cirurgia bariátrica constitui a única modalidade terapêutica disponível, restrita a casos de obesidade grave e ofertada a menos de 10 mil pacientes anualmente, resultando em extensas filas de espera. Por outro lado, destacam que sucessivas propostas de incorporação de medicamentos para obesidade foram rejeitadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), mesmo diante de evidências de custo-efetividade, enquanto a ausência de formação adequada sobre obesidade nos currículos dos profissionais de saúde perpetua a oferta de cuidado estigmatizante e ineficaz. Segundo os autores, diante das evidências acumuladas sobre os benefícios ampliados dos tratamentos contemporâneos para obesidade e da publicação das diretrizes da Organização Mundial da Saúde sobre agonistas do receptor GLP-1, a incorporação da terapia farmacológica no sistema público torna-se inevitável, devendo ocorrer no menor prazo possível.

Em sua conclusão, o texto brasileiro reforça que a crise da obesidade não constitui problema do futuro, mas realidade há décadas instalada, e somente no Brasil existem mais de 214 milhões de razões para que a ação ocorra imediatamente, de forma integrada, estrutural e baseada nas melhores evidências científicas disponíveis.

Para além do que o artigo da Abeso aponta, também nos preocupa a relativa inércia estrutural no setor saúde, que persiste como barreira primária ao enfrentamento da obesidade no Brasil, que se manifesta por meio da invisibilidade institucional da obesidade enquanto condição crônica complexa, restringindo a agenda a intervenções episódicas. Assim, apesar da existência de diretrizes clínicas estabelecidas, o avanço na estruturação de linhas de cuidado integradas encontra-se estagnado, refletindo a ausência de priorização política no âmbito do SUS. A essa inércia administrativa soma-se a descontinuidade, em 2023, da Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), iniciativa promissora e internacionalmente reconhecida.

Conclusão

O Dia Mundial da Obesidade de 2026 volta a reconhecer a centralidade da discussão das mudanças nos sistemas para tirar do foco a abordagem individual do problema, que tem se mostrado totalmente ineficaz, para uma abordagem dos verdadeiros causadores da crise global de obesidade. Nesse sentido, é de central importância enfrentar a relação direta entre os sistemas alimentares hegemônicos e a obesidade e as DCNTs, visto que são os responsáveis pelos ambientes obesogênicos e também se associam às crescentes desigualdades e à degradação ambiental. Avançamos na contagem regressiva para muitos compromissos internacionais na agenda de segurança alimentar e nutricional, mas os avanços nas políticas são insuficientes.

Assim, para a comunidade de especialistas em saúde global, o Dia Mundial da Obesidade 2026 não é uma mera data comemorativa, mas um chamado à ação coordenada. As "8 bilhões de razões" do tema deste ano traduzem-se, no campo técnico, em argumentos sanitários, econômicos e éticos robustos para pressionar por mudanças sistêmicas.

O legado de 2025 nos ensinou que a produção de evidências, por si só, não gera compromisso político. Cabe aos profissionais de saúde, pesquisadores, gestores e formuladores de políticas traduzir a magnitude dos dados – mais de 1 bilhão de pessoas afetadas, 4 bilhões projetados para 2035, US$ 3,23 trilhões em impacto econômico – em propostas concretas de reforma dos sistemas alimentares, de saúde, urbanos e educacionais.

O desafio que se coloca em 2026 é, portanto, duplo: consolidar a narrativa sistêmica que emergiu com força em 2025 e, simultaneamente, construir a governança multissetorial capaz de superar a inércia política testemunhada no ano anterior. A mudança na história da obesidade, como preconiza a campanha, dependerá da nossa capacidade coletiva de transformar 8 bilhões de razões em políticas públicas efetivas, equitativas e duráveis.

Por fim, em se tratando de mudanças sistêmicas, apesar de não mencionado, o papel dos organismos multilaterais também é fundamental, apoiando os países em suas mudanças e no alcance das metas e compromissos propostos. A obesidade é um problema de saúde, econômico e social em todas as idades e regiões do mundo, que caminha proximamente com a desnutrição e a fome e, em nível global, portanto UN Nutrition, OMS, FAO, IFAD, Unicef e PMA precisam trabalhar enfrentá-las como partes das consequências de um mesmo sistema alimentar, no contexto da dupla ou múltipla carga da má nutrição.

Ao atuar de forma coordenada em todos os níveis – do individual ao sistêmico –, a comunidade de saúde global pode, de fato, reescrever a história da obesidade e contribuir para a construção de um mundo mais saudável e equitativo para todos.

Referências

BAKER, P. *et al.* Series Ultra-Processed Foods and Human Health 3 Towards unified global action on ultra-processed foods : understanding commercial determinants , countering corporate power , and mobilising a public health response. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–24, 2025.

CAMARGO, J. M. *et al.* Effect Ultraprocessed Foods Taxation on Overweight Prevalence and Noncommunicable Diseases in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 000, n. 000, p. 1–8, 2025.

FANZO, J. *Inequity in Food Systems Drives Both Hunger and Obesity – It's time to optimize our food systems for nutrition and equity*. Disponível em: <https://magazine.jhsph.edu/2020/inequity-food-systems-

drives-both-hunger-and-obesity>.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. [s.l: s.n.].

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The State of Food and Agriculture 2023 – Revealing the true cost of food to transform agrifood systems*. Rome: [s.n.]. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc7724en>.

HALPERN, B.; MELO, M. E. DE. Obesity in Brazil : 214 million reasons to act. **Archives of Endocrinology and Metabolism**, v. 70, n. 12, p. 1–4, 2026.

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION (IHME). **Global Burden Disease Compare Data Visualization.** Seattle, WA: IHME: [s.n.]. Disponível em: <https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare/>.

LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Series Ultra-Processed Foods and Human Health 1 Ultra-processed foods and human health : the main thesis and the evidence. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

NILSON, E. A. F. *et al.* Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, v. 44, p. e32, 2020.

NILSON, E. A. F. *et al. Estimation of the direct health costs attributable to child obesity in Brazil*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2023.08.02.23293560>.

OKUNOGBE, A. *et al.* Economic impacts of overweight and obesity: current and future estimates for 161 countries. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 9, p. e009773, 1 set. 2022.

RUBINO, F. ET AL. Definition and diagnostic criteria of clinical obesity. **The Lancet Diabetes & Endocrinology**, v. 13, n. 3, p. 221–262, 2025.

SEFERIDI, P. *et al.* Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

THE WORLD BANK. *An overview of liks between obesity and food systems – Implications for the food and agriculture global practice agenda*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>.

UNICEF. **F***eeding Profit. How food environments are failing children. Child Nutrition Report 2025*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/feeding-profit>.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS SUMMIT 2021 SCIENTIFIC GROUP. *The True Cost and True Price of Food*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://sc-fss2021.org/wp-content/uploads/2021/06/UNFSS_true_cost_of_food.pdf>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Global Action Plan for the Prevention and Control of NCDs 2013-2020.* Geneva, Switzerland: [s.n.].

WORLD OBESITY FEDERATION. *Atlas Mundial da Obesidade 2025*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.worldobesity.org/resources/resource-library/world-obesity-atlas-2025>.

Relatório Anual da UNESCO Brasil 2025: balanços e perspectivas

Informe anual de la UNESCO Brasil 2025: balance y perspectivas

UNESCO Brazil Annual Report 2025: assessments and perspectives

Gisele Sanglard, Heliton Barros,
Vitor Rodrigues e Fabiane Gaspar

Resumo. Este trabalho pretende ser um breve relatório das principais ações da Unesco-Brasil, ressaltando o que a instituição ressaltou como importante no seu relatório de atividades de 2025 e publicado em fevereiro de 2026. Mais do que um balanço de ações, o documento fornece um mapa importante das ações do organismo internacional no país. Temas como a atuação das cátedras e a reunião entre as cátedras Unesco-Brasil, as ações de educação, ciências naturais e ciências humanas e sociais são alguns dos destaques aqui presentes; bem como Ciência Aberta e outros temas que estiveram presentes em nossos informes de 2025.

Palavras-chave: UNESCO. Brasil. Ciência Aberta. Parcerias.

Resumen. *Este trabajo pretende ser un breve informe de las principales acciones de la Unesco-Brasil, destacando lo que la institución consideró importante en su informe de actividades de 2025, publicado en febrero de 2026. Más que un balance de acciones, el documento proporciona un importante mapa de las acciones del organismo internacional en el país. Temas como la actuación de las cátedras y la reunión entre las cátedras de la UNESCO-Brasil, las acciones en materia de educación, ciencias naturales y ciencias humanas y sociales son algunos de los aspectos más destacados aquí presentes, así como la ciencia abierta y otros temas que estuvieron presentes en nuestros informes de 2025.*

Palabras clave. *UNESCO. Brasil. Ciencia abierta. Asociaciones.*

Abstract. *This paper aims to be a brief report on the main actions of UNESCO-Brazil, highlighting what the institution emphasized as important in its 2025 activity report, published in February 2026. More than just a summary of actions, the document provides an important map of the international organization's actions in the country. Topics such as the work of the chairs and the meeting between the UNESCO-Brazil chairs, actions in education, natural sciences, and human and social sciences are some of the highlights presented here, as well as Open Science and other topics that were included in our 2025 reports.*

Keywords. *UNESCO. Brazil. Open Science. Partnerships.*

Introdução

Em fevereiro de 2026 foi publicado o relatório anual do escritório brasileiro da UNESCO que traz um balanço das principais ações do organismo no país. Através da leitura deste documento é possível percebermos como os macro temas da UNESCO são transformados em projetos e políticas públicas no Brasil. Com isso, recuperaremos vários temas que estiveram presentes nos informes de 2025.

No documento, Marlova J. Noleto, a representante da UNESCO no Brasil, chama atenção, em sua nota introdutória para o caráter do organismo: ser um "laboratório de ideias" e, a partir dele, "criar capacidades, contribuir para a cooperação internacional e produzir conhecimento" (p. 3). Dentre as ações que ela indica estão: Encontro Nacional das Cátedras UNESCO, considerada uma importante ação de educação; a implementação de dois projetos do Fundo Brasil–ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (*Multi-Partner Trust Fund* – MPTF); os 40 anos do Criança Esperança; a participação do Brasil no MondiaCult, em Barcelona; e a Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima – ações coordenadas e outras específicas do Brasil. Ainda há de se destacar a realização da COP30 no Brasil, com participação da UNSCO-Brasil.

1. Educação – "Conectando Saberes, Fortalecendo Impactos: Encontro Nacional das Cátedras UNESCO no Brasil"

O encontro contou com a participação de 29, das 36 Cátedras UNESCO em funcionamento no país. Como resultado do encontro está a identificação de "prioridades conjuntas para os próximos anos, visando fortalecer a rede diversa e relevante de cátedras no país" (p. 8).

As cátedras são percebidas pela UNESCO como:

> um dos instrumentos mais valiosos da Organização para mobilizar conhecimento, ciência e inovação em torno dos grandes desafios globais. No Brasil, elas constituem uma comunidade científica e intelectual diversa, que contribui de maneira decisiva para o avanço dos cinco temas de mandato da UNESCO: educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura e comunicação e informação. Além disso, as cátedras trabalham com foco na Agenda 2030 e no fortalecimento de políticas públicas em diversas áreas (p.8).

A Cátedra Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura da Fiocruz esteve representada no evento por sua *Chair* Magali Romero Sá, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz.

Imagem 1 Chair da Cátedra Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura da Fiocruz, Magali Romero Sá, 5ª da esquerda para a direita na foto



Fonte: UNESCO/ Gabriel Albernás

Ainda no campo da educação é ressaltada a parceria da Unesco com o Ministério da Educação, com objetivo de construção de parcerias transformadoras. Dentre as quais destaca-se o projeto da Cátedra Unesco de Profissionalização Docente da Fundação Carlos Chagas sobre recomposição de aprendizagem após a pandemia da Covid-19; além de estudos sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA). No que tange à educação básica, o organismo integra o Grupo de Trabalho de Educação Digital e Midiática para as Adolescências e no âmbito de suas atividades, participou da estruturação do 1º Curso de educação midiática para adolescentes, incluindo a cocriação de conteúdos com adolescentes de todos os estados brasileiros e do DF.

Outras ações podem ser apontadas:

- Seminário Preparatório da 1ª Bienal Afro-Brasileira do Livro;
- o apoio técnico da UNESCO para construir o Marco Referencial de Equidade na Educação e um evento para debater esse marco;
- o Seminário Internacional pelo Enfrentamento do Bullying nas Escolas;
- e a participação da UNESCO em eventos e iniciativas da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola

De forma mais pontual, o organismo atuou no fortalecimento das redes estaduais de educação:

a. Paraná – apoiou a elaboração do Plano Estadual de Educação 2026–2036, com oficinas de formação, sistematização de dados e definição de metas estratégicas. Também foram produzidos insumos para a revisão do Referencial Curricular do Ensino Médio e apoio técnico à Prova Paraná.
b. Rio Grande do Sul – elaboração da Agenda da Educação 2025–2035 da Secretaria de Educação do estado, um plano estratégico construído de forma colaborativa, com o objetivo de transformar a educação pública gaúcha ao longo da próxima década. Outro destaque foi o apoio da UNESCO ao Programa Escolas Resilientes, uma iniciativa criada em resposta às enchentes de 2024.

Dentre suas ações, há de se ressaltar que em 2025 a Unesco-Brasil se voltou para a Educação em Saúde, sempre em articulação com secretarias estaduais e municipais de saúde, sobretudo voltadas ao HIV/AIDS. Como exemplo, o relatório cita o caso do Rio Grande do Sul, através do Programa Geração Consciente, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, é uma iniciativa voltada à prevenção das IST/HIV/Aids entre adolescentes e jovens.

Uma parceria internacional, com o governo do Canadá, resultou no início do projeto de Proteção Integral e Promoção dos Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens Indígenas na Amazônia Legal Brasileira, cuja primeira etapa ocorreu em São Gabriel da Cachoeira (AM) e tem como objetivo promover “para fortalecer os direitos dos povos indígenas, com foco em saúde, educação multilíngue, governança territorial, proteção social e valorização dos saberes tradicionais” (p. 16).

2. Ciências Naturais

O principal destaque desta área é o Fundo Brasil–ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e, em 2025, a UNESCO participou da implementação de dois projetos estratégicos:

- MPTF Interagencial – Amazônia Legal (UNICEF, UNFPA, ACNUR, OPAS/OMS, OIT e OIM), promove ações integradas voltadas ao fortalecimento de políticas públicas e ao incentivo de alternativas econômicas sustentáveis, com foco na proteção de crianças, adolescentes, mulheres e povos indígenas. As atividades têm priorizado comunidades vulneráveis nos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, promovendo o acesso à saúde, à educação multilíngue e à capacitação produtiva sustentável (p. 18).
- Programa Socioambiental em Áreas de Proteção Ambiental (Unesco-Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre) que promove o fortalecimento da governança ambiental, a restauração florestal, a segurança hídrica e a bioeconomia local no estado do Acre. As ações concentram-se em duas unidades de conservação de uso sustentável — a Área de Proteção Ambiental (APA) Lago Amapá e a APA Igarapé São Francisco —, beneficiando diretamente comunidades extrativistas, agricultores familiares e povos indígenas (p. 18).

Outra ação importante nesta área volta-se aos Sítios da UNESCO no Brasil: conservação, ciência e gestão territorial.

Nesta ação encontram-se os sítios designados pela UNESCO no Brasil, como as Reservas da Biosfera, os Geoparques Globais e os Patrimônios Mundiais Naturais. Eles compõem uma rede estratégica de territórios dedicados à conservação da natureza, à promoção da pesquisa científica e ao desenvolvimento socioeconômico, na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Como Reserva da Biosfera são reconhecidos pela Unesco: Mata Atlântica, Cerrado, Cinturão Verde de São Paulo, Pantanal, Amazônia Central, Caatinga e Serra do Espinhaço. Juntos, representam 13% do território nacional.

Como Geoparques, a Unesco reconhece: Araripe (CE), Seridó (RN), Caminhos dos Cânions do Sul (RS e SC), Uberaba (MG), Caçapava do Sul (RS) e Quarta Colônia (RS). Nesta ação, a UNESCO concentrou esforços para ampliar sua visibilidade e articulação internacional como estratégia para consolidar o país como referência regional em geoconservação, turismo sustentável e educação científica. De forma mais concreta, lançou o curso nacional de capacitação em gestão e desenvolvimento sustentável de Geoparques.

Na ação Patrimônios Mundiais Naturais houve a inscrição, em 2025, do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG) como Patrimônio Mundial Natural da UNESCO, tornando-se o 23º sítio brasileiro e o 8º de valor natural universal. Localizado entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, o parque abriga 140 cavernas registradas e um dos mais importantes conjuntos de arte rupestre pré-histórica das Américas, com até 12 mil anos. Como ação, cita-se a capacitação de brigadistas voluntários, o fornecimento de equipamentos de prevenção e combate a incêndios e a criação de espaços de diálogo entre brigadas comunitárias e o Corpo de Bombeiros Militar.

Estas três linhas de atuação muitas vezes têm financiamento internacional para sua realização, apoiando projetos específicos.

- Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável

Parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o IBICT e o Ministério das Relações Exteriores.

Ações que reforçam o papel da ciência como vetor de transformação social e ambiental, sobretudo sobre ciência aberta – como o Fórum Aberto de Ciências da América Latina e Caribe (Cilac); a disponibilização, em português, de publicações sobre segurança dos cientistas.

A realização do Prêmio Mulheres da Ciência (UNESCO, ABC, L'Oreal) é outra ação importante.

- Com a Cátedra Oceanos (USP), a UNESCO participou do *Rio Innovation Week* e a *Rio Ocean Week.*
- COP30 – a apresentação do Projeto Amazônia UNESCO–LVMH, desenvolvido em parceria com o

Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com a Secretaria do Meio Amabiente do Estado do Amazonas (SEMA-AM); e a realização de uma sessão temática sobre os vínculos entre as convenções ambientais das Nações Unidas, em colaboração com a Abema, com a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera e com a Rede Brasileira de Geoparques Globais.

Recursos Hídricos – Dia Mundial da Água (22 de março) e a realização do seminário internacional "Águas para o futuro", em parceria com o Instituto Espinhaço – este evento foi considerado como preparatório para a COP30.

3. Ciências Humanas e Sociais

O carro-chefe desta área é o projeto "Criança Esperança", com apoio da Rede Globo e que completou 40 anos em 2025.

Mas a área ainda desenvolve diversos projetos e parcerias para inclusão e proteção social. Ressalte-se a criação de novas cátedras sobre História Geral da África (HGA): a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). A rede internacional recém-constituída permitirá trocas acadêmicas sobre a história e a cultura africana.

Em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), a UNESCO também apoiou a condução técnica de mapeamento estratégico de canais de denúncias relacionadas a práticas racistas.

O relatório ainda fala sobre temas de cultura e outros temas que ficarão para a próxima edição.

Referência

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). *Relatório Anual da UNESCO no Brasil 2025***.** Publicado em 2026 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, e pela Representação da UNESCO no Brasil**.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000397184?posInSet=1&queryId=b6a2e200-dc55-4e5f-b87e-9366b23a318e

Os Déficits na Saúde, na Educação e no Desenvolvimento de Habilidades no Trabalho nos Países de Baixa e Média Renda

Déficits en salud, educación y desarrollo de habilidades laborales en países de ingresos bajos y medios

Deficits in Health, Education, and Job Skills Development in Low-and Middle-Income Countries

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: Em recente publicação, o Banco Mundial aborda sobre a formação do capital humano, indicando que os bairros, as casas e os locais de trabalho são fundamentais para o crescimento econômico e a redução da pobreza, além de contribuir para uma força de trabalho mais fortalecida para os empregos que virão. O Banco revelou na publicação que os países de baixa e média renda vem enfrentando desafios na saúde, na educação e na melhoria das habilidades da força de trabalho. A instituição financeira identificou que mais da metade dos ganhos futuros da população destes países irão arcar com os custos destes setores. Em sua publicação, o Banco Mundial sugeriu que se aumentem os investimentos em capital humano, focando especialmente nos bairros, nas casas e nos locais de trabalho para reverter este cenário.

Palavras-chave: Banco Mundial. Economia. Saúde. Pobreza. Trabalho

Resumen: *En una publicación reciente, el Banco Mundial aborda la formación de capital humano, indicando que los vecindarios, los hogares y los lugares de trabajo son fundamentales para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza, además de contribuir a una fuerza laboral más sólida para los empleos del futuro. El Banco reveló en la publicación que los países de ingresos bajos y medios enfrentan desafíos en materia de salud, educación y desarrollo de habilidades laborales. La institución financiera identificó que más de la mitad de los ingresos futuros de la población de estos países se destinarán a estos sectores. En su publicación, el Banco Mundial sugirió aumentar las inversiones en capital humano, con especial atención a los vecindarios, los hogares y los lugares de trabajo, para revertir esta situación.*

Palabras clave: *Banco Mundial. Economía. Salud. Pobreza. Trabajo*

Abstract: *In a recent publication, the World Bank addresses the formation of human capital, indicating that neighborhoods, homes, and workplaces are fundamental to economic growth and poverty reduction, as well as contributing to a stronger workforce for future jobs. The Bank revealed in the publication that low- and middle-income countries are facing challenges in health, education, and workforce skills development. The financial institution identified that more than half of the future earnings of the population in these countries will be spent on these sectors. In its publication, the World Bank suggested increasing investments in human capital, focusing especially on neighborhoods, homes, and workplaces, to reverse this scenario.*

Keywords: *World Bank. Economy. Health. Poverty. Work.*

Países de Baixa e Média Renda Regredindo

Os países de baixa e média renda vem sofrendo revezes na saúde, na educação e no desenvolvimento da força de trabalho. Apesar da melhora da renda e o recuo dos altos níveis de pobreza nos últimos quinze anos, o Banco Mundial (BM) em seu recém – lançado relatório afirma que 51% dos futuros ganhos trabalhistas destes países vão custear os déficits destes setores.

Intitulado "*Building Human Capital Where It Matters: Homes, Neighborhoods and Workplaces",* o relatório aponta que dos 129 países de baixa e média renda que foram estudados, 86 apresentaram entre os anos 2010 e 2025 declínios no desenvolvimento nutricional, aprendizagem ou força de trabalho. Lançado juntamente com o relatório, o *Human Capital Index Plus* (HCI+) foi expandido, onde viabiliza dados em níveis nacional e regional, rastreando o "acúmulo de capital humano desde o nascimento até os 65 anos e uma métrica de como as lacunas se traduzem em ganhos trabalhistas futuros perdidos". Ao medir o progresso da saúde, da educação e da força de trabalho, o HCI+ mostra aos países quais setores necessitam de mais investimentos, com o intuito de impulsionar o crescimento econômico.

De acordo com o vice-presidente de pessoas do BM, Mamta Murthi, os países de baixa e média renda tendo prosperidade conseguirão "construir e proteger o capital humano" e afirmou que muitos países não estão medindo esforços para combater a desnutrição, a falta de aprendizado e os problemas de força de trabalho (presente e futura). Apesar dos esforços, o vice-presidente pontua que os resultados têm se mostrado ruins, levantando preocupações a respeito da produtividade e dos empregos que serão gerados e se estes conseguirão ser sustentados pelas economias destes países. Para o BM, a solução para reverter a situação será a construção de uma nova abordagem que direcionem maiores investimentos para os bairros, as casas e os locais de trabalho, pois estes ajudam a moldar o capital humano.

Prioridade de Investimentos para Bairros, Casas e Locais de Trabalho

Para o BM, os bairros, as casas e os locais de trabalho devem ter prioridade nos investimentos. A respeito dos bairros, o BM identificou que as crianças que crescem em bairros com infraestrutura escassa e muito acesso à poluição e ao crime são as mais afetadas na saúde, no aprendizado e no desenvolvimento de habilidades. O BM ainda afirma que as crianças que crescem em bairros mais ricos conseguem empregos melhores, ganhando o dobro do que as crianças que crescerem em bairros mais pobres, ainda que "os pais compartilhem os mesmos níveis de renda e educação".

Ao tratar das casas, o BM diagnosticou a necessidade de se melhorar significativamente os cuidados familiares. Em países de baixa e média renda, é mais comum as crianças apresentarem falta de habilidades antes dos cinco anos de idade devido às questões familiares. O relatório alerta que esta situação se reflete no aprendizado escolar, tornando-se constante durante toda a adolescência. Outro ponto diagnosticado pela instituição financeira foi a elevada taxa de disciplina violenta na casa das famílias mais pobres, que afeta o ambiente, trazendo danos para o desenvolvimento das crianças.

Sobre os locais de trabalho, o BM identificou problemas no setor para os autônomos, jovens e mulheres. Nos países de baixa e média renda, os trabalhadores autônomos recebem apenas "a metade do valor por cada adicional de experiência" em relação aos trabalhadores assalariados. O BM constatou que 70% dos trabalhadores que vivem nestes países estão na "agricultura de pequena escala, no trabalho autônomo de baixa qualidade ou nas

microempresas". Frequentemente, estes empregos treinam os trabalhadores de forma limitada e o aprendizado é todo no trabalho. Para o Banco, jovens e mulheres não estão participando amplamente da força de trabalho, o que reduz ainda mais o ganho de habilidades (20% dos jovens nem trabalham e ne estudam e 50% das mulheres estão fora do mercado de trabalho).

O BM fez algumas recomendações a fim de que os países acelerem com iniciativas que transformem o cenário negativo em uma nova realidade:

Promoção de políticas que integrem serviços públicos em residências, bairros e locais de trabalho e uma agenda de dados ambiciosa para acompanhar o progresso.
Visando bairros em dificuldades, com foco no aumento da nutrição, aprendizado e desenvolvimento de habilidades no trabalho por meio da colaboração entre todos os departamentos governamentais, não apenas aqueles focados e educação e saúde.
Programas para pais e pré-escolares que promovam o aprendizado precoce e melhoram os ambientes de cuidados infantis.
Reformar os mercados de trabalho para expandir o aprendizado, cuidados infantis e aprendizado no trabalho.

Fonte: Banco Mundial, 2026.

Considerações Finais

A base do crescimento econômico, da redução da pobreza e de uma força de trabalho hábil vem do capital humano. Os países de baixa e média renda mereciam um relatório que trouxesse dados relevantes a respeito da diminuição da construção do capital humano e o que fazer para solucionar os problemas nos três setores que apresentaram os maiores déficits (saúde, educação e habilidades no trabalho).

O documento do BM mostra a estes países sobre a importância da construção do capital humano, evidenciando a relevância que os bairros, as casas e os locais de trabalho possuem. Quando os países compreenderem que as habilidades se desenvolverão nestes ambientes, os recursos serão aplicados de uma forma mais acertada, o que ajudará no fortalecimento dos resultados nas suas economias, ajudando o crescimento econômico das pessoas. É importante ressaltar que com um cenário internacional cada vez mais imprevisível, cabe a estes países se fortalecerem ainda mais com políticas e diretrizes bem estabelecidas para não sofrerem maiores danos.

Referência

Banco Mundial [homepage na internet] Building Human Capital Where It Matters: Homes, Neighborhoods, and Workplaces [acesso em 2 mar 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital-report

Perspectivas de atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) para 2026

Perspectivas de actuación del Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF) para 2026

Perspectives for the Action of the Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF) for 2026

Laura Tavares Soares

Resumo. Este Informe inaugura uma série de textos sobre as perspectivas para 2026 de cada um dos Bancos de Desenvolvimento Regionais Internacionais (BRDs). Neste primeiro texto da série são descritas e analisadas as principais tendências para 2026 da atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (conhecido como CAF[1]), parceiro relevante no financiamento de projetos de desenvolvimento econômico e social dos países da região. Aqui são apresentados os principais propósitos, metas e projetos para o período a partir de 2026. Como o principal evento regional patrocinado e organizado pelo CAF no início deste ano, o Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026 também foi incluído neste Informe.

Palavras-chave: Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF). Projetos de Desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Projetos do CAF no Brasil. Projetos do CAF em Saúde

Resumen. *Este informe inaugura una serie de textos sobre las perspectivas para 2026 de cada uno de los Bancos Internacionales de Desarrollo Regional (BIRD). Este primer texto de la serie describe y analiza las principales tendencias para 2026 en las actividades del Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF), un socio relevante en el financiamiento de proyectos de desarrollo económico y social en los países de la región. Se presentan aquí los principales propósitos, metas y proyectos para el período a partir de 2026. El Foro Económico Internacional de América Latina y el Caribe 2026, el principal evento regional patrocinado y organizado por CAF a principios de este año, también se incluyó en este informe.*

Palabras-clave: *Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF). Proyectos de Desarrollo en América Latina y el Caribe. Proyectos de CAF en Brasil. Proyectos de CAF en Salud*

Summary. *This report inaugurates a series of texts on the 2026 outlook for each of the International Regional Development Banks (IRDBs). This first text in the series describes and analyzes the main trends for 2026 in the activities of the Development Bank of Latin America and the Caribbean (known as CAF), a relevant partner in financing economic and social development projects in the countries of the region. The main purposes, goals, and projects for the period from 2026 onwards are presented here. As the main regional event sponsored and organized by CAF*

[1] A sigla CAF tem origem na Corporação Andina de Fomento fundada em 1968 e destinada a apoiar o desenvolvimento dos países da região andina e promover a integração regional. Atualmente é a sigla oficial do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Esse Banco foi apresentado em Informe de 2025.

earlier this year, the Latin America and Caribbean International Economic Forum 2026 was also included in this report.

Keywords: *Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF) – Development Projects in Latin America and the Caribbean – CAF Projects in Brazil – CAF Projects in Health*

Introdução

O propósito do CAF é se tornar o principal parceiro no financiamento de projetos para a reativação econômica, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, melhorando a qualidade de vida de todos os latino-americanos e caribenhos. Isso inclui investimentos em setores estratégicos, com ênfase na sustentabilidade ambiental, na redução de desigualdades e no fortalecimento de capacidades locais.

Em 2026, o CAF busca dobrar sua carteira até 2030, expandindo operações no setor privado e em parceiros subnacionais, com foco em mobilizar recursos de terceiros e promover uma abordagem territorial.

O CAF é uma das principais instituições multilaterais de financiamento para a região, com foco em projetos de desenvolvimento sustentável, infraestrutura, inclusão social, transição energética, saúde, educação e resiliência climática.

Seu apoio financeiro inclui empréstimos, linhas de crédito, cooperação técnica não reembolsável e emissões de bônus temáticos, com um portfólio dinâmico que prioriza agendas verdes e inclusivas até 2026 e além (a meta é de duplicar a carteira até 2030 e que 40% das aprovações sejam "verdes").

Em 2026 (até fevereiro), o CAF tem intensificado aprovações e anúncios, especialmente no Foro Económico Internacional América Latina e Caribe 2026 (ver mais adiante), onde se destacaram parcerias e financiamentos bilaterais e multissetoriais.

As principais modalidades de Apoio Financeiro do CAF são:

– *Empréstimos soberanos e setoriais*, para o financiamento direto a governos para projetos de grande escala (infraestrutura, energia, saúde, educação).

– *Linhas de crédito a instituições financeiras*, para a inclusão financeira, apoio a setores produtivos, com ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas (“MiPymes”).

– *Bônus e instrumentos de mercado de capitais*, como o Programa de Bônus para a Infância e a Juventude (até US$ 1 bilhão, em fevereiro de 2026).

– *Cooperação técnica*, não reembolsável, para estudos, planejamento e fortalecimento institucional.

– *Parcerias com organismos internacionais* (UNICEF, PATH, Fundação Rockefeller, OPAS/OMS), para **saúde**, nutrição e transformação digital.

Exemplos Recentes de Apoio Financeiro do CAF no período 2025-fev 2026 são:

– *Bolívia*

Anunciado em fevereiro de 2026 um piso de US$ 3.100 milhões até 2030 (Estratégia País 2025-2030); tendo sido aprovados, até fevereiro de 2026, US$ 918 milhões (incluindo US$ 500

milhões em dezembro 2025 + adicionais), para infraestrutura, transição energética, inclusão financeira, educação, turismo e desenvolvimento.

Inclui linhas de crédito para bancos locais (ex.: BancoSol, BDP, Banco FIE) e cooperação técnica para inclusão financeira e gênero.

– *Uruguay*

Aprovação histórica de US$ 980 milhões (dezembro 2025, em execução em 2026) para transporte público, resiliência climática, melhoramento de bairros vulneráveis (Programa "Más Barrio") e fortalecimento de governos subnacionais.

– *México*

Foram aprovados US$ 300 milhões (dezembro 2025) para infraestrutura elétrica (transmissão e distribuição), parte do Plano de Expansão 2025-2030 da CFE.

– *Outros países*

Linhas de crédito e aprovações na Costa Rica (ex.: US$ 500 milhões em negociação para 2026); no Panamá ("Estratégia País"), com foco em desenvolvimento; e projetos regionais em energia, água/saneamento e biodiversidade (como Amazônia e Galápagos).

– *Programa Banco Futuro LAC* (ver mais adiante) com a UNICEF

Lançado em 2025, com uma meta de US$ 5 bilhões até 2030 para beneficiar 50 milhões de crianças e jovens.

Em janeiro de 2026, foi lançado o Programa de Bônus para a Infância e a Juventude (de até US$ 1 bilhão), financiando projetos essenciais em **saúde (incluindo infraestrutura** e atenção primária); educação e primeira infância.

Embora o portfólio de projetos seja amplo, o CAF integra **saúde** em iniciativas como:

– Parceria com *PATH* ("Program for Appropriate Technology in Health"[2]) para transformação digital em saúde. (ver detalhamento mais adiante)

– Projetos de nutrição e saúde materno-infantil via *Banco Futuro LAC com a UNICEF* (ver detalhamento mais adiante)

– Apoio indireto via infraestrutura social (ex.: redes hospitalares em alguns pacotes) e preparação para emergências climáticas/sanitárias.

As perspectivas de atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) para 2026 estão alinhadas à sua Estratégia Corporativa até 2026, que visa consolidar a instituição como o Banco Verde da América Latina e do Caribe, promovendo o desenvolvimento sustentável, inclusivo e integrado na região. Essa estratégia, renovada com um fortalecimento patrimonial de US$ 7 bilhões, foca em enfrentar desafios socioeconômicos e ambientais, posicionando a região como uma *região de soluções* para questões globais como mudanças climáticas e desigualdades.

[2] PATH ("Program for Appropriate Technology in Health") é o nome de uma organização internacional sem fins lucrativos (nonprofit) focada em saúde global, com sede em Seattle, nos Estados Unidos. Ela atua em mais de 70 países, incluindo parcerias na América Latina, como a recente aliança com o CAF.

O plano é estruturado em três tipos de agendas: *missionárias*, *transversais* e *habilitadoras*, com metas específicas a serem alcançadas até o final de 2026.

Agendas Missionárias

Essas agendas fornecem um roteiro de longo prazo por meio de iniciativas específicas como:

– *Transição energética e tecnologias limpas*, com promoção de investimentos em fontes renováveis (solar, eólica, gás natural, hidrelétrica e geotérmica) para reduzir emissões de gases de efeito estufa e dependência de combustíveis fósseis.

– *Conservação da biodiversidade*, com financiamento de projetos para uso sustentável, combatendo ameaças como desmatamento, mineração e agricultura intensiva, visando segurança alimentar, **saúde** e bem-estar comunitário.

– *Desenvolvimento territorial sustentável*, com fortalecimento de capacidades em segurança hídrica, sistemas urbanos, economias criativas e turismo, aumentando a resiliência e a qualidade de vida nas cidades.

– *Redução de desigualdades* (considerando que os 10% mais ricos concentram 57% da riqueza na região), com foco na pobreza, no emprego e nas lacunas de gênero, melhorando a proteção social e as chamadas *habilidades do século XXI*

– *Infraestrutura e conectividade*, com projetos nas áreas de infraestrutura física (estradas, portos, telecomunicações) e digital, promovendo competitividade e corredores logísticos regionais.

- *Empreendedorismo sustentável*, com apoio a ecossistemas empresariais; participação do setor privado via fundos de infraestrutura; e financiamento para PMEs e negócios verdes, elevando a competitividade comercial.

Agendas Transversais

Agendas que permeiam todas as ações da organização, atuando como elo entre as *missionárias* e as *habilitadoras*, num total de 6:

1. Operação Mais Verde. Identificação precoce de benefícios ambientais em projetos.
2. Fortalecimento de governos locais. Capacitação em governança, planejamento e gestão financeira para entidades regionais.
3. Integração regional. Desenvolvimento de infraestrutura física e digital, facilitação comercial, serviços transfronteiriços, turismo e indústrias criativas.
4. Conhecimento empresarial. Incorporação de expertise interna e externa para maior impacto.
5. Inclusão, diversidade e gênero. Treinamentos, atualizações regulatórias e instrumentos para igualdade étnico-racial, de gênero e para pessoas com deficiência.
6. Parcerias e mobilização de recursos. Alianças estratégicas, taxonomia para captação de fundos e coordenação financeira para atrair novas fontes.

Recentemente, em janeiro de 2026, O CAF firmou uma parceria com a Fundação *Rockefeller* para promover oportunidades na região por meio de intercâmbio de conhecimentos e projetos conjuntos.

Agendas Habilitadoras

Agendas que fortalecem a execução interna, num total de 6:

1. Sustentabilidade financeira. Manter ou melhorar classificações de risco 'AA', diversificando portfólio e incorporando novos acionistas.
2. Talento e saúde organizacional. Reforço de cultura, liderança e incentivos para colaboradores.
3. Transformação digital. Otimização de processos, governança de dados e soluções digitais para eficiência.
4. Consolidação geográfica. Expansão para novos países acionistas, especialmente na América Central e Caribe.
5. Transparência e governança corporativa. Canais de informação, conformidade internacional e planos de “accountability”.
6. Instrumentos financeiros inovadores. Produtos sustentáveis alinhados a objetivos ambientais globais.

Metas Específicas do CAF para 2026

– Que pelo menos 40% das aprovações de financiamentos sejam verdes ou contribuam para a agenda verde da região.

– Aumento de capital alocado para portfólios com parceiros regionais e locais.

– Fortalecimento de operações no setor não soberano, com ênfase no privado.

– Expansão geográfica, especialmente em áreas sub atendidas.

– Promoção de operações que catalisem recursos de terceiros.

– Suporte à infraestrutura para integração física e funcional dos países.

Alinhada à sua estratégia corporativa, as prioridades do CAF para o *Brasil* são:

- aumento da produtividade no Norte e Nordeste;
- transformação digital em cidades;
- desenvolvimento sustentável da Amazônia; transição energética justa; integração regional; e redução de desigualdades, com projeção de dobrar a carteira no país até 2030.

Eventos como o *Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026*, realizado em janeiro no Panamá, reforçaram esses temas, discutindo digitalização, infraestrutura e empreendedorismo para competitividade regional. O CAF continua expandindo sua presença, preenchendo lacunas deixadas por outros bancos multilaterais e financiando projetos municipais para integração.

Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026

O Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026, organizado pelo **CAF** (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) em parceria com o Governo do Panamá, foi um dos principais eventos regionais do início do ano. (https://www.caf.com/es/blog/un-gran-paso-para-america-latina-y-el-caribe/)

Realizado na Cidade do Panamá de 27 a 30 de janeiro de 2026, o evento consolidou o Panamá como um "hub" de negócios e discussões estratégicas para a região.

Principais Destaques e Resultados do Fórum

– Participação recorde.

Mais de 6.500 líderes de 70 países, incluindo mais 150 líderes e especialistas globais, mais 50 sessões, painéis e palestras magistrais, e mais de 30 delegações oficiais.

– Presenças de alto nível.

Participaram sete chefes de Estado (incluindo o presidente do Panamá, José Raúl Mulino; o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu o evento; presidentes da Colômbia, Bolívia, Equador, Guatemala e Jamaica), além do presidente eleito do Chile (José Antonio Kast na época), ministros, executivos do setor privado e representantes de instituições multilaterais.

– O *Brasil* foi o país convidado de honra, reforçando o protagonismo brasileiro, com presença do presidente Lula e comitiva ministerial. Houve sinergia com a visita de Estado ao Panamá, destacando a integração regional, a soberania sobre minerais críticos e o desenvolvimento sustentável.

Anúncios e acordos durante o Fórum

O CAF anunciou no Fórum apoio financeiro de US$ 3,1 bilhões para projetos na região (aprovados até fevereiro de 2026).

O Banco firmou parceria estratégica com a Fundação *Rockefeller* para promover oportunidades via intercâmbio de conhecimentos.

Houve também fortalecimento de alianças com a OEA em *"segurança e democracia".*

Foi realizada uma Rodada de Negócios, integrada ao evento (dias 29 e 30), denominada "América Latina e Caribe: Conexão ao Mercado Global", a qual facilitou mais de 4.000 rodadas de negócios, mais 400 reuniões bilaterais e acordos comerciais, aproximando exportadores regionais de compradores internacionais (Américas, Europa e Ásia).

O Fórum foi focado em posicionar a América Latina e o Caribe no cenário global em meio a transformações geopolíticas, comerciais e tecnológicas.

Os principais eixos do Debate foram:

– Perspectivas econômicas para 2026. Estabilidade macroeconômica, dívida, espaço fiscal, produtividade e crescimento sustentável.

– Transição energética e mineração sustentável. Energias limpas, minerais críticos e economia azul.

– Transformação digital e IA. Aumento de produtividade, conectividade e inclusão.

– Comércio e investimento. Revisão das regras globais de comércio; diversificação produtiva; infraestrutura (aeroportuária, logística); e turismo.

– Inclusão e competitividade. Redução de desigualdades, ação climática, multilateralismo e papel do setor privado.

– Integração regional. Fortalecimento de laços comerciais, parcerias e voz unificada da região em um mundo turbulento (o Fórum foi descrito como uma *versão latina de Davos*).

Atividades Complementares do Fórum

– CAF Festival e eventos paralelos que incluíram lançamentos de relatórios (como o Relatório sobre crescimento e transformação produtiva, em parceria com OCDE, CEPAL e Comissão Europeia).

– Cobertura midiática. Transmissões ao vivo no YouTube do CAF (com salas como LAC Futuro, "Green Room" e plenárias); presença de veículos como SBT News, EL PAÍS e Valor Econômico.

O Fórum reforçou a agenda do CAF como Banco Verde e catalisador de desenvolvimento sustentável, alinhando-se à Estratégia Corporativa até 2026. Foi visto como um sucesso em termos de "networking", acordos concretos e posicionamento da região como *solução* para desafios globais.

Agenda de atuação do CAF em Saúde para 2026

O CAF não tem uma agenda exclusiva de **saúde** de forma isolada, mas incorpora o tema em suas agendas transversais e habilitadoras, com foco em impacto sistêmico, resiliência climática e inclusão.

Isso reflete a visão de posicionar a região como provedora de soluções globais, incluindo saúde pública sustentável.

A agenda de atuação em **saúde** do CAF para 2026 está integrada à sua Estratégia Corporativa que posiciona a instituição como o *Banco Verde* e promotor de crescimento sustentável e inclusivo na região.

Embora a **saúde** não seja uma agenda missionária com uma dedicação exclusiva (como transição energética ou redução de desigualdades), ela é abordada de forma *transversal e integrada a várias prioridades,* com ênfase em sistemas resilientes, inclusivos e conectados a outros pilares como *nutrição, primeira infância, água/saneamento, desenvolvimento territorial e transformação digital.*

*Posicionamento geral da **Saúde** na Estratégia Corporativa 2026 do CAF*

– O CAF contribui para a redução de desigualdades (uma das agendas missionárias principais), *melhorando o acesso a serviços de saúde, proteção social e qualidade de vida, especialmente em populações vulneráveis*.

– *Integração da Saúde* com desenvolvimento territorial sustentável e infraestrutura, onde investimentos em saúde aparecem como parte de cidades mais resilientes, com segurança hídrica (que impacta diretamente a saúde pública) e conectividade digital (telemedicina e digitalização de serviços de saúde).

– *Meta transversal*. A operação *mais verde*, identifica benefícios ambientais em projetos que indiretamente beneficiam a **saúde** (ex.: redução de poluição, conservação da biodiversidade e combate a doenças relacionadas ao meio ambiente, como malária na Amazônia).

– *Parcerias e mobilização de recursos.* Alianças para fortalecer *sistemas de saúde*, com foco em equidade, transformação digital e saúde materno-infantil.

Principais Linhas de Atuação em Saúde do CAF para 2026

O CAF impulsiona sistemas de saúde resilientes e inclusivos na América Latina e no Caribe, com ações concretas em:

- *Saúde materno-infantil e primeira infância.*

Ênfase em nutrição, prevenção e atenção precoce, alinhado à agenda de segurança alimentar e programas de alimentação escolar (reforçado por parcerias como a com a Fundação Rockefeller, firmada em janeiro de 2026, que inclui segurança alimentar e impactos climáticos na saúde pública).

- *Combate a doenças endêmicas e tropicais*.

Projetos para erradicar ou controlar a malária na Amazônia, construção de hospitais em zonas rurais (ex.: Suárez, Cauca, na Colômbia) e iniciativas em áreas remotas.

- *Transformação digital e telemedicina.*

Apoio à digitalização de serviços de saúde, implementação de telemedicina (ex.: em El Salvador) e melhoria da cobertura universal com integração e eficiência via tecnologias da informação. Isso se conecta à agenda de transformação digital e cidades inteligentes.

- *Acesso em regiões vulneráveis.*

Investimentos em *infraestrutura de saúde* na Amazônia, Norte e Nordeste do Brasil (via Estratégia CAF-Brasil 2024-2026), áreas remotas e comunidades afetadas por desigualdades, incluindo expansão de atenção primária e formação de profissionais.

- *Integração com água, saneamento e ambiente.*

Projetos que reduzem doenças associadas à água contaminada, contribuindo para saúde pública e ODS relacionados (ex.: ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ODS 6 – Água Potável e Saneamento).

- *Parcerias estratégicas*.

Aliança com PATH (firmada em 2025, com continuidade em 2026) para equidade em saúde e transformação digital; colaboração com OPAS/OMS, CEPAL; parceria com o UNICEF (Saúde materno infantil): e outras parcerias para promover equidade e desenvolvimento sustentável.

A iniciativa mais recente e relevante do CAF em parceria com a *PATH* (a já mencionada organização internacional sem fins lucrativos focada em inovação em saúde – www.path.org) é a *Aliança Estratégica* firmada em 23 de setembro de 2025, durante a *80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York*.

No contexto da **saúde**, a PATH é exatamente a organização parceira do CAF na aliança estratégica de 2025 para transformação digital e *fortalecimento de sistemas de saúde na América Latina e Caribe*.

Essa parceria visa fortalecer os sistemas de saúde nos países acionistas do CAF, com o propósito de promover equidade em **saúde** e acelerar a transformação digital no setor, com ênfase em soluções adaptadas ao contexto latino-americano e caribenho.

A aliança com a PATH estabelece um marco de cooperação em seis áreas chave:

1. Fortalecimento da capacidade e resiliência dos sistemas de saúde.

2. Avanço em saúde digital e inovação tecnológica (incluindo inteligência artificial e outras ferramentas digitais para melhorar o acesso, a eficiência e a qualidade dos serviços).

3. Eliminação de doenças transmissíveis e não transmissíveis.

4. Melhoria da saúde e nutrição materno-infantil.

5. Fortalecimento da preparação e resposta a ameaças emergentes de saúde (como pandemias ou crises sanitárias).

6. Promoção de inovação centrada nas pessoas.

O foco em ***saúde digital*** é destacado como um pilar central, visando impulsionar inovações como plataformas digitais, telemedicina, uso de IA para diagnósticos e gestão de dados, e soluções que ampliem o acesso em áreas remotas ou vulneráveis da região.

Declarações de Lideranças sobre a aliança CAF-PATH.

– Christian Asinelli, Vice-presidente Corporativo de Programação Estratégica do CAF: "*Esta aliança com PATH marca um momento chave na aceleração da transformação dos sistemas de saúde na nossa região. Ao combinar nosso profundo conhecimento do contexto latino-americano com a reconhecida experiência de PATH em inovação em saúde, podemos criar soluções mais efetivas e adaptadas localmente, particularmente em saúde digital e cuidado materno-infantil.*"

– Representantes da PATH enfatizaram o orgulho em impulsionar inovações em saúde digital, inteligência artificial, entre outras, na América Latina e no Caribe.

Essa iniciativa alinha-se com prioridades regionais mais amplas do CAF, como a promoção de transformação digital em setores produtivos e públicos (incluindo **saúde**), e complementa outras parcerias do banco em digitalização (ex.: com NTT DATA, OEI, Indra e Telefónica).

No entanto, a parceria com PATH é especificamente voltada para o setor de **saúde**, com forte componente digital para avançar rumo à cobertura universal e equidade. https://www.path.org/our-impact/media-center/caf-and-path-sign-strategic-alliance-to-strengthen-health-systems-in-latin-america

O CAF tem priorizado **projetos de saúde** em sua estratégia até 2026, com foco em fortalecimento de sistemas de saúde, equidade, saúde digital, nutrição infantil, saúde mental, preparação para emergências e integração com agendas climáticas e de desenvolvimento sustentável.

Embora aprovações específicas para 2026 ainda estejam em andamento, há iniciativas lançadas ou em execução que se estendem ou impactam diretamente este ano, incluindo parcerias e programas recentes.

Principais projetos e iniciativas de saúde apoiados pelo CAF com relevância para 2026

1. *Programa Banco Futuro América Latina e Caribe* – lançado em 2025, com metas até 2030 (https://www.caf.com/es/especiales/banco-futuro-lac)

Fruto de parceria estratégica com a **UNICEF**, visando mobilizar US$ 5 bilhões cumulativos até 2030 para beneficiar mais de 50 milhões de crianças e jovens. (ver detalhamento mais adiante)

Possui foco em projetos que melhoram o acesso a serviços essenciais de **saúde e educação**, incluindo *infraestrutura de saúde, cuidados primários, saúde infantil precoce, nutrição e bem-estar*.

Em janeiro de 2026, o CAF lançou o ***Programa de Títulos para Crianças e Jovens*** (até US$ 1 bilhão), com emissão inicial de títulos sustentáveis (incluindo o primeiro título digital do banco). https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/caf-lanca-seu-programa-de-titulos-para-criancas-e-jovens

Os recursos desse Programa financiam projetos de **saúde** em áreas essenciais, como atenção primária, cuidados infantis e treinamento de profissionais de saúde.

É alinhado ao "Child-Lens Investing Framework" (*Marco de Investimento com Enfoque na Infância*) da UNICEF para garantir que os investimentos priorizem o bem-estar infantil.

2. *Aliança Estratégica com a PATH* ("Program for Appropriate Technology in Health")

Firmada em setembro de 2025 seu foco é em transformação digital e equidade em saúde na região.

Suas áreas prioritárias são: *resiliência de sistemas de saúde; saúde digital (incluindo IA e inovação tecnológica); eliminação de doenças transmissíveis/não transmissíveis; saúde materno-infantil; preparação para emergências sanitárias; e inovação centrada nas pessoas.*

Em 2026, espera-se avanços em projetos concretos derivados dessa aliança, como *plataformas digitais para acesso remoto em áreas vulneráveis* e *fortalecimento de sistemas de informação em saúde*.

3. *Parceria com a Fundação Rockefeller* (firmada em janeiro de 2026)

O memorando de entendimento foi assinado no Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026 (Panamá).

Possui ênfase em *impactos do câmbio climático na **saúde pública**, segurança alimentar e nutrição* (incluindo fortalecimento de programas de alimentação escolar regenerativa).

A primeira iniciativa conjunta foi o programa de cooperação técnica não reembolsável para melhorar a gestão de alimentação escolar em Barbados, Colômbia e El Salvador (piloto de 24 meses, cofinanciado pela Rockefeller).

Alinha *nutrição com **saúde pública**, combatendo desnutrição* e promovendo modelos sustentáveis.

4. *Outros projetos e aprovações recentes com impacto em saúde (2025-2026)*

– *Saúde mental na Colômbia* (US$ 150 milhões aprovados em junho de 2025).

Melhora acesso e qualidade de serviços, priorizando atenção primária em zonas rurais e populações vulneráveis.

– *Colaborações contínuas com OPAS/OMS* (desde 2023) para fortalecer sistemas de saúde, transformação digital, segurança hídrica/saneamento ("WASH") e resposta a emergências.

– *Agenda de saúde e nutrição do CAF.*

Ênfase na redução da insegurança alimentar, promoção de estilos de vida saudáveis e resiliência pós-pandemia, com projetos em nutrição infantil (ex.: no Equador e outros países).

– *Iniciativas indiretas*.

Projetos que integram saúde com ação climática (ex.: *saúde em comunidades amazônicas afetadas por malária*) e *biodiversidade*.

O CAF não divulgou uma lista exaustiva de aprovações exclusivas em **saúde** para 2026 ainda (o portfólio é dinâmico, com aprovações mensais), mas sua estratégia corporativa até 2026 prioriza *desenvolvimento humano e **saúde*** como parte de agendas verdes e inclusivas.

Entre os principais projetos e iniciativas de saúde apoiados pelo CAF está a ***Saúde Digital no Brasil***, incluída na chamada *Estratégia País CAF Brasil 2024-2026* (ver mais adiante). Nessa estratégia, a partir de um diagnóstico da desigualdade regional brasileira, o CAF aponta que "*... a equalização do crescimento regional demanda investimentos estratégicos em infraestrutura, aproveitando as potencialidades de cada território e respeitando os limites ambientais. O Brasil, com seu forte ecossistema de inovação, tem potencial para liderar a **transformação digital e tecnológica**, melhorando serviços e produtos para seus cidadãos. Nesse contexto, **o CAF se apresenta como um parceiro estratégico**, oferecendo soluções inovadoras em transformação digital, cidades inteligentes e infraestrutura digital, além de produtos financeiros e investimentos que impulsionam o desenvolvimento sustentável e a equidade no país.*" (https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2424)

Nesse documento do CAF sobre o Brasil, há referências explícitas à ***Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028*** **(ESD28)** como parte dos avanços nacionais em digitalização da saúde.

A Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (conhecida como ESD28), é um documento oficial do *Ministério da Saúde do Brasil* que conta com a participação do **CAF**, mencionado em contextos relacionados à *transformação digital e apoio a projetos de saúde na região*, incluindo o *Brasil*.

A ESD28, disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf é o principal plano nacional de *Saúde Digital do Brasil para o período 2020-2028*. A estratégia busca ampliar o *acesso à informação em saúde* para garantir a *continuidade do cuidado em todos os níveis de atenção*, *qualificando o atendimento, o fluxo de informações e apoiando decisão clínica, vigilância em saúde, regulação, gestão, ensino e pesquisa*.

A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) foi estabelecida e reconhecida como a plataforma digital de inovação, informação e serviços de saúde para todo o Brasil, beneficiando usuários, cidadãos, pacientes, comunidades, gestores, profissionais e organizações de saúde.

Estratégia País CAF Brasil 2024-2026

A *Estratégia País CAF Brasil 2024-2026* é o documento oficial do CAF que define as prioridades e linhas de ação do banco no *Brasil* para o período.

O documento foi publicado em 2025 (com vigência a partir de 2024) e está disponível no site oficial do CAF (https://www.caf.com/media/4673019/vf_depbrasil_250325.pdf). Ele reflete o alinhamento com a estratégia corporativa do CAF 2022-2026, com o plano de governo do presidente Lula e com os desafios estruturais do Brasil.

Contexto e Objetivos Gerais

Segundo o documento do CAF, o Brasil enfrenta desigualdades regionais profundas, baixa produtividade (especialmente no Norte e Nordeste), defasagens em infraestrutura, urbanização desordenada e necessidade de transição energética. O CAF se posiciona como parceiro estratégico para apoiar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, com foco em impacto de longo prazo. A frase chave do documento é: "*Se o Brasil vai bem, a América Latina e o Caribe também vão bem*".

O CAF planeja *dobrar sua carteira de operações no Brasil até 2030*, partindo de cerca de US$ 3 bilhões em 2023, com expansão de parcerias em níveis federal, estadual e municipal, setor privado, academia e organismos internacionais.

Principais Pilares da Estratégia

A estratégia se estrutura em seis pilares principais:

1. Melhoria da produtividade, com ênfase no Norte e Nordeste, acelerando a convergência regional.
2. Transformação digital nas cidades, com serviços eficientes e acessíveis (incluindo consolidação do CAF como "Banco das Cidades").
3. Desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.
4. Transição energética justa e inclusiva.
5. Aceleração da integração regional (física, energética, digital, comercial e logística) liderada pelo Brasil na América Latina e Caribe.
6. *Redução de desigualdades sociais e de brechas históricas*. (foco transversal)

Áreas Específicas de Ação e Ênfase

- Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres

Apoio ao Ministério das Mulheres para fortalecimento institucional, prevenção e combate à violência de gênero (ex.: *Programa Mulher Viver sem Violência*, patrulhas Maria da Penha, abrigos), e implementação da *Política Nacional de Cuidados*.

- Outros temas transversais

Ação climática, Fortalecimento Institucional e Redução de desigualdades.

- Além disso, o CAF oferece produtos inovadores alinhados com prioridades nacionais, como *financiamento para cidades inteligentes, bioeconomia, infraestrutura verde e integração regional*.

Essa estratégia do CAF diferencia-se de documentos semelhantes de outros bancos (como BID que tem pilares focados em transição verde, produtividade e agenda social para 2024-2027), pois o CAF enfatiza mais a integração regional, o papel do Brasil como líder e parcerias amplas com entes subnacionais.

Revisão da Carteira de Projetos do CAF no Brasil

O Escritório de Representação do CAF no Brasil realizou, de 3 a 5 de **novembro de 2025**, a Revisão de Carteira de Projetos, uma iniciativa que teve por objetivo compartilhar informações e atualizar a equipe da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), sobre o *andamento e a execução das operações com garantia da União que são financiadas pelo banco*. Todos os projetos apresentados foram aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), órgão decisório do MPO cuja secretaria executiva é conduzida pela SEAID. (https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-realiza-revis%C3%A3o-de-carteira-de-projetos-do-brasil-com-seaid/)

Nesse encontro foi apresentado um resumo dos *projetos detalhados na revisão de carteira*:

Juazeiro do Norte (CE) – O Programa de Saneamento e Infraestrutura Urbana, com empréstimo de US$ 80 milhões, destina-se a reduzir riscos de enchentes, melhorar a mobilidade e a infraestrutura urbanas e fortalecer a gestão de resíduos sólidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática do município.

Araguaína (TO) – Com empréstimo de US$ 54,9 milhões, o Programa de Saneamento Integrado visa melhorar a infraestrutura urbana, controlar inundações e preservar nascentes e áreas verdes, além de criar áreas de lazer que promovam qualidade de vida.

Teresina (PI) – O Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado – Teresina Sustentável, com empréstimo de US$ 46 milhões, abrange intervenções em mobilidade, requalificação urbana, preservação ambiental e aprimoramento da gestão municipal.

Itapipoca (CE) – O Programa de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itapipoca (Prodesa), com financiamento de US$ 50 milhões, tem como objetivo melhorar a infraestrutura de saneamento básico, a mobilidade urbana, os espaços públicos, a educação, a saúde e a assistência social, além de fortalecer a gestão ambiental, a mitigação de gases de efeito estufa e a resiliência a eventos climáticos adversos.

Salvador (BA) – O Programa de Requalificação Urbanística de Salvador (Proquali), financiado em US$ 60,7 milhões, busca promover o desenvolvimento cultural e turístico da capital baiana e melhorar a qualidade de vida da população, por meio de ações de desenvolvimento econômico, socioambiental e de infraestrutura urbana.

São Caetano do Sul (SP) – O Programa de Desenvolvimento e Saneamento Ambiental de São Caetano do Sul, com valor de US$ 50 milhões, tem por objetivo melhorar a gestão da água, a mobilidade urbana e a qualidade ambiental do município, por meio da implantação de

Infraestrutura para água, esgoto, drenagem, espaços verdes, geração de energia, mobilidade e inovações tecnológicas, que contribuem para a mitigação e a resiliência climática.

Jundiaí (SP) – O Programa de Desenvolvimento Urbano e Social de Jundiaí, iniciado ao final de 2023, recebeu empréstimo de US$ 64 milhões para ampliar a capacidade e melhorar as condições de mobilidade urbana e a oferta de serviços públicos, com a implantação de obras viárias, de drenagem, de urbanismo, saúde, educação e esporte.

Palmas (TO) – O Programa de Requalificação Urbana de Palmas, com financiamento de US$ 60 milhões, visa melhorar a mobilidade da população e o acesso a serviços públicos essenciais por meio de ações integradas de pavimentação, drenagem, iluminação, saúde, educação e habitação.

Belo Horizonte (MG) – O Programa de Mobilidade Urbana e Saúde Pública, com empréstimo de US$ 82,5 milhões, busca melhorar a mobilidade, o lazer urbano e o acesso aos serviços de saúde pública por meio de obras viárias, regeneração de espaços públicos e construção de centros de saúde.

São Paulo (SP) – O Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro (Sistema Monotrilho – Trecho 1), com US$ 296 milhões, tem 80% de avanço físico e previsão de inauguração em *março de 2026*. O objetivo é melhorar a mobilidade e a acessibilidade na zona sul da cidade, integrando a nova linha ao sistema metroferroviário e ampliando a conectividade com o Aeroporto de Congonhas.

Caucaia (CE) – O Programa de Infraestrutura Integrada de Caucaia, com US$ 80 milhões, visa melhorar a mobilidade e acessibilidade urbanas, a qualidade ambiental, os espaços coletivos e a geração de emprego e renda, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

Aparecida de Goiânia (GO) – O Programa de Reestruturação Viária na Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II, financiado em US$ 35 milhões, busca melhorar a mobilidade, a conectividade e a acessibilidade da população por meio de obras viárias e ações de planejamento urbano e ambiental.

Contagem (MG) – O Programa Sistema Integrado de Mobilidade de Contagem, com US$ 42 milhões, tem como meta aprimorar a mobilidade e a acessibilidade urbana, por meio de investimentos em infraestrutura de transportes e desenvolvimento socioambiental.

Finalmente, os principais Projetos do CAF no Brasil anunciados em fevereiro de 2026 pelo Banco são: (https://www.caf.com/pt/presente/noticias/?country=brasil)

1. *Etapa final do Projeto de Saneamento Ambiental de Maceió*

Após debater diversas alternativas, preparar os estudos técnicos e licitar as obras, em julho de 2021 foi firmado o contrato para executar a recuperação ambiental e urbanística do riacho Salgadinho, no valor de aproximadamente R$ 76,4 milhões. Atualmente (fevereiro de 2026), as intervenções apresentam um avanço em torno de 91%, com previsão de conclusão nos próximos meses.

2. *Projeto de Predição de Alagamentos com Uso de Inteligência Artificial, no município de Santo André, recebe Prêmio*

Este Projeto recebeu o *1º Prêmio Seaid Antônio Sabino*, que reconhece iniciativas de *excelência em projetos com financiamento externo*, promovido pela Secretaria de Assuntos

Internacionais e Desenvolvimento (Seaid), do Ministério do Planejamento e Orçamento. O projeto financiado pelo CAF foi um dos finalistas e recebeu menção honrosa.

Nesta primeira edição, o prêmio teve como tema "*Iniciativas transformadoras para a sustentabilidade ambiental e climática*", e a premiação reconheceu ações específicas, inseridas em projetos ou programas mais amplos.

O projeto Predição de Alagamentos com Uso de Inteligência Artificial, de Santo André (SP), que utiliza tecnologia para fortalecer a prevenção de enchentes e a gestão de riscos climáticos, ampliando a resiliência urbana do município, foi desenvolvido no âmbito do Programa Sanear Santo André. O sistema utiliza análise avançada de dados para antecipar enchentes com até seis horas de antecedência, integrando informações de sensores locais, pluviômetros e dados de instituições nacionais, como o Cemaden.

Parte de um investimento total de US$ 62,5 milhões no programa — com US$ 50 milhões financiados pelo CAF — o sistema é um dos pilares tecnológicos da iniciativa e já se tornou referência internacional em monitoramento climático e prevenção de desastres naturais.

3. *Projeto Águas de Araguaína*

Conjunto de ações no Município de Araguaína, financiado pelo CAF já alcança cerca de 85% de execução, moderniza a infraestrutura e fortalece a segurança hídrica do município, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental de Araguaína.

Araguaína está localizada no Norte do Brasil, entre os rios Araguaia e Tocantins. É uma das principais cidades do Estado do Tocantins, onde vivem mais de 180 mil pessoas. Antes do início das obras do Projeto de Saneamento Integrado Águas de Araguaína, que conta com financiamento do **CAF** no valor de **US$ 54,9 milhões**, o município apresentava deficiências estruturais que resultavam em alagamentos recorrentes, processos erosivos, assoreamento de cursos d'água, ocupação irregular em áreas vulneráveis e drenagem urbana insuficiente, além da escassez de áreas verdes e espaços públicos.

Essa realidade começou a mudar com a execução de diversas obras do Projeto, que atualmente registra avanço financeiro de quase 85% e tem *conclusão prevista para dezembro de 2026*.

4. *CAF aprova garantia de US$ 100 milhões para rodovias no estado do Paraná*

O Diretório do CAF aprovou, em fevereiro, uma garantia de até **US$ 100 milhões** em favor da EPR Iguaçu S.A., concessionária responsável por um dos principais corredores viários do sul do Brasil. A garantia dará suporte a um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado à recuperação, duplicação e modernização de 662 quilômetros de rodovias no estado do Paraná.

O presidente executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, destacou que a operação representa muito mais do que a execução de obras de infraestrutura. "*Estamos impulsionando um corredor estratégico que fortalecerá a integração física e econômica entre Brasil, Argentina e Paraguai, dinamizará o comércio e o turismo transfronteiriço e ampliará a conectividade logística do Cone Sul. Este é um projeto emblemático da nossa visão de desenvolvimento: iniciativas que melhoram a competitividade regional e a qualidade de vida de milhões de pessoas*", afirmou.

A operação modernizará 662 km de vias, impulsionará a integração entre Brasil, Argentina e Paraguai, fortalecerá a logística e o turismo regional e melhorará a mobilidade e a segurança viária.

Considerações Finais

Neste Informe se destaca o relevante papel do CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe) no financiamento e apoio técnico a projetos de desenvolvimento econômico e social na região. Os projetos na área da **saúde** aparecem integrados às linhas transversais de atuação do Banco, bem como nas diversas cooperações internacionais que o Banco apresenta.

As principais agendas do Banco que se relacionam com a **Saúde** são a *transição energética e tecnologias limpas*, para reduzir emissões de gases de efeito estufa e dependência de combustíveis fósseis; a *conservação da biodiversidade*, com financiamento de projetos para uso sustentável, combatendo ameaças como desmatamento, mineração e agricultura intensiva, visando segurança alimentar, **saúde** e bem-estar comunitário; *o desenvolvimento territorial sustentável*, com fortalecimento de capacidades em segurança hídrica, sistemas urbanos, economias criativas e turismo, aumentando a resiliência e a qualidade de vida nas cidades; a *redução de desigualdades*, com foco no combate à pobreza, na promoção do emprego e redução das lacunas de gênero, convergindo na melhoria da **proteção social**; e a *infraestrutura e conectividade*, com projetos nas áreas de infraestrutura física e digital, com destaque para a *saúde digital*.

No Brasil destaca-se a atuação do CAF em projetos de caráter nacional, regional e local – em diversas áreas de atuação transversais com impacto na **saúde**, como mobilidade com integração regional, infraestrutura, meio ambiente, saneamento básico, conectividade e saúde digital.

Referências

1. www.path.org
2. https://www.caf.com/es/quienes-somos/proyectos
3. https://www.caf.com/pt/especiales/forum-econ%C3%B4mico-internacional-america-latina-e-caribe-2026/
4. https://www.caf.com/pt/
5. https://www.caf.com/pt/presente/noticias/maior-projeto-de-saneamento-ambiental-de-maceio-chega-%C3%A0-etapa-final/
6. https://www.path.org/
7. https://www.path.org/our-impact/media-center/caf-y-path-firman-una-alianza-estrategica-para-fortalecer-los-sistemas-de-salud-en-america-latina
8. https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2424
9. https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/caf-lanca-seu-programa-de-titulos-para-criancas-e-jovens
10. https://www-caf-com.translate.goog/en/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc
11. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf
12. https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2424
13. caf.com/pt/paises/brasil

Difusão tecnológica, propriedade intelectual e desenvolvimento: assimetrias globais e implicações para o Sul Global

Difusión tecnológica, propiedad intelectual y desarrollo: asimetrías globales e implicaciones para el Sur Global

Technology diffusion, intellectual property and development: global asymmetries and implications for the Global South

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo. O texto inicia com os preparativos para a 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), destacando o lançamento de um plano de trabalho para a reforma institucional da organização. Sob a coordenação do facilitador Petter Ølberg, os membros discutem mudanças nos processos decisórios, tratamento especial e diferenciado, solução de controvérsias e igualdade de condições, buscando um roteiro equilibrado e politicamente respaldado para o período pós-MC14. Paralelamente, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente debate maior transparência em medidas comerciais relacionadas ao clima, padrões de carbono e seus impactos sobre países em desenvolvimento. Na segunda parte, com base no *World Intellectual Property Report 2026* da OMPI, o texto analisa a aceleração histórica da difusão tecnológica, evidenciando que, embora o tempo de adoção tenha diminuído drasticamente, os fluxos de conhecimento permanecem concentrados em economias avançadas. Estudos sobre tecnologias agrícolas, limpas e digitais revelam a importância da capacidade absortiva, infraestrutura e regimes de propriedade intelectual. Por fim, a nota da UNCTAD sobre a "miragem da resiliência econômica global" contextualiza esses desafios em um cenário de crescimento moderado, restrições fiscais, endividamento crescente, competição por minerais críticos e emergência climática, ressaltando a necessidade de cooperação multilateral e financiamento sustentável para o desenvolvimento.

Palavras-chave: MC14. Difusão tecnológica. Propriedade intelectual. Conhecimento tecnológico. Tecnologias limpas. Desigualdade global. Capacidade absortiva. Política de inovação.

Resumen. *El texto comienza con los preparativos para la 14.ª Conferencia Ministerial de la OMC (CM14), destacando el lanzamiento de un plan de trabajo para la reforma institucional de la organización. Bajo la coordinación del facilitador Petter Ølberg, los miembros debaten cambios en los procesos de toma de decisiones, el trato especial y diferenciado, el sistema de solución de controversias y las condiciones de competencia equitativa, con el objetivo de acordar una hoja de ruta equilibrada y con respaldo político para el período posterior a la CM14. Paralelamente, el Comité de Comercio y Medio Ambiente examina una mayor transparencia en las medidas comerciales relacionadas con el clima, las normas de carbono y sus impactos en los países en desarrollo. En la segunda parte, basada en el Informe Mundial sobre la Propiedad Intelectual 2026 de la OMPI, el texto analiza la aceleración histórica de la difusión tecnológica, mostrando que, si bien el tiempo de adopción ha disminuido drásticamente, los flujos de conocimiento siguen concentrándose en las economías avanzadas. Estudios sobre tecnologías agrícolas, limpias y digitales ponen de relieve la importancia de la capacidad de absorción, la infraestructura y los regímenes de propiedad intelectual. Finalmente, la nota de la UNCTAD sobre el «espejismo de la resiliencia económica mundial» contextualiza estos desafíos en un escenario*

de crecimiento moderado, restricciones fiscales, creciente endeudamiento, competencia por minerales críticos y emergencia climática, destacando la necesidad de cooperación multilateral y financiación sostenible para el desarrollo.

Palabras clave: *CM14. Difusión tecnológica. Propiedad intelectual. Conocimiento tecnológico. Tecnologías limpias. Desigualdad global. Capacidad de absorción. Política de innovación.*

Abstract. *The text opens with preparations for the 14th WTO Ministerial Conference (MC14), emphasizing the launch of a work plan for the organization's institutional reform. Under the coordination of the facilitator, Ambassador Petter Ølberg, members are engaging in discussions on decision-making processes, special and differential treatment, dispute settlement reform, and the promotion of a level playing field, with the aim of establishing a balanced and politically endorsed roadmap for the post-MC14 period. In parallel, the Committee on Trade and Environment is examining ways to enhance transparency in climate-related trade measures, including carbon standards, and assessing their implications for developing countries. The second part, drawing on WIPO's World Intellectual Property Report 2026, analyzes the historical acceleration of technological diffusion. It demonstrates that although the time required for global adoption has declined dramatically, international knowledge flows remain heavily concentrated in advanced economies. Sectoral studies on agricultural, clean, and digital technologies underscore the critical role of absorptive capacity, infrastructure, and intellectual property regimes in shaping diffusion outcomes. Finally, UNCTAD's note on the "mirage of global economic resilience" situates these dynamics within a broader macroeconomic context characterized by moderate growth, fiscal constraints, rising indebtedness, competition over critical minerals, and an escalating climate emergency, underscoring the imperative of strengthened multilateral cooperation and sustainable development financing.*

Keywords: *MC14. Technology diffusion. Intellectual property. Technological knowledge. Clean technologies. Global inequality. Absorptive capacity. Innovation policy.*

Avançando a Reforma Institucional na OMC: Preparativos e Diretrizes Estratégicas para a MC14

Em 3 de fevereiro de 2026, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) reuniram-se para deliberar sobre os próximos passos para o avanço da reforma institucional em preparação para a 14ª Conferência Ministerial (MC14), agendada para março de 2026 em Yaoundé, Camarões. O facilitador para a reforma da OMC, Embaixador Petter Ølberg, da Noruega, anunciou o lançamento de um "mês da reforma" dedicado, com início em 5 de fevereiro, com o objetivo de moldar um plano de trabalho de reforma pós-MC14. Ele enfatizou que a reforma deve representar uma mudança significativa e afirmou que a reforma da OMC constituirá um elemento central da MC14. Antes da reunião, o Embaixador Ølberg distribuiu uma minuta de plano de trabalho para a reforma, abrangendo o período posterior à MC14, começando com uma minuta concisa de declaração ministerial e delineando o escopo do trabalho nas áreas em que os membros concentraram seus esforços iniciais: processos de tomada de decisão, desenvolvimento e tratamento especial e diferenciado, e questões de igualdade de condições (OMCa, 2025).

O plano de trabalho proposto foi descrito como flexível, permitindo que os membros incorporem tópicos adicionais relacionados à reforma no futuro, a fim de preservar a adaptabilidade e a capacidade de resposta institucional. Notavelmente, a minuta atual também

abrange a reforma da solução de controvérsias, ressaltando a dimensão sistêmica da agenda de reforma. Na MC14, os membros pretendem buscar a aprovação ministerial do plano de trabalho para orientar os esforços de reforma pós-conferência e iniciar os preparativos para um intercâmbio político de alto nível entre ministros especificamente dedicados à reforma da OMC. O Embaixador Ølberg reconheceu o engajamento construtivo dos membros durante iniciativas anteriores, incluindo a "Semana da Reforma", a reunião do Conselho Geral de dezembro e por meio de contribuições escritas. Nesse contexto, a União Europeia e o Paraguai apresentaram recentemente documentos sobre a reforma da OMC, contribuindo substancialmente para a estrutura de reforma em desenvolvimento (OMCa, 2025).

Com base nas consultas realizadas durante o Conselho Geral de dezembro, o Embaixador Ølberg recomendou que os ministros se engajassem em uma discussão focada, em nível ministerial, abordando questões sistêmicas fundamentais e urgentes identificadas pelos membros como essenciais para o futuro da organização. Ele propôs ainda que os ministros aprovassem um plano equilibrado e voltado para o futuro para o trabalho de reforma pós-MC14, incluindo pontos de controle claramente definidos para monitorar e avaliar o progresso. Além disso, enfatizou a importância de adotar modalidades apropriadas capazes de viabilizar uma reforma concreta e eficaz após a MC14. Complementando essas iniciativas processuais e substantivas, o Diretor-Geral apresentou um "Roteiro para Yaoundé, Cronograma de Sessões da MC14" revisado, incorporando o feedback dos membros coletado durante as consultas de janeiro. O roteiro prevê sessões paralelas dedicadas à reforma da OMC, proporcionando aos ministros oportunidades para um diálogo estruturado, juntamente com o engajamento em outros tópicos relacionados ao comércio que exigem atenção ministerial (OMCa, 2025).

Novas consultas sobre o plano de trabalho da reforma foram agendadas para os dias 5, 9, 10 e 16 de fevereiro, com salas de escuta disponíveis para garantir transparência e inclusão. Uma rodada adicional de consultas em grupo terá como objetivo finalizar o plano de trabalho e refinar a estrutura das discussões ministeriais em Yaoundé, incluindo a formulação de questões-chave para as sessões de grupo. O facilitador enfatizou o objetivo de se chegar a um acordo sobre o plano de trabalho na reunião do Conselho Geral em março, para que ele possa ser formalmente transmitido à Conferência Ministerial. No geral, as discussões refletem um processo estruturado e conduzido pelos membros, concebido para garantir o apoio político na MC14 e para estabelecer um roteiro coerente e voltado para o futuro para uma reforma abrangente da OMC além da reunião ministerial (OMCa, 2025).

Aprimorando a Transparência e a Coerência das Políticas sobre Comércio e Medidas Climáticas no Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC

Em sua reunião de 26 de fevereiro de 2026, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CTE) da Organização Mundial do Comércio (OMC) analisou o progresso no fortalecimento da relação entre comércio e meio ambiente, com ênfase particular em medidas comerciais e climáticas. Sob a liderança do Embaixador Erwin Bollinger, da Suíça, que concluiu seu mandato de dois anos como Presidente, os membros examinaram um balanço factual das atividades recentes e discutiram possíveis próximos passos para 2026. Estes incluíram sessões temáticas e interativas sobre agricultura sustentável, transferência de tecnologia ambiental, transição energética e transparência em medidas comerciais e climáticas. Os membros reconheceram que esses formatos, juntamente com as reuniões formais e informais do CTE e a Semana Anual de Comércio e Meio Ambiente, facilitaram trocas francas, aprendizado entre pares e uma compreensão compartilhada de desenvolvimentos regulatórios complexos. Com base nesse impulso, os membros concordaram, em caráter piloto e voluntário, em começar a compartilhar

informações sobre medidas comerciais e climáticas, incluindo metodologias relacionadas à medição de emissões de carbono incorporadas, a partir da reunião de junho. Foi dada especial atenção à dimensão do desenvolvimento, especialmente à necessidade de avaliar o impacto das medidas comerciais relacionadas ao clima no acesso ao mercado para os países em desenvolvimento (OMCb, 2025).

Além do balanço da Presidência, os membros consideraram propostas específicas relativas aos padrões de carbono e à transparência. A China apresentou preocupações quanto à proliferação de padrões de carbono e aos riscos de fragmentação regulatória e aumento dos custos de conformidade. Propôs um cronograma e próximos passos para discussões técnicas no âmbito do CTE, incluindo um possível exercício de mapeamento e uma sessão temática a ser organizada durante a próxima Semana de Comércio e Meio Ambiente. Vários membros ecoaram apreensões sobre padrões fragmentados e enfatizaram a importância de fortalecer os processos internacionais de definição de padrões, particularmente por meio de maior participação de países africanos e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, foi expressa cautela quanto à definição cuidadosa do escopo dos exercícios de compartilhamento de informações para evitar duplicação com o trabalho realizado em outros órgãos da OMC e fóruns internacionais. Essas discussões ressaltam o delicado equilíbrio entre autonomia regulatória, coerência multilateral e inclusão nas disciplinas emergentes do comércio relacionadas ao clima (OMCb, 2025).

O Japão contribuiu para as discussões sobre transparência apresentando um modelo (WT/CTE/W/271) concebido para facilitar a partilha voluntária de informações sobre medidas comerciais e climáticas, incluindo medidas que exigem o cálculo das emissões incorporadas nos bens comercializados. O modelo, previamente divulgado durante sessões interativas no final de 2025 e início de 2026, foi considerado por vários membros como uma ferramenta prática que poderia ser aprimorada à luz da experiência e do feedback. O Japão enfatizou que o mecanismo proposto não alteraria os direitos e obrigações dos membros ao abrigo dos acordos da OMC, particularmente no que diz respeito aos requisitos de notificação existentes. Os membros dos países menos desenvolvidos salientaram que o aumento da transparência deve ser acompanhado por uma transferência de tecnologia e assistência técnica reforçadas, destacando a necessidade de alinhar as iniciativas de transparência com o apoio ao desenvolvimento de capacidades. Esta abordagem reflete um esforço para garantir que as medidas comerciais relacionadas com o clima em evolução não exacerbam as assimetrias de desenvolvimento existentes no âmbito do sistema multilateral de comércio (OMCb, 2025).

A reunião também contou com atualizações sobre desenvolvimentos institucionais e intergovernamentais mais amplos. O Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) apresentou os resultados da Conferência sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), realizada em Belém, Brasil, enquanto o Secretariado da OMC relatou sua participação em sessões selecionadas da COP30. O Brasil, como presidente da COP30, juntamente com a Austrália, informou os membros sobre o Fórum Integrado sobre Mudanças Climáticas e Comércio (IFCCT), e o Equador forneceu informações sobre a Coalizão de Ministros do Comércio sobre o Clima. O Secretariado da OMC apresentou ainda o relatório mais recente do Banco de Dados Ambiental (EDB), com foco em instrumentos de política comercial relacionados a resíduos e reciclagem, e delineou suas atividades de assistência técnica e capacitação para 2025. Os membros também foram atualizados sobre os preparativos para a 14ª Conferência Ministerial (MC14), incluindo o trabalho no âmbito do Diálogo sobre Poluição por Plásticos e Comércio de Plásticos Ambientalmente Sustentável (DPP), das Discussões Estruturadas sobre Comércio e Sustentabilidade Ambiental (TESSD) e da iniciativa de Reforma

dos Subsídios aos Combustíveis Fósseis (FFSR). A próxima reunião do CTE está agendada para 1 a 5 de junho de 2026, durante a Semana do Comércio e do Meio Ambiente, sinalizando um engajamento institucional contínuo com a governança do comércio e do clima (OMCb, 2025).

Panorama

O processo pelo qual novas tecnologias são adotadas e efetivamente utilizadas por empresas e famílias constitui a ponte entre invenção e impacto socioeconômico. O *World Intellectual Property Report 2026: Technology on the Move*, publicado pela WIPO, mobiliza dados históricos de 250 anos e análises de citações de patentes cobrindo cinco décadas para demonstrar que a velocidade de adoção tecnológica se acelerou dramaticamente: o telégrafo levou cerca de 50 anos para se difundir globalmente, enquanto o ChatGPT alcançou usuários em praticamente todos os países em dias. Ao mesmo tempo, os fluxos de conhecimento tecnológico permanecem altamente concentrados. Os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão dominam como contribuidores e beneficiários desses fluxos, absorvendo até 70% das invenções disruptivas estrangeiras em cinco anos, enquanto economias em desenvolvimento como as da América Latina e da África demonstram capacidade marginal de reutilização dessas inovações. O relatório apresenta três estudos de caso setoriais (tecnologias agrícolas, limpas e digitais) que revelam como marcos regulatórios, infraestrutura, capacidade absortiva e regimes de propriedade intelectual moldam os resultados da difusão.

Tecnologia em movimento: aceleração, assimetrias e o papel da propriedade intelectual

O relatório *World Intellectual Property Report 2026: Technology on the Move*, publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) em 2026, examina como as tecnologias se difundem globalmente. O estudo está estruturado em cinco capítulos: uma introdução conceitual sobre difusão tecnológica, uma análise das tendências globais de difusão do conhecimento tecnológico e três estudos de caso setoriais sobre tecnologias agrícolas, tecnologias limpas e tecnologias digitais (OMPI, 2026).

Aceleração histórica da adoção tecnológica

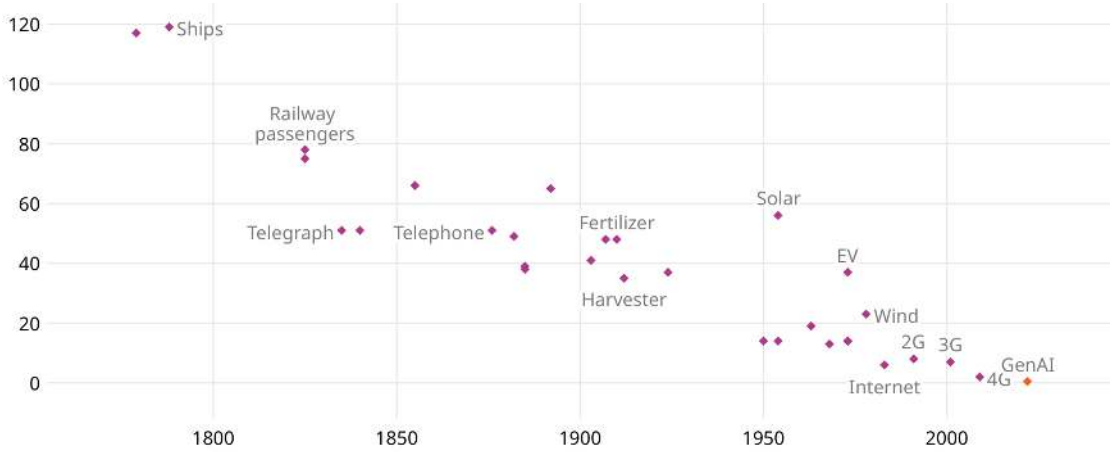
Os dados históricos revelam uma compressão sem precedentes no tempo entre a invenção de novas tecnologias e sua primeira utilização em escala global. O telégrafo, inventado na primeira metade do século XIX, levou em média quase 50 anos para alcançar países ao redor do mundo; o automóvel, surgido no final do mesmo século, difundiu-se com um atraso médio de cerca de 36 anos; os telefones celulares, introduzidos nos anos 1970, atingiram adoção global em menos de 20 anos. Tecnologias móveis mais recentes, como 3G e 4G, difundiram-se em poucos anos, enquanto o ChatGPT, lançado em novembro de 2022, alcançou usuários em praticamente todos os países do mundo em questão de dias, refletindo a existência de uma infraestrutura digital global pronta para uso imediato (OMPI, 2026).

Convergência na velocidade de adoção

Economias avançadas historicamente emergiram como adotantes precoces, abraçando novas tecnologias entre 20 e 80 anos antes da média global. Essa vantagem, contudo, diminuiu ao longo do tempo: virtualmente todas as tecnologias mais recentes demonstram convergência nos tempos de adoção entre economias avançadas e em desenvolvimento. No plano regional, a África exibe as maiores lacunas tecnológicas, seguida pela América Latina e pela Ásia, embora todas as três regiões demonstrem estreitamento dessas lacunas para tecnologias recentes. Caso

notável é o da Ásia, que não apenas reduziu substancialmente as lacunas, mas, em tecnologias como 3G e 4G, superou os níveis de uso das economias avançadas (OMPI, 2026).

Figura 1 – Média de anos para a adoção de tecnologias selecionadas por ano de invenção, 1750–2025

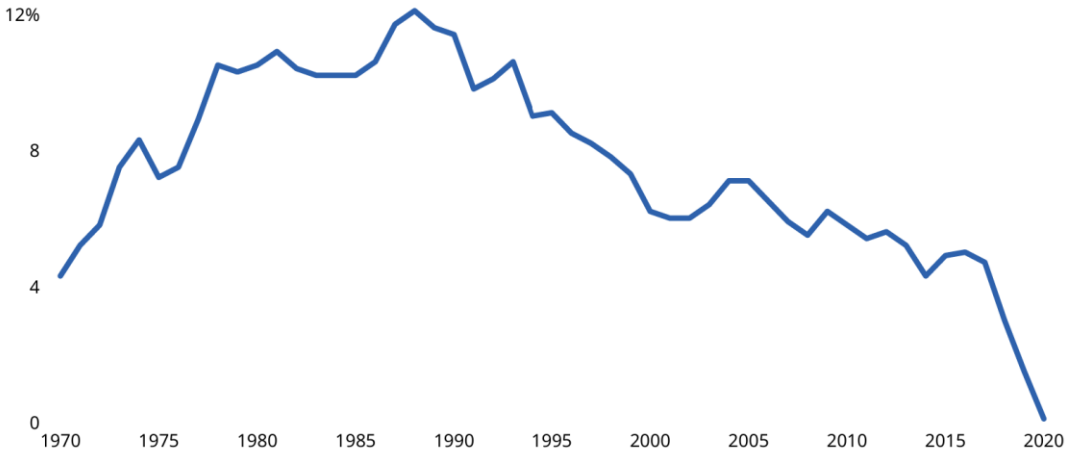


Fonte: WIPO, 2026.

Reversão histórica na intensidade de uso

Para além do tempo de adoção, o relatório examina a intensidade com que as tecnologias são utilizadas dentro dos países. Os dados revelam uma reversão histórica: do século XIX até grande parte do século XX, a lacuna na intensidade de uso entre economias avançadas e em desenvolvimento geralmente se ampliava, com tecnologias mais novas exibindo diferenças ainda maiores. Inovações digitais como 3G e 4G, entretanto, mostram convergência na intensidade de uso entre países, o que sugere que as tecnologias digitais contemporâneas oferecem oportunidades sem precedentes para reduzir lacunas históricas (OMPI, 2026).

Figura 2 – Hiato na intensidade de uso entre economias avançadas e economias em desenvolvimento – 1970 a 2020

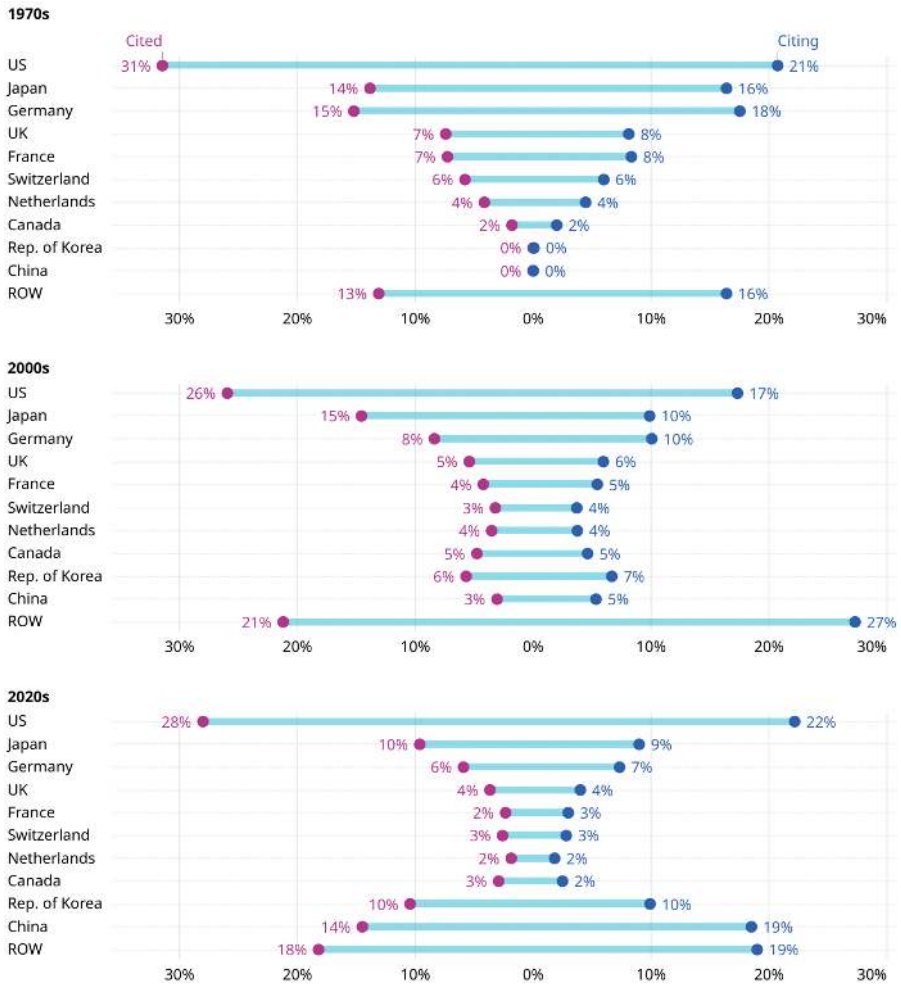


Fonte: WIPO, 2026.

Velocidade dos fluxos de conhecimento tecnológico: duplicação em cinco décadas

O tempo necessário para o conhecimento tecnológico se difundir internacionalmente reduziu-se drasticamente segundo todas as métricas: nos últimos 50 anos, o intervalo para se observar a primeira citação internacional de patente caiu pela metade, e essa aceleração ocorreu em todos os campos tecnológicos analisados, incluindo biofarmacêutica, motores e transportes, TICs, semicondutores e óptica. Em 1988, citações internacionais de patentes levavam em média 12% mais tempo que citações domésticas; em 2020, essa diferença havia essencialmente desaparecido, o que indica que a geografia já não constitui barreira significativa à velocidade dos fluxos de conhecimento (OMPI, 2026).

Figura 3 – Defasagem média de adoção de citações de famílias de patentes internacionais, anos de defasagem, 1970–2020



Fonte: WIPO, 2026.

Dominância persistente dos líderes em inovação

Apesar da aceleração global, os fluxos de conhecimento tecnológico permanecem marcantemente concentrados. Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão dominam tanto como contribuidores quanto como beneficiários dos fluxos internacionais. A China surge como o ator mais dinâmico nesse cenário: suas citações a artigos científicos norte-americanos cresceram de

2,5% dos artigos publicados entre 1985 e 1995 para 8,8% dos artigos de 2016 a 2022, tornando a China mais aberta à ciência internacional do que o Japão em todas as regiões de origem (OMPI, 2026).

Assimetria na reutilização de invenções disruptivas

O exame de como combinações tecnológicas inéditas se difundem globalmente expõe assimetrias profundas. Os Estados Unidos reutilizam 70% das tecnologias inéditas originadas na China em até cinco anos após a invenção, enquanto a China reutiliza menos de 5% das tecnologias norte-americanas no mesmo período. A África, por sua vez, demonstra capacidade limitada de reutilizar conhecimento tecnológico estrangeiro, ao passo que suas invenções disruptivas são extensamente reutilizadas em economias desenvolvidas: 100% na Europa Ocidental, 96% nos Estados Unidos e 92% no Japão. Esses achados indicam que a capacidade de absorção varia dramaticamente entre economias e que líderes em inovação mantêm sua posição não apenas pela criação de novas tecnologias, mas pela habilidade de identificar, adaptar e construir sobre inovações alheias (OMPI, 2026).

Ciência e *deep tech*: caminhos longos entre descoberta e aplicação

As conexões entre ciência e tecnologia revelam que artigos científicos levam, em média, 10 anos para receber a primeira citação de patente, intervalo muito superior ao observado entre patentes. A absorção de conhecimento científico é ainda mais concentrada do que as citações de patentes: a partir de virtualmente todas as fontes globais, a maior parte dos artigos científicos citados flui para Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A América Latina produz pesquisa científica que é rapidamente citada por patentes em outras regiões (9 a 11 anos), mas enfrenta atrasos de 13 a 14 anos para converter ciência externa em inovação local, o que indica lacunas na infraestrutura institucional de ligação entre pesquisa e inovação (OMPI, 2026).

Tecnologias agrícolas: cultivos GM e agricultura de precisão

No setor agrícola, o relatório concentra-se em cultivos geneticamente modificados (GM) e tecnologias de agricultura de precisão (PATs). Cultivos GM requerem em média 16,5 anos da descoberta à aprovação regulatória, com custos que totalizam US$ 64,2 milhões para desenvolvimento e US$ 43,2 milhões adicionais por país para aprovação regulatória, representando 37,6% do custo total. O algodão GM atingiu 80% de cobertura de terras cultiváveis nos Estados Unidos em cerca de 10 anos, enquanto a África do Sul alcançou esse marco em cinco anos, em parte devido a processos de aprovação mais ágeis. Já a adoção de PATs é marcadamente desigual conforme o tamanho da propriedade: nos Estados Unidos, 45% das grandes fazendas de grãos (receita acima de US$ 1 milhão) utilizam tecnologia de taxa variável, contra menos de 5% das fazendas com receita inferior a US$ 250 mil (OMPI, 2026).

Tecnologias limpas: progresso desigual entre setores

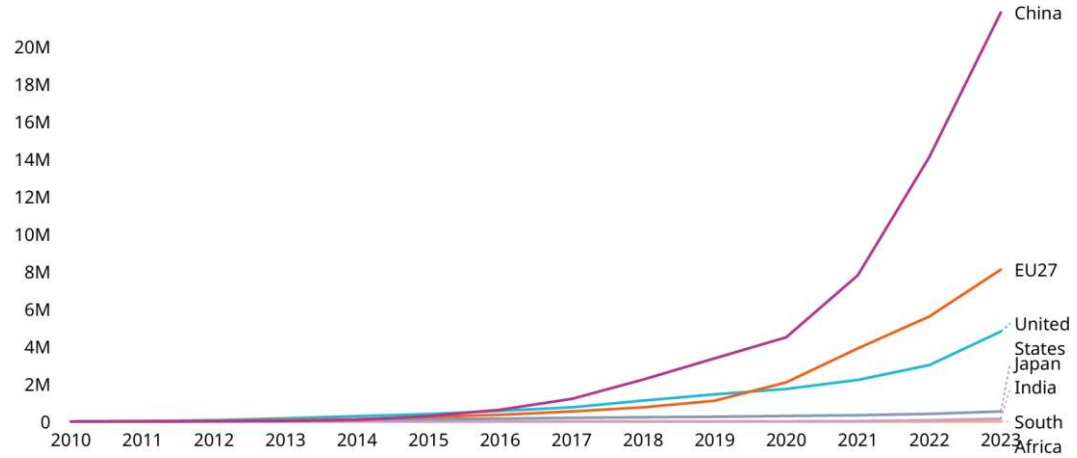
Entre as tecnologias de mitigação climática, o progresso varia fortemente por setor. Geração de eletricidade e edifícios contam com soluções maduras (TRL 10-11), enquanto setores de difícil descarbonização, como indústria pesada e transporte de longa distância, dependem de tecnologias ainda em estágio de protótipo ou demonstração. A energia nuclear alcançou 1% de participação de mercado na França em 20 anos; o ferro reduzido direto levou seis décadas nos Estados Unidos; e a solar fotovoltaica precisou de mais de meio século para atingir participação material. Mesmo para tecnologias limpas recentes, portanto, o escalonamento é lento e

condicionado por modularidade, intensidade de capital, requisitos de infraestrutura e marcos regulatórios (OMPI, 2026).

Veículos elétricos: o papel central da China

O estoque global de veículos elétricos (EVs) acelerou-se: a China alcançou quase 20 milhões em 2023, seguida pela UE-27 e pelos Estados Unidos (figura 4.2 do relatório). A estratégia industrial chinesa, que combinou subsídios, tarifas de incentivo, fabricação em escala e intensa competição entre firmas locais, reduziu custos e produziu campeões globais como BYD (EVs) e CATL (baterias). A China domina hoje a manufatura e grande parte da cadeia upstream, da mineração ao refino de minerais críticos. Diferentemente das tecnologias digitais, contudo, os EVs dependem de infraestrutura física extensiva (redes de recarga, capacidade da rede elétrica), o que explica atrasos de adoção ainda significativos em economias de renda média e baixa (OMPI, 2026).

Figura 4 – Frota de veículos elétricos na China, Índia, Japão, África do Sul, União Europeia e Estados Unidos, 2010–2023



Fonte: WIPO, 2026.

Solar fotovoltaica: do protótipo à implantação em massa

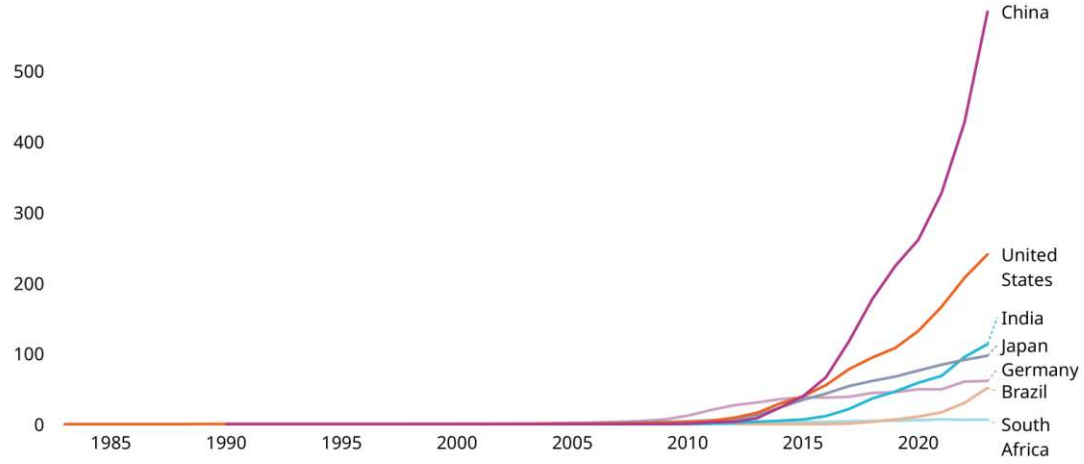
A capacidade solar fotovoltaica global cresceu exponencialmente, liderada pela China com mais de 500 GW em 2023, seguida pelos Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha e Brasil (figura 4.3 do relatório). O design modular da tecnologia solar permite instalações em escala reduzida (100 W), ao contrário de usinas nucleares ou a carvão (centenas de milhões de watts), o que acelerou a curva de aprendizado e reduziu custos. Restrições comerciais impostas pelos Estados Unidos desde 2014 e pela Europa entre 2013 e 2018 aumentaram o custo de importação de painéis solares e reduziram a adoção, evidenciando como políticas comerciais podem funcionar como barreiras à difusão de tecnologias limpas (OMPI, 2026).

Disparidades regionais nos tempos de difusão de tecnologias verdes

Os tempos de reutilização de trajetórias tecnológicas verdes variam significativamente entre regiões. Trajetórias originadas na América Latina chegam à Ásia e à Europa em um ano, mas a região experimenta atrasos de 12 a 17 anos para receber tecnologias de outras origens. A América do Norte integra trajetórias de qualquer procedência em 2,6 a 5,5 anos, refletindo

marcos institucionais robustos. Na conversão ciência-tecnologia, pesquisas africanas e latino-americanas sobre tecnologias limpas enfrentam os maiores atrasos para gerar citações de patentes (13 a 14 anos), o que aponta para lacunas críticas na transferência de conhecimento nesses territórios (OMPI, 2026).

Figura 5 – Capacidade/geração solar no Brasil, China, Alemanha, Índia, Japão, África do Sul e Estados Unidos, 1985–2023



Fonte: WIPO, 2026.

Tecnologias digitais: conectividade, desigualdade e inovação local

Na África, a onda digital catalisou inovações locais notáveis como serviços de dinheiro móvel (M-Pesa no Quênia) e soluções de energia off-grid que beneficiaram mercados globais. Em áreas rurais do continente, a proximidade a redes 2G+ contribuiu para reduzir lacunas salariais de gênero. Contudo, a desigualdade digital opera em múltiplas dimensões: lacunas de infraestrutura, diferenças na qualidade tecnológica disponível, baixa literacia digital e barreiras de acessibilidade econômica. Cabos submarinos de alta capacidade transportam mais de 99% do tráfego internacional de dados, e danos a esses cabos constituem a causa mais comum de interrupções da internet na África Subsaariana, gerando perdas econômicas substanciais. Em 2023, apenas 12% dos africanos tinham acesso a redes 5G, contra 74% dos europeus (OMPI, 2026).

IA generativa: velocidade sem precedentes e novos padrões de uso

Nenhuma tecnologia se difundiu tão rapidamente quanto a IA generativa. Após o lançamento do ChatGPT, mais de 70% do tráfego global originava-se nos Estados Unidos, mas em um mês essa participação caiu para cerca de 25%, estabilizando-se próxima a 20%. Em meados de 2023, a ferramenta atraía cerca de 500 milhões de usuários únicos por mês, equivalente a aproximadamente 12,5% da força de trabalho global. Existe correlação positiva clara entre níveis de renda e uso de IA generativa, mas diversas economias de renda média, incluindo Índia, Brasil, Indonésia, Filipinas e México, registraram uso muito acima do previsto por seus indicadores de PIB, sugerindo que políticas e investimentos adequados permitem adoção rápida de tecnologias de fronteira (OMPI, 2026).

Determinantes da difusão e implicações para políticas públicas

O relatório identifica quatro fatores críticos que afetam a difusão tecnológica. Primeiro, as características intrínsecas da tecnologia: inovações com benefícios imediatos se difundem mais rapidamente do que aquelas complexas e custosas que requerem investimentos complementares; tecnologias que aproveitam infraestrutura existente (como LLMs usando a internet) difundem-se com velocidade, ao passo que as que exigem novas redes (como EVs e estações de recarga) enfrentam atrasos. Segundo, a velocidade da informação transformou o panorama: enquanto no século XIX o conhecimento viajava com o correio, plataformas digitais hoje permitem acesso quase instantâneo a informação técnica globalmente (OMPI, 2026).

Capacidade absortiva e o papel dos sistemas de PI

O terceiro fator é a capacidade absortiva, isto é, a habilidade de compreender, adaptar e aplicar novo conhecimento, que varia dramaticamente entre contextos e demanda investimentos em educação, formação e instituições de pesquisa. E o quarto e último fator envolve políticas públicas e instituições, incluindo marcos regulatórios, padronização, regulações de segurança e sistemas de propriedade intelectual que equilibrem incentivos à inovação com acesso tecnológico. Os direitos de PI incentivam a inovação, mas também afetam a velocidade com que novas tecnologias se difundem, criando um equilíbrio crucial para formuladores de políticas. O relatório enfatiza que encorajar apenas a invenção é insuficiente: igual atenção deve ser dedicada à criação de condições que possibilitem difusão ampla por meio de investimento em infraestrutura, capital humano, financiamento e marcos regulatórios apropriados (OMPI, 2026).

Canais de difusão e a experiência asiática

Múltiplos canais reforçam os fluxos de conhecimento tecnológico: comércio internacional de bens, investimento estrangeiro direto, migração qualificada, acordos de licenciamento e cadeias globais de valor. As experiências de várias economias do Leste Asiático demonstram que as barreiras à difusão não são intransponíveis e que países podem aproveitar a tecnologia para apoiar o crescimento econômico, desde que construam capacidade absortiva por meio de educação e desenvolvimento de habilidades, invistam em infraestrutura complementar e criem marcos institucionais que apoiem a adaptação tecnológica (OMPI, 2026).

O contexto macroeconômico global: a miragem da resiliência

A nota "The Mirage of Global Economic Resilience", publicada pela UNCTAD em fevereiro de 2026 e assinada por Rebeca Grynspan (secretária-geral da UNCTAD) e Li Junhua (subsecretário-geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais), examina as fragilidades estruturais subjacentes à aparente estabilidade da economia global (UNCTAD, 2026).

Crescimento insuficiente e persistência da pobreza

Segundo o *UN World Economic Situation and Prospects 2026*, a economia global expandiu-se em 2,8% em 2025, com projeção de leve desaceleração para 2,7% em 2026, significativamente abaixo da média pré-pandemia de 3,2%. Em países em desenvolvimento vulneráveis, incluindo os classificados como menos desenvolvidos, o crescimento da renda per capita tem sido inferior ao necessário e a redução da pobreza, lenta. Pressões sobre o custo de vida permanecem elevadas, com preços de alimentos, habitação e serviços essenciais erodindo o poder de compra mesmo em economias em expansão (UNCTAD, 2026).

Restrições fiscais e compressão do espaço para investimento

O serviço da dívida consome parcela crescente dos orçamentos públicos, limitando recursos para educação, saúde e resiliência climática, enquanto gastos militares elevados agravam essa compressão. Para muitas economias em desenvolvimento, custos elevados de empréstimo e fluxos voláteis de capital transformaram a dívida em uma força pró-cíclica, forçando ajustes precisamente quando o investimento é mais necessário (UNCTAD, 2026).

Tecnologia, minerais críticos e incerteza comercial

A nota alerta que avanços em inteligência artificial, infraestrutura digital e tecnologias de energia limpa são fontes poderosas de crescimento, mas seus benefícios permanecem concentrados em economias com recursos e expertise para aproveitá-los. A competição por minerais críticos (lítio, cobalto, terras raras) está aguçando rivalidades econômicas e remodelando políticas comerciais e industriais. O comércio internacional demonstrou resiliência, apoiado pela expansão do comércio de serviços e por vínculos Sul-Sul mais fortes, mas o *Trade and Development Report 2025* adverte que turbulência nos mercados de capitais e aperto no financiamento comercial emergem como riscos-chave (UNCTAD, 2026).

Emergência climática e cooperação multilateral

O ano de 2025 registrou novo recorde de emissões globais de carbono, e o crescimento mundial permanece fortemente dependente de produção intensiva em carbono. A nota sublinha que a transição energética só será crível se acompanhada de acesso a financiamento de longo prazo para adaptação e resiliência. Apesar do cenário adverso, acordos multilaterais recentes, o Compromisso de Sevilha (FfD4), os resultados da Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e o Pacote de Belém da COP 30, sinalizam renovado impulso para a cooperação internacional, visando fortalecer a rede global de segurança financeira e colocar trabalho decente, equidade e sustentabilidade no centro da política global (UNCTAD, 2026).

Referências

OMCa. *Members discuss next steps on WTO reform ahead of MC14*. Geneva: WTO, 3 Feb. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/refrm_03feb26_284_e.htm

OMCb. *WTO members consider enhanced transparency on trade and climate measures*. Geneva: WTO, 26 Feb. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/envir_26feb26_297_e.htm

World Intellectual Property Organization (WIPO). World Intellectual Property Report 2026: Technology on the Move. Geneva: WIPO, 2026. ISBN: 978-92-8053-880-9 (print), 978-92-8053-881-6 (online). DOI: 10.34667/tind.59025. Disponível em: https://www.wipo.int/web-publications/world-intellectual-property-report-2026/en/index.html

GRYNSPAN, Rebeca; JUNHUA, Li. The Mirage of Global Economic Resilience. UNCTAD News, 5 fev. 2026. Disponível em: https://unctad.org/news/mirage-global-economic-resilience

Saúde Global em Crise: Conflitos, Direitos e Governança sob Pressão

La salud mundial en crisis: conflictos, derechos y gobernanza bajo presión

Global Health in Crisis: Conflicts, Rights, and Governance Under Pressure

Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Renan Amaral Oliveira, Marciglei Morais, Luis Eugênio de Souza

Resumo. O Informe nº 02/2026 sistematiza posicionamentos e iniciativas de 40 organizações da sociedade civil (OSC) no campo da saúde global, monitoradas entre 05 e 26 de fevereiro de 2026. No período, destacaram-se como temas centrais: crises humanitárias e conflitos armados (com ênfase em Ucrânia e Sudão), igualdade de gênero e dignidade menstrual, governança e financiamento da saúde global, preparação para emergências sanitárias, prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e impactos das mudanças climáticas na saúde. Entre as organizações com maior incidência temática figuram a Médicos Sem Fronteiras, a World Vision International, a ActionAid International, a Fòs Feminista, a Gavi, the Vaccine Alliance e a NCD Alliance. Observam-se convergências de posições entre as OSC de interesse público e as de interesse privado, na defesa da equidade em saúde, proteção de populações vulneráveis e fortalecimento do multilateralismo, assim como nas referências aos desafios relacionados à sustentabilidade do financiamento e à coordenação internacional.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Saúde Global. Crises Humanitárias. Prevenção de Doenças.

Resumen. *El Informe n.º 02/2026 sistematiza las posiciones e iniciativas de 40 organizaciones de la sociedad civil (OSC) en el ámbito de la salud mundial, supervisadas entre el 5 y el 26 de febrero de 2026. Durante ese periodo, los temas centrales más destacados fueron: crisis humanitarias y conflictos armados (con especial énfasis en Ucrania y Sudán), igualdad de género y dignidad menstrual, gobernanza y financiación de la salud global, preparación para emergencias sanitarias, prevención de enfermedades crónicas no transmisibles e impacto del cambio climático en la salud. Entre las organizaciones con mayor incidencia temática figuran Médicos Sin Fronteras, World Vision International, ActionAid International, Fòs Feminista, Gavi, the Vaccine Alliance y NCD Alliance. Se observan convergencias de posiciones entre las OSC de interés público y las de interés privado en la defensa de la equidad en la salud, la protección de las poblaciones vulnerables y el fortalecimiento del multilateralismo, así como en las referencias a los retos relacionados con la sostenibilidad de la financiación y la coordinación internacional.*

Palabras clave: *Organizaciones de la sociedad civil. Salud global. Crisis humanitarias. Prevención de enfermedades.*

Abstract. *Report No. 02/2026 systematizes the positions and initiatives of 40 civil society organizations (CSOs) in the field of global health, monitored between February 5 and 26, 2026. During this period, the following topics stood out as central themes: humanitarian crises and armed conflicts (with an emphasis on Ukraine and Sudan), gender equality and menstrual*

dignity, global health governance and financing, preparedness for health emergencies, prevention of chronic noncommunicable diseases, and the impacts of climate change on health. Among the organizations with the highest thematic incidence are Doctors Without Borders, World Vision International, ActionAid International, Fòs Feminista, Gavi, the Vaccine Alliance, and the NCD Alliance. There is convergence between the positions of public interest CSOs and private interest CSOs in advocating for health equity, protecting vulnerable populations, and strengthening multilateralism, as well as in references to challenges related to financing sustainability and international coordination.

Keywords: *Civil Society Organizations. Global Health. Humanitarian Crises. Disease Prevention.*

Introdução

O Informe nº 02/2026 analisa iniciativas e posicionamentos divulgados em plataformas digitais por 40 organizações da sociedade civil com atuação em saúde global, no período de 05 a 26 de fevereiro de 2026. Ao contemplar tanto organizações de interesse público quanto de interesse privado, a análise permite identificar padrões temáticos**,** recorrências discursivas e tendências na diplomacia da saúde, em um cenário internacional atravessado por crises simultâneas e por disputas em torno de prioridades, recursos e responsabilidades.

O conjunto das manifestações evidencia um contexto marcado por conflitos prolongados, agravamento de crises humanitárias e crescente pressão sobre o financiamento e a governança da saúde global. Nesse ambiente, ganham centralidade os debates sobre proteção de populações em risco, resposta a emergências, manutenção de serviços essenciais e os limites da coordenação multilateral diante de restrições orçamentárias e instabilidade política.

No tema das crises humanitárias**,** as OSC alertam para o agravamento da situação no Sudão e na Ucrânia, destacando dificuldades no atendimento a feridos e a multiplicação de violações ao direito internacional humanitário. Enfatizam a perda de aprendizado infantil associada ao fechamento de escolas no quarto inverno de guerra na Ucrânia e reforçam a urgência do acesso universal à água, saneamento e higiene, especialmente no Sudão.

No tema de gênero e direitos, é mencionada a importância do reconhecimento da saúde menstrual como direito fundamental, apresentando-se uma análise comparativa sobre dignidade menstrual em nove países do Sul Global. No tema da governança da saúde global, várias organizações acompanharam a 158ª sessão do Conselho Executivo da OMS, destacando restrições orçamentárias e desafios multilaterais. Já no tema das doenças transmissíveis e da preparação pandêmica, foram destacados a retomada da vacinação contra a cólera, os avanços em vacinas contra o MERS e reflexões sobre lições não aprendidas da pandemia de covid-19. Paralelamente, outras organizações reforçaram a centralidade da prevenção de doenças crônicas e da regulação de fatores de risco.

Em síntese, o informe mostra como se adensa a interdependência entre desigualdade, condições de vida e saúde pública, ao mesmo tempo em que se aprofundam dilemas de coordenação e financiamento em escala internacional — compondo um quadro no qual crises humanitárias, riscos infecciosos, agendas de direitos e disputas de governança convergem e tensionam a ação coletiva em saúde global.

Organizações de Interesse Público

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Pobreza, desigualdade e exclusão social

A World Vision alertou que, no quarto inverno de guerra na Ucrânia, crianças enfrentam perdas significativas de aprendizagem devido a interrupções das aulas presenciais, apagões que inviabilizam o ensino remoto e insegurança persistente, com mais da metade das famílias relatando impactos diretos na educação, além de limitações no acesso a serviços de proteção e saúde mental em meio a deslocamentos e frio intenso; em paralelo, a *World Vision International* reforçou, em fórum regional de WASH em Honduras, o apelo por acesso universal à água potável, saneamento e higiene, lembrando que cerca de 1.000 crianças morrem diariamente por doenças relacionadas à falta desses serviços na América Latina e Caribe; já a *ActionAid International* manifestou solidariedade a Cuba diante da crise de combustível agravada por ameaças de sanções dos Estados Unidos, destacando impactos sobre escolas e hospitais, defendendo o fim das restrições ao fornecimento de petróleo e do embargo econômico, além de solicitar que o Conselho de Segurança da ONU trate a situação com urgência.[1] [2] [3]

Gênero

A *Fòs Feminista* informou que, em 30 de janeiro de 2026, a Suprema Corte da Índia reconheceu a saúde menstrual como direito fundamental vinculado à educação, dignidade e saúde, tornando o país o primeiro a consagrar constitucionalmente essa garantia, e também divulgou resultados de pesquisa representativa realizada em nove países do Sul Global: Benin, Camarões, Costa do Marfim, República Dominicana, Guiné, Haiti, Nigéria, Paquistão e Filipinas, sobre dignidade e discriminação menstrual entre pessoas que menstruam e homens e meninos; já a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina destacou, no Dia Internacional da Mulher e das Meninas na Ciência, que embora as mulheres representem a maioria da força de trabalho em saúde, seguem sub-representadas em posições de liderança, financiamento e tomada de decisão em pesquisa, defendendo representação equitativa, financiamento sensível ao gênero, ensaios clínicos inclusivos e maior responsabilidade institucional na academia.[4] [5] [6]

Direitos humanos

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública repercutiu análise de Maija Butler, do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, sobre a situação de homens e meninos na Cisjordânia, destacando prisões arbitrárias, tortura, uso excessivo da força, mortes, lesões e humilhações; já a Federação Internacional sobre o Envelhecimento afirmou, na 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que pessoas idosas vêm sendo sistematicamente deixadas para trás em crises humanitárias, defendendo proteção civil inclusiva, responsabilização por violações, acesso efetivo à assistência e reconhecimento dos riscos específicos enfrentados por idosos, mulheres, crianças e pessoas com deficiência.[7] [8]

A EPHA publicou declaração de solidariedade à MSF, à Oxfam e a outras 37 ONGs impedidas de operar em Gaza, criticando regulamentações israelenses que restringem o registro e a atuação humanitária, com exigência de informações detalhadas sob ameaça de fechamento, o que comprometeria o envio de alimentos, combustível e medicamentos; por sua vez, a ACON manifestou preocupação com ataques violentos contra homens gays e bissexuais organizados

via aplicativos e redes sociais, atuando em parceria com a polícia de New South Wales para reforçar estratégias de prevenção, segurança comunitária e tratamento adequado das denúncias.[9] [10]

Povos Indígenas

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a passagem, em 6 de fevereiro, do Dia do Povo Sámi. Nesse dia, os Sámi, um povo indígena do Norte da Europa, celebram sua cultura, história e comunidade. Na Noruega, Suécia e Finlândia, a bandeira Sámi é tradicionalmente hasteada nesse dia, e diversos eventos culturais acontecem. O dia também é celebrado em comunidades Sámi na Rússia. A presidente da WFPHA, Emma Rawson-Te Patu, esteve presente na celebração realizada na Noruega.[11]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Migração forçada / deslocamentos

A MSF alertou que, após quatro anos de guerra na Ucrânia, o conflito segue devastando a população civil, com colapso de serviços básicos, destruição de infraestrutura e deslocamento em massa; em cidades como Dnipro, milhares vivem em abrigos improvisados sob frio extremo e acesso limitado à saúde, levando a organização a ampliar clínicas móveis, apoio hospitalar próximo à linha de frente, ambulâncias e assistência médica e psicológica, mais que dobrando as consultas em 2025 em relação ao ano anterior; paralelamente, a ActionAid International denunciou o agravamento da crise no Sudão, onde milhões enfrentam deslocamento, fome extrema e violações sistemáticas de direitos, com previsão de mais de 33 milhões de pessoas necessitando assistência em 2026, defendendo liderança da União Africana e de blocos regionais para cessar-fogo imediato, responsabilização de atores que alimentam a guerra e maior apoio a organizações locais que atuam em condições extremas.[12] [13]

Conflitos armados

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) informou que, nas duas primeiras semanas de fevereiro, tratou cerca de 170 pessoas feridas em ataques com drones no Sudão atribuídos às Forças Armadas Sudanesas e às Forças de Apoio Rápido, com bombardeios atingindo áreas civis, mercados, escolas e unidades de saúde, em violação ao direito internacional humanitário, e também criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal de não julgar o mérito da ação sobre patentes pipeline, alertando para a ampliação de monopólios farmacêuticos, atraso na entrada de genéricos e impactos negativos ao SUS e ao acesso a medicamentos; já a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública repercutiu denúncia de Mohamed Refaat, da Organização Internacional para as Migrações, sobre ataques a trabalhadores e beneficiários de ajuda humanitária no Sudão, advertindo que normalizar tais ações significa legitimar a crueldade.[14] [15] [16]

Além disso, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública anunciou adesão ao Chamado à Ação da Coalizão Global para a Ação da OMS contra a Violência Armada, que reúne mais de 100 organizações da sociedade civil e conta com o envolvimento do Conselho Internacional de Enfermeiros, defendendo que a OMS assuma papel ativo no enfrentamento da violência armada; no mesmo sentido, a International Federation of Social Workers divulgou o lançamento formal da Coalizão, destacando seu objetivo de integrar a prevenção da violência armada às estruturas da OMS, reconhecê-la como determinante comercial da saúde e impulsionar futura resolução na Assembleia Mundial da Saúde.[17] [18]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Governança da Saúde Global

A Geneva Policy Outlook 2026, iniciativa liderada pelo Global Health Centre da Geneva Graduate Institute em parceria com o Estado e a Cidade de Genebra, apresenta uma análise estratégica sobre como a cooperação internacional e o multilateralismo estão mudando diante de desafios crescentes, incluindo pressões orçamentárias, fragmentação política e incerteza global. A edição reúne 12 artigos e contribuições internacionais que exploram temas como a adaptação das abordagens multilaterais, construção de novas parcerias, governança de saúde global, inteligência artificial, finanças para a paz, participação da juventude e diplomacia prática. O relatório pontua que apesar das tensões e restrições, ainda há oportunidades para fortalecer a ação coletiva global por meio da inovação, coordenação política e reconfiguração de alianças, mantendo questões críticas na agenda internacional.[19]

Financiamentos da saúde global

A Global Health Council anuncia que a Política da Cidade do México (*Mexico City Policy*) tem sido revogada e restabelecida por quase todas as administrações dos EUA desde 1984, com impactos significativos sobre o financiamento da saúde global e sobre as organizações que dependem desses recursos. Trata-se de um recurso fundamental para compreender como decisões de assistência externa dos EUA influenciam resultados em saúde global.[20]

Assembleias e processos decisórios da OMS

A NCD Alliance fez notícia sobre a 158ª sessão do Conselho Executivo da OMS (EB158) destacando o que foi colocado pelo Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros, em seu discurso de abertura, como "inegavelmente um dos anos mais difíceis da história da nossa Organização". Os cerca de 53 tema da agenda, que variam do acompanhamento da declaração política da quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre Doenças Não Transmissíveis, Saúde Mental à Atenção Primária à Saúde, foram analisados em prazo mais curto e com intervenções mais breves do que nas sessões anteriores do CE e, em um contexto da redução dos recursos financeiros.[21]

A International Alliance of Patients' Organization publicou notícia sobre três declarações políticas feitas por motivo da 158ª sessão do Conselho Executivo da OMS. A primeira, feita conjuntamente com a Fight the Fakes Alliance foi sobre o item 12 da agenda: Produtos médicos falsificados e abaixo do padrão. A organização também apoiou as seguintes declarações: i) Declaração do grupo liderada pela PATH sobre o item 6 da agenda: Acompanhamento da declaração política da reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre a prevenção e o controle de doenças não transmissíveis; e, ii) Declaração do grupo liderada pela NCD Alliance sobre o item 6 da agenda: Acompanhamento da declaração política da reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre a prevenção e o controle de doenças não transmissíveis.[22]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

A Fundação Huésped realizou um encontro com pessoas vivendo com HIV e profissionais da organização para discutir a adesão aos antirretrovirais, estratégias para aprimorá-la e formas de buscar apoio.[23]

A ACON realizou, durante o Sydney Gay and Lesbian Mardi Gras, uma série de ações de promoção da saúde e segurança voltadas à população LGBTQIA+. Entre as iniciativas, ofereceu

orientações sobre testagem de HIV e uso de PrEP, apoio em redução de danos relacionados ao uso de álcool e outras drogas (incluindo informações sobre naloxona), presença de voluntários treinados em eventos para suporte e encaminhamento, campanhas educativas em mídias sociais, além de atividades de rastreamento de câncer e distribuição de informações sobre saúde e bem-estar. Também promoveu mensagens de prevenção à violência e incentivo ao cuidado comunitário ao longo do festival.[24]

Doenças tropicais negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou que o Global Health Innovative Technology Fund concedeu novo apoio a um projeto de identificação de chumbo da doença de Chagas. Esse projeto tem como objetivo identificar compostos inibidores da fosfodiesterase com eficácia comprovada em um modelo agudo de doença de Chagas, ajudando a avançar na descoberta de novos tratamentos para essa doença.[25]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) publicou notícia, informando que os casos de doença do sono estão diminuindo: nos últimos 20 anos, houve uma redução de 97% nos casos relatados. A notícia destaca que, para alcançar os últimos pacientes e eliminar de forma sustentável essa doença mortal, são necessárias colaboração, inovação contínua e vigilância ativa.[26]

Vigilância epidemiológica e resposta a surtos

MSF iniciou uma ação alar reservatórios de água e apoiar a vigilância de doenças e desnutrição, além de articular a emergencial em El Obeid, ao Norte do Sudão, reforçando serviços de água e saneamento no acampamento Al-Mina Al-Muwahad, que abriga cerca de 25 mil pessoas deslocadas pela guerra. Diante de condições extremamente precárias, a organização passou a construir novas estruturas sanitárias, instampliação da assistência em saúde no acampamento e no Hospital Universitário local. MSF alerta que, com a intensificação dos combates e o aumento do deslocamento forçado, as necessidades humanitárias na região permanecem imensas e amplamente não atendidas.[27]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Saúde mental

A Associação Mundial de Médicos de Família (Wonca) anunciou a realização, em parceria com o Escritório Regional da OMS para a Europa, da mini-conferência "Ampliando a Saúde Mental na Atenção Primária", voltada para discutir maneiras práticas de fortalecer os serviços de saúde mental dentro da atenção primária à saúde.[28]

Dia mundial do câncer

A ACT Promoção da Saúde pelo Dia Mundial do Câncer 2026 reforçou que ambientes saudáveis favorecem escolhas saudáveis e defende políticas públicas como aumento de tributos e regulação da publicidade desses produtos para prevenção populacional. Ao mesmo tempo, destaca a importância de uma abordagem centrada na pessoa, abordando a temática principal deste ano. Destacou também que casos de câncer entre pessoas jovens têm ganhado destaque na mídia, com dados indicando aumento de diagnósticos em menores de 50 anos no SUS entre 2013 e 2024. Reportagens apontam o consumo de ultraprocessados, álcool e tabaco como fatores associados, segundo o Instituto Nacional de Câncer.[29]

Estilos de vida / alimentação saudável / fatores de risco

A ACT Promoção da Saúde e mais de 40 organizações assinaram manifesto contra a ação que questiona a proibição dos cigarros eletrônicos no Brasil. As entidades destacam que evidências científicas apontam riscos dos dispositivos eletrônicos para fumar, incluindo dependência de nicotina e danos respiratórios, cardiovasculares e neurológicos, especialmente entre jovens. Ressaltam ainda que a manutenção da proibição, vigente desde 2009 e reafirmada pela RDC nº 855/2024 após amplo processo regulatório, seguiu critérios técnicos e participação pública. O manifesto defende que a proteção da saúde pública, especialmente de crianças e adolescentes, deve prevalecer, com base em evidências científicas e no cumprimento do acordo já firmado entre Ministério Público Federal e Anvisa para fortalecer a fiscalização.[30]

O SHEM publicou artigo em resposta ao relatório da EAT-Lancet Commission sobre sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. No posicionamento, a organização reconhece a contribuição do relatório ao vincular alimentação, saúde humana e limites planetários, mas aponta limitações relevantes. Entre elas, destaca a insuficiente problematização do modelo agroindustrial, a manutenção da promoção de laticínios sem considerar adequadamente seus impactos ambientais e de bem-estar animal, e a ausência de centralidade da soberania alimentar e da agroecologia. A entidade defende que a promoção de sistemas alimentares justos e sustentáveis deve incorporar o fortalecimento de sistemas locais, a proteção da biodiversidade e o respeito às tradições culturais alimentares.[31]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Fortalecimento de sistemas / APS

A NCD Alliance divulgou notícia sobre a realização do World Health Expo 2026 (antigo Arab Health). Inaugurado em Dubai, o evento reuniu as principais entidades governamentais dos Emirados Árabes Unidos e partes interessadas globais na área da saúde para discutir como construir sistemas de saúde resilientes, equitativos e baseados em dados. Segundo a notícia, em discurso no primeiro dia do evento, a CEO da instituição destacou o" aumento das tensões e conflitos, o agravamento da crise climática, as mudanças geopolíticas, o multilateralismo sob pressão e os profundos cortes de financiamento no setor de saúde como os principais fatores que contribuem para o aumento do fardo das DCNT no mundo".[21]

Organizações de Interesse Privado

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNICEF anunciaram que o aumento do estoque global de vacinas orais contra a cólera permitiu a retomada das campanhas preventivas após mais de três anos, período em que as doses eram usadas apenas para resposta a surtos. A primeira campanha foi lançada em Moçambique, afetado por enchentes e surtos recentes. Um lote inicial de 20 milhões de doses será distribuído entre Moçambique, República Democrática do Congo e Bangladesh. A oferta global quase dobrou desde 2022, alcançando cerca de 70 milhões de doses em 2025, marco considerado fundamental para prevenir grandes emergências de cólera, embora investimentos em água potável e saneamento continuem essenciais.[32]

Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, pesquisadores estão desenvolvendo vacinas contra o MERS-CoV, um coronavírus altamente letal com taxa de mortalidade entre 30–35%. Apesar de surtos menores desde 2012, o MERS continua uma ameaça pandêmica devido à sua capacidade de reinfecção e à circulação contínua em hospedeiros animais (como camelos). Especialistas destacam que, mesmo com poucos casos humanos atuais, a preparação antecipada de vacinas contra MERS é crucial para evitar que uma futura mutação desencadeie uma pandemia mais ampla. Os desenvolvimentos também oferecem lições para estratégias de vacina preventiva contra outros coronavírus emergentes, reforçando a importância da vigilância e do investimento contínuo em pesquisa.[33]

COVID-19

Em artigo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance, especialistas analisam se o mundo realmente aprendeu com a pandemia de COVID-19, especialmente na antecipação de crises de saúde pública. Isso pois, mesmo com avanços científicos e cooperação global sem precedentes durante a COVID-19, muitos sistemas de saúde ainda carecem de capacidade para prever e responder rapidamente às ameaças emergentes. Lições como a necessidade de sistemas de vigilância robustos, comunicação eficaz e coordenação multinacional não foram plenamente incorporadas nas políticas nacionais e internacionais. A capacidade de antecipar crises é reforçada enquanto um pilar fundamental para a resiliência global.[34]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Um estudo financiado pela Wellcome Trust revelou que uma intervenção digital baseada no jogo Tetris pode reduzir significativamente memórias intrusivas, os chamados flashbacks, associados ao transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), especialmente entre profissionais de saúde expostos a experiências traumáticas durante a pandemia. A técnica consiste em reativar brevemente a memória perturbadora e, em seguida, realizar uma tarefa visuoespacial (como o Tetris), que compete com os recursos cognitivos responsáveis pela consolidação dessas imagens mentais, levando a participantes relatarem menos lembranças perturbadoras e muitos ficarem praticamente sem sintomas seis meses depois, sugerindo um método simples, escalável e potencialmente transformador para o tratamento do TEPT.[35]

A EPHA (European Public Health Alliance) ressaltou a importância do lançamento da 5ª edição do Código Europeu Contra o Câncer (ECAC5), por representar uma mudança na prevenção do câncer para além das escolhas pessoais. Desenvolvido por mais de 60 especialistas, o ECAC5 expande as 12 recomendações anteriores para 14, baseadas em evidências sobre estilos de vida, vacinas, rastreamentos e fatores ambientais. A EPHA reconheceu o avanço da proposta ao atualizar as evidências científicas e pelo reconhecimento de que a prevenção do câncer deve ser centrada em responsabilidade social e política compartilhadas.[36]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

A CORE Group divulgou um artigo que defende a manutenção dos serviços essenciais de saúde sexual e reprodutiva (SSR) em contextos frágeis durante surtos como a COVID-19. Alerta que interrupções podem elevar a mortalidade materna, gestações não planejadas, violência de gênero e casos de HIV/ISTs não tratados, destacando a necessidade de coordenação para manter a SSR integrada às respostas humanitárias.[37]

Um consórcio liderado pela Rockefeller Foundation anunciou na *Ministerial 2026* da International Energy Agency o lançamento da Clean Cooking Accelerator Initiative, uma iniciativa voltada para ampliar o acesso a tecnologias de cocção modernas e limpas em países africanos, onde cerca de um bilhão de pessoas ainda dependem de combustíveis tradicionais como madeira e carvão, que aumentam a poluição doméstica do ar e os riscos à saúde. O programa visa fortalecer cadeias de suprimento, apoiar governos com capacidade institucional e desenvolver projetos prontos para investimentos, com o objetivo de melhorar a saúde pública, criar empregos locais, reduzir a degradação florestal e gerar oportunidades econômicas por meio da adoção de métodos de cocção mais limpos e eficientes.[38]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Um consórcio formado pela Organização Mundial da Saúde, Organização Meteorológica Mundial, a Rockefeller Foundation e a Wellcome Trust anunciou durante a Mumbai Climate Week o lançamento de duas iniciativas integradas para enfrentar o calor extremo no Sul da Ásia, um dos mais graves riscos climáticos à saúde pública e à economia da região. O primeiro, chamado South Asia Climate-Health Desk, vai melhorar a tradução de dados climáticos e meteorológicos em ações concretas de proteção à saúde com apoio do Indian Institute of Tropical Meteorology e do India Meteorological Department, enquanto o segundo, chamado South Asia Scientific Research Consortium, aprofundará a compreensão dos efeitos do calor sobre diferentes populações, fortalecendo sistemas de alerta precoce e planos de ação para reduzir riscos e salvar vidas diante do aquecimento acelerado da região.[39]

A The Rockefeller Foundation lançou nota oficial redigida por Elizabeth Yee, vice-presidente executiva da instituição, lamentando que a agência ambiental dos Estados Unidos, *Environmental Protection Agency* (EPA), reverteu sua posição histórica de que os gases de efeito estufa representam uma ameaça à saúde e ao bem-estar humanos e ambientais. Segundo a fundação essa nova postura não altera as evidências científicas robustas de décadas que mostram os impactos nocivos da poluição do clima sobre a saúde pública, comunidades e competitividade econômica dos EUA; a declaração enfatizou que a fundação continuará a apoiar rigorosamente a ciência e os dados como base para políticas e inovações que protejam a saúde, promovam oportunidades e melhorem vidas nos Estados Unidos e no mundo, sublinhando a importância de pesquisa baseada em evidências mesmo diante de decisões regulatórias controversas.[40]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Em Togo, programas de saúde comunitária impulsionados por agentes locais demonstraram impacto substancial na redução da mortalidade infantil. A iniciativa, apoiada pela GAVI, The Vaccine Alliance, capacitou trabalhadoras e trabalhadores comunitários para identificar sinais precoces de doenças, promover triagens domiciliares e apoiar a adesão ao tratamento, além de fortalecer a educação em saúde entre famílias em áreas rurais. O resultado foi uma redução de quase 30% no risco de morte entre crianças menores de 5 anos nas comunidades atendidas. O estudo mostra que envolver agentes comunitários não só amplia o alcance dos serviços de saúde, mas também aumenta a confiança das famílias no sistema, melhorando a cobertura vacinal e a detecção precoce de condições graves.[41]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Em matéria veiculada pela GAVI, The Vaccine Alliance, especialistas identificaram seis grandes ameaças à saúde que podem moldar o panorama de 2026: (1) doenças infecciosas

emergentes; (2) resistência antimicrobiana crescente; (3) impactos das mudanças climáticas na saúde; (4) disparidades persistentes no acesso à imunização; (5) fragilidade e conflitos que interrompem sistemas de saúde; e (6) fadiga política e erosão de apoio financeiro à saúde global. Cada ameaça representa desafios interligados que exigem respostas coordenadas, como fortalecimento da vigilância epidemiológica, políticas de redução de emissões, desenvolvimento de novos antimicrobianos e vacinas, além de resiliência institucional. Possíveis soluções exigirão integração entre ciência, políticas públicas e participação comunitária.[42]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

A Gates Foundation publicou um ensaio fotográfico destacando o relato de Dr. Hadiza Galadanci, obstetra-ginecologista e pesquisadora nigeriana. Neste é mostrada a rotina de quem trabalha na linha de frente da saúde materna em um contexto onde milhares de mulheres ainda morrem por complicações evitáveis durante a gestação e o parto. Galadanci descreve sua trajetória pessoal desde que decidiu ser médica até as inovações práticas que sua equipe implementou, como o uso de um dreno medidor de sangue e o protocolo E-MOTIVE para detecção precoce e tratamento rápido de hemorragia pós-parto, que têm levado a reduções substanciais de mortes maternas e moldado políticas nacionais e diretrizes clínicas internacionais. Esse dreno é uma das invenções da Gates Foundation divulgada em seu GoalKeepers de 2023.[43]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

A *CORE Group* comentou o relatório sobre AID. As mudanças nos fluxos de financiamento, disrupções institucionais e possíveis reconfigurações na governança e no papel dos doadores (Estados Unidos). Trata-se de uma leitura estratégica sobre a incerteza, transição e reorganização do campo da cooperação internacional.[44]

Eventos

A *Consortium of Universities for Global Health* (CUGH) disponibilizou a gravação do webinar "Como fornecer atendimento médico urgente em Gaza", realizado no início de fevereiro. O evento virtual contou com a participação de seis especialistas internacionais, incluindo dois que estão atualmente em Gaza. A discussão focou no que é necessário para permitir que as 18.500 pessoas que aguardam tratamento urgente e vital, incluindo mais de 4.000 crianças, tenham acesso aos cuidados de que precisam e como a sociedade civil pode contribuir. O webinar na íntegra pode ser visto na página da organização.[45]

Considerações Finais

As manifestações divulgadas confirmam que a agenda da saúde global tem sido tensionada por uma combinação de conflitos prolongados**,** crises humanitárias**,** restrições orçamentárias e disputas sobre os rumos do multilateralismo, ao mesmo tempo em que se amplia o reconhecimento de que desigualdade, direitos e clima não são “temas paralelos”, mas determinantes estruturantes das respostas em saúde. Nesse sentido, o conjunto de manifestações evidencia uma diplomacia da saúde cada vez mais atravessada por dilemas de coordenação e financiamento — com impactos diretos sobre proteção de populações em risco, continuidade de serviços essenciais e capacidade de preparação para emergências.

Do ponto de vista analítico, o informe sugere que as OSC têm operado como sensores precoces de tendências e tensões do campo: denunciam restrições à ação humanitária e violações de direitos, cobram respostas ancoradas em evidências e reafirmam pautas de justiça (como dignidade menstrual e equidade de gênero), ao passo que acompanham criticamente processos decisórios e a situação financeira de organismos multilaterais.

Assim, as manifestações reforçam a necessidade de fortalecer a ação coletiva em saúde global com foco em (i) proteção do espaço humanitário, (ii) estabilidade e previsibilidade do financiamento, (iii) políticas de prevenção e regulação de riscos (incluindo DCNT), e (iv) integração consistente entre clima, inovação e saúde — sem deslocar o eixo de equidade.

Referências

1. World Vision. Ukrainian Children Face Worsening Learning Loss in Fourth Winter of War, World Vision Warns [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/ukraine/ukrainian-children-face-worsening-learning-loss-fourth-winter-war-world-vision

2. World Vision. Urgent Call Launched to Ensure Access to Safe Water, Sanitation, and Hygiene to Save the Lives of Thousands of Children [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/water-sanitation-and-hygiene/urgent-call-launched-ensure-access-safe-water-sanitation-and

3. February 26. ActionAid's solidarity statement with the people of Cuba [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/actionaids-solidarity-statement-people-cuba

4. Fòs FeministaFrom Menstrual Hygiene to Menstrual Justice: The Promise and Limits of India's Landmark Ruling. From Menstrual Hygiene to Menstrual Justice: The Promise and Limits of India's Landmark Ruling [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/from-menstrual-hygiene-to-menstrual-justice-the-promise-and-limits-of-indias-landmark-ruling/

5. Feminista F. Cross-Country Report: Menstrual Dignity & Discrimination [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/cross-country-report-menstrual-dignity-discrimination/

6. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. International Day of Women and Girls in Science [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_international-day-of-women-and-girls-in-science-activity-7427395178832850944-1R-P

7. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. New Protection Analysis: Men and Boys in the West Bank [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_opt-west-bank-protection-analysis-update-activity-7432680908991660032-CyPK

8. IFA. International Federation on Ageing. #hrc61 #humanrights #olderpersons #ageing #longevity #healthyageing #ifa [Internet]. At the 61st Session of the UN Human Rights Council. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_hrc61-humanrights-olderpersons-activity-7432779905186086913-PJ-W

9. European Public Health Alliance. Solidarity Statement in Defense of MSF, Oxfam and NGOs Operating in Gaza – EPHA. [cited 2026 Feb 26]; Available from: https://epha.org/solidarity-statement-in-defense-of-msf-oxfam-and-ngos-operating-in-gaza/

10. Latest News [Internet]. ACON. 2015 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

11. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. February 6th was Sámi People's Day [Internet]. [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_publichealth-globalhealth-indigenoushealth-activity-7427022309128900608-Ma3z

12. Quatro anos de guerra na Ucrânia: o que isso tem custado às pessoas [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/quatro-anos-de-guerra-na-ucrania-o-que-isso-tem-custado-as-pessoas/

13. February 23. Silencing the Guns and Reasserting African Agency for Peace in Sudan [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/silencing-guns-and-reasserting-african-agency-peace-sudan

14. Sudão: MSF trata cerca de 170 pessoas em duas semanas após ataques com drones [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/sudao-msf-trata-cerca-de-170-pessoas-em-duas-semanas-apos-ataques-com-drones/

15. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. If we allow humanitarian lifelines to be targeted, we normalize cruelty [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_sudan-northsudan-darfur-activity-7431299259301257217-Holf

16. STF decepciona e decide não julgar mérito de ação que contestava concessão automática de patentes (pipeline) [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/stf-decepciona-e-decide-nao-julgar-merito-de-acao-que-contestava-concessao-automatica-de-patentes-pipeline/

17. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Gun violence is bleeding health systems dry. WHO leadership is overdue [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_gun-violence-is-bleeding-health-systems-activity-7427690454542102528-ZXDP

18. From Evidence to Action: Global Coalition Launches Push for Stronger WHO Leadership on Gun Violence [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.ifsw.org/from-evidence-to-action-global-coalition-launches-push-for-stronger-who-leadership-on-gun-violence/

19. LinkedIn [Internet]. [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-centre_geneva-policy-outlook-2026-activity-7429235816415010816-NiGm?utm_source=social_share_send&utm_medium=member_desktop_web&rcm=ACoAAB-1kpYBy5wc1a18EVNiYw9SA31k09_QgQA

20. Global Health Council. The Mexico City Policy and the global health funding [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_globalhealth-mexicocitypolicy-foreignaid-activity-7432152788920451072-eYni

21. Health System Reform the Only Viable Pathway to Address NCDs, Says Katie Dain at WHX Dubai [Internet]. NCD Alliance. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/health-system-reform-the-only-viable-pathway-to-address-ncds-says-katie

22. IAPO participates in the 158th WHO Executive Board 2026 [Internet]. [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15745

23. ¿Cómo hacer que el tratamiento sea parte de tu vida? Claves para tener una mejor adherencia [Internet]. [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/como-hacer-que-el-tratamiento-sea-parte-de-tu-vida-claves-para-tener-una-mejor-adherencia

24. Latest News [Internet]. ACON. 2015 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/#acon-here-to-help-on-health-safety-wellbeing-at-mardi-gras-2026

25. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. GHIT Fund Awards Eisai-led Chagas Disease Research Project [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_were-pleased-to-share-that-the-global-health-activity-7430527260895576064-9-_D

26. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Sleeping sickness cases are going down [Internet].

[cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_sleeping-sicknesscases-are-going-down-activity-7428046261347590144-ej2X

27. MSF inicia ação de emergência em El Obeid, perto de uma das frentes de batalhas mais ativas do Sudão [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/msf-inicia-acao-de-emergencia-em-el-obeid-perto-de-uma-das-frentes-de-batalhas-mais-ativas-do-sudao/

28. WONCA. World Association of Family Doctors. Scaling up mental health in primary care [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_this-week-scaling-up-mental-health-in-activity-7431623222451761153-88I7

29. Waetge J. Dia Mundial do Câncer 2026: prevenção e cuidado integral em pauta [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://actbr.org.br/cancer-em-jovens/8804/

30. Waetge J. Ação judicial que questiona proibição de vapes ignora evidências científicas e tenta atropelar processo regulatório da Anvisa [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://actbr.org.br/proibicao-dos-cigarros-eletronicos/8846/

31. LinkedIn [Internet]. [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_shems-response-to-the-eat-lancet-commission-activity-7431731762080284672-6HXF?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAADdFdlcBJ14tDspukdsqDg2baq5Ib84opAE

32. Preventive cholera vaccination resumes as global supply reaches critical milestone [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/preventive-cholera-vaccination-resumes-global-supply-reaches-critical-milestone

33. Geddes L. Could a new vaccine help stop the deadly MERS coronavirus? [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/could-new-vaccine-help-stop-deadly-mers-coronavirus

34. Joi P. Have we already forgotten the lessons of COVID-19? We asked an expert in anticipating crises [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/have-we-already-forgotten-lessons-covid-19-we-asked-expert-anticipating-crises

35. Wellcome Trust. Mental health tool, which includes Tetris, stops intrusive flashbacks [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/mental-health-tool-which-includes-tetris-stops-intrusive-flashbacks

36. European Public Health Alliance, Sokolović M. EPHA welcomes ECAC5 as it moves cancer prevention beyond personal choice and into the political arena – EPHA. [cited 2026 Feb 26]; Available from: https://epha.org/epha-welcomes-ecac5-as-it-moves-cancer-prevention-beyond-personal-choice-and-into-the-political-arena/

37. CORE Group. Safeguarding SRH Services in Conflict Zones Amid COVID-19 [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_srh-covid19-srh-activity-7425191511421751296-pgNe

38. Rockefeller Foundation, Global Energy Alliance, Clean Cooking Alliance, Energy Corps to Scale Modern Cooking Technologies in Africa [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-global-energy-alliance-clean-cooking-alliance-energy-corps-scale-modern-cooking-technologies-in-africa/

39. Indian, Regional, and Global Partners Launch Initiatives to Address Extreme Heat in South Asia [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/indian-regional-and-global-partners-launch-initiatives-to-address-extreme-heat-in-south-asia/

40. Yee E. Statement by Elizabeth Yee, Executive Vice President of The Rockefeller Foundation, on Science and Data [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-from-liz-yee-on-epa/

41. Joi P. Community-driven care cuts risk of child deaths in Togo by nearly a third [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/community-driven-care-cuts-risk-child-deaths-togo-nearly-third

42. Geddes L. Six major health threats that could shape 2026: here's what experts are watching [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/six-major-health-threats-could-shape-2026-heres-what-experts-are-watching

43. Galdanci H. Come to work with an obstetrician in Kano, Nigeria [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/obgyn-experience-photo-essay-dr-hadiza-galadanci/

44. CORE Group. The AID Report [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Feb 25]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_globalhealth-foreignassistance-developmentfinance-activity-7432424388978700288-1VlX

45. How to Provide Urgent Medical Care to Gaza [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 26]. Available from: https://youtu.be/sz6HjbjFOb0

O despertar do Sul Global

El despertar del Sur Global

The Rise of the Global South

Regina Ungerer
Erica Kastrup
Rychard de Lima Monteiro

Resumo: Em fevereiro de 2026, o cenário da cooperação internacional foi marcado pela redefinição estratégica de instituições-chave e pelo avanço de parcerias técnicas. O UNOSSC apresentou seu Marco Estratégico 2026-2029, transitando de executor a catalisador global via financiamento misto, enquanto o G-77 e China reforçaram a urgência da reforma financeira global e da erradicação da pobreza frente à Agenda 2030.

A diplomacia brasileira consolidou sua presença estruturante na África. A ABC inaugurou escritório em Adis Abeba para interlocução com a União Africana, ao passo que a Fiocruz avançou em Angola e parcerias com a DNDi. Em Moçambique, a cooperação triangular Brasil-Japão elevou a gestão hospitalar local, reafirmando o compromisso do país com a saúde global.

No plano normativo, o MNA e o Centro Sul articularam em Genebra a defesa da soberania tecnológica e fiscal. Os debates focaram na governança equitativa da Inteligência Artificial e em minerais críticos, contrapondo-se às limitações da OCDE e OMC. Ações concretas, como a sinergia farmacêutica Índia-Sérvia ("farmácia do mundo"), exemplificaram a busca por autonomia.

Complementando essa agenda, a NAMYO promoveu o Fórum de Jovens Líderes, integrando soberania educativa e justiça climática através de "Empregos Verdes". O Centro Sul encerrou o mês propondo o *Global South Hub* e o uso de IA para coordenação diplomática, buscando transformar o discurso de não ingerência em resiliência econômica e autonomia tecnológica concreta para o Sul Global.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen. *En febrero de 2026, el escenario de la cooperación internacional estuvo marcado por la redefinición estratégica de instituciones clave y el avance de alianzas técnicas. La UNOSSC presentó su Marco Estratégico 2026-2029, transitando de ejecutor a catalizador global mediante el financiamiento mixto, mientras que el G-77 más China reforzó la urgencia de la reforma financiera global y la erradicación de la pobreza frente a la Agenda 2030.*

La diplomacia brasileña consolidó su presencia estructural en África. La Agencia Brasileña de Cooperación inauguró una oficina en Adís Abeba para la interlocución con la Unión Africana, al tiempo que la Fiocruz avanzó en Angola y en alianzas con la DNDi. En Mozambique, la cooperación triangular Brasil-Japón elevó la gestión hospitalaria local, reafirmando el compromiso del país con la salud global.

En el plano normativo, el MNOAL (Movimiento de Países No Alineados) y el Centro Sur articularon en Ginebra la defensa de la soberanía tecnológica y fiscal. Los debates se centraron en la gobernanza equitativa de la Inteligencia Artificial y en los minerales críticos, contraponiéndose a las limitaciones de la OCDE y la OMC. Acciones concretas, como la sinergia farmacéutica India-Serbia (la "farmacia del mundo"), ejemplificaron la búsqueda de autonomía.

Complementando esta agenda, la NAMYO promovió el Foro de Jóvenes Líderes, integrando la soberanía educativa y la justicia climática a través de "Empleos Verdes". El South Centre cerró el mes proponiendo el Global South Hub y el uso de la IA para la coordinación diplomática, buscando transformar el discurso de no injerencia en resiliencia económica y autonomía tecnológica concreta para el Sur Global.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract. *In February 2026, the international cooperation landscape was shaped by the strategic redefinition of key institutions and the advancement of technical partnerships. UNOSSC presented its 2026-2029 Strategic Framework, transitioning from an implementer to a global catalyst via blended finance, while the G-77 and China reinforced the urgency of global financial reform and poverty eradication in light of Agenda 2030.*

Brazilian diplomacy consolidated its structural presence in Africa. The Brazilian Cooperation Agency inaugurated an office in Addis Ababa to strengthen dialogue with the African Union, while Fiocruz made progress in Angola and expanded partnerships with the DNDi. In Mozambique, Brazil-Japan triangular cooperation enhanced local hospital management, reaffirming the country's commitment to global health.

On the normative front, the NAM and the South Centre coordinated efforts in Geneva to defend technological and fiscal sovereignty. Debates focused on the equitable governance of Artificial Intelligence and critical minerals, countering the limitations of the OECD and WTO. Concrete actions, such as the India-Serbia pharmaceutical synergy (the "pharmacy of the world"), exemplified the drive for autonomy.

Complementing this agenda, NAMYO promoted the Youth Leaders Forum, integrating educational sovereignty and climate justice through "Green Jobs." The South Centre concluded the month by proposing a Global South Hub and the use of AI for diplomatic coordination, seeking to transform the discourse of non-interference into economic resilience and concrete technological autonomy for the Global South.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos,

especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do mês de fevereiro de 2026





O mês foi um período de viragem institucional para o UNOSSC. O evento central foi a 1ª Sessão Regular de 2026 do Conselho Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS, realizada entre os dias 2 e 5 de fevereiro.

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, apresentou formalmente o novo **Marco Estratégico (DP/CF/SSC/8)** para o ciclo 2026-2029. Este documento consolida a "redefinição fundamental" da agência, passando de uma função de execução de projetos para um papel de catalisador de parcerias globais e líder de pensamento.

Durante as sessões, discutiu-se a realidade financeira crítica do UNOSSC, já que o PNUD reduziu o financiamento do UNOSSC para US$ 16,6 milhões (comparado aos US$ 22,3 milhões do ciclo anterior). Desta forma, comprometeu-se a utilizar estes recursos apenas de forma "catalítica". O UNOSSC passará a focar em mecanismos de **financiamento misto** e **conversão de dívida** para alavancar novos recursos para o Sul Global e compensar a queda na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Diálogo Político com o G-77 e China

Um marco importante foi a interação com o G-77 e a China. Em 5 de fevereiro, o G-77 emitiu uma declaração formal expressando preocupação com os cortes orçamentários, mas reafirmando o apoio ao mandato do UNOSSC (ver na sessão do G-77)

O UNOSSC iniciou o desenvolvimento de "arranjos de implementação" para incorporar o feedback do G-77, garantindo que a nova estratégia não abandone as necessidades operacionais dos países do Sul Global.

Outra atividade no mês foi a mobilização do UNOSSC para angariar apoio à sua nova **Aliança Global**, uma plataforma multissetorial desenhada para traduzir a procura dos países em parcerias escalonáveis, integrando bancos de desenvolvimento, o setor privado e a academia.

E em relação à iniciativa ONU80, estão tentando demonstrar como a cooperação Sul-Sul pode ser um acelerador para os ODS, especialmente em áreas como transição digital, inteligência artificial e ação climática.

Gestão dos Fundos Fiduciários

Apesar de sua reestruturação, o UNOSSC reafirmou seu papel na gestão fiduciária de fundos importantes, como o **Fundo Fiduciário da Índia-ONU** e o **Fundo Pérez-Guerrero**, garantindo que projetos em curso (como o abrigo de furacões nas Bahamas ou iniciativas no Rio Mekong) não fossem interrompidos pela transição estratégica.

Em suma, fevereiro de 2026 não foi um mês de "execução de campo" tradicional, mas sim um mês de definição política e sobrevivência institucional, onde o UNOSSC garantiu o seu mandato para os próximos quatro anos sob um modelo mais enxuto e estratégico.

Marco Estratégico 2026-2029 do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) – pontos principais

Reestruturação Fundamental (Reset)

O documento estabelece uma "redefinição fundamental" para o UNOSSC, visando torná-lo mais ágil e eficiente diante de um cenário de declínio da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e crises globais. O objetivo é transformar a agência em um catalisador de inovação e mudança, alinhado às reformas da iniciativa "ONU80".

Criação de uma Aliança Global

Uma das propostas centrais é a criação de uma Aliança para a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Esta funcionará como uma plataforma de colaboração multissetorial para:

- Alavancar recursos técnicos e financeiros.
- Facilitar a programação conjunta e a implementação no terreno.
- Incluir agências da ONU, bancos de desenvolvimento, setor privado e academia.

Novas Capacidades Essenciais

O UNOSSC passará a focar em quatro capacidades principais:

- **Ponto Focal e Convocador:** Atuar como mediador imparcial no sistema ONU.
- **Gestor Estratégico:** Facilitar e gerenciar a nova aliança global.
- **Líder de Pensamento:** Atuar como um hub de conhecimento e inovação, utilizando tecnologias como Inteligência Artificial.
- **Inovador de Financiamento:** Apoiar modelos liderados pelo Sul, como financiamento misto (*blended finance*) e trocas de dívida por metas de desenvolvimento.

Realidade Financeira e Eficiência

O documento revela uma redução significativa no financiamento proveniente do PNUD, que alocou **US$ 16,6 milhões** para o ciclo 2026-2029, comparado aos US$ 22,3 milhões do ciclo anterior.

- Essa redução serve como incentivo para o UNOSSC adotar um papel mais estratégico e menos administrativo.
- Os recursos serão direcionados exclusivamente para fins catalíticos e "capital semente" para soluções escaláveis.
- Haverá uma busca por maior recuperação de custos para garantir a sustentabilidade das operações.

Prioridades Temáticas

O plano foca em áreas críticas para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- Transformação digital e governança de IA.
- Ação climática e transições energéticas verdes.

- Financiamento inovador para superar gargalos nos ODS.
- Desenvolvimento inclusivo (gênero, juventude e populações vulneráveis).

Gestão Baseada em Impacto

O UNOSSC pretende abandonar o modelo tradicional de relatórios focados em "atividades" para priorizar a medição de **impactos sistêmicos**. Isso inclui a criação de um "cartão de pontuação" (*score card*) para as agências da ONU e o uso de dados qualitativos para avaliar como as iniciativas realmente mudam a vida das pessoas.

O novo Marco Estratégico detalha como o UNOSSC pretende estreitar a colaboração com os Coordenadores Residentes (RCs) e as Equipes de País da ONU (UNCTs) para que a cooperação Sul-Sul deixe de ser uma atividade periférica e se torne central no desenvolvimento local:

- **Integração via DCO:** O UNOSSC fortalecerá sua ligação com o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento (DCO), buscando ampliar sua voz nos grupos de decisão da ONU.
- **Alinhamento de Diretrizes:** O escritório utilizará orientações formuladas em parceria com o DCO para integrar a cooperação Sul-Sul e triangular em todas as atividades de desenvolvimento da ONU.
- **Foco no Nível Nacional:** A estratégia visa garantir que essas modalidades de cooperação respondam diretamente às prioridades nacionais e impulsionem resultados locais.
- **Instrumentos de Programação:** Os Quadros de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCFs) serão a principal ferramenta para aplicar essas atividades no nível dos países.
- **Interação Sistemática:** Haverá uma interação mais próxima e sistemática com o Grupo de Desenvolvimento Sustentável da ONU para garantir que a cooperação Sul-Sul faça parte do trabalho diário dos Coordenadores Residentes.
- **Mecanismo Interagencial Reinvigorado:** Através de planos de ação anuais, o Mecanismo Interagencial promoverá sinergias entre as entidades da ONU e os Coordenadores Residentes para melhorar a coordenação de políticas e apoio programático no terreno.

Outros destaques do UNOSSC

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, liderou uma série de compromissos estratégicos focados na expansão da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), destacando-se o lançamento do Relatório Regional UNOSSC-DCO, que reafirma a América Latina e o Caribe como arquitetos fundamentais deste modelo integrado às estruturas da ONU.

Em reuniões com a diplomata Mathu Joyini e o representante do Azerbaijão, Tofig Musayev, Al-Khatib explorou o fortalecimento de parcerias multissetoriais através da futura Aliança Global e da plataforma *South-South Galaxy*, visando conectar soluções do Sul a financiamentos e especialistas. Esses esforços, que incluem a colaboração com o Azerbaijão para o Fórum Urbano Mundial (WUF13) e parcerias com a AIDAzerbaijan e o ASAN Service, buscam transformar evidências em ações concretas e diálogos políticos para ampliar o desenvolvimento sustentável global.

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde



6 de fevereiro de 2026 – inauguração do escritório da ABC na Etiópia

Foi inaugurado em Adis Abeba, sede da União Africana, o Escritório de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. A estrutura, subordinada à Embaixada do Brasil na Etiópia, havia sido formalizada em abril de 2025 por ato do ministro Mauro Vieira.

O evento contou com a presença do diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Ruy Pereira, além de autoridades brasileiras, etíopes e representantes de organismos internacionais. Também participaram a presidente da Embrapa, Sílvia Massruhá, o embaixador do Brasil em Adis Abeba, Jandyr Ferreira dos Santos, e representantes da ApexBrasil, Sebrae e Fiocruz. Na ocasião, destacou-se o início das atividades do técnico José Ednilson Miranda, da Embrapa, que atua permanentemente no escritório desde setembro de 2025.

O novo Escritório atuará em coordenação com a ABC, o governo etíope e a União Africana para planejar e executar projetos de cooperação técnica, científica, tecnológica e de assistência humanitária. Segundo o diretor da ABC, a iniciativa concretiza o compromisso assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2024 de ampliar a presença brasileira na África. O foco será o fortalecimento de parcerias em setores como agricultura, saúde e meio ambiente, além da cooperação com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), visando projetos alinhados à Agenda 2063.

Para saber mais, clique aqui.



9 de fevereiro de 2026 – Brasil, Japão e Moçambique celebram avanços na gestão hospitalar moçambicana

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) divulgou os resultados de uma iniciativa de cooperação triangular entre Brasil, Japão e Moçambique, voltada ao fortalecimento da gestão hospitalar e à melhoria do atendimento no país africano.

O projeto, realizado em parceria com o Ministério da Saúde de Moçambique, o Hospital Central de Maputo e a Agência Japonesa de Cooperação (JICA), adaptou com sucesso o modelo de experiências do Sistema Único de Saúde (SUS) à realidade local.

Entre as principais entregas, destacam-se a implantação de um Programa de Qualidade Hospitalar, a estruturação de um sistema ágil para transferência de pacientes e a atualização de normas técnicas. Além disso, a iniciativa promoveu capacitações em áreas críticas, como UTI, neonatologia e imagiologia, beneficiando 139 profissionais. Esses avanços consolidam a segurança clínica e elevam o padrão dos serviços prestados à população moçambicana.

Para saber mais, clique aqui.

A Fiocruz na cooperação Sul-Sul em saúde



Fiocruz e Ministério da Saúde de Angola avançam na etapa final da atualização do Mapa Entomológico do país

Entre 26 de fevereiro e 5 de março de 2026, gestores da Fiocruz estão cumprindo agenda em Luanda, Angola, para negociar as etapas finais da atualização do mapa entomológico nacional.

A iniciativa, liderada pelo Ministério da Saúde de Angola, integra o Programa Regional de Aprimoramento dos Sistemas de Vigilância de Doenças (REDISSE IV) e conta com financiamento do Banco Mundial para fortalecer a resposta a surtos e ameaças à saúde pública no continente africano.

A Fiocruz foi selecionada para executar a atualização do mapa, sob a coordenação da Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais e a liderança técnica da Fiocruz Rondônia, com o apoio do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Fórum Itaboraí.

Desde março de 2025, o projeto promove o fortalecimento da vigilância entomológica angolana por meio do intercâmbio de saberes e formação de recursos humanos. O histórico de ações inclui:

- **Capacitação inicial (abril/maio de 2025):** 95 profissionais de diversas províncias foram treinados em entomologia básica e coleta de vetores.
- **Expedições de campo:** Coletas realizadas em províncias como Luanda, Huambo e Lubango evoluíram para uma cobertura nacional completa em janeiro de 2026.
- **Formação no Brasil (julho de 2025):** Técnicos angolanos passaram por imersão nos campi da Fiocruz no Rio de Janeiro, Rondônia e Manaus, com foco em detecção molecular e monitoramento de resistência de vetores.

Próximos Passos Ao longo do mês de março de 2026, especialistas da Fiocruz estarão no Instituto de Investigações em Saúde (Angola) para capacitar profissionais em taxonomia de vetores. A etapa final prevê a elaboração conjunta do Mapa Entomológico, utilizando análise de dados coletados em campo.

Esta ação é pilar fundamental para políticas de prevenção a epidemias e reflete o conceito de **Cooperação Sul-Sul estruturante** da Fiocruz: uma abordagem multidisciplinar que forma multiplicadores e garante a sustentabilidade do conhecimento local.



11 de fevereiro de 2026 – Fiocruz e DNDi[1] consolidam Aliança Estratégica para o combate a doenças negligenciadas

Representantes da Fiocruz e da DNDi reuniram-se no Campus da Fiocruz no Rio de janeiro, para alinhar objetivos e consolidar a parceria estratégica entre as instituições.

[1] DNDi – *Drugs for Neglected Diseases initiative*, ou Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas

As discussões foram em torno do fortalecimento do *Joint Steering Committee* e articulação em blocos internacionais (Mercosul, OPAS e BRICS) e a transferência de tecnologia e registros dos medicamentos ravidasvir, miltefosina e nifurtimox.

Discutiu-se também o alinhamento sobre os próximos passos e avanços nas pesquisas conjuntas sobre Dengue.

A DNDi reafirmou seu apoio ao processo de internacionalização da Fiocruz, e ambas as instituições reiteraram o compromisso com inovação, produção local e acesso equitativo a tecnologias em saúde, especialmente para doenças negligenciadas priorizadas pela Organização Mundial da Saúde.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[2], Nairóbi (UNEP)[3], Paris (UNESCO)[4], Roma (FAO/IFAD)[5], Viena (UNIDO)[6] e Washington (G-24)[7].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

16 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC sobre as transformações dos sistemas agroalimentares para não deixar ninguém para trás, painel 1: Ampliar o financiamento para transformar os sistemas agroalimentares: Acelerando as oportunidades de emprego e empreendorismo.

O G-77 e a China destacaram a importância da transformação dos sistemas agroalimentares como pilar fundamental para a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o combate à fome. O Grupo enfatizou que, para os países em desenvolvimento, esses sistemas são motores de prosperidade econômica e geração de empregos, mas alertou que as lacunas de financiamento internacional permanecem críticas e abaixo do necessário para enfrentar desastres e a variabilidade climática. Nesse sentido, defendeu-se um aumento no financiamento previsível e acessível, instando as instituições financeiras internacionais a

[2] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[3] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[4] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[5] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[6] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[7] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

buscarem soluções urgentes para países altamente endividados, sempre respeitando a soberania e as prioridades nacionais.

O Grupo ressaltou que o financiamento público continua sendo vital, embora o setor privado possa desempenhar um papel complementar através de modelos de financiamento misto, desde que estes sejam transparentes e voltados para pequenos produtores, mulheres, jovens e comunidades indígenas. Além disso, o Grupo defendeu a revitalização do setor agrícola por meio de investimentos em educação, alfabetização digital e tecnologias de informação, visando criar empregos dignos e garantir a segurança alimentar.

Por fim, pediram maior acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial, e pelo fortalecimento de programas de capacitação em agrotecnologia e inovação. O Grupo também expressou profunda preocupação com o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais, que prejudicam a capacidade de desenvolvimento dos sistemas agroalimentares, e defendeu que, com meios de implementação adequados, o setor pode se tornar um motor poderoso para o crescimento inclusivo e o empreendedorismo rural.

13 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião informal com o vice-presidente do ECOSOC sobre as atividades operacionais do segmento de desenvolvimento

O G-77 e a China estabeleceram suas prioridades para o Segmento de Atividades Operacionais para o Desenvolvimento (OAS) do ECOSOC de 2026, enfatizando que a erradicação da pobreza deveria ser o eixo central da agenda. O Grupo defendeu uma estrutura de painéis mais enxuta e interativa para permitir maior diálogo com os Estados-Membros, além de ter solicitado discussões específicas sobre os países que corriam o risco de serem deixados para trás na reta final da Agenda 2030.

Um ponto de grande relevância foi a exigência de um financiamento sustentável, previsível e adequado para o Sistema de Desenvolvimento da ONU e para o sistema de Coordenadores Residentes. O Grupo destacou que obstáculos como a dívida externa, as mudanças climáticas e as medidas coercitivas unilaterais afetavam desproporcionalmente os países em desenvolvimento e dificultavam o trabalho das equipes da ONU em campo.

Quanto às reformas institucionais, o G-77 expressou apoio à Iniciativa ONU80, desde que esta não comprometa os mandatos de desenvolvimento nem interrompa a entrega de resultados. Eles solicitaram diálogos detalhados sobre as propostas de fusão e reconfiguração de equipes, além de atualizações sobre a implementação do Compromisso de Sevilha.

12 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião plenária da AGNU sobre a nomeação dos membros do painel científico internacional independente sobre Inteligência Artificial.

O G-77 e a China destacaram que o processo de seleção para o Painel Independente sobre Inteligência Artificial (IA) deve ser pautado pela transparência, mérito e diversidade regional e acadêmica, reconhecendo os esforços do Secretário-Geral para garantir uma representação geográfica ampla. O Grupo reiterou que o Painel deve atuar como um órgão multidisciplinar e baseado em evidências, com avaliações científicas sobre riscos, oportunidades e governança da IA, além de orientações imparciais que assegurem o acesso equitativo e inclusivo a essa tecnologia. Para o Grupo, é fundamental que os países em desenvolvimento

sejam capazes de fomentar sua autonomia tecnológica, gerir riscos e desenhar políticas nacionais baseadas no conhecimento.

O Grupo enfatizou a necessidade urgente de marcos internacionais abrangentes que garantam a inclusão plena do Sul Global na governança da IA, respeitando os princípios de soberania nacional e transparência. Para evitar que qualquer país seja deixado para trás, defenderam que a cooperação internacional priorize a capacitação, o financiamento acessível, a transferência de tecnologia e uma governança de dados justa, fortalecendo também a cooperação Sul-Sul e triangular. Se governada de forma adequada, a IA é vista como uma ferramenta capaz de transformar serviços públicos, expandir o acesso à saúde e educação e acelerar o cumprimento da Agenda 2030.

Por fim, o G77 e a China reafirmaram que o Painel Independente deve estar alinhado às iniciativas existentes da ONU e conectado ao Diálogo Global sobre Governança da IA, servindo como base para discussões políticas. O Grupo apoiou as recomendações do Secretário-Geral, lamentando que um tema de tamanha relevância tenha sido levado a votação, e reafirmou seu compromisso com uma abordagem de governança que previna o aumento do fosso digital e garanta que a inteligência artificial sirva como um motor de desenvolvimento sustentável e prosperidade compartilhada para todos.

12 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a 1ª reunião informativa com os Co facilitadores do documento final do Fórum de Financiamento para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026

O Grupo dos 77 e a China expressaram preocupação com o cronograma proposto para as negociações, defendendo um processo mais inclusivo que respeite as prioridades substantivas dos países em desenvolvimento. O Grupo enfatizou que o "Compromisso de Sevilha" representa uma conquista histórica para o Sul Global e que o documento de resultados de 2026 deve ser conciso e focado exclusivamente na implementação dessas metas, evitando renegociações ou retrocessos em relação à ambição já estabelecida. Nesse contexto, o Grupo defendeu que o Fórum de Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento (FfD) deve servir para explorar vias de financiamento e garantir a coerência entre os diversos atores do sistema financeiro.

Entre os elementos essenciais para o novo documento, o Grupo destacou a mobilização de recursos públicos domésticos, o combate aos fluxos financeiros ilícitos e a necessidade urgente de reformar a arquitetura financeira internacional para torná-la mais resiliente e equitativa. Além disso, o G-77 e a China destacaram a importância de enfrentar os desafios da sustentabilidade da dívida, garantir que o comércio internacional funcione como motor de desenvolvimento e assegurar o acesso à capacitação técnica. O Grupo também reafirmou que medidas coercitivas unilaterais constituem um obstáculo maior ao desenvolvimento social e econômico, prejudicando a capacidade de mobilização de recursos para a Agenda 2030.

Por fim, o G-77 e a China propuseram que o documento de 2026 esteja diretamente ligado às áreas de ação bienais definidas em Sevilha, incluindo o setor privado, o comércio internacional e as questões sistêmicas da arquitetura financeira. O Grupo reiterou a importância vital da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e a necessidade de que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento otimizem e aumentem sua capacidade de empréstimo, com a perspectiva de triplicá-la, para gerar um impulso real na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

11 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas primeiras consultas informais do processo de revisão do ECOSOC e do HLPF

O G-77 e a China destacaram que a revisão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e do Fórum Político de Alto Nível (HLPF) deve ser conduzida de forma transparente, inclusiva e liderada pelos Estados-membros por meio de negociações intergovernamentais diretas. O Grupo reiterou que os processos de revisão desses dois órgãos são distintos e devem permanecer separados, respeitando seus mandatos e funções específicas dentro do sistema das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que se preserva a natureza intergovernamental de ambos. Enfatizaram a necessidade de maior clareza e coordenação entre a AGNU, o ECOSOC e o HLPF para reduzir a duplicidade de esforços e aliviar a carga de documentos a serem examinados.

Em relação ao HLPF, o Grupo reafirmou que o mecanismo de acompanhamento da Agenda 2030 deve ser voluntário e liderado pelos países, respeitando estritamente a soberania nacional e o espaço político de cada nação. Nesse sentido, defenderam que as Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) não se transformem em ferramentas de condicionalidade ou padronização, mas que o tempo destinado às suas apresentações seja aumentado para permitir uma troca real de experiências e lições aprendidas.

Sobre o ECOSOC, o G-77 sublinhou seu papel central no avanço das prioridades dos países em desenvolvimento, argumentando que a revisão não deve reescrever seu mandato, mas sim fortalecer sua eficácia no acompanhamento de grandes documentos internacionais, como os acordos de 2025 sobre financiamento e desenvolvimento social.

Por fim, o Grupo se opôs ao enfraquecimento de estruturas existentes e reafirmou seu compromisso em contribuir com insumos substantivos para garantir que os resultados da revisão reflitam as aspirações de desenvolvimento do Sul Global.

10 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pelo presidente do G-77 na 64ª sessão da comissão para o desenvolvimento social, para apresentar o projeto de resolução intitulado “dimensões sociais da nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD)

O documento trata da apresentação de uma resolução técnica que atualiza o apoio internacional ao desenvolvimento da África, integrando diretrizes globais de desenvolvimento social com as metas de longo prazo da própria União Africana.

O Grupo reafirmou seu apoio histórico ao Programa de Ação de Copenhague (estabelecido na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 1995). Esta resolução da Comissão para o Desenvolvimento Social é uma expressão desse compromisso, conforme delineado no Compromisso 7 da Declaração de Copenhague, que visa acelerar o desenvolvimento econômico, social e de recursos humanos na África.

A resolução deste ano foi atualizada tecnicamente para refletir a recente 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em novembro de 2025 em Doha, bem como para reconhecer resoluções anteriores sobre o tema. É importante destacar a atualização técnica da resolução anual sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). A principal mudança foi o reconhecimento formal da integração da NEPAD à **Agenda 2063 da União Africana**, além de refletir os resultados da recente 2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social

05 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai na primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS, item 14 da pauta: Consideração do quadro estratégico da UNOSSC 2026-2029.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNFPA – é o Fundo de População das Nações Unidas. Ele é a agência da ONU responsável por questões de saúde reprodutiva, planejamento familiar e dinâmica populacional.

UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos é o braço operacional da ONU voltado para a implementação de projetos e gestão de infraestrutura, compras e recursos humanos

O G-77 e a China reafirmaram a premissa de que a paz global é indissociável do desenvolvimento sustentável. Enfatizaram que, diante da atual conjuntura de incertezas, os países em desenvolvimento tornaram-se ainda mais dependentes de um sistema das Nações Unidas robusto e devidamente financiado. A cooperação internacional, com foco especial na cooperação Sul-Sul, deve ser o pilar central para garantir que nenhuma nação seja deixada para trás.

O Grupo expressou profunda preocupação com os desafios financeiros enfrentados pela ONU, decorrentes do não pagamento de contribuições obrigatórias por parte de Estados-membros. Destacaram que, embora a eficiência administrativa seja necessária, as medidas de austeridade adotadas não poderiam ocorrer em detrimento dos mandatos essenciais aos países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o G-77 e a China defenderam a necessidade de um equilíbrio que preserve tanto a integridade das políticas estratégicas quanto as funções operacionais da entidade.

Marco Estratégico 2026-2029 e Governança

O Grupo analisou o Quadro Estratégico 2026-2029 do UNOSSC, reiterando a importância do princípio de representação geográfica equitativa. Recordaram o sucesso histórico de mecanismos como o Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero, que tem entregado resultados concretos para populações vulneráveis. Apesar das reduções de recursos projetadas pelo PNUD para o próximo ciclo, o Grupo reconheceu o diálogo construtivo mantido com a administração e acolheu as garantias de suporte contínuo à gestão fiduciária dos fundos.

05 de fevereiro de 2026 – **COMUNICADO ESPECIAL** do G-77 e da China sobre as novas medidas dos EUA que endurecem o embargo contra Cuba

Em relação ao anúncio do Governo dos Estados Unidos sobre novas medidas que endurecem ainda mais o embargo econômico, comercial e financeiro imposto à República de Cuba, incluindo ações destinadas a obstruir o fornecimento de petróleo ao país e a imposição de sanções a terceiros Estados que mantêm relações comerciais legítimas com Cuba, as quais têm claros efeitos extraterritoriais, o Grupo destacou que essas medidas são contrárias aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, e minam o multilateralismo, a cooperação econômica internacional e o sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, aberto, justo e equitativo, que tem a Organização Mundial do Comércio como núcleo. Ao mesmo tempo, agravam as dificuldades de Cuba para

realizar operações financeiras e comerciais, ameaçando o sustento e a integridade da população cubana.

Conforme declarado em sucessivas declarações ministeriais, o G-77 e a China, reafirmaram seu apelo ao Governo dos Estados Unidos para que ponha fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba há mais de seis décadas, o qual constitui o principal obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o Grupo lamentou as medidas implementadas pelo Governo dos Estados Unidos desde 9 de novembro de 2017, que reforçam o embargo, incluindo a inclusão arbitrária de Cuba na lista unilateral de Estados que supostamente patrocinam o terrorismo.

O Grupo reafirmou sua solidariedade a Cuba e exortaram todos os Estados a defenderem o multilateralismo, a cooperação internacional e a solidariedade, e a respeitarem integralmente o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, a equidade e a prosperidade compartilhada para todos.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques

No dia 5 de fevereiro de 2026, os Estados-membros do Movimento dos Não-Alinhados realizaram uma reunião de cúpula em nível de embaixadores nas Nações Unidas em Genebra. O encontro teve como objetivo central a harmonização de discursos e a concertação de posições políticas antes das sessões plenárias das assembleias mais amplas da ONU.

A reunião buscou assegurar que as prioridades do Sul Global não fossem diluídas nas agendas das grandes potências, reafirmando o compromisso do bloco com a autonomia decisória e o multilateralismo.

A agenda de discussões concentrou-se em três pilares fundamentais para a estabilidade e o progresso dos países em desenvolvimento:

- **Segurança Internacional:** Os embaixadores enfatizaram a necessidade de soluções pacíficas para controvérsias e o respeito estrito à soberania nacional. Houve um foco renovado no desarmamento e na oposição ao uso de medidas coercitivas unilaterais como ferramenta de pressão política.

- **Direitos Humanos:** O bloco concentrou-se na abordagem que prioriza o Direito ao Desenvolvimento e os direitos econômicos e sociais. O grupo defendeu a universalidade dos

direitos humanos, desde que livre de seletividades geopolíticas e que respeite as particularidades culturais e históricas de cada nação.

- **Desenvolvimento Sustentável:** No âmbito econômico, a reunião focou na reforma da arquitetura financeira global. As discussões incluíram o acesso equitativo a tecnologias, o financiamento climático por parte das nações industrializadas e a mitigação dos impactos das dívidas externas sobre as populações mais vulneráveis.

No dia 13 de fevereiro de 2026, reafirmando sua posição como o principal articulador dos interesses do Sul Global, e em seguimento à reunião de cúpula em nível de embaixadores, a cúpula do MNA reuniu-se formalmente com a Presidência do Conselho de Direitos Humanos (CDH).

O encontro serviu para atuar como uma voz unificada e discutir prioridades comuns com o Presidente do Conselho, enfatizando os princípios de igualdade soberana e não ingerência.

O grupo reforçou que a eficácia da governança global de direitos humanos depende de um diálogo que respeite as autonomias nacionais e priorize a cooperação técnica em detrimento de mecanismos punitivos.

Para a **61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC61)**, que segue sendo realizada em Genebra (fevereiro e março de 2026,) a Declaração Conjunta do Movimento dos Não-Alinhados sobre o papel da tecnologia no desenvolvimento focou na democratização do acesso digital e na proteção da soberania nacional.

Síntese dos pontos centrais dessa declaração:

Declaração Conjunta: O Papel das Tecnologias Emergentes no Desenvolvimento e nos Direitos Humanos (HRC61)

A declaração do MNA estabeleceu uma posição firme sobre como a inovação tecnológica deve servir como uma ferramenta de emancipação, e não como um novo vetor de desigualdade ou interferência externa.

O MNA enfatizou que o acesso a tecnologias de ponta (como Inteligência Artificial e Biotecnologia) é um componente intrínseco do Direito ao Desenvolvimento e que a exclusão digital atua como uma barreira para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portanto, é urgente a criação de mecanismos internacionais para a transferência tecnológica em termos favoráveis para os países do Sul Global.

Um ponto crítico da declaração foi a Soberania Digital. O MNA expressou preocupação com o uso de plataformas tecnológicas para:

- Campanhas de desinformação que visam desestabilizar governos soberanos.
- A extração de dados de populações vulneráveis sem o devido retorno econômico ou social aos países de origem.
- A vigilância em massa, defendendo que o espaço digital deve ser um ambiente de cooperação, e não de controle geopolítico.

O MNA criticou a tentativa de certos países de impor padrões éticos e regulatórios de tecnologia que não consideram as realidades econômicas e culturais das nações em desenvolvimento. Defenderam um modelo de governança tecnológica multilateral, onde os

padrões possam ser decididos de forma inclusiva dentro do sistema da ONU, garantindo que a inovação não seja utilizada como pretexto para sanções ou barreiras comerciais.

Sobre a Inteligência Artificial, a declaração destacou a necessidade de mitigar vieses algorítmicos que frequentemente marginalizam identidades e contextos do Sul Global. O grupo convocou a Presidência do CDH a apoiar relatores especiais que investiguem como as novas tecnologias podem ser aplicadas para reduzir a pobreza e melhorar serviços de saúde e educação, em vez de apenas servir para o lucro de grandes corporações transnacionais.

Destaque Diplomático: Esta declaração foi fundamental para o HRC61, pois serviu de base para a resolução que estabelece um novo painel de especialistas sobre "Tecnologia, Direitos Humanos e Redução de Assimetrias Globais".

A Declaração Conjunta sobre Tecnologia da 61ª Sessão do CDH materializou-se em ações práticas através da busca pela soberania tecnológica do Sul Global. Ao definir a IA e a Biotecnologia como novas fronteiras de cooperação, o MNA buscou reduzir a dependência do Norte Global e diversificar cadeias de suprimentos. Exemplo central dessa estratégia foi a sinergia entre a **Índia e a Sérvia**, que conectou a vasta escala industrial indiana — a "farmácia do mundo" — à pesquisa biotecnológica sérvia. Essa articulação fortalece a segurança sanitária regional e transforma o discurso de não ingerência em autonomia econômica concreta, consolidando a resiliência tecnológica e a saúde pública como pilares da nova agenda bilateral do movimento.

Outros Destaque do MNA

18 a 21 de fevereiro de 2026 – Diplomacia Bilateral e Regional. O Azerbaijão (anterior presidente do MNA) realizou reuniões de alto nível com o Reino de Essuatíni. Ambas as nações reafirmaram o seu compromisso de apoio mútuo no âmbito do MNA e da ONU, focando-se especificamente na cooperação estratégica e no desenvolvimento do setor público.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

As atividades do NAMYO ocorreram de forma integrada à agenda principal do MNA em Genebra, focando na renovação geracional das lideranças do Sul Global.

O grande destaque foi o **Fórum Consultivo de Jovens Líderes do MNA**, realizado em paralelo à 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Neste fórum, os destaques foram:

Promoção do "Pacto para o Futuro Digital". O NAMYO focou intensamente na literacia algorítmica e na participação de jovens na governança da IA. Defenderam que, para os países em desenvolvimento, a tecnologia não é apenas uma questão de consumo, mas de soberania educativa. Eles propuseram a criação de uma rede de intercâmbio técnico entre universidades do bloco para reduzir a "fuga de cérebros".

Defesa da Justiça Climática e Equidade Intergeracional. Este é um tema recorrente para o NAMYO e eles apresentaram um documento focado na dívida climática, argumentando que as populações jovens do Sul Global são as mais afetadas pelas decisões financeiras tomadas hoje. Ao apoiarem a proposta dos embaixadores do MNA de reformar a arquitetura financeira global, acrescentaram a demanda por "Empregos Verdes" financiados por fundos de transição climática.

Direitos Humanos e Diversidade Cultural. O NAMYO reforçou a posição contra a seletividade nos Direitos Humanos, focando na proteção do patrimônio cultural e no direito de jovens de nações em desenvolvimento expressarem suas identidades sem a hegemonia cultural do Norte Global.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Os pontos centrais das atividades do Centro Sul foram:

Soberania Tecnológica e IA: Durante a 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC61), o Centro Sul apoiou a articulação do MNA na defesa do acesso a tecnologias de ponta, como a Inteligência Artificial, como um componente do Direito ao Desenvolvimento. O Centro destacou a importância da criação de mecanismos internacionais para a transferência de tecnologia em termos favoráveis aos países do Sul Global.

Segurança Sanitária e "Farmácia do Mundo": O Centro colaborou com debates sobre o fortalecimento da segurança sanitária, citando a sinergia entre a produção industrial da **Índia** e a pesquisa da **Sérvia** como um modelo para aumentar a oferta de medicamentos acessíveis e reduzir a dependência do Norte Global.

Resistência Antimicrobiana (RAM): Houve destaque para o lançamento de ferramentas baseadas em evidências para o combate à RAM, como a estrutura **GUIDE**, apresentada por especialistas do South Centre para fortalecer a gestão global de antibióticos.

Justiça Climática e Comércio: Em relatórios e discussões preparatórias, o Centro focou no alinhamento entre políticas comerciais e ação climática, enfatizando a proteção do espaço político para a **industrialização verde** na África e o uso de pareceres consultivos de tribunais internacionais (como a CIJ) para transformar promessas climáticas em obrigações legais.

Tributação da Economia Digital: O South Centre continuou a examinar a implementação de impostos sobre serviços digitais em países como Colômbia, Índia e Nigéria, propondo caminhos para a harmonização tributária no âmbito da Convenção-Quadro da ONU.

Essas ações serviram de base para a resolução da HRC61 que estabeleceu um novo painel de especialistas sobre "Tecnologia, Direitos Humanos e Redução de Assimetrias Globais"

Artigos de pesquisa

19 de fevereiro de 2026 – Inteligência Artificial e o Sul Global: Impactos, Oportunidades e Abordagens Políticas

Danish

A inteligência artificial (IA) está redesenhando as economias globais, trazendo para o Sul Global tanto oportunidades transformadoras quanto riscos complexos. Para navegar nesse cenário, os países em desenvolvimento precisam de uma regulação proativa que equilibre salvaguardas éticas e fomento à inovação. Este artigo avalia os impactos da IA na transformação digital, no trabalho e na indústria do Sul Global, defendendo governanças flexíveis e adaptadas às realidades locais. Eventos como a **Cúpula de Impacto da IA na Índia** exemplificam a importância do engajamento multissetorial e da cooperação internacional para garantir que a IA seja uma ferramenta segura, confiável e, acima de tudo, um motor para o desenvolvimento sustentável. Para ler o artigo completo, clique aqui.

Resumo de políticas

27 de fevereiro de 2026 – Solução de Dois Pilares da OCDE: Projetada para Impedir a Deslocalização da Produção de Alta Tecnologia para o Sul Global

Abdul Muheet Chowdhary

A "Solução de Dois Pilares" da OCDE tem sido percebida como um instrumento que favorece os interesses das economias desenvolvidas, visando desencorajar a deslocalização de empresas multinacionais (EMNs) de setores estratégicos — como semicondutores e energia limpa — para o Sul Global. Além disso, a estrutura atual tende a erodir a base tributária dos países em desenvolvimento em benefício do Norte Global, tendência agravada por isenções recentes concedidas a EMNs estadunidenses no âmbito do Imposto Mínimo Global. Diante desse cenário, é fundamental que os Estados-Membros do South Centre e demais nações em desenvolvimento resistam a pressões externas, fundamentando suas decisões em evidências que priorizem a soberania fiscal. Recomenda-se a exploração de alternativas mais simplificadas e equitativas, que garantam um retorno financeiro e um espaço de política industrial mais vantajoso para o desenvolvimento nacional. Para ler este resumo de política, clique aqui.

25 de fevereiro de 2026 – Análise das Questões de Propriedade Intelectual às vésperas da 14ª Conferência Ministerial da OMC

Nirmalya Syam e Viviana Munoz Tellez

Este relatório analisa as deliberações sobre o Acordo TRIPS durante a reunião do Conselho Geral da OMC em dezembro de 2025. Apesar da relevância estratégica dos temas tratados, o profundo impasse entre os Membros quanto às prioridades futuras da Organização impediu a adoção de decisões substantivas. Como reflexo dessa paralisia, nenhum dos tópicos de propriedade intelectual foi incluído na agenda oficial da 14ª Conferência Ministerial (MC14),

em Yaoundé. Essa resistência ao engajamento técnico tornou-se uma dinâmica recorrente, evidenciando uma fragmentação no Conselho do TRIPS. No entanto, é imperativo que a MC14 assegure, ao menos, a prorrogação da moratória sobre reclamações de "não violação e situação" e estenda o prazo para aceitação do Protocolo de Emenda ao Acordo. Subsiste, contudo, o entendimento de que todas as questões permanecem pendentes e passíveis de debate futuro, independentemente dos resultados imediatos da Conferência em Camarões. Para ler o relatório complete, clique aqui.

3 de fevereiro de 2026 – Desvendando as Armadilhas da Inovação: Uma Abordagem de Pensamento Sistêmico para a Colaboração Universidade-PME

Dr. Ufuk Türen e Syed Ibrahim Bilal Majid

Apesar do crescente interesse institucional, as parcerias entre universidades e pequenas e médias empresas (PMEs) frequentemente estagnam antes de gerar inovação sustentável. Este estudo adota a perspectiva do pensamento sistêmico para diagnosticar essas falhas como desafios estruturais, e não meramente individuais. Utilizando a Universidade Técnica OSTİM (OSTİMTECH) como caso clínico, a pesquisa emprega Diagramas de Laços Causais (DLCs) para mapear as dinâmicas de feedback que moldam a confiança e os fluxos de conhecimento. A análise destaca o arquétipo "Sucesso para os Bem-Sucedidos", revelando como os incentivos acadêmicos tradicionais priorizam publicações em detrimento da inovação aplicada. O modelo resultante identifica pontos de alavancagem cruciais para a reforma em universidades de terceira geração, propondo a recalibração de incentivos e o fomento a parcerias de longo prazo. Ao reformular a colaboração universidade-indústria sob uma ótica sistêmica, este artigo oferece diretrizes práticas para construir ecossistemas de inovação mais resilientes e integrados. Para ler o documento completo, clique aqui.

Visão do Sul

26 de fevereiro de 2026 – Acordo do G20 sobre Minerais Críticos: Um Passo Rumo à Equidade ou uma Nova Fronteira Extrativa?

Touba Esfahani Nejad

Este artigo analisa a Estrutura de Minerais Críticos do G20, instituída sob a presidência da África do Sul, avaliando seu potencial para promover uma governança mineral efetivamente equitativa. A pesquisa examina os pilares da Estrutura e os compromissos da Declaração de Joanesburgo, contrastando as implicações para nações exportadoras, polos de refino e economias importadoras. O estudo dedica atenção especial ao "gap" entre as ambições políticas e as barreiras estruturais, como as restrições ao espaço de política industrial impostas pela OMC e a escassez de transferência tecnológica. Conclui-se definindo as condições necessárias para que esta Estrutura impulsione a industrialização e a agregação de valor no Sul Global, evitando que o mecanismo se reduza a um mero instrumento de garantia de suprimento para as economias avançadas. Para ler o documento completo, clique aqui.

23 de fevereiro de 2026 – Tributação de serviços digitais – Uma solução de direito interno para superar as barreiras dos tratados tributários

Radhakishan Rawal

O tratamento fiscal de serviços transfronteiriços permanece um desafio em aberto, mesmo após quinze anos de sua identificação como prioridade no Projeto BEPS. Ante o impasse

na finalização do Montante A (Pilar Um) da OCDE, o Comitê Intergovernamental de Negociação (INC) da ONU avança na elaboração de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Tributária Internacional. O êxito desta iniciativa, contudo, está condicionado à adesão das economias desenvolvidas aos protocolos pertinentes.

Este artigo avalia uma proposta de direito interno apresentada na sessão de fevereiro de 2026 do INC, em Nova York. A estratégia sugere que legislações nacionais definam "lucros de uma empresa" de modo a excluir remunerações por serviços digitais, superando restrições de tratados vigentes. Dessa forma, o país de origem teria prerrogativa para tributar tais rendimentos com base no Artigo 21(3) de seus acordos, desde que alinhados à Convenção Modelo das Nações Unidas. Para ler o documento completo, clique aqui.

Declarações

9 de fevereiro de 2026. – 5ª Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG5) -O Sul Global criticou o desequilíbrio no **Acordo de Pandemias da OMS**. O grupo denunciou que, enquanto o compartilhamento de patógenos é obrigatório, a partilha de benefícios e a transferência de tecnologia permanecem voluntárias. Exige-se o princípio de "igualdade de condições" para garantir acesso justo a insumos e tecnologias.

Este pronunciamento reflete a tensão histórica entre o Norte e o Sul Global sobre o sistema **PABS** (Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios). Países em desenvolvimento, liderados pelo Grupo Africano, argumentam que o texto atual favorece a segurança sanitária global sem garantir contrapartidas industriais ou farmacêuticas para as nações que fornecem os dados biológicos.

24 de fevereiro de 2026 – Equidade, Estado de Direito, Coordenação, Inclusão e Ação: Intervenção de Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul no Seminário sobre Governança Global

O Diretor Carlos Correa defendeu o multilateralismo baseado em equidade e ação, alertando contra a fragmentação institucional e os "silos temáticos". Propôs a criação de um "**Global South Hub**" e um **Fórum Virtual com IA** para integrar negociações globais. Reafirmou que a cooperação Sul-Sul, exemplificada por parcerias como China-Brasil e BRICS, supera barreiras culturais para gerar inovação.

Esta intervenção do Diretor do Centro Sul, focou na necessidade de coerência sistêmica. Ele argumentou que o Sul Global enfrenta dificuldades não por falta de propostas, mas pela dispersão de fóruns e pela redução de recursos para delegações de países menos desenvolvidos.

Ele enfatizou que os Direitos Humanos, o Comércio e a Tecnologia (IA) não podem mais ser discutidos separadamente. O Centro Sul atua justamente nessa interface para evitar que as normas sejam desconectadas da realidade financeira e social dos países em desenvolvimento.

A proposta de um **Fórum Virtual habilitado por IA** é uma solução pragmática para aumentar a capacidade de negociação do Sul Global, permitindo uma coordenação interna em tempo real, independentemente da presença física em todas as sedes da ONU.

Paralisia no G20 e o apoio de Brasil e Rússia à África do Sul

Presidência Francesa do G7 – 2026: Preparativos e Prioridades Globais

OCDE: Dados econômicos internacionais e o mercado de trabalho na saúde

Parálisis en el G20 y el apoyo de Brasil y Rusia a Sudáfrica

Presidencia Francesa del G7 2026: Preparativos y Prioridades Globales

OCDE: Los datos económicos internacionales y el mercado laboral en el sector sanitario

Paralysis in the G20 and Brazil and Russia's support for South Africa

French G7 Presidency 2026: Preparations and Global Priorities

OECD: International economic data and the health labor market

Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar

Resumo

G20 – O informe analisa o desdobramento da presidência dos Estados Unidos no G20, destacando o silêncio institucional do bloco, a centralidade da agenda financeira e o posicionamento conjunto do Brasil e da Rússia em defesa da representatividade da África do Sul.

G7 – A presidência francesa do G7 em 2026 começou com reuniões dos Sherpas e ministros das finanças, relações exteriores e comércio, definindo as bases para a Cúpula de Évian. As prioridades incluem resgate do multilateralismo, redução de desequilíbrios macroeconômicos, segurança internacional e crescimento sustentável. O encontro anual sobre saúde será em 7 de abril, em Lyon, e a ênfase é *Uma só Saúde*.

OCDE – Os destaques da OCDE se dividem entre a atualização de cinco de seus índices estatísticos econômicos sobre a economia internacional, a publicação de dois estudos sobre o mercado de trabalho no setor de saúde e uma reavaliação do papel e das análises da OCDE no contexto da Covid-19.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Uma Só Saúde; Cooperação Internacional

Resumen

G20 – *El informe analiza el desarrollo de la presidencia de Estados Unidos en el G20, destacando el silencio institucional, la centralidad de la agenda financiera y la posición conjunta de Brasil y Rusia en defensa de la representatividad de Sudáfrica.*

G7 – *La presidencia francesa del G7 en 2026 comenzó con reuniones de Sherpas y ministros de finanzas, relaciones exteriores y comercio, estableciendo las bases para la Cumbre de Évian. Las prioridades incluyen rescatar el multilateralismo, reducir los desequilibrios macroeconómicos, garantizar la seguridad internacional y promover un crecimiento sostenible. La reunión anual sobre salud se celebrará el 7 de abril en Lyon, con énfasis en Una Sola Salud.*

OCDE – *Entre los aspectos más destacados de la OCDE se incluyen la actualización de cinco de sus índices estadísticos económicos sobre la economía internacional, la publicación de dos estudios sobre el mercado laboral en el sector de la salud y una reevaluación del papel y los análisis de la OCDE en el contexto del Covid-19.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Una Sola Salud, Cooperación Internacional.*

Abstract

G20 – *The report analyzes the unfolding of the US presidency of the G20, highlighting its institutional silence, the centrality of the financial agenda, and the joint position of Brazil and Russia in defense of South Africa's representation.*

G7 – *The French G7 Presidency in 2026 started meetings of Sherpas and ministers of finance, foreign affairs, and trade, laying the groundwork for the Évian Summit. Priorities include restoring multilateralism, reducing macroeconomic imbalances, ensuring international security, and promoting sustainable growth. The annual health meeting will take place on April 7 in Lyon, with a focus on One Health.*

OCDE – *The OECD's highlights include the updating of five of its economic statistical indices on the international economy, the publication of two studies on the labor market in the health sector, and a reassessment of the OECD's role and analyses in the context of Covid-19.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health; International Cooperation.*

G20 –

O início do ano de 2026 no G20 continua a transcorrer sob um silêncio institucional atípico que sinaliza uma mudança profunda na dinâmica de trabalho do fórum sob a liderança dos Estados Unidos. É fundamental registrar que o período entre fevereiro e o início de março caracteriza-se por uma persistente ausência de informações oficiais e de atividades públicas do bloco, o que contrasta fortemente com o dinamismo das gestões anteriores. Em ciclos passados, este seria o momento de intensa divulgação de calendários e do início das reuniões técnicas dos diversos Grupos de Trabalho, mas a atual administração mantém o site oficial inativo e poucas informações têm sido divulgadas. Essa opacidade comunicacional reflete a intenção de Washington de reduzir o escopo de atuação do grupo, priorizando uma estrutura de trabalho simplificada e focada no que define como as “funções originárias” do fórum.

A centralidade da agenda econômica torna-se evidente com a divulgação das datas das reuniões de finanças, as únicas publicadas até o momento. Segundo o Departamento do Tesouro, os encontros estão programados para ocorrer em Asheville, Carolina do Norte, no final de agosto e em 1º de setembro, reforçando a percepção de que a gestão pretende restaurar o G20 à ortodoxia macroeconômica, focada exclusivamente no crescimento e na desregulamentação econômica. Essa nova configuração, que tem sido chamada de um "novo G20", propõe um estreitamento drástico da agenda global. Temas fundamentais, como mudança climática, negociação da dívida, desenvolvimento sustentável e desigualdade, foram removidos das prioridades imediatas. Em seu lugar, a presidência dos Estados Unidos estabeleceu três eixos básicos que consistem na remoção de encargos regulatórios, na liberação de cadeias de suprimento de energia seguras e acessíveis e no pioneirismo em novas tecnologias e inovação.

A administração Trump argumenta que focar exclusivamente nessas questões econômicas centrais, que motivaram a criação do G20 há quase duas décadas, é a única maneira de garantir que o grupo permaneça relevante no cenário internacional. No entanto, há evidente ceticismo entre os demais membros quanto à intenção de Washington de utilizar a reunião de Miami para construir uma agenda comum. Essa postura unilateral tem sido acompanhada por uma tensão diplomática crescente em torno da exclusão da África do Sul do grupo, medida que os Estados Unidos fundamentam em alegações de que o país estaria envolvido em um genocídio contra a minoria branca e na apreensão ilegal de terras. Tais afirmações baseiam-se em narrativas de grupos de direita e foram muito discutidas por Trump no ano passado em suas redes sociais, mas são contestadas por dados que indicam que a violência no campo não possui uma motivação racial comprovada e representa uma fração mínima da criminalidade geral do país.

A manutenção do boicote diplomático à África do Sul, assim, continua a ser o principal ponto de tensão política no bloco. Como informamos anteriormente, essa medida punitiva levou o governo de Pretória a manter uma pausa comercial e a suspender sua participação formal, como gesto de preservação de sua integridade política diante do que considera um boicote injustificado. Embora o país anfitrião possa utilizar o controle de vistos e o não reconhecimento de passaportes diplomáticos para dificultar a presença física de delegações, não há, contudo, base legal ou regra formal no G20 que permita a expulsão unilateral de um membro permanente. O grupo opera com base no consenso e a exclusão de uma nação sem o aval dos demais integrantes viola os princípios de governança coletiva estabelecidos desde a fundação do fórum.

Como resposta política a esse isolamento, o Brasil e a Rússia emitiram um posicionamento conjunto de extrema relevância durante a VIII Reunião da Comissão Brasileiro-russa de Alto Nível de Cooperação ocorrida em Brasília no dia 5 de fevereiro de 2026. No texto da declaração, firmada pelo vice-presidente brasileiro Geraldo Alckmin e pelo primeiro-ministro russo Mikhail Mishustin, os países repudiaram formalmente a tentativa de impedir a participação da África do Sul na Cúpula deste ano e defenderam o restabelecimento da atuação plena do país no grupo. A manifestação conjunta sustenta que o G20 deve continuar agindo em estrita conformidade com os princípios de representatividade e governança multilateral, condenando expressamente o uso de medidas coercitivas unilaterais contra nações em desenvolvimento. Esse posicionamento do Brasil e da Rússia revela a resistência de importantes membros do bloco contra a tentativa de Washington de redesenhar a composição e a agenda do fórum sem o aval coletivo.

"O Brasil e a Rússia sublinharam que o G20 é o principal fórum para a cooperação econômica internacional concebido para servir como plataforma de promoção do crescimento e do desenvolvimento sustentável, assim como de avanço do diálogo equitativo entre os membros. Nesse contexto, destacaram o papel do G20 no reforço da participação das economias dos mercados emergentes em desenvolvimento no sistema da governança econômica global, particularmente nas instituições financeiras e comerciais internacionais. O Brasil e a Rússia valorizaram os avanços do G20 alcançados sob a presidência dos países do BRICS no período compreendido entre 2022 e 2025. Manifestaram sua preocupação diante da tentativa de impedir a participação da África do Sul no G20 em 2026 e exortaram o restabelecimento da atuação daquele país. Frisaram que o G20 deve continuar a agir em estrita conformidade com os princípios de governança coletiva, tomada de decisões por consenso e manutenção da representatividade estabelecida", diz o texto do documento.

Diante da persistente ausência de informações e do significativo atraso na agenda oficial de trabalho, os rumos do bloco permanecem incertos. A continuidade do embate com a África do Sul, por sua vez, sinaliza uma etapa de maior fragmentação do fórum e aponta para novos focos de resistência coordenada por parte de membros que não aceitam a transformação do G20 sob a gestão dos Estados Unidos.

Referências

AL JAZEERA. *Can Trump ban South Africa from 2026 G20 summit, as he says he will?* **Al Jazeera**, [S. l.], 27 nov. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2025/11/27/can-trump-ban-south-africa-from-2026-g20-summit-as-he-says-he-will. Acesso em: 2 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Declaração Conjunta da VIII Reunião da Comissão Brasileiro-russa de Alto Nível de Cooperação*. Brasília, DF, 5 fev. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/declaracao-conjunta-da-viii-reuniao-da-comissao-brasileiro-russa-de-alto-nivel-de-cooperacao. Acesso em: 2 mar. 2026

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. *Estados Unidos Sediam a Primeira Reunião de Sherpas do G20*. **U.S. Department of State**, Washington, DC, 18 dez. 2025. Disponível em: https://www.state.gov/translations/portuguese/estados-unidos-sediam-a-primeira-reuniao-de-sherpas-do-g20. Acesso em: 9 fev. 2026.

LINDSAY, James; SIDIROPOULOS, Elizabeth. *The US G20 Presidency: A narrow agenda in 2026*. **South African Institute of International Affairs**, [S. l.], 19 dez. 2025. Disponível em: https://saiia.org.za/research/the-us-g20-presidency-a-narrow-agenda-in-2026/. Acesso em: 2 mar. 2026.

REUTERS. *South Africa vows not to bend to US pressure after G20 snub*. **Reuters**, [S. l.], 4 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/south-africa-will-take-break-g20-under-trump-presidency-says-2025-12-04/. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. *US says it will use G20 presidency to focus on economic growth*. **Reuters**, [S. l.], 1 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/us-says-it-will-use-g20-presidency-focus-economic-growth-2025-12-01/. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. *Trump says South Africa won't get 2026 G20 invite, South Africa calls it punitive*. **Reuters**, [S. l.], 26 nov. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/trump-says-south-africa-wont-receive-invitation-g20-2026-2025-11-26/. Acesso em:9 fev. 2026.

REUTERS. *US to host G20 finance meeting in North Carolina in August-September, Treasury Dept says.* **Reuters**, [S. l.], 19 fev. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/us-host-g20-finance-meeting-north-carolina-august-september-treasury-dept-says-2026-02-19/. Acesso em: 2 mar. 2026.

G7 -

Ocorreu em 20 de janeiro a primeira reunião dos Sherpas, representantes dos Chefes de Estado e de Governo, da presidência francesa do G7. Os Sherpas são responsáveis pela criação de uma visão compartilhada para os líderes e trabalham na preparação da cúpula anual e nos compromissos que poderão ser assumidos. O encontro ocorreu em Versalhes e as discussões duraram três dias.

Na ocasião, os Sherpas iniciaram os trabalhos preparatórios para a Cúpula de Évian, que ocorrerá em junho de 2026, com foco nas duas prioridades da Presidência francesa: a solidariedade e a renovação das parcerias internacionais, e a redução dos desequilíbrios macroeconômicos globais. Os líderes discutiram a necessidade de um resgate ao espírito fundador do G7: um reinício coletivo. A ênfase no diálogo sobre questões econômicas e a busca por soluções concretas, reunindo as principais economias emergentes e parceiros regionais para o diálogo, parece estar alinhado às prioridades da nova presidência (FRANÇA, 2026a).

Até a Cúpula de Évian, temos no calendário para confirmar se a abordagem de fato se concretizará: a Cúpula One Health, em Lyon, em abril, dedicada à saúde global, seguida pela Cúpula Africa Forward, em Nairóbi, em maio, que se pretende buscar parcerias econômicas inovadoras entre o G7 e o continente africano.



Fonte: G7. França.

Em 27 de janeiro, o Ministro francês da Economia, Finanças e Soberania Industrial, Energética e Digital, Roland Lescure, convocou por videoconferência a primeira reunião dos Ministros de Finanças do G7 sob a Presidência francesa. O objetivo dessa reunião foi de apresentar as prioridades da Presidência francesa em questões econômicas e financeiras, revisar os últimos desdobramentos relacionados à Ucrânia e discutir as atuais tensões internacionais. A sessão contou com a participação dos ministros da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Itália, Japão, Reino Unido e da União Europeia. A Diretora-Geral do FMI, Kristalina Georgieva, e o Presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, também participaram da reunião (FRANÇA, 2026b).

Nessa primeira oportunidade, Lescure destacou as prioridades da França na trilha de finanças: reduzir os desequilíbrios macroeconômicos globais, renovar as parcerias internacionais com países em desenvolvimento e apoiar um crescimento estável e sustentável. São três grandes eixos:

1) a segurança econômica, coordenação de políticas públicas, a resiliência e a diversificação das cadeias de suprimentos, especialmente para minerais críticos e terras raras, e combate de práticas comerciais desleais;

2) A importância de priorizar o diálogo e soluções coletivas em vez de medidas unilaterais para enfrentar as atuais tensões internacionais. Isso envolve a reconstrução de parcerias com países em desenvolvimento para abandonar a lógica de assistência em prol de parcerias mutuamente benéficas, mobilizando conjuntamente financiamentos públicos e privados e simplificando a arquitetura internacional de financiamento ao desenvolvimento;

3) Crescimento sustentável e estabilidade financeira: reformar a tributação internacional, garantir condições equitativas de concorrência, combater crimes financeiros, integrar riscos relacionados ao clima e antecipar os riscos ligados às novas tecnologias e aos intermediários financeiros não bancários.

Já a trilha digital está organizada em torno de quatro pilares:

1) IA segura para o bem comum, baseada em segurança, cooperação internacional e confiança;

2) Adoção da IA para promover o crescimento, por meio de inovação de código aberto e apoio às pequenas e médias empresas.

3) Alinhamento das transições digital e ambiental, com foco nos desafios energéticos, materiais e ambientais do setor digital.

4) Proteção de menores online, baseada em princípios compartilhados e mecanismos concretos de cooperação entre os países do G7 (FRANÇA, 2026c).

Uma série de eventos marcará os trabalhos dessas duas trilhas, culminando nas reuniões dos Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G7, em 18 e 19 de maio de 2026, e na reunião dos Ministros Digitais do G7, em 29 de maio de 2026, em Paris.

Em 17 de fevereiro ocorreu o primeiro encontro dos ministros das Relações Exteriores do G7 em 2026. A reunião foi presidida pelo Ministro voltado para assuntos da Europa e os Negócios Estrangeiros, Jean-Noël Barrot. Na oportunidade, o ministro fincou as bases da presidência francesa para a trilha: regular os desequilíbrios econômicos globais e promover parcerias mutuamente benéficas. O encontro reforçou o que a trilha das finanças e os próprios Sherpas já haviam discutido: a ampliação do diálogo com países emergentes, o que foi ilustrado pela participação do Ministro das Relações Exteriores da Índia. A participação de países emergentes deve se voltar para questões de governança global e segurança marítima, especialmente tráfico de drogas e crime organizado, no âmbito da trilha de relações exteriores. Nesse contexto, o Brasil também foi convidado para participar da Cúpula de Évian (BRASIL, 2026).

Durante a reunião, os participantes reafirmaram seu compromisso e apoio inabalável à Ucrânia, principalmente em termos políticos e de resiliência energética, quatro anos após o

início da guerra de invasão da Rússia. As discussões também se concentraram nas atuais crises internacionais, incluindo Gaza, Irã, Venezuela, Indo-Pacífico, Sudão e Haiti (FRANÇA, 2026d).

Em 23 de fevereiro ocorreu a primeira reunião ministerial da trilha de comércio sob a presidência francesa do G7. Na ocasião, os ministros de comércio exterior do G7 estiveram reunidos para trabalhar em consonância com as prioridades da presidência e, para tornar o comércio internacional mais inclusivo e equilibrado, os ministros discutiram a necessidade de enfrentar a sobrecapacidade industrial e combater práticas desleais. Já na discussão da estabilidade do comércio internacional, trabalharam no fortalecimento da resiliência das cadeias de valor e na modernização do sistema multilateral de comércio. Demonstrando alinhamento com a trilha de finanças, a segurança das cadeias de suprimento de minerais e metais críticos foi identificada como uma questão-chave para a trilha de comércio. No que tange à sustentabilidade, os ministros concordaram em melhorar a coordenação sobre fluxos de pequenas encomendas e promover um comércio eletrônico mais seguro e sustentável. As implicações econômicas e ambientais das entregas de pequenos pacotes são uma preocupação na área comercial (FRANÇA, 2026e).

As discussões fazem parte da preparação da 14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorrerá em Yaoundé, de 26 a 29 de março de 2026. Os ministros dessa trilha voltarão a se reunir em Paris, nos dias 5 e 6 de maio de 2026, em preparação para a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo a ser realizada em Évian, de 15 a 17 de junho de 2026.

No que tange à nova guerra provocada por EUA e Israel contra o Irã em 28 de fevereiro, até agora, não existe um comunicado coletivo oficial do G7 condenando ou apoiando diretamente os ataques. No entanto, se não há a forte condenação, há uma certa omissão. Alguns membros expressaram apoio claro ou compreensão, a exemplo do Japão e Canadá. França, Alemanha e Reino Unido defenderam contenção, diplomacia e respeito ao direito internacional, uma posição típica dos europeus na defesa da diplomacia e desescalada de conflitos e apoio à segurança de Israel. Numa oportunidade em que os líderes dos três países europeus estavam reunidos, afirmaram que seus países não participaram dos ataques militares recentes, mas permanecem em contato com parceiros internacionais, incluindo Estados Unidos, Israel e países da região. Os três líderes condenaram os ataques retaliatórios do Irã contra bases militares dos EUA e alvos na região e apelaram para que Teerã retorne às negociações diplomáticas. Eles reiteraram que o regime iraniano deve: encerrar seu programa nuclear; reduzir seu programa de mísseis balísticos; interromper atividades desestabilizadoras na região; e cessar a violência e repressão contra seu próprio povo. No entanto, não condenaram propriamente as ações estadunidenses e israelenses, apenas a retaliação iraniana. Há, sobretudo, um consenso nos países do grupo de que o Irã não deve possuir armas nucleares. Também, é comum aos países a preocupação com escalada regional no conflito podendo desestabilizar o Oriente Médio e afetar a segurança global.

No âmbito da saúde, há grandes expectativas para a saúde voltar a ter espaço na presidência do G7. O próximo encontro relevante na área ocorrerá em 7 de abril, em Lyon, coincidindo com o Dia Mundial da Saúde. O Summit reunirá Chefes de Estado e de Governo, organizações internacionais, cientistas, sociedade civil, jovens e atores locais, com o objetivo de avançar a ação global sobre One Health (Saúde Única).

O evento destacará a interdependência da saúde humana, animal, vegetal e dos ecossistemas, bem como a necessidade de abordagens coordenadas e baseadas na ciência para

enfrentar ameaças comuns à saúde. Também apresentará a parceria quadripartite entre a FAO, o PNUMA, a OMS e a WOAH, além do papel da Academia da OMS e do trabalho da OMS nos níveis nacional, regional e global. O momento representa uma oportunidade para traduzir compromissos políticos em ações concretas e multissetoriais nas áreas de prevenção, preparação, resistência antimicrobiana, sistemas alimentares sustentáveis e saúde ambiental, contribuindo para a construção de sistemas de saúde mais resilientes e equitativos para seres humanos, animais e o planeta. Dentre os objetivos do Summit estão:

1) Promover o diálogo internacional e interdisciplinar sobre questões globais por meio, por exemplo, de programas de cooperação e pesquisa.

2) Reestruturar os marcos institucionais globais criando uma cultura comum de "One Health".

3) Engajar todos os atores públicos e privados para investir na implementação de ações concretas.

4) Desenvolver soluções para fortalecer os sistemas de saúde e de vigilância, a fim de prevenir riscos à saúde, à alimentação e ao meio ambiente que impactam nossas populações (OMS, 2026).

A presidência francesa chega num momento oportuno, em que países mais vulneráveis estão enfrentando desafios graves devido ao corte de programas financiados por ajuda externa. A saúde no mundo se encontra num momento sob pressão, com preços voláteis de alimentos, crise climática, inflação, conflitos, apoio internacional imprevisível. Seguindo as prioridades já anunciadas, temos expectativas de que virão muitas discussões sobre a sustentabilidade dos países no desenvolvimento e manutenção de seus sistemas de saúde.

Referências

BRASIL. Agência Brasil. *Luiz Inácio Lula da Silva and Emmanuel Macron talk defense, science, tech and trade*. Agência Brasil, 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/politica/noticia/2026-02/lula-and-macron-talk-defense-science-tech-and-trade . Acesso em: 1 mar. 2026.

FRANÇA. *Présidence de la République. First meeting of the Sherpas*. Paris, 24 jan. 2026a. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/01/24/first-meeting-of-the-sherpas . Acesso em: 28 fev. 2026.

FRANÇA. *Présidence de la République. Minister Roland Lescure convenes the first G7 Finance Ministers' Meeting under France's 2026 G7 Presidency*. Paris, 27 jan. 2026b. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/01/27/minister-roland-lescure-convenes-the-first-g7-finance-ministers-meeting-under-frances-2026-g7-presidency . Acesso em: 28 fev. 2026.

FRANÇA. *Présidence de la République. Press conference on the priorities of the G7 2026 Finance and Digital tracks*. Paris, 5 fev. 2026c. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/02/05/press-conference-on-the-priorities-of-the-g7-2026-finance-and-digital-tracks . Acesso em: 28 fev. 2026.

FRANÇA. *Présidence de la République. First ministerial meeting of the Trade Track under the French G7 Presidency*. Paris, 26 fev. 2026e. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/02/26/first-ministerial-meeting-of-the-trade-track-under-the-french-g7-presidency . Acesso em: 28 fev. 2026.

FRANCE. *Presidency of the Republic. G7 foreign ministers meet on the sidelines of the Munich Security Conference*. Paris: Élysée, 19 fev. 2026d. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/02/19/g7-foreign-ministers-meet-on-the-sidelines-of-the-munich-security-conference . Acesso em: 1 mar. 2026.

THE GUARDIAN. UK, *France and Germany urge Iran to negotiate solution after US-Israel attack*. The Guardian, 28 fev. 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2026/feb/28/uk-france-germany-urge-iran-negotiate-solution-us-israel-attack-europe . Acesso em: 1 mar. 2026.

THE ONE HEALTH SUMMIT. *One Health Summit to take place in Lyon, France, coinciding with World Health Day*. The One Health Summit, 7 abr. 2026. Disponível em: https://www.onehealthsummit.org/ . Acesso em: 1 mar. 2026.

WORLD. *Leaders react to U.S.-Israel strikes on Iran*. WYPR, 28 fev. 2026. Disponível em: https://www.wypr.org/2026-02-28/heres-how-world-leaders-are-reacting-to-the-us-israel-strikes-on-iran . Acesso em: 1 mar. 2026

OCDE –

Ao longo do mês de fevereiro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou uma série de atualizações dos seus tradicionais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais, atualizando cinco dos seus principais índices de análise econômica internacional. Dessarte, a presente seção do informe apresenta-os brevemente, sinalizando as informações mais relevantes de cada um.

A começar pela atualização referente ainda ao mês de dezembro de 2025 do estudo e acompanhamento da organização internacional do consumo e da inflação mundial, com o *Consumer Price Index* (Índice de Preços ao Consumidor, em tradução livre). O resultado das mensurações expõe que a taxa anual de inflação ao consumidor dos países que integram a OCDE manteve-se praticamente estável em 3,7%, em comparação com os 3,8% observados em novembro de 2025. A inflação geral recuou em 13 países da OCDE, elevou-se em 9 e permaneceu estável ou praticamente estável em 16. A inflação de alimentos e a inflação subjacente (ou seja, a inflação menos alimentos e energia) na OCDE apresentaram pouca variação, enquanto a inflação de energia caiu. Os níveis médios de preços em toda a OCDE foram quase 36% mais altos em dezembro de 2025 do que em dezembro de 2019.

No que diz respeito à inflação anual na área do G7, foi observado que a mesma se manteve praticamente estável em 2,4% em dezembro de 2025, após o registro de 2,5% no mês anterior. Na zona do euro, a inflação anual medida pelo *Harmonised Index of Consumer Prices* (HICP) diminuiu para 1,9%, após os 2,1% de novembro, e a inflação de energia recuou ainda mais para -1,9%. No G20, a inflação geral anual manteve-se estável em 3,6% em dezembro.

Em 2025, os países da OCDE distribuíram-se de forma quase uniforme entre aqueles em que a inflação média anual diminuiu em comparação com 2024 (13 países), aumentou (13) ou permaneceu estável ou amplamente estável (11). A Turquia registrou a maior inflação entre os países da OCDE em 2025, com 34,9%, mesmo tendo caído drasticamente de 58,5% em 2024. Em contrapartida, em 2025, a inflação anual ficou em 1% ou menos nos casos da Costa Rica, Suíça, Finlândia, Suécia e França.

Em relação aos dados coletados pela organização sobre o crescimento e o bem-estar econômico e a renda familiar, a mais recente atualização indicou que a renda real das famílias per capita nos países da OCDE retornou a subir 0,3% no terceiro trimestre de 2025, embora ainda esteja abaixo do crescimento do PIB real per capita, de 0,5%. Ambos os valores permanecem inalterados em relação ao trimestre anterior. Entre os 20 países para os quais há dados disponíveis para a OCDE, 11 registraram crescimento, 8 obtiveram quedas e um não apresentou alterações. Contudo, o crescimento da renda real das famílias per capita no G7

estagnou, com a maioria das principais economias registrando contração, com destaque especial para o Reino Unido (-0,8%).

O terceiro índice atualizado no período da quinzena foi a pesquisa sobre as taxas de emprego e desemprego mundial, que revelou que a taxa de desemprego dos países integrantes da organização continuou estável em 5,0% em dezembro de 2025, preservando o padrão de permanecer em tal patamar ou ligeiramente abaixo dele desde abril de 2022. Ademais, a taxa de desemprego manteve-se estável em 22 dos 32 países da OCDE, para os quais havia dados disponíveis, em comparação com o mês anterior. Houve queda em 7 países e alta em 3.

Em relação à mais recente atualização sobre o produto interno bruto (PIB) da própria OCDE, referente ao quarto trimestre de 2025, os dados preliminares da organização apresentaram um panorama misto nos 24 países para os quais havia dados disponíveis. Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, 10 países registraram aumento no crescimento do PIB e 2 não apresentaram alterações, enquanto sete indicaram crescimento menor e 5 sofreram contração. Como resultado, o crescimento do PIB na OCDE desacelerou ligeiramente para 0,3% no quarto trimestre de 2025, ante os 0,4% do trimestre anterior, segundo as estimativas provisórias.

Outro índice estatístico atualizado desde o último informe foi o *"G20 International Trade"*, iniciativa especializada no monitoramento de dados e tendências do comércio de bens e serviços do grupo G20, referente ao desempenho do quarto trimestre de 2025. Segundo as estimativas observadas pela OCDE, o comércio de mercadorias do G20 apresentou uma evolução mista, com as exportações registrando uma elevação de 0,9% e as importações diminuindo 0,5% em comparação com o terceiro trimestre de 2025. As estimativas preliminares sugerem também que o comércio de serviços do G20 se expandiu modestamente no quarto trimestre de 2025, com as exportações e as importações crescendo 1,4% e 1,2%, respectivamente.

O ano de 2025, nesse sentido, se caracterizou pelo aumento no comércio de bens do G20, com as exportações subindo 5,3% e as importações 1,2%, além do comércio de serviços prosseguir em sua expansão, com as exportações e importações aumentando 8,2%.

Em paralelo, outra pauta de destaque para a OCDE durante o segundo mês do ano foi a publicação de dois estudos mais diretamente relacionados à área de saúde.

Intitulado *"How can co-ordination improve long-term care delivery?"* (2026), o primeiro dos documentos a ser aqui salientados, se preocupa em discutir diferentes políticas a fim de melhorar a coordenação de serviços de saúde e assistência em diferentes setores do governo, provedores e organizações, para auxiliar os indivíduos a realizar suas atividades cotidianas – cuidados de longa duração (na sigla, CLD).

Baseando-se então em quatro estudos de caso (Canadá, Costa Rica, França e Japão), cada um representando variados modelos de CLD em diferentes estágios de implementação, o documento apresenta quatro dimensões políticas fundamentais para uma melhor coordenação de serviços e assistência no tema, sendo elas as seguintes:

1) Governança;
2) Financiamento;
3) Mão de obra; e

4) Mecanismos para o compartilhamento de dados no setor de CLD.

Assim, os autores consideram que os mecanismos de coordenação são essenciais para a garantia da prestação adequada de cuidados em distintos setores (coordenação horizontal) e assegurar o alinhamento entres os diferentes níveis de governo (coordenação vertical). A partilha de fundos dos setores da saúde e da assistência social para o sistema de cuidados prolongados e os incentivos financeiros para reduzir duplicações e incentivar o trabalho conjunto também são utilizados em todos os países analisados na promoção da coordenação dos cuidados.

Os quatro países também recorrem a uma variedade de estratégias para a força de trabalho para apoiar a coordenação dos cuidados, que vão desde a designação de gestores ou coordenadores de cuidados, passando pela formação em cuidados multidisciplinares, até à criação de trajetórias de cuidados mais estruturados ou pontos de entrada únicos para os beneficiários obterem serviços ou terem direito a apoio público para cuidados. Outro ponto salientado é a garantia da partilha de dados e a interoperabilidade dos sistemas operacionais de diferentes prestadores, facilitando a coordenação dos cuidados e os padrões de qualidade, embora os autores reconheçam a dificuldade no desenvolvimento de tal ponto.

Em consonância com tal discussão, a publicação intitulada *"Flexible Learning Pathways into Healthcare Occupations"* (2026), fruto de uma colaboração entre a OCDE e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), busca avaliar como a flexível formação e os percursos profissionais bem definidos podem auxiliar os adultos a fazer a transição para funções de nível básico no setor de saúde. Para tal, o estudo examina práticas de países de rendimento elevado, médio e baixo e destaca abordagens inovadores, tais como a aprendizagem modular, a educação virtual, o reconhecimento da aprendizagem prévia e parcerias sólidas entre prestadores da formação e empregadores da área da saúde.

O documento indica, então, que, apesar de muitas profissões no setor da saúde e dos cuidados serem regulamentadas, existe uma oportunidade significativa para explorar a flexibilidade nas oportunidades de aprendizagem para adultos e facilitar a entrada de um leque mais alargado de candidatos no setor de saúde e dos cuidados. Ao tornar a educação para adultos mais acessível e responsiva, os países poderiam responder melhor às crescentes necessidades de cuidados de saúde, melhorar a qualidade dos cuidados e gerar oportunidades de emprego dignas, segundo as instituições internacionais.

Por fim, outro destaque em meio aos contínuos acréscimos de títulos, recursos e documentos ao acervo e biblioteca virtual da organização foi a adição do *"Macroeconomic policies and OECD policy advice during the COVID-19 pandemic: A retrospective assessment"* (2026), cuja atenção principal dos autores revisita o momento de crise sanitária global desencadeada pela pandemia de Covid-19, documentando e analisando a avaliação macroeconômica e os conselhos políticos da própria OCDE.

Assim, é elencado no texto três principais conclusões sobre o que foi a perspectiva da OCDE no período e o que de fato ocorreu: (i) a recuperação econômica foi mais célere do que o que era esperado e a inflação, mais forte e persistente do que o previsto; (ii) as recomendações políticas da OCDE da manutenção de uma postura muito acomodatícia ao longo de 2020 para a redução do apoio fiscal e a adoção de uma política monetária mais restritiva no final de 2021; e (iii) foi observado que as recomendações políticas foram significativamente influenciadas pela incerteza em tempo real sobre a evolução da pandemia e a força da recuperação devido às revisões posteriores dos dados para valores mais elevados.

Referências

OECD. *OECD headline inflation broadly stable at 3.7% in December 2025*. OECD [Internet]. 2026 Feb 09 [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/02/consumer-prices-oecd-updated-9-february-2026.html.

OECD. *Real household income stagnates in the G7 area in the third quarter of 2025*. OECD [Internet]. 2026 Feb 10 [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/02/growth-and-economic-well-being-third-quarter-2025-oecd.html.

OECD. *OECD unemployment rate remained stable at 5.0% in December 2025*. OECD [Internet]. 2026 Feb 12 [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/02/unemployment-rates-updated-february-2026.html.

OECD. *GDP growth continues to show a mixed picture across OECD countries in Q4 2025*. OECD [Internet]. 2026 Feb 19 [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/02/gdp-growth-fourth-quarter-2025-oecd.html.

OECD. *Developments in G20 merchandise trade were mixed in Q4 2025 while services trade expanded modestly*. OECD [Internet]. 2026 Feb 24 [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/02/international-trade-statistics-trends-in-fourth-quarter-2025.html.

Kim S, Llena-Nozal An, Lorenzoni L, Patrini V. *How can co-ordination improve long-term care delivery?* OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 27];192. Available from: https://doi.org/10.1787/38332894-en.

OECD, ILO. *Flexible Learning Pathways into Healthcare Occupations*. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/a114f653-en.

Koelle M, Kwak K, Brunnengräber J. *Macroeconomic policies and OECD policy advice during the COVID-19 pandemic: A retrospective assessment*. OECD Economics Department Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 27];1857. Available from: https://doi.org/10.1787/98c6a613-en.

Nova Delhi sedia 1ª reunião dos sherpas e sous sherpas do BRICS sob presidência da Índia em 2026, Índia e China articulam apoio mútuo nas presidências do grupo 2026-2027. Brasil participa de missão à Índia como foco nas áreas de produção de medicamentos, vacinas, medicina tradicional e tecnologias digitais e IA

Nueva Delhi acoge la primera reunión de los sherpas y sous sherpas del BRICS bajo la presidencia de la India en 2026. La India y China articulan su apoyo mutuo en las presidencias del grupo 2026-2027. Brasil participa en una misión a la India centrada en las áreas de producción de medicamentos, vacunas, medicina tradicional y tecnologías digitales e inteligencia artificial

New Delhi hosts the first meeting of BRICS sherpas and sous sherpas under India's presidency in 2026, India and China coordinate mutual support in the group's presidencies for 2026-2027. Brazil participates in a mission to India focusing on the areas of drug production, vaccines, traditional medicine, digital technologies, and AI

Claudia Hoirisch

Resumo: A primeira reunião dos sherpas e sous-sherpas do BRICS ocorreu em Nova Delhi, Índia, em 9-10 de fevereiro de 2026, na qual foram discutidas as prioridades de cooperação do BRICS e os principais eventos do ano. O processo de preparação para a 18ª Cúpula do BRICS foi oficialmente lançado. Os sherpas do BRICS e altos funcionários do Brasil, China, Rússia, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos participaram da reunião. Dentre as prioridades da Índia, presidente de turno, estão cooperação em saúde, redução do risco de desastres, meio ambiente, mudanças climáticas, energia e inovação. Ainda no encontro, Pequim expressou disposição em colaborar com a Índia, presidente do grupo, e com os outros membros e parceiros do BRICS para aprofundar a cooperação prática, otimizar os mecanismos de trabalho, fortalecer a coordenação plurilateral e defender a justiça internacional. À margem do encontro de sherpas, India e China realizaram o Diálogo Estratégico Índia-China onde analisaram os recentes progressos na estabilização das relações bilaterais, discutiram os desenvolvimentos regionais e internacionais e apoio mútuo nas presidências do BRICS em 2026 e 2027. Ainda em fevereiro, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, iniciou sua missão oficial na Índia para fortalecer a cooperação bilateral em áreas como produção de medicamentos e vacinas, medicina tradicional para o SUS, tecnologias digitais e inteligência artificial.

Palavras-chave: BRICS. Índia. Cooperação em saúde.

Resumen: *La primera reunión de los BRICS Sherpas y Sous Sherpas bajo la Presidencia de la India se celebró del 9 al 10 de febrero de 2026 en Nueva Delhi. Los BRICS Sherpas y altos funcionarios de Brasil, China, Egipto, Etiopía, Indonesia, Irán, Rusia, Arabia Saudita, Sudáfrica y Emiratos Árabes Unidos participaron en la reunión. Durante la reunión, la India presentó las prioridades para su Presidencia en 2026, incluyendo la cooperación en salud, reducción del riesgo de desastres, medio ambiente, cambio climático, energía e innovación. También en la reunión, Pekín expresó su disposición a colaborar con India, país que preside el grupo, y con los demás miembros*

y socios del BRICS para profundizar la cooperación práctica, optimizar los mecanismos de trabajo, fortalecer la coordinación plurilateral y defender la justicia internacional. En paralelo a la reunión de los sherpas, India y China mantuvieron un Diálogo Estratégico India-China, donde analizaron los avances recientes en la estabilización de las relaciones bilaterales, debatieron sobre los acontecimientos regionales e internacionales y se ofrecieron apoyo mutuo para las presidencias del BRICS en 2026 y 2027. En febrero, el ministro de Salud, Alexandre Padilha, inició su misión oficial a la India para fortalecer la cooperación bilateral en áreas como producción de medicamentos y vacunas, medicina tradicional para el sistema público de salud brasileño (SUS) y tecnologías digitales e inteligencia artificial.

Palabras clave: *BRICS. India. Cooperación en materia de salud.*

Abstract: *The first meeting of BRICS Sherpas and Sous Sherpas under India's Chairship was held from 9-10 February 2026 in New Delhi. BRICS Sherpas and senior officials from Brazil, China, Egypt, Ethiopia, Indonesia, Iran, Russia, Saudi Arabia, South Africa and UAE participated in the meeting. During the meeting, India presented the priorities for its Chairship in 2026 including cooperation in health, disaster risk reduction, environment, climate change, energy and innovation. Also at the meeting, Beijing expressed its willingness to collaborate with India, the group's president, and with the other BRICS members and partners to deepen practical cooperation, optimize working mechanisms, strengthen plurilateral coordination, and uphold international justice. On the sidelines of the Sherpas' meeting, India and China held an India-China Strategic Dialogue where they analysed recent progress in stabilizing bilateral relations, discussed regional and international developments, and offered mutual support for the BRICS presidencies in 2026 and 2027. In February, the Minister of Health, Alexandre Padilha, began his official mission to India to strengthen bilateral cooperation in areas such as the production of medicines and vaccines, traditional medicine for the Brazilian public health system (SUS) and digital technologies and artificial intelligence.*

Keywords: *BRICS. India. Health cooperation.*

A primeira reunião de 2026 dos sherpas e sous sherpas do BRICS ocorreu em Nova Delhi, na Índia dias 9 e 10 de fevereiro, na qual foram discutidas as prioridades de cooperação do BRICS e os principais eventos do ano. O processo de preparação para a 18ª Cúpula do BRICS foi oficialmente lançado.

Os sherpas do BRICS e altos funcionários do Brasil, China, Rússia, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos participaram da reunião[1].

[1] https://www.aninews.in/news/world/asia/first-brics-sherpas-meeting-held-during-indias-chairship-in-new-delhi20260211143321/

De acordo com o secretário de Relações Econômicas do MRE e sherpa da Índia, Sudhakar Dalela, a Índia, ao assumir a presidência, orientou suas ações pelos princípios de humanidade e foco nas pessoas, com o lema "Construindo para resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade".

Dentre as prioridades da Índia estão cooperação em saúde, redução do risco de desastres, meio ambiente, mudanças climáticas, energia e inovação[2].

Imagem 1 – 1º encontro dos sherpas e sous sherpas do BRICS em 2026



Foto: https://www.msn.com/en-in/news/India/brics-sherpa-meeting-kicks-off-indias-2026-chairship-in-new-delhi/ar-AA1W7Bqx

O vice-ministro das Relações Exteriores e sherpa da China, Ma Zhaoxu, mencionou que o presidente Xi Jinping, propôs a ideia de "desenvolvimento de alta qualidade por meio de uma cooperação mais ampla dentro do BRICS" e estabeleceu a estrutura de cooperação do BRICS comprometida com a paz, a inovação, o desenvolvimento sustentável, a justiça. Ma Zhaoxu também reafirmou a disposição da China em colaborar com a Índia, presidente do grupo, e com os outros membros e parceiros do BRICS para aprofundar a cooperação prática, otimizar os mecanismos de trabalho, fortalecer a coordenação plurilateral e defender a justiça internacional[3].

[2] https://www.aninews.in/news/world/asia/first-brics-sherpas-meeting-held-during-indias-chairship-in-new-delhi20260211143321/

[3] https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/wjbxw/202602/t20260210_11855088.html

Pela primeira vez, a reunião contou com a participação de Bielorrússia, parceiro do BRICS que propôs compartilhar seu potencial tecnológico nas áreas de segurança alimentar e hídrica. O país confirmou seu interesse em aderir ao Novo Banco de Desenvolvimento.

À margem do encontro de sherpas, o secretário de Relações Exteriores da Índia, Vikram Misri, realizou um Diálogo Estratégico Índia-China com o vice-ministro executivo das Relações Exteriores da China, Ma Zhaoxu, que está na Índia para as consultas do BRICS. Os dois lados analisaram os recentes progressos na estabilização das relações bilaterais e discutiram os desenvolvimentos regionais e internacionais[4]. Ambas as partes enfatizaram a importância da paz e da tranquilidade ao longo da fronteira para o avanço geral das relações bilaterais e reiteraram seu compromisso em implementar as orientações fornecidas por seus líderes. A presidência do BRICS em 2027 caberá à China.

Brasil e Índia debateram parcerias para ampliar cooperação para produção de medicamentos, saúde digital e medicina tradicional

> *Brasil e Índia têm sistemas públicos robustos, forte capacidade científica e papel estratégico no Sul Global. Nossa cooperação em saúde pode ampliar o acesso da população a medicamentos, fortalecer a produção local e impulsionar a inovação.*
>
> MS Alexandre Padilha, em missão dia 18/2.

Em 18/02, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, iniciou sua missão oficial na Índia para fortalecer a cooperação bilateral em áreas como tecnologia e inovação em saúde, produção de medicamentos e vacinas, além de avanços regulatórios estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)[5].

Padilha encontrou o ministro da Saúde e Bem-Estar da Família da Índia, Jagat Prakash Nadda, e o ministro de Medicina Tradicional, Prataprao Jadhav, para aprofundar ações conjuntas.

Na reunião com o ministro Jagat Prakash Nadda, o foco foi o fortalecimento da parceria entre os dois países na **produção de medicamentos e tecnologias em saúde**. Também foram discutidas parcerias entre instituições públicas e empresas dos dois países, com destaque para **medicamentos oncológicos e produtos voltados ao enfrentamento de doenças tropicais**.

Alexandre Padilha convidou formalmente o governo indiano a participar do lançamento, no Brasil, de projetos da **Coalizão Global de Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo lançada durante a presidência brasileira do G20** (Coalizão do G20). A coalizão tem por objetivo fortalecer a cooperação Sul-Sul em medicamentos, vacinas e tecnologias em saúde.

Outro eixo central das reuniões foi a **saúde digital**. Paralelamente à 2ª Cúpula sobre impacto da inteligência artificial, em Nova Delhi, Brasil e Índia discutiram desafios e oportunidades do uso **de tecnologias digitais e inteligência artificial na organização dos sistemas públicos.** O intercâmbio em saúde digital pode acelerar a modernização do SUS, ampliar o acesso e qualificar o cuidado à população.

[4]https://www.newindianexpress.com/nation/2026/Feb/10/india-hosts-first-brics-sherpa-meeting-outlining-priorities-for-2026-chairmanship

[5]https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/40812/India++Brazil+Joint+Statement++State+Visit+of+President+of+Brazil+to+India

Na reunião com o ministro Prataprao Jadhav, o diálogo se concentrou na cooperação em **medicina tradicional**, área em que a Índia possui estrutura ministerial própria. Foi destacada a importância de reuniões regulares do Grupo de Trabalho Conjunto no âmbito do MdE para **revisar a cooperação em andamento, identificar novas áreas de colaboração e promover iniciativas conjuntas em pesquisa, capacitação, cooperação regulatória e promoção de práticas de medicina tradicional baseadas em evidências**. Um dos temas debatidos foi a implementação de uma biblioteca digital de medicina tradicional, reunindo evidências científicas, protocolos, estudos clínicos, registros históricos e boas práticas sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) – práticas baseadas em conhecimentos tradicionais[6].

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com o PM indiano Narendra Modi, e assinaram acordos em 21/02/2026[7]. A Fiocruz, que integra a delegação do Ministério da Saúde, firmou duas parcerias com instituições indianas nas áreas de P,D&I voltados para doenças raras, câncer, imunossupressores, doenças negligenciadas e uma vacina contra a tuberculose[8]. Os memorandos de entendimento (MdE) estabeleceram as bases para cooperação técnica, científica e produtiva com foco na ampliação do acesso a melhores formas de tratamentos para a população brasileira.

Imagem 2 – O Brasil estabeleceu parcerias com a Índia para produzir medicamentos para o SUS



Foto: Ricardo Stuckert/PR

A parceria com a **Biocon Pharma** ocorre na área de produção e transferência de tecnologia de medicamentos destinados ao tratamento de **doenças raras, câncer e terapias imunossupressoras**. Já o documento assinado com a **Lupin,** tem foco no desenvolvimento conjunto, na transferência de tecnologia, na produção local e no fortalecimento de capacidades industriais e regulatórias para medicamentos destinados ao tratamento de **doenças infecciosas negligenciadas, como tuberculose, malária, esquistossomose, hanseníase e doença de Chagas[9]**.

[6] https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/brasil-e-india-debatem-parcerias-para-ampliar-cooperacao-para-producao-de-medicamentos-saude-digital-e-medicina-tradicional

[7] www.poder360.com.br/poder-governo/leia-os-acordos-firmados-durante-viagem-de-lula-a-india

[8] https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/ministerio-da-saude-assina-parcerias-na-india-para-producao-de-medicamentos-contra-o-cancer-no-sus

[9] https://fiocruz.br/noticia/2026/02/fiocruz-integra-comitiva-do-ms-e-firma-parcerias-na-india

Os acordos reforçam parcerias bem estabelecidas com Farmanguinhos/Fiocruz. Brasil e Índia tem um histórico de atuação conjunta para garantir acesso amplo e barato de genéricos para populações de baixa renda e da soberania sanitária no âmbito da OMS.

Além das PDPs, Brasil e Índia assinaram um adendo ao Memorando de Entendimento entre os países, estendendo por mais **cinco anos** a cooperação bilateral na área da saúde. O acordo amplia as iniciativas conjuntas em áreas como a **produção de medicamentos, vacinas e ingredientes farmacêuticos ativos, biofabricação e desenvolvimento de produtos biológicos,** o que fortalecerá o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e **inclui ações nas áreas de saúde digital, telessaúde e inteligência artificial.**

Outros destaques foram para o acordo de cooperação bilateral entre o Conselho de Pesquisa Científica e Industrial da Índia (CSIR) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil (INPI) **para acesso à Biblioteca Digital de Conhecimento Tradicional (TKDL)** e para o MdE sobre terras raras.

O acordo de minerais raros é o 1º nessa área assinado pelo Brasil e ocorre num momento em que Estados Unidos e China disputam acesso ao 2º maior estoque de reservas do mundo, que está em solo brasileiro. O documento não envolve exportação, investimentos ou cotas de produção. É um acordo de cooperação técnica e científica – uma troca de experiências sobre como cada país está desenvolvendo sua cadeia de minerais críticos.

Cientistas russos registram sistema de IA para diagnóstico precoce de doenças cardíacas

O algoritmo para eletrocardiógrafos portáteis identifica distúrbios cardíacos pouco perceptíveis em apenas um minuto, com 91% de precisão, segundo estudos, por meio de um cartão cardíaco. O avanço científico foi testado na República do Tartaristão, na Rússia.

Considerações

De um modo geral, o BRICS alinha-se estreitamente com as prioridades da política externa da Índia: manter a autonomia, facilitar a ascensão de um mundo multipolar, permitir o acesso a instituições financeiras não ocidentais e destacar a Índia como uma voz líder do Sul Global em questões como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e reforma de instituições de governança global, como o Conselho de Segurança da ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Por meio de sua presidência do BRICS em 2026, a Índia buscará dar o exemplo de uma liderança baseada na igualdade e no consenso, que não busque interesses próprios e hegemonia, mas sim o bem comum. O país desempenhará um papel crucial na definição da agenda do BRICS pós-expansão. Para isso, precisará utilizar sua experiência durante o comando do G20 para harmonizar os interesses entre os membros antigos e novos.

Os EUA, por sua vez, assumirão a presidência do G20 nesse ano. Após quatro cúpulas consecutivas do G20 sob a liderança de países do Sul Global, existe a preocupação de que a agenda possa mudar das prioridades do Sul Global para uma abordagem que priorize os Estados Unidos. As questões importantes para o Sul Global – saúde, mudanças climáticas, sustentabilidade, desigualdade e desenvolvimento – já estão fora da agenda do G20, liderado pelos EUA. Nesse cenário, é provável que haja uma competição entre o BRICS, liderado pela Índia, e o G20, liderado pelos EUA, em termos de definição de agenda e narrativa. Por meio de sua liderança no BRICS, a Índia terá que garantir que a agenda do Sul Global não seja marginalizada.

Países latino-americanos atraídos pelas promessas dos EUA na economia e na saúde

Países latinoamericanos atraídos por las promesas de EE. UU. en materia económica y sanitaria

Latin American countries attracted by US promises on the economy and health

Sebastián Tobar
Sâmia de Brito

Resumo. A quinzena foi marcada pela aproximação de países como Argentina e Panamá aos EUA em questões econômicas e de saúde. Os EUA começam a implementar acordos bilaterais de Saúde em países como Panamá e República Dominica. Além disso, trazemos o aprofundamento da crise nos diretos humanos na Colômbia e a deterioração das condições sociopolíticas em Cuba. No acompanhamento das organizações regionais, destacamos a realização de reunião técnica sobre SARS-CoV-2) pelo ORAS-CONHU e o lançamento da plataforma sobre boas práticas de manejo do fogo

Palavras-chave: América Latina. Cooperação Internacional. Saúde

Resumen. *La quincena estuvo marcada por el acercamiento de países como Argentina y Panamá a Estados Unidos en cuestiones económicas y sanitarias. Estados Unidos comienza a implementar acuerdos bilaterales de salud en países como Panamá y República Dominicana. Además, traemos la profundización de la crisis de derechos humanos en Colombia y el deterioro de las condiciones sociopolíticas en Cuba. En el seguimiento de las organizaciones regionales, destacamos la realización de una reunión técnica sobre el SARS-CoV-2 por parte de ORAS-CONHU y el lanzamiento de la plataforma sobre buenas prácticas de manejo del fuego.*

Palabras-clave: *América Latina. Cooperación Internacional. Salud*.

Abstract. *The fortnight was marked by the rapprochement of countries such as Argentina and Panama with the US on economic and health issues. The US is beginning to implement bilateral health agreements in countries such as Panama and the Dominican Republic. In addition, we report on the deepening human rights crisis in Colombia and the deterioration of socio-political conditions in Cuba. In monitoring regional organizations, we highlight the technical meeting on SARS-CoV-2 held by ORAS-CONHU and the launch of the platform on good fire management practices.*

Keywords: *Latin America. International Cooperation. Health.*

Nas últimas duas semanas, os países da região vivenciaram um cenário sociopolítico marcado por:

- ***Políticas reformistas e intensos debates em países-chave*** (México, Argentina, Colômbia).
- ***Tensões econômicas e sociais internas*** (Cuba, Venezuela).
- ***Pressões de atores externos***, especialmente a influência dos Estados Unidos em questões comerciais e punitivas.

- ***Mobilizações sociais e reivindicações*** por direitos humanos e justiça social em diversas nações.
- ***Avanços em acordos regionais de comércio e integração***, criando cenários políticos e econômicos.

Como uma aquarela latino-americana, analisaremos alguns dos países da região:

O presidente da ***Argentina***, Javier Milei, tem confirmado seu pertencimento ao "*Hemisfério de Trump*", tendo viajado 12 vezes aos Estados Unidos no transcurso de seu mandato de presidente e feito apenas 2 visitas aos países da região.

A agenda pública de Milei está focada ***em políticas econômicas e reformas estruturais***[1], incluindo uma reforma polêmica trabalhista que gerou mobilizações sociais e discussões no Congresso.

O triunfo eleitoral do oficialismo em outubro passado permitiu que o governo se sentisse empoderado e promoveu um conjunto de medidas agressivas contra a classe operária e de trabalhadores, mas também contra outros setores do país, incluindo o empresariado.

Com relação ao **Acordo UE-MERCOSUL**, a Argentina e Uruguai tem sido os primeiros países do bloco a ratificar o Tratado, embora este ainda não tenha entrado em vigor, porque o Parlamento Europeu votou a favor de levar o texto ao Tribunal de Justiça da UE para revisão e análise de sua compatibilidade, o que atrasará sua implementação em pelo menos um ano[2].

Na ***Colômbia***, a situação de direitos humanos mostra retrocessos preocupantes, com aumento de violência em zonas rurais e desafios graves de segurança, num contexto pré-eleitoral que gera preocupações internacionais[3]. A Colômbia atravessa uma grave crise de direitos humanos no início de 2026, marcada pela deterioração da segurança e pelo fortalecimento dos grupos armados, apesar da "paz total". Foram registrados altos índices de homicídios contra líderes sociais, deslocamento forçado, reclusão infantil e violência sexual, afetando desproporcionalmente comunidades indígenas e afrodescendentes.

As Nações Unidas têm alertado sobre o risco de "*retornar à grave situação de direitos humanos*" que enfrentava antes do acordo de paz com o maior grupo rebelde do país. O

[1] Algumas dessas medidas foram a Reforma Laboral, mudanças no Regime Penal Juvenil, bajando a idade de imputabilidade para os menores, modificações nas leis dos Glaciares, permitindo a mineração em zonas que antes estavam protegidas e de Financiamento Universitário, firma do acordo de Comércio Livre Mercosul-União Europeia e de Comércio e Inversiones com EEUU. Todo ao mesmo tempo e a um ritmo vertiginoso, claro que, como os sinais variaram várias vezes desde esta coluna, a Reforma Laboral foi o ponto de partida desta experiência. https://www.infobae.com/politica/2026/02/26/el-gobierno-busca-coronar-su-agenda-legislativa-en-48-horas-pero-mezcla-apoyos-con-alineamiento-mecanico/ e https://www.infobae.com/politica/2026/02/25/el-gobierno-comienza-un-fino-equilibrio-para-mantener-el-vinculo-con-los-aliados-sin-descuidar-su-plan-electoral/

[2] O acordo comercial entre a UE e o Mercosul implicará a eliminação de tarifas sobre mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos. O Mercosul reduzirá gradualmente as tarifas sobre produtos industriais europeus (automóveis, máquinas, produtos químicos e farmacêuticos), enquanto a União Europeia aumentará o acesso de produtos agrícolas da região (carne bovina, açúcar, etanol e soja). Mais informações sobre a ratificação do Acordo UE-MERCOSUL podem ser encontradas em: https://www.clarin.com/politica/fuerte-respaldo-senado-sanciono-acuerdo-union-europea-mercosur_0_TRicKVq5qa.html e https://www.dw.com/es/argentina-y-uruguay-se-convierten-en-los-primeros-pa%C3%ADses-en-ratificar-acuerdo-mercosur-ue/a-76143325

[3] https://apnews.com/article/colombia-un-human-rights-violence-elections-0d2776ef95dae8cb7bd0a1c7c3a2ac66

relatório anual sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia destaca um aumento nos ataques a comunidades rurais por grupos rebeldes e narcotraficantes, que lutam pelo território abandonado pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) após o acordo de paz de 2016 com o governo colombiano. Segundo o relatório, o número de pessoas deslocadas pela violência na Colômbia aumentou 85% em 2025 em relação ao ano anterior, com aproximadamente 94 mil pessoas forçadas a fugir de suas casas.

Situação atual e pontos chaves da situação dos direitos humanos na Colômbia (2025-2026):

- ✓ ***Crise humanitária e violência:*** O conflito armado persiste, causando confinamento, deslocamento forçado em massa e massacres em territórios como Chocó e o sudoeste.
- ✓ ***Líderes e defensores*****:** A violência contra defensores de direitos humanos e líderes sociais continua, com 99 assassinatos verificados até o início de 2026, demonstrando a persistência da violência apesar dos esforços do governo. Recrutamento de crianças: Há um aumento preocupante no recrutamento forçado de menores, incluindo o uso de mídias sociais para recrutamento, com 150 casos relatados em 2025.
- ✓ ***Violência de gênero*****:** Um aumento nos feminicídios, violência sexual e tráfico de pessoas, afetando principalmente mulheres. Grupos étnicos: Comunidades indígenas e afrodescendentes sofrem desproporcionalmente com a violência, o que coloca sua cultura e território em risco.
- ✓ ***Impunidade:*** A impunidade persiste em casos de violações dos direitos humanos, incluindo aquelas ocorridas durante os protestos sociais de 2021.

Apesar da abertura do governo para a criação de políticas de proteção, a implementação continua sendo o maior desafio para a redução da violência no cotidiano das comunidades.

A crise econômica e energética em ***Cuba*** continua a moldar a vida social e política: o país enfrenta, além do severo impacto das sanções internacionais, período de escassez de combustível e alimentos, causando tensões internas e protestos.

O México enviou um segundo pacote de ajuda humanitária[4] para Cuba, enquanto a ilha enfrenta um embargo americano mais rigoroso e ameaças de tarifas contra países que lhe fornecem petróleo.

Entretanto, a relação de Cuba com o bloqueio permanece muito tensa e estruturalmente desfavorável para a ilha, que sofre com dificuldades na importação de

[4] Dois navios da Marinha mexicana, transportando 1.193 toneladas de suprimentos, partiram do porto de Veracruz, no Golfo do México, na terça-feira, anunciou o Ministério das Relações Exteriores mexicano. A previsão é de que a carga chegue no sábado. O Papaloapan transporta 1.078 toneladas de feijão e leite em pó, enquanto o Huasteco leva 92 toneladas de feijão e 23 toneladas de outros alimentos. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as 23 toneladas restantes de ajuda humanitária foram fornecidas por diversas organizações sociais com o apoio do governo da Cidade do México. Este é o segundo pacote de ajuda humanitária enviado à ilha este ano. Em fevereiro, o México enviou mais de 814 toneladas de alimentos e produtos de higiene para Cuba, enquanto as negociações diplomáticas sobre o fornecimento de petróleo continuavam. Os embarques de petróleo foram interrompidos em meados de janeiro, pouco antes de o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciar um significativo endurecimento do embargo econômico a Havana. https://apnews.com/article/cuba-mexico-aid-shipments-food-energy-8153dbee4e33d792cd8bea4f738670e1

alimentos, medicamentos, combustível e peças de reposição, restrições ao crédito internacional, aumento do custo de vida e uma profunda crise energética.

Recentemente, uma ***embarcação dos EUA foi avistada em águas territoriais cubanas***, gerando diversas interpretações:

1. A entrada de tal embarcação constitui uma clara violação da soberania cubana e pode levar à sua interceptação pelas forças cubanas, aumentando as tensões diplomáticas.
2. A embarcação foi apresentada como uma operação de resgate ou humanitária para a evacuação de pacientes cubanos, mas isso deveria ter sido coordenado previamente entre as autoridades cubanas e americanas.
3. A embarcação (privada) foi associada a partidas ou entradas irregulares, exigindo, portanto, a intervenção de forças de ambos os países.
4. A embarcação está ligada a atividades criminosas como tráfico de pessoas, contrabando ou tráfico de drogas, o que exige uma investigação criminal e cooperação internacional específica.

Os detalhes desse episódio ainda não foram esclarecidos e, embora o Secretário de Estado tenha negado a presença de pessoal do governo americano na embarcação e afirmado que não se tratava de uma "***operação***" militar, as autoridades de Havana dizem que foi uma operação orquestrada por Washington[5].

No ***México***, a presidente Claudia Sheinbaum apresentou uma proposta de reforma eleitoral que busca reduzir os gastos com campanhas eleitorais, limitar o financiamento de partidos e reorganizar o legislativo. Isso gerou intenso debate político, com a oposição acusando a medida de tentar enfraquecer a representação democrática. O governo argumenta que a reforma reduzirá os gastos públicos, mas a oposição teme que ela permita ao partido governista consolidar o poder.

"Não queremos um partido estatal nem um sistema de partido único", declarou Sheinbaum. "Estas são reformas simples e muito racionais que respondem às demandas do povo[6]."

O projeto de lei propõe cortar em 25% os gastos públicos com processos eleitorais e redistribuir os recursos para saúde, educação e outros programas sociais[7].

---

[5] https://www.infobae.com/estados-unidos/2026/02/26/rubio-hablo-sobre-el-ataque-a-una-lancha-en-cuba-que-dejo-cuatro-muertos-vamos-a-averiguar-que-paso-y-responderemos-en-consecuencia/< ; https://www.telesurtv.net/marco-rubio-investigacion-eeuu-lancha-cuba/; e https://www.telemundo.com/noticias/noticias-telemundo/estados-unidos/rubio-afirma-eeuu-respondera-de-acuerdo-lo-ocurrido-embarcacion-cuba-rcna260740

[6] https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20260226-la-presidenta-de-m%C3%A9xico-propone-una-reforma-electoral-que-reduce-costos-y-achica-el-senado

[7] Pablo Gómez, chefe da comissão de reforma eleitoral, afirmou que o México gastou US$ 3,55 bilhões em sistemas eleitorais em 2024. A reforma reduziria o financiamento de partidos políticos, limitaria o tempo diário de transmissão na televisão e no rádio por emissora por campanha, exigiria a rotulagem de conteúdo gerado por inteligência artificial, proibiria bots e limitaria os salários de autoridades eleitas e funcionários eleitorais, alguns dos quais ganham mais do que o presidente. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/presidente-do-mexico-apresenta-reforma-para-cortar-gastos-eleitorais-em-25/

As políticas da administração de ***Donald Trump continuam a influenciar a região***, especialmente com as sanções e medidas comerciais que afetam países como Cuba e Venezuela, exacerbando as tensões políticas e sociais.

Até agora, a série de ***acordos bilaterais de saúde assinados pelo Departamento de Estado dos EUA*** concentrou-se em países africanos. Agora, o governo Trump está voltando sua atenção para o ***Hemisfério Ocidental, onde acaba de assinar seu primeiro acordo de saúde***[8].

Os Estados Unidos fornecerão até US$ 22,5 milhões ao Panamá nos próximos três anos, e o Panamá cofinanciará o acordo aumentando seus próprios gastos com saúde em mais de US$ 11 milhões durante esse período[9].

Em 25 de fevereiro de 2026, os Estados Unidos e a República do Panamá assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) bilateral sobre saúde, considerado o primeiro acordo desse tipo no Hemisfério Americano no âmbito da nova "***American First Global Health Strategy***". O acordo com o Panamá enfatiza o controle do HIV e a vigilância epidemiológica, situação que é importante para os Estados Unidos conseguirem prevenir/conter a chegada de doenças em seu território.

Este acordo representa um primeiro passo formal na cooperação em saúde entre Washington e um país da América Central ou do Sul, no âmbito da nova estratégia de saúde dos EUA. As lições aprendidas com os acordos assinados entre os Estados Unidos e os países africanos[10] suscitaram preocupações em relação à natureza transacional desses acordos em áreas como compartilhamento de dados a longo prazo e acesso a minerais, e os impactos que isso tem sobre a soberania nacional.

Na esteira da aproximação com os EUA, as ***tensões com a China em relação ao Canal do Panamá aumentaram.*** O governo panamenho confiscou dois portos nas entradas do Canal do Panamá a partir de uma medida motivada por uma decisão da Suprema Corte que declarou a concessão da empresa inconstitucional, segundo uma empresa sediada em Hong Kong que os opera há décadas. A saga em torno desses dois portos panamenhos faz parte de uma rivalidade

---

[8] https://radio-republica.com/noticias/fortalecer-la-seguridad-en-materia-de-salud-en-el-hemisferio-occidental-por-medio-de-la-estrategia-global-de-salud-america-first-en-panama/?utm_source=chatgpt.com

[9] https://www.telemetro.com/nacionales/eeuu-y-minsa-firman-acuerdo-salud-225-millones-prevenir-brotes-2028-n6071005?utm_source=chatgpt.com

[10] Los Memorandos de Entendimento (MOU) de la Estrategia de Salud Global America First https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/12/america-first-global-health-strategy-bilateral-agreements-on-global-health-cooperation/? firmados hasta ahora representan casi 20.000 millones de dólares en nueva financiación sanitaria, incluyendo más de 12.400 millones de dólares en ayuda estadounidense, junto con 7.600 millones de dólares en coinversión de los países receptores, basándose en décadas de avances en la mejora de la seguridad sanitaria y la lucha contra el VIH/SIDA, la malaria, la tuberculosis y otras enfermedades infecciosas en todo el mundo. A fecha de 27 de febrero, el Departamento de Estado ha firmado 21 memorandos bilaterales de entendimiento sobre salud global con Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camerún, Costa de Marfil, la República Democrática del Congo, República Dominicana, Suatini, Etiopía, Kenia, Lesoto, Liberia, Madagascar, Malaui, Mozambique, Níger, Nigeria, Panamá, Ruanda, Sierra Leona y Uganda. A parcela americana desse financiamento ainda precisa ser aprovada pelo Congresso dos EUA. Mas a velocidade com que esses acordos foram assinados não foi tão rápida quanto os EUA previam. https://www.devex.com/news/us-state-department-signs-first-western-hemisphere-bilateral-health-deal-111954

mais ampla entre os Estados Unidos e a China[11], na qual o país centro-americano ficou no meio do conflito depois que o presidente dos EUA, Donald Trump, acusou a China, no ano passado, de "controlar o Canal do Panamá".

O caminho iniciado pelo Panamá foi seguido pela ***República Dominicana***, que assinou o dia 26 um novo ***memorando de entendimento bilateral*** de cinco anos para cooperação em saúde com os Estados Unidos. Segundo o memorando, em colaboração com o Congresso, o Departamento de Estado pretende fornecer até US$ 46,7 milhões para apoiar os esforços da República Dominicana no combate ao HIV/AIDS e outras ameaças à saúde. O governo dominicano se compromete a aumentar seus gastos internos com saúde em US$ 14,1 milhões ao longo dos cinco anos de vigência do memorando.

Marco Rubio visitou o ***Caribe***[12,13] , reunindo-se com as lideranças do CARICOM para redefinir as prioridades da Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe (CBSI). Por meio dessa iniciativa, os Estados Unidos trabalham para desenvolver capacidades para combater o tráfico ilícito e o crime transnacional, promovendo a segurança nacional no Caribe e nos Estados Unidos.

No âmbito dessa estratégia, os EUA colaboram com as agências de aplicação da lei do Caribe para desmantelar organizações criminosas transnacionais, incluindo aquelas envolvidas no tráfico de drogas e armas de fogo e aquelas com ligações com grupos de tráfico sul-americanos e mexicanos.

A CBSI colabora com as agências de aplicação da lei dos EUA para fornecer treinamento e assistência técnica, entre outras coisas, por meio da Administração de Repressão às Drogas dos EUA (DEA), do Departamento de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos (ATF), da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP) e das Investigações de Segurança Interna (HSI).

Em todo o Caribe, a CBSI apoia unidades policiais especializadas e credenciadas que colaboram com as agências de aplicação da lei dos EUA e apoia a Unidade de Inteligência da CARICOM, entre outras.

Por fim, a ***República Popular da China continua a promover e fortalecer seus laços econômicos e tecnológicos na região***[14]. Na Nicarágua, a China entregou 180 ônibus modernos

[11] https://apnews.com/article/un-us-china-panama-canal-trump-2aafbbfb0d5fdb27ce04c54a0204a10a

[12] https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/02/secretary-of-state-marco-rubio-remarks-to-press-5/?utm_source=homepage&utm_medium=hero&utm_campaign=s_press

[13] Entre os participantes da reunião estavam o primeiro-ministro Terrance Drew de São Cristóvão e Névis, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit da Dominica, o primeiro-ministro Gaston Browne de Antígua e Barbuda, o primeiro-ministro Andrew Holness da Jamaica, a primeira-ministra Mia Mottley de Barbados, o presidente Irfaan Ali da Guiana, o primeiro-ministro John Briceño de Belize, o primeiro-ministro Philip J. Pierre de Santa Lúcia, o primeiro-ministro Philip Davis das Bahamas, o primeiro-ministro Dickon Mitchell de Granada, a primeira-ministra Alix Didier Fils-Aimé do Haiti, a primeira-ministra Kamla Persad-Bissessar de Trinidad e Tobago, a presidente Jennifer Geerlings-Simons do Suriname e o primeiro-ministro Godwin Friday de São Vicente e Granadinas. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/02/secretary-rubios-meeting-with-caricom-heads-of-government/

[14] Enquanto o México e a Colômbia permanecem no centro das atenções globais, a Nicarágua se torna a nova aliada estratégica da China na região, recebendo uma frota de ônibus que promete revolucionar o transporte urbano. https://as.com/us/actualidad/ni-mexico-ni-colombia-china-tiene-un-nuevo-socio-en-latinoamerica-y-reforzara-su-movilidad-con-transportes-de-ultima-generacion-f202602-n

equipados com tecnologia avançada e recursos de segurança, reforçando sua presença econômica e a cooperação em infraestrutura urbana.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) realizou reunião técnica sobre SARS-CoV-2[15].

O ORAS-CONHU realizou reunião técnica com o objetivo de apresentar resultados de pesquisas sobre vigilância genômica do SARS-CoV-2 na Bolívia e no Peru. Estiveram presentes membros da Rede Andina de Vigilância em Saúde Pública, representantes da cooperação internacional dos ministérios da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e pesquisadores da Universidade Peruana Cayetano Heredia.

Os resultados mostraram que há necessidade de fortalecimento da vigilância genômica, especialmente em zonas fronteiriças e de alta mobilidade, para antecipar novas ondas, responder com maior rapidez e evitar a vulnerabilidade frente a futuras emergências. No entanto, a reunião também apontou para a necessidade de transcender o SARS-CoV2 para uma vigilância integral de patógenos prioritários. Os próximos passos definidos para avançar na vigilância na região andina serão a formação de um grupo de trabalho para a preparação de um Plano de Ação regional contra a hanseníase.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) lançou plataforma sobre boas práticas de manejo do fogo[16].

Por meio do Observatório Regional Amazônico e da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo, a OTCA lançou a plataforma ExpoMIF Virtual que tem como objetivo divulgar boas práticas de Manejo Integrado do Fogo na Amazônia. Segundo o secretário-geral da OTCA, Martin von Hildebrand, "A Amazônia é essencial para o equilíbrio climático global e para a vida de milhões de pessoas. No entanto, o avanço do desmatamento, da degradação e os efeitos das mudanças climáticas têm aumentado a frequência e a intensidade dos incêndios em toda a região".

Além disso, Edith Paredes, diretora administrativa da Organização ressaltou o desafio que incêndios florestais trazem para os países da região e lembra que esses episódios exigem melhor coordenação e cooperação regional e por isso, a OTCA trata o assunto com prioridade estratégica. Na Organização, o tema do manejo do fogo é conduzido pela Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo que tem como objetivo fortalecer a cooperação técnica entre países amazónicos, harmonizar abordagens e apoiar o desenvolvimento de capacidades relacionadas ao combate de incêndios florestais.

[15] https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-upch-presentan-hallazgos-clave-sobre-la-epidemiologia-genomica-del-sars-cov-2-en-la

[16] https://otca.org/pt/otca-lanca-expomif-virtual-e-reforca-cooperacao-amazonica-em-manejo-do-fogo/

Una breve revisión de la situación del Perú, sus implicancias en la salud y propuestas ante el nuevo periodo de gobierno

Uma breve revisão da situação do Peru, suas implicações para a saúde e propostas para o novo período de governo

A brief review of the situation in Peru, its implications for health, and proposals for the new administration

***Rocío Figueroa Magallanes*[1]**

El Perú llega al 2026 en un escenario de estabilidad macroeconómica, aunque marcado por profundas brechas estructurales. Tras un periodo de bajo crecimiento, la economía mostró en 2025 una recuperación moderada de 3,3 %, con proyecciones cercanas al 3 % para 2026, impulsada principalmente por la minería, la agroexportación y los servicios. La inflación se mantiene dentro del rango meta del Banco Central de Reserva del Perú, lo que otorga previsibilidad; y la inversión privada avanza con cautela ante la persistente incertidumbre política. Así mismo, se cuenta con alentadoras perspectivas en materia de comercio internacional con la construcción del Puerto de Chancay, pero amenazada por el reposicionamiento geopolítico de las potencias.

La delincuencia afecta la economía peruana al reducir la inversión, elevar los costos empresariales y frenar el emprendimiento, especialmente en pequeñas empresas. El gasto en seguridad, equivalente al 2,2 % del PBI, desvía recursos de sectores clave. Impacta más a la población pobre, disminuyendo ingresos, oportunidades y afectando la salud mental. Del mismo modo, el país afronta el deterioro del medio ambiente y la destrucción de la Amazonía por la contaminación de los ríos debido a la minería ilegal y la tala forestal, y actualmente enfrenta una crisis climática por la entrada del Fenómeno El Niño que está provocando graves inundaciones en ciudades de la sierra y costa peruana.

A pesar de que el país ha mantenido relativa estabilidad fiscal y monetaria, prevalecen los desafíos sociales significativos, donde cerca del 28 % de la población permanece en situación de pobreza y más de 13 millones de personas trabajan en la informalidad. En materia de Salud, si bien el país ha logrado avances importantes —como el incremento de la esperanza de vida a 72,4 años y una cobertura de aseguramiento del 97 % en 2023, con el Seguro Integral de Salud como eje de protección social—, el sistema sanitario enfrenta limitaciones estructurales en gestión, financiamiento y calidad. La transición epidemiológica agrava este escenario: las enfermedades no transmisibles representan el 70,7 % de los años de vida saludables perdidos y continúan siendo la principal causa de mortalidad.

El gasto público en Salud, situado entre 3 % y 3,4 % del PBI, permanece por debajo de los estándares recomendados por la Organización Mundial de la Salud, mientras la alta rotación ministerial dificulta la planificación de largo plazo. A ello se suman deficiencias operativas, como la limitada capacidad resolutiva del primer nivel de atención y el desabastecimiento de

[1] Especialista en Cooperación Internacional que labora en la Oficina General de Cooperación Técnica Internacional del Ministerio de Salud de Perú. Licenciada en Enfermería, egresada de la Universidad Peruana Cayetano Heredia, con maestría en Salud Pública y Gestión en Servicios de Salud.

medicamentos afectando predominantemente a la población de menores ingresos manteniéndose un alto gasto de bolsillo.

En este contexto, el presidente interino José María Balcázar (desde el 18 de febrero hasta el 28 de julio de 2026) ha planteado como prioridades garantizar elecciones transparentes, preservar la estabilidad económica y fortalecer la lucha contra el crimen organizado, buscando de esa manera asegurar la gobernabilidad.

Ante la proximidad de un nuevo gobierno, el desafío central será transformar la estabilidad macroeconómica en una plataforma efectiva de desarrollo social, y en materia de Salud, fortalecer la atención primaria, integrar los subsistemas fragmentados y orientar el financiamiento hacia resultados concretos en prevención y control de enfermedades, con un enfoque centrado en las personas.

Por lo pronto, los partidos que han publicado sus propuestas electorales para atender la problemática de salud, en su mayoría coincide en que el sistema de salud peruano está fragmentado y requiere mayor articulación entre Ministerio de Salud, Seguridad Social (EsSalud) y otros subsistemas, ya sea mediante integración funcional o unificación estructural. Existe consenso en fortalecer el primer nivel de atención, ampliar infraestructura y cerrar brechas mediante asociaciones público-privadas y obras por impuestos. Del mismo modo, coinciden en priorizar la digitalización (historia clínica electrónica, telemedicina e inteligencia artificial), mejorar el abastecimiento de medicamentos y reducir la anemia infantil.

El 12 de abril del presente año se realizarán las elecciones generales (presidencial y Congreso) y en el mes de octubre las elecciones regionales y locales. Es innegable la apatía y desconfianza que los peruanos experimentamos ante estas elecciones, pero también tenemos esperanza que nuestra elección no sea traicionada y finalmente los peruanos elegidos cumplan con el encargo que se les otorgará.

Referências

Asociación Nacional de Cadena de Boticas. Anacab (7 de enero 2026). *¿Cómo cerramos el 2025 en salud y ante qué desafíos nos encontraremos en 2026? Retos y oportunidades para fortalecer el sistema público peruano*. https://anacab.pe/salud-publica/como-cerramos-el-2025-en-salud-y-ante-que-desafios-nos-encontraremos-en-2026-retos-y-oportunidades-para-fortalecer-el-sistema-publico-peruano/

Gobierna Consultores. *Salud en las urnas 2026. Inteligencia electoral sobre candidatos y programas de gobierno en salud.* Reporte N°2: Propuestas en Salud. 2026.

Pérez, J. (30 de diciembre del 2025). *¿Cómo llega la economía peruana a las elecciones 2026?* [INFORME]. Radio Programas del Perú. https://rpp.pe/economia/economia/economia-peru-elecciones-2026-retos-panorama-actual-noticia-1669708

Comexperu (13 de setiembre de 2024). *El Sistema de Salud Peruano: Observaciones necesarias.* Semanario 1225 / Legal y Regulatorio. https://www.comexperu.org.pe/articulo/el-sistema-de-salud-peruano-observaciones-necesarias

Haro, L. (5 de julio de 2020). *¿Es suficiente la estabilidad macroeconómica para garantizar el desarrollo en un país con profundas brechas sociales y políticas inestables?* Blog Luis Haro. https://luisharo.pe/peru-entre-estabilidad-macroeconomica-y-desigualdad-estructural/#:~:text=El%20caso%20peruano%20ilustra%20la,sociedad%20peruana%20demanda%20y%20merece.

Comex Perú (19 de diciembre de 2025). La economía peruana en 2025: principales lecciones. Comex Perú. https://www.comexperu.org.pe/articulo/la-economia-peruana-en-2025-principales-lecciones

Pinedo, J. (19 de febrero de 2026). *Los tres ejes anunciados por José María Balcázar para su gestión como presidente interino*. Radio Programas del Perú. https://rpp.pe/politica/gobierno/los-tres-ejes-anunciados-por-jose-maria-balcazar-para-su-gestion-como-presidente-interino-noticia-1676511?ref=rpp

Banco Central de Reserva del Perú. *Reporte de Inflación*. Setiembre 2024. Páginas 73-78.

Agradecimientos: Dr. Víctor Cuba Oré y Mg. Diego Sime Rendón

Pesquisa em saúde pública e equidade em saúde ameaçadas pelas novas políticas dos EUA: impacto e oportunidades para a América Latina[2]

La investigación en salud pública y la equidad en salud amenazadas por las nuevas políticas de EE. UU.: impacto y oportunidades para América Latina

Public health research and health equity threatened by new US policies: impact and opportunities for Latin America

Rocio Sáenz[a], Arachu Castro[b], Ximena Avellaneda[c], Carlos F. Caceres[d], Ingrid Gomez[a], Wendy Lopez[a], Pedro Mas[e], Natalia Navarro[a], Jossel Quesada[e], Amy Ritterbusch[f], Wilmer Sancho[a], Luis Fernando Solis[a], e Manuel Urbina[g], em nome do Conselho Diretor e da Secretaria Técnica da Rede de Equidade em Saúde das Américas (HENA)

Há décadas, a pesquisa em saúde pública na América Latina depende de recursos federais dos Estados Unidos. As mudanças nas prioridades de pesquisa dos EUA – como o menor enfoque em equidade em saúde, gênero e diversidade – escancaram o que já deveria ser evidente: depender de financiamento externo significa abrir mão do controle sobre as agendas regionais de pesquisa. Não se trata de uma crise a ser lamentada, mas de um alerta para a ação. A América Latina precisa de políticas nacionais e regionais que invistam de forma sustentável em pesquisa como pilar do desenvolvimento, dando prioridade à relevância local e às necessidades regionais. A pergunta é simples: por que a América Latina deveria depender de recursos externos para enfrentar suas próprias prioridades de saúde?

Em vez de lamentar as mudanças nas prioridades de financiamento dos EUA, a América Latina precisa investir em mecanismos regionais de financiamento. A criação de um Fundo Institucional Regional para Pesquisa em Saúde Pública, nos moldes de um fundo rotativo cofinanciado por universidades e governos, seria um passo concreto nessa direção.

A liderança do Brasil no Plano de Ação em Saúde de Belém é um exemplo claro dessa transição rumo à soberania científica.[1] Lançado por ocasião da COP30, esse marco orienta a adaptação do setor da saúde às mudanças climáticas por meio de compromissos voluntários de nações de todo o mundo. O Plano estabelece três eixos de ação: vigilância e monitoramento, políticas baseadas em evidências e inovação – todos fundamentados nos princípios da equidade em saúde e da governança participativa. Fundamentalmente, ele coloca as instituições latino-americanas como produtoras de conhecimento, com mecanismos de prestação de contas que operam por meio da OMS e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, reconhecendo o saber do Sul Global. Isso representa um autêntico pluralismo epistêmico: agendas de pesquisa definidas por quem vivencia os impactos das mudanças climáticas na

[2] Publicado originalmente em *The Lancet Regional Health – Americas* 2026;57: 101411. Acesso: https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(26)00041-4/fulltext. Tradução de Carolina Leocadio.

saúde, e não por agências de financiamento distantes. O Plano de Belém mostra como a coordenação regional pode gerar impacto global sem abrir mão da autonomia científica.

Mecanismos políticos regionais e nacionais colocam em prática esse modelo de autonomia. A Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da CEPAL, por exemplo, institucionaliza plataformas de compartilhamento de capacidade técnica, cooperação triangular e formulação conjunta de políticas, permitindo que os governos mobilizem recursos e conhecimento por meio de canais intrarregionais, em vez dos tradicionais fluxos Norte-Sul.[2] Ao mesmo tempo, agências multilaterais como a OPAS vêm utilizando agendas de cooperação inter-regional para impulsionar a produção local de insumos para a saúde, a harmonização regulatória e estratégias compartilhadas de cadeias de suprimento, criando assim as bases para plataformas de financiamento mais previsíveis e agendas conjuntas de pesquisa que reforcem a autonomia regional na saúde.[3]

Além disso, a Iniciativa Salud Mesoamérica (ISM) oferece um exemplo concreto de um modelo de financiamento baseado em resultados, em larga escala, estruturado em torno da equidade e voltado para a saúde materna, neonatal e infantil da população mais pobre.[4] Lançada em 2011 como uma parceria público-privada coordenada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com apoio de importantes fundações filantrópicas, a ISM beneficiou 1,8 milhão de mulheres e crianças em vários países da América Central e no estado mexicano de Chiapas, por meio de intervenções destinadas a melhorar a cobertura, a qualidade dos serviços de saúde materno-infantil, a nutrição e a prestação de cuidados reprodutivos e neonatais essenciais.[5] Seu modelo de financiamento por resultados – que combina cofinanciamento pelos países beneficiários com incentivos externos e verificação independente de impacto – evidencia como estratégias de financiamento orientadas pela equidade e focadas em resultados podem gerar melhorias concretas na saúde, ao mesmo tempo que reduzem a dependência dos ciclos tradicionais de doadores.[6]

Em conjunto, esses exemplos mostram que a América Latina já está construindo a infraestrutura institucional, financeira e de cooperação necessária para proteger a pesquisa e os serviços voltados para a equidade em saúde, mesmo diante de mudanças geopolíticas externas. Eles demonstram que, quando as prioridades regionais guiam o investimento e a colaboração – seja por meio de consórcios de pesquisa em rede, financiamento público, cooperação intergovernamental ou parcerias baseadas em resultados –, a soberania científica se torna não apenas viável, mas também passível de ser ampliada.

A América Latina tem plena capacidade de liderar seus próprios sistemas de pesquisa. Criar estruturas nacionais voltadas para o desenvolvimento e para a formulação de políticas estabeleceria plataformas de interação entre pesquisadores, tomadores de decisão e comunidades. Entre os elementos essenciais estão mecanismos de avaliação que mensurem o impacto da pesquisa nas políticas públicas, forneçam evidências dos resultados nos processos decisórios e promovam o bem-estar social. As prioridades de pesquisa precisam estar alinhadas com as necessidades latino-americanas, e não com agendas externas. Isso exige sistemas de avaliação que incluam indicadores de impacto sobre a equidade e mecanismos participativos que envolvam as comunidades como protagonistas.

As colaborações já existentes comprovam esse potencial. A Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul na América Latina e Caribe, coordenada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), impulsionou duas iniciativas transformadoras. O Plano de Autossuficiência em Saúde,[7] aprovado por unanimidade pela Comunidade de Estados Latino-

Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2021, define sete linhas de ação para fortalecer a capacidade regional de produzir e distribuir vacinas e medicamentos – reduzindo a dependência externa e, ao mesmo tempo, criando mercados compartilhados entre os países-membros. Complementarmente, a Agência Reguladora de Medicamentos e Dispositivos Médicos da América Latina e Caribe (AMLAC), criada por meio da Declaração de Acapulco de 2023, promove a harmonização e a convergência regulatória em toda a região.[8] Com a participação de dez países, a AMLAC mostra como a América Latina pode construir infraestrutura institucional para a soberania sanitária por meio da cooperação Sul-Sul, sem depender de marcos regulatórios do Norte.

O investimento regional em capacitação de recursos humanos é fundamental. As estratégias incluem a criação de fundos institucionais e regionais de formação que priorizem capacidades coletivas; a implementação de modelos híbridos que integrem aprendizado virtual e trabalho de campo; a definição de critérios de equidade para as colaborações, assegurando coliderança e compartilhamento de recursos; e o fomento de redes regionais que compartilhem infraestrutura. Essas medidas reduzem a dependência externa ao mesmo tempo que fortalecem a formação com foco em equidade.

A Rede de Equidade em Saúde das Américas está estrategicamente posicionada para promover a ação coletiva, fortalecer a pesquisa e a formação regionais, liderar o desenvolvimento de capacidades, avançar rumo à independência financeira e criar oportunidades para a pesquisa em equidade. Os primeiros passos incluem a promoção de acordos entre pesquisadores que consolidem colaborações duradouras, que transcendam as circunstâncias políticas e evidenciem o modo como as decisões internacionais impactam diretamente o financiamento e a formação. Essa conjuntura traz oportunidades para expandir as conexões com organizações que trabalham a partir de uma perspectiva sistêmica de saúde. A Rede de Equidade em Saúde das Américas pode facilitar acordos entre pesquisadores que consolidem colaborações duradouras, ampliem as conexões com organizações que trabalham com uma visão sistêmica da saúde e incentivem os países a integrar o investimento em pesquisa às suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

O momento é agora. A América Latina tem a capacidade, as instituições e o imperativo ético de alcançar a soberania científica, orientando a produção de conhecimento para a construção de sociedades mais justas e saudáveis. A questão não é se podemos – mas sim se o faremos.

Créditos aos autores

[a]*Centro de Pesquisa em Enfermagem e Saúde, Universidade da Costa Rica, San José, Costa Rica*
[b]*Centro para a Equidade em Saúde na América Latina na Celia Scott Weatherhead School of Public Health and Tropical Medicine, Universidade Tulane, EUA*
[c]*Grupo de Estudos de Mulheres Rosario Castellanos, Oaxaca, México*
[d]*Centro de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade, AIDS e Sociedade, Universidad Peruana Cayetano Heredia, Lima, Peru*
[e]*Instituto de Medicina Tropical Pedro Kourí, Havana, Cuba*
[f]*Luskin School of Public Affairs, Universidade da Califórnia em Los Angeles, Califórnia, EUA*
[g]*Academia Nacional de Medicina do México, Cidade do México, México*

Referências

1. Brazil Ministry of Health. The Belém Health Action Plan for the Adaptation of the Health Sector to Climate Change; 2025. https://cdn.who.int/media/docs/default-source/climate-change/en—belemaction-plan.pdf?sfvrsn=d54d4f18_4.Belém:COP30. Acessado em 24 de novembro de 2025.

2. CEPAL. Regional conference on south-south cooperation Latin America and Caribbean. https://www.cepal.org/en/subsidiary-bodies/regional-conference-south-south-cooperation-latin-america-and-caribbean. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

3. PAHO. PAHO Promotes Interregional Cooperation to Strengthen Health Autonomy in Latin America and the Caribbean. News Release; 2025. https://www.paho.org/en/news/6-11-2025-pahopromotes-interregional-cooperation-strengthen-health-autonomy-latin-america-and. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

4. Salud Mesoamérica Initiative. Who we are. https://www.saludmesoamerica.org/es/mesoamerica/quienes-somos. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

5. IDB. Salud Mesoamerica benefits 1.8 million people, strengthening health systems in Central America and Mexico. https://www.iadb.org/en/news/salud-mesoamerica-benefits-18-million-people-strengthening-health-systems-central-america-and-mexico. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

6. MSH/Salud Mesoamérica Initiative. Technical assistance and results-based financing model. https://msh.org/es/projects/salud/. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

7. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Plan for Self-Sufficiency in Health Matters in Latin America and the Caribbean: Lines of Action and Proposals (LC/TS.2021/115)*. Santiago de Chile: CEPAL; 2021. https://www.cepal.org/en/publications/47253-plan-self-sufficiency-health-matters-latin-america-and-caribbean-lines-action-and. Acessado em 24 de novembro de 2025.

8. Velasquez G. Hacia una Agencia Latinoamericana y del Caribe de Medicamentos (AMLAC) [Towards a Latin American and Caribbean Medicines Agency (AMLAC)]. Informe sobre Políticas; 2023;120:1–5. https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2023/08/PB120_Hacia-una-Agencia-Latinoamericana-y-del-Caribe-de-Medicamentos_ES-1-.pdf. Acessado em 24 de novembro de 2025.

39ª Cúpula da União Africana

39ª Cumbre de la Unión Africana

39th African Union Summit

Augusto Paulo Silva
Manuel Mahoche
Tomé Cá
Felix Rosenberg

Resumo. A 39ª Cúpula da União Africana em Adis Abeba marcou a transição da presidência de Angola para o Burundi, com o tema de água e saneamento sustentáveis para a Agenda 2063. Líderes africanos reafirmaram a tolerância zero contra mudanças inconstitucionais de governo e exigiram representação equitativa no Conselho de Segurança da ONU. António Guterres alertou que o continente perde mais com juros e fluxos ilícitos do que recebe em ajuda financeira. Com mais de 30 países enfrentando crises de dívida, a estratégia proposta foca na industrialização e transformação local de matérias-primas. O Senegal exemplifica a busca por soberania ao rejeitar a reestruturação do FMI, optando por financiamento regional e novas taxas sobre a economia digital.

Palavras-chave: União Africana. Agenda 2063. Crise da dívida. Paz e Segurança. Industrialização.

Resumen: *La 39ª Cumbre de la Unión Africana en Adís Abeba marcó el traspaso de la presidencia de Angola a Burundi, bajo el tema del agua y el saneamiento para la Agenda 2063. Los líderes reafirmaron la tolerancia cero contra los golpes de Estado y exigieron reformas en la ONU. António Guterres señaló que África pierde más recursos en intereses de deuda y flujos ilícitos de los que recibe en ayuda. Con 30 países en riesgo de crisis de deuda, se propone la industrialización y transformación local de recursos como solución. Senegal destaca al rechazar la reestructuración del FMI para proteger su soberanía, apostando por financiación regional y nuevos impuestos a la economía digital para sanear sus finanzas de forma autónoma.*

Palabras clave: *Unión Africana. Agenda 2063. Crisis de la deuda. Paz y Seguridad. Industrialización.*

Abstract. *The 39th African Union Summit in Addis Ababa marked the leadership transition from Angola to Burundi, focusing on sustainable water and sanitation for Agenda 2063. Heads of State reaffirmed zero tolerance for coups and demanded UN Security Council reform. UN Secretary-General António Guterres warned that Africa loses more to debt interest and illicit financial flows than it gains in aid. With over 30 countries facing debt crises, experts advocate local industrialization and resource processing to break the cycle. Senegal illustrates the push for sovereignty by rejecting IMF-led restructuring, instead utilizing regional funding and new taxes on digital platforms to address its budget challenges without external imposition.*

Keywords: *African Union. Agenda 2063. Debt crisis. Peace and Security. Industrialization.*

União Africana

39ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

A 39ª Cúpula da União Africana terminou no dia 14 de fevereiro em Adis Abeba, na Etiópia, após dois dias de deliberações de alto nível por Chefes de Estado e de Governo.

A sessão foi realizada sob a presidência cessante de João Lourenço, Presidente de Angola e Presidente *pro tempore* da União Africana em 2025, e saudou a posse de Évariste Ndayishimiye, Presidente do Burundi, para 2026.

A Cúpula foi precedida por um jantar de Estado oferecido pelo Primeiro-Ministro da Etiópia, Dr. Abiy Ahmed.

A cerimônia de abertura contou com os discursos de Ali Youssouf, Presidente da Comissão da UA, de Dr. Abiy Ahmed, de António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, do Presidente do Estado da Palestina e de Giorgia Meloni, Chefe de Governo da Itália.

A Cúpula deu as boas-vindas formalmente ao Presidente Évariste Ndayishimiye enquanto Presidente *pro tempore* da União Africana para 2026 e lançou o seu tema para 2026: "**Garantir a disponibilidade sustentável de água e sistemas de saneamento seguros para alcançar os objetivos da Agenda 2063**".

Paz e Segurança

A Cúpula tomou nota do relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) sobre o estado da paz e segurança em África e manifestou profunda preocupação com a persistência de conflitos, terrorismo e extremismo violento, mudanças inconstitucionais de governo e crises humanitárias em partes do continente.

Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o compromisso inabalável da União de tolerância zero para com as mudanças inconstitucionais de governo e reiteraram a determinação de silenciar as armas em África. A Cúpula sublinhou o imperativo de um financiamento previsível, sustentável e flexível para as operações de apoio à paz lideradas pela UA.

Foi adotado o Memorando de Entendimento entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais sobre a utilização da Força Africana em Alerta, apelando ao reforço da coordenação e da prontidão operacional.

Reforma institucional e governança

Apreciou o Relatório sobre as Reformas Institucionais da UA e reafirmou o compromisso de consolidar uma União centrada nas pessoas, eficiente, responsável e financeiramente sustentável.

Tomou nota do Relatório Anual do Presidente da Comissão e adotou os relatórios de vários Comités, incluindo os relativos ao CDC África, ao Mecanismo Africano de Revisão por Pares (APRM, *African Peer Review Mechanism*), à AUDA-NEPAD, ao Comité dos Dez (C-10) sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU, ao CAHOSCC, à AfCFTA e ao Comité de Alto Nível sobre a Líbia.

A Cúpula reafirmou a Posição Comum de África sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e reiterou a sua exigência de uma representação equitativa de África nas instituições de governação global.

África e governança global (G20)

A Cúpula saudou o relatório sobre o resultado da Cúpula de Líderes do G20 realizada em Joanesburgo em novembro de 2025 e tomou nota do Relatório sobre a participação da UA no G20. Os líderes ressaltaram a importância de posições africanas coordenadas para o avanço das prioridades continentais, incluindo o financiamento do desenvolvimento sustentável, a reestruturação da dívida, a ação climática, a segurança alimentar e a transformação digital.

Prioridades de desenvolvimento continental

A Cúpula reafirmou a centralidade da Agenda 2063 como quadro estratégico da África para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Saudou o progresso no Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), enfatizando a urgência de transformar os sistemas alimentares africanos e fortalecer a resiliência aos choques climáticos. Também elogiou o progresso na operacionalização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) e apelou aos Estados-Membros para que acelerem a implementação para impulsionar o comércio intra-africano, a industrialização e a agregação de valor.

A Cúpula tomou nota das iniciativas de desenvolvimento continental destinadas a mobilizar recursos para programas de infraestrutura, energia, água e saneamento, e adaptação climática, reafirmando a importância do empoderamento de jovens e mulheres, da inovação, da digitalização e do desenvolvimento de competências como motores de transformação da África.

Justiça histórica e solidariedade internacional

Apreciou um estudo sobre as implicações de descrever a colonização como um crime contra a humanidade e certos atos cometidos durante a era da escravatura, deportação e colonização como atos de genocídio contra os povos de África.

Os líderes ressaltaram a importância da justiça histórica, da verdade, da memória, da justiça reparadora e da preservação da dignidade dos povos africanos.

Também apreciou o Relatório da Comissão sobre a Situação na Palestina e reiterou a solidariedade da União Africana para com o povo palestino e o seu apoio a uma solução justa, duradoura e abrangente, de acordo com o direito internacional e as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Adoção de decisões e agradecimentos

Adotou as Decisões, Declarações e Resoluções de sua 39ª Sessão Ordinária.

Os Chefes de Estado e de Governo expressaram profundo agradecimento ao Presidente de Angola pela sua liderança e serviço dedicado à União Africana em 2025, e prometeram total apoio ao Presidente Évariste Ndayishimiye no exercício de seu mandato para 2026.

A Cúpula também expressou sincera gratidão ao Governo e ao povo da República Federal Democrática da Etiópia pela calorosa hospitalidade e pelas excelentes instalações proporcionadas para a realização bem-sucedida da Cúpula.

Na sua alocução, o Secretário-Geral da ONU exaltou o papel central da UA na defesa de uma ordem mundial baseada na cooperação e na solidariedade. António Guterres afirmou que "em um mundo assolado por divisões e desconfiança, a União Africana é um bastião do multilateralismo". O líder das Nações Unidas defendeu que é preciso acabar com exploração e pilhagem de recursos naturais e combater fluxos financeiros ilícitos e uma maior presença e protagonismo africano no Conselho de Segurança.

Ainda no âmbito financeiro, Guterres alertou que a África está perdendo mais dinheiro com juros da dívida externa ou com fluxos financeiros ilícitos do que recebe em ajuda a cada ano. Para Guterres, a comunidade internacional deve assumir plenamente a sua responsabilidade no combate à lavagem de dinheiro, à evasão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos. Ele também pediu a redução dos custos e dos riscos dos empréstimos e apoio a países que enfrentam dificuldades com a dívida. Ele também enfatizou a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional para garantir aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos, " voz e participação plenas e iguais na tomada de decisões".

Na frente da segurança, ele pediu o fim imediato dos confrontos no Sudão e a retomada das negociações com o objetivo de alcançar um cessar-fogo duradouro. Guterres também abordou as situações no Sudão do Sul, na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana e na Líbia, bem como os desafios em curso na África Ocidental, no Sahel e na Somália. O Secretário-Geral destacou a adoção da resolução 2719 do Conselho de Segurança, que descreveu como "um texto histórico que abre caminho para o financiamento previsível de operações de apoio à paz lideradas pela União Africana".

Por outro lado, ele lamentou a falta de consenso no Conselho de Segurança quanto na garantia de recursos contínuos para Missão de Apoio e Estabilização da União Africana na Somália. O chefe da ONU reiterou uma reforma profunda da governança global, em particular do Conselho de Segurança. Para ele, a falta de assentos permanentes para a África no órgão é “indefensável”. Guterres encerrou o discurso perante Chefes de Estado e Governo do continente afirmando que até o último momento de seu mandato, “a África será prioridade número um em todas as atividades da ONU”.

Crise da dívida africana

Apesar de um crescimento econômico considerado sólido, a África continua prisioneira de um ciclo recorrente de crise da dívida, alimentado por choques externos e por uma arquitetura financeira internacional desadequada. Para o economista gabonês Hugues Mbadinga Madiya, apenas uma industrialização paciente, baseada na transformação local e na criação de valor acrescentado, permitirá afrouxar de forma duradoura o aperto do endividamento.

Para ilustrar a sua afirmação, o economista dá o exemplo do porto de Tânger: para se libertar da armadilha da dívida, Marrocos apoiou-se em políticas industriais direcionadas. O economista refere-se ao complexo Tanger Med, que transformou Marrocos num polo industrial (especialmente automóvel) e logístico, reduzindo a dependência de empréstimos externos através do aumento das exportações. Hoje, o Tanger Med é um complexo portuário e industrial marroquino de águas profundas, localizado no Estreito de Gibraltar, a cerca de 40 km a nordeste da cidade de Tânger. É o maior porto de contentores de África e do Mar Mediterrâneo, consolidando-se como um dos centros logísticos mais estratégicos do mundo.

E como reconhecemos uma crise da dívida? Na opinião do economista Hugues Mbadinga, uma crise da dívida mede-se através de vários indicadores-chave. Primeiro, o rácio de endividamento — ou seja, a relação entre a dívida pública e o PIB —, cuja norma africana está fixada em cerca de 70%. Depois, o peso do serviço da dívida nas receitas orçamentais. A história recente nos mostra uma forma de repetição das crises: após o choque petrolífero de 1973, a crise dos anos 80, a crise asiática de 1997, a crise financeira de 2008 ou ainda a Covid-19 em 2020. Em cada uma dessas ocasiões, os países africanos viram-se fragilizados por choques externos. Hoje em dia, mais de trinta países continuam no limiar de uma nova crise.

Apesar do crescimento econômico, a pressão da dívida persiste. A África apresenta um crescimento médio — em torno de 4% em 2024 — com desempenhos mais elevados em certos países. Mas a crise da Covid-19 provocou um duplo choque: na oferta e na procura. Resultados: défices orçamentais e externos simultâneos, e o recurso massivo ao endividamento. É certo que foram mobilizados instrumentos internacionais, como moratórias, financiamentos de emergência, mas estes fizeram-se acompanhar de um endividamento suplementar. Por isso, o crescimento econômico não é suficiente para compensar o agravamento do stock da dívida.

Não restam dúvidas que a arquitetura financeira internacional penaliza África. Este sistema financeiro mundial, herdado dos acordos de Bretton Woods em 1944, continua mal adaptado às necessidades africanas.

As necessidades de financiamento do continente são estimadas em 400 bilhões de dólares americanos por ano pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). No entanto, os mecanismos atuais — quer provenham do Fundo Monetário Internacional (FMI), do G20 ou do Clube de Paris — sofrem de uma burocracia e de prazos desadequados. Nos mercados financeiros, os países africanos pagam igualmente um prémio de risco elevado, com diferenciais de juro (*spreads*) que podem atingir os 9 a 10%, o que reflete uma sobrevalorização do risco.

E qual o papel da industrialização? Nenhum país se desenvolveu sem industrialização. O principal entrave continua a ser a fraca transformação local das matérias-primas, que mantém muitos países africanos na base das cadeias de valor internacionais. No entanto, existem exemplos que mostram que há margens de progressão. O Botsuana reforçou a transformação local dos seus diamantes. O Gabão proibiu a exportação de madeira em bruto, o que permitiu triplicar o valor acrescentado do setor. Citamos Marrocos que se apoiou em políticas industriais direcionadas, enquanto o Gana tomou recentemente uma medida muito importante para promover uma transformação um pouco mais avançada de cacau. Estas estratégias produzem resultados, mas inscrevem-se no longo prazo. Elas pressupõem investimentos na formação, na energia e nas infraestruturas, bem como um quadro regulamentar estável e coerente.

É possível quebrar realmente o ciclo das crises, mas com a condição de se ultrapassar a simples estabilização macroeconómica. Um quadro orçamental saudável é necessário, mas insuficiente. A chave residiria numa industrialização direcionada e numa diversificação vertical — transformar mais profundamente alguns produtos estratégicos, em vez de multiplicar os setores. Propõe-se esta equação: a taxa de crescimento real deve ser superior à taxa de juro da dívida. Sem criação de valor acrescentado, o ciclo repete-se. Com políticas coerentes e de longo prazo, este pode ser superado.

Um número considerável de países africanos está no limiar de uma crise da dívida. Apesar de um crescimento dinâmico, a dívida aumenta muito rapidamente — e até demasiado depressa. O Gabão, Senegal, Gana. No total, África terá de pagar mais de 11 bilhões de dólares de dívida que vence este ano.

Por exemplo, o Senegal, deve pagar aos seus credores 485 milhões de dólares, que vencem nas próximas semanas. Já vimos que os países africanos pagam um prémio de risco elevado nos mercados financeiros. Segundo o economista senegalês Abdoulaye Ndiaye, para ter esperança de sair desta situação, Dakar deve investir massivamente em certos setores para reduzir as despesas:

Existem despesas, como os subsídios à energia ou ao consumo, que são necessárias. A solução não é apenas cortá-las, mas sim ver como, por exemplo, podemos fazer investimentos para sermos mais produtivos, para fazer investimentos para ter eletricidade e energia mais baratas. Ajustes necessários, segundo o economista: "E penso que, caso contrário, teremos agora uma crise da dívida no Senegal. E talvez tenhamos outra também em 2039-2040".

Para quebrar estes ciclos de crise da dívida, a condição necessária, segundo o economista gabonês Hugues Mbadinga Madiya, é ir além do simples equilíbrio das contas públicas:

"Um orçamento bem gerido, uma moeda credível, reservas bem geridas — tudo isso é importante, mas não é uma condição suficiente, considera o antigo ministro gabonês. «A história económica mundial ensinou-nos que, por vezes, alguns países desenvolveram-se com apenas dois ou três produtos. É preciso caminhar precisamente para uma diversificação com poucos produtos, mas com uma transformação profunda".

O Botsuana conseguiu a sua chamada diversificação vertical. Em vez de multiplicar os setores, o país aprofundou a transformação local do diamante — um setor que hoje se encontra em crise, mas que ainda representa cerca de 80% das suas receitas de exportação.

Exemplo do Senegal

Um relatório do banco britânico Barclays, que acaba de ser tornado público, reavalia a dívida do Senegal para 119% do PIB em 2024. Embora Dakar assegure que está em curso uma revisão exaustiva da dívida pública nacional, os mercados financeiros sancionaram imediatamente a notícia. Neste país, a dívida pública, estimada pelo Tribunal de Contas em 99,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, foi reavaliada para 119% do PIB em 2024. Este valor, que faz do Senegal o país mais endividado do continente africano e um dos três — juntamente com a Zâmbia e Cabo Verde — a apresentar um nível de endividamento superior a 100%, segundo a mesma fonte, suscita obviamente interrogações quanto à saúde financeira do país.

O Barclays não foi, contudo, a primeira instituição a evidenciar o problema: já em 2025, também o Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha estimado que o Senegal se tornou o país mais endividado de África, com uma dívida estimada em 111,4% do seu PIB.

Em reação, o Ministério da Fazenda senegalês assegurou, em comunicado, que está em curso uma revisão exaustiva da dívida pública de 2019 a 2024, realizada por uma consultora de auditoria independente.

Entretanto, o mercado financeiro internacional sancionou imediatamente este novo salto do endividamento do Senegal com uma nova queda das suas obrigações em dólares — um sinal revelador da falta de confiança dos investidores internacionais no país. Segundo os dados compilados pela Bloomberg, as obrigações senegalesas perderam 9,1% do seu valor desde o início do ano, ou seja, ainda mais do que a Ucrânia, com os seus -8,6%...

Para o país, isto significa que será forçado a endividar-se a taxas de juro ainda mais elevadas nos próximos meses, enquanto o empréstimo de 1,8 bilhões de dólares concedido pelo FMI continua, por sua vez, suspenso, à espera de uma maior "clareza" sobre o estado das finanças senegalesas.

O Primeiro-Ministro senegalês, Ousmane Sonko, afirma que a dívida pública do Senegal é "sustentável" e rejeita qualquer ideia de "reestruturação" dessa dívida, como sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) durante a sua última visita em novembro de 2025 e como recomendam alguns especialistas no Senegal.

Em 2026, cerca de 20% das receitas do Senegal servirão para pagar apenas os juros da dívida, o que representa uma fatia consequente do orçamento do Estado.

Embora o Primeiro-Ministro, Ousmane Sonko, reconheça dificuldades orçamentais — "uma situação quase catastrófica", afirma —, enquanto o país enfrenta uma dívida pública vertiginosa, herdada da administração anterior, o chefe do governo mantém a sua posição: o Senegal tem condições para reembolsar sem reestruturar a sua dívida, nomeadamente através de um programa de racionalização das despesas e das receitas orçamentais:

"Todos os trabalhos que realizámos permitem-nos antever a possibilidade de sair desta situação sem necessidade de reestruturação. Da análise que fizemos, a nossa dívida é sustentável, dado que a temos vindo a reembolsar há um ano e meio. Não poderíamos compreender que nos queiram impor uma reestruturação nestas condições. Esta não é uma posição do Ousmane Sonko, é uma decisão do Presidente do Senegal. Cada parceiro retirará as conclusões que desejar, mas a posição oficial é que não queremos essa reestruturação."

Uma mensagem clara ao Fundo Monetário Internacional. No final de outubro do ano passado, as discussões com a instituição financeira não permitiram chegar a um novo programa de ajuda financeira, urgente para o Senegal para aliviar as suas finanças e restabelecer a confiança dos seus parceiros económicos.

Não se coloca a questão de o Senegal aceitar uma reestruturação da sua dívida pelo FMI, afirma o Primeiro-Ministro senegalês, Ousmane Sonko. É, no entanto, o que os peritos do FMI lhe propõem para aliviar a pesada dívida do seu país — 132% do PIB —, nomeadamente através de uma pausa nos prazos de reembolso. Por que razão diz não o chefe do governo senegalês? E terá ele meios para fazer frente aos grandes financeiros de Washington? O economista senegalês Serigne Moussa Dia, que leciona na Universidade Alioune Diop de Bambey (centro-oeste do Senegal), respondeu às perguntas de um jornalista francês, Christophe Boisbouvier, afirmando que o país tem capacidade de mobilizar fundos durante 2025 e talvez em 2027 — ou seja, quando o Senegal tiver de enfrentar o reembolso do valor nominal dos títulos de dívida (*eurobonds*) — o país possa entrar em incumprimento (*default*). Mas hoje, o Senegal está a mobilizar outros fundos alternativos que lhe permitem cumprir os seus compromissos.

De acordo com o Professor Dia, o mecanismo UMOA-Titres[3], oferece precisamente ao Senegal uma fonte de financiamento alternativa num momento em que este já não se consegue refinanciar nos mercados internacionais, nomeadamente nos mercados das obrigações de países europeus (*eurobonds*). Hoje, a UMOA-*Titres* permite aos oito Estados-Membros da zona

[3] A UMOA-Titres (UT) é uma agência regional de apoio à emissão e gestão de títulos públicos dos Estados-Membros da União Monetária Oeste-Africana (UMOA).

do Franco CFA[4] — ou seja, da zona UEMOA (União Monetária Oeste-Africana) — emitir títulos públicos. Portanto, trata-se hoje de um endividamento regional que poderia permitir ao Senegal ter uma alternativa de financiamento.

A razão de recusa do Senegal de reestruturação da dívida, como lhe propõe o Fundo Monetário Internacional, é de que o FMI talvez não veja os esforços que o país está a consentir, através do seu plano de recuperação, para enfrentar a dívida que o seu governo não gerou. Atualmente, o Senegal alargou as suas receitas fiscais, comprimiu as suas despesas e, além disso, encontra-se numa situação de disciplina orçamental. Perante tudo isto, na opinião do Prof. Dia, o FMI deveria, pelo menos, reconhecer esses esforços. Portanto, reestruturar hoje a dívida, para o atual regime senegalês, seria descredibilizar os esforços envidados pelo governo em funções. Além disso, avançar para uma reestruturação levaria o Senegal à exclusão do mercado financeiro.

Embora alguns economistas do FMI insistam na vantagem de uma reestruturação, porque permitiria ao Senegal reembolsar tudo, mas de forma mais lenta e mais barata, o governo senegalês não acredita, pois aceitar as condicionalidades do FMI significaria este passar na prática a estar ao comando do país, com a consequente perda de soberania e do controle sobre a sua economia. Por exemplo, o FMI poderia impor ao Senegal a diminuição de subsídios à eletricidade e combustíveis com impactos negativos na vida dos senegaleses.

O Senegal tem um sistema onde a economia se baseia na informalidade, mas existem imensos nichos onde o país ainda não conseguiu ir buscar receitas. E, hoje em dia, todos os senegaleses participam dos jogos de fortuna ou de azar, e isso acontece em plataformas digitais. Por isso, existindo uma rastreabilidade das operações, seria possível. Ora, precisamente para endireitar o rumo sem passar pela "poção" do FMI, o Primeiro-Ministro Ousmane Sonko, que é um antigo alto funcionário dos impostos, conta muito com um aumento de quatro pontos percentuais nas receitas fiscais, graças, nomeadamente, a novas taxas sobre os jogos de fortuna ou de azar e sobre as transferências feitas através de celulares. A taxa de bancarização no Senegal é baixa e por isso, a maioria das transações passa principalmente pelas operações de transferência por celulares. É aqui que o Estado senegalês pode obter ganhos sem, no entanto, diminuir consideravelmente o poder de compra dos senegaleses.

[4] Refere-se à região de cooperação monetária em África Ocidental que utiliza o Franco CFA (Comunidade Financeira Africana) como moeda comum. Esta zona é composta por 14 países (divididos em duas uniões monetárias) e as Comores, mantendo uma ligação histórica com o Tesouro Francês.

Uma verdade inconveniente para a Europa

Una incómoda verdad para Europa

An inconvenient truth for Europe

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire comenta que a Conferência de Segurança de Munique de 2026, guiada pelo relatório "Em Demolição", retrata o colapso da ordem internacional pós-1945 liderada pelos EUA, o enfraquecimento do multilateralismo, a crise de confiança nas democracias do G7 e a erosão da relação transatlântica. Embora os EUA prometam revitalizar laços com a Europa e reafirmem a importância da Otan, condicionam a aliança a seus próprios interesses. A guerra na Ucrânia entra em seu quinto ano sem solução. Paralelamente, o ataque dos EUA e Israel ao Irã elevou as tensões, levando a França a anunciar uma expansão de seu arsenal nuclear. À medida em que os gastos militares crescem, investimentos sociais diminuem. Na esfera econômica, a Comissão Europeia anunciou a implementação provisória do acordo UE-Mercosul. Na Ucrânia, ataques a serviços de saúde se intensificam, enquanto a OMS alerta para a deterioração humanitária. Apesar do cenário sombrio, a Dinamarca foi certificada por eliminar a transmissão vertical de HIV e sífilis, sinalizando avanços pontuais em meio à instabilidade global.

Resumen. *La Conferencia de Seguridad de Múnich de 2026, guiada por el informe "En Demolición", retrata el colapso del orden internacional posterior a 1945 liderado por Estados Unidos, el debilitamiento del multilateralismo, la crisis de confianza en las democracias del G7 y la erosión de la relación transatlántica. Aunque Estados Unidos promete revitalizar los lazos con Europa y reafirma la importancia de la OTAN, condiciona la alianza a sus propios intereses. La guerra en Ucrania entra en su quinto año sin solución. Paralelamente, el ataque de Estados Unidos e Israel contra Irán elevó las tensiones, lo que llevó a Francia a anunciar una expansión de su arsenal nuclear. A medida que aumentan los gastos militares, disminuyen las inversiones sociales. En el ámbito económico, la Comisión Europea anunció la implementación provisional del acuerdo UE-Mercosur. En Ucrania, los ataques a los servicios de salud se intensifican, mientras la OMS advierte sobre el deterioro humanitario. A pesar del panorama sombrío, Dinamarca fue certificada por eliminar la transmisión vertical del VIH y la sífilis, señalando avances puntuales en medio de la inestabilidad global.*

Abstract: *The 2026 Munich Security Conference, guided by the report "In Demolition," portrays the collapse of the post-1945 U.S.-led international order, the weakening of multilateralism, the crisis of confidence in G7 democracies, and the erosion of the transatlantic relationship. Although the United States has pledged to revitalize ties with Europe and reaffirmed the importance of NATO, it has made the alliance conditional upon its own interests. The war in Ukraine has entered its fifth year without a solution. At the same time, the U.S. and Israeli attack on Iran has heightened tensions, prompting France to announce an expansion of its nuclear arsenal. As military spending rises, social investments decline. In the economic sphere, the European Commission announced the provisional implementation of the EU-Mercosur agreement. In Ukraine, attacks on health services are intensifying, while the WHO warns of worsening humanitarian conditions. Despite the grim scenario, Denmark has been certified for eliminating vertical transmission of HIV and syphilis, signaling isolated progress amid global instability.*

A nova ordem internacional caducou e já pode ser chamada de velha ordem internacional. Ao menos é este o retrato que emerge da Conferência de Segurança de Munique de 2026 (MSC 2026). O quadro já veio pintado do Relatório de Segurança de Munique de 2026, que norteia o encontro. Intitulado "Em Demolição", o documento sustenta que "o velho ordenamento internacional baseado em regras, instituições multilaterais e cooperação entre democracias simplesmente deixou de existir", revelando uma crescente crise de confiança na governança democrática nos países do G7. 80 anos após o início de sua construção, a ordem internacional pós-1945 liderada pelos EUA parece estar em processo de destruição. Nesta edição de 2026 da MSC, os EUA baixaram um pouco o tom para com os europeus em relação à 2025, quando JD Vance, vice-presidente, escancarou as diferenças políticas entre os dois lados do Atlântico. Desta vez Marco Rubio, secretário de Estado, prometeu "revitalizar uma velha amizade" com a Europa, reafirmando a importância da Otan e apelando a uma retórica de salvamento de uma "civilização ocidental" comum, pontuando, porém, que a aliança só sobreviverá se ajustada aos interesses estadunidenses.

A guerra na Ucrânia, que entra em seu quinto ano, esteve em pauta na MSC. Em reunião paralela que não contou com a presença de Rubio, líderes europeus tentaram manter os Estados Unidos envolvidos nos esforços para alcançar um acordo de paz justo. Logo após a Conferência e um telefonema com o presidente russo, Donald Trump disse que ele e Putin se reuniriam em breve para negociar um acordo de paz sobre a Ucrânia. Trump garantiu que a Ucrânia estaria na mesa de negociações, o que não se aplicaria à Europa. A reunião aconteceu em Genebra sem avanços significativos e com a promessa de realização de um novo encontro em breve. Os territórios ucranianos ocupados pela Rússia continuam a ser o maior obstáculo nas negociações. A Ucrânia já admite o congelamento das posições atuais como base para um cessar-fogo, no entanto a Rússia exige que as forças ucranianas se retirem da região do Donbass como condição prévia para qualquer acordo. Outro ponto é a Central Nuclear de Zaporíjia, ocupada pela Rússia. Maior usina nuclear da Europa, produzia cerca de 20% da eletricidade da Ucrânia. Os EUA sugerem que ela seja operada conjuntamente pelas 3 partes (!): EUA, Ucrânia e Rússia, com benefícios econômicos compartilhados, mas a Ucrânia considera esta hipótese como legitimação da ocupação russa. Representantes do Reino Unido, França, Alemanha e Itália estiveram presentes em Genebra e mantiveram conversações com os ucranianos à margem da reunião trilateral de dois dias.

O cenário de tensão internacional se agrava com o recente ataque dos EUA e Israel sobre o Irã. Como resposta imediata, a França anuncia expansão de seu arsenal nuclear. De acordo com o presidente francês, Emmanuel Macron, o país aumentará a produção de armas nucleares para proteger seus interesses vitais – ou seja, a própria sobrevivência da França enquanto Estado – e a proteção da Europa. Macron afirmou que a França não mais reportará o número de ogivas em seu arsenal, algo anteriormente feito no âmbito de acordos de controle nuclear. Atualmente, o país possui cerca de 290 ogivas, distribuídas principalmente em submarinos lançadores de mísseis e em mísseis de lançamento aéreo. Países Baixos, Bélgica, Grécia, Suécia e Dinamarca, deverão aderir ao esquema, acolhendo as "forças aéreas estratégicas" francesas. A estratégia é se espalhar pelo continente para dificultar o cálculo dos adversários. A nova guerra já respingou na Europa: segundo o presidente do Chipre, Nikos Christodoulides, um drone iraniano caiu em uma base que o Reino Unido mantém na ilha do Mediterrâneo. Em comunicado, França, Reino Unido e Alemanha anunciam que podem tomar medidas defensivas para proteger seus interesses e os de seus aliados da região e ameaçam afirmando que as medidas seriam

suficientes para "destruir a capacidade do Irã de lançar mísseis e drones". O ministro das Relações Exteriores francês, Jean-Noël Barrot, declarou que a França está disposta a participar do conflito em defesa de seus aliados na região.

As perspectivas de futuro são desanimadoras. Não só pelo crescimento da insegurança em escala internacional, como também pela consequente redução no investimento em políticas sociais, como saúde, educação e habitação, em detrimento do aumento dos gastos militares. Como se não bastasse a retirada dos EUA da OMS e de seu financiamento de importantes programas globais de saúde, a União Europeia também passa a diminuir seus investimentos em áreas sociais. De acordo com a Health Policy Watch, a Comissão Europeia pretende reduzir significativamente as suas contribuições para o Fundo Global de Combate à Aids, à Tuberculose e à Malária, pondo fim a uma tendência de décadas de aumento das contribuições para a organização multilateral de saúde. De acordo com uma pesquisa realizada pela ONG, a Comissão planeja comprometer-se com 700 milhões de euros ao longo de quatro anos, de 2026 a 2029. Como o montante total representa uma quantia menor distribuída por um período mais longo em comparação com os compromissos anteriores, isto significaria uma redução de cerca de 60 milhões de euros por ano – um corte de 26,5%.

Na Ucrânia, com a guerra entrando em seu quinto ano, a destruição sistemática da infraestrutura de saúde se intensifica, com ataques a hospitais, ambulâncias e profissionais da saúde aumentando em quase 20% em 2025 em comparação com o ano anterior, segundo um comunicado da OMS Europa. Desde o início da guerra em grande escala, em 24 de fevereiro de 2022, a OMS documentou pelo menos 2.881 ataques a serviços de saúde na Ucrânia, afetando profissionais de saúde, instalações, ambulâncias e depósitos de medicamentos. Os serviços de saúde estão sob intensa pressão em duas frentes: ataques diretos a serviços de saúde e os efeitos em cascata dos ataques à infraestrutura civil, incluindo usinas termelétricas que sustentam a rede elétrica do país. Isso deixou profundas lacunas na saúde da população. Para agravar a crise, os bombardeios que atingiram depósitos de suprimentos médicos triplicaram, paralisando as cadeias de suprimentos essenciais para manter as instalações restantes em funcionamento. Os ataques à infraestrutura civil, combinados com as repetidas falhas na rede elétrica nacional durante as temperaturas abaixo de zero do inverno, têm interrompido cada vez mais a prestação de serviços essenciais de saúde.

“Após quatro anos de guerra, as necessidades de saúde estão aumentando, mas muitas pessoas não conseguem obter o atendimento de que precisam, em parte porque hospitais e clínicas são atacados rotineiramente”, disse o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS. “A OMS está trabalhando em conjunto com os dedicados profissionais de saúde da Ucrânia para garantir que os hospitais estejam abastecidos com os meios necessários para se manterem aquecidos e com os medicamentos essenciais para a população. Afinal, o melhor remédio é a paz.” Em 2025, o apoio da OMS alcançou 1,9 milhão de pessoas em toda a Ucrânia por meio da prestação de serviços, fornecimento de materiais médicos, encaminhamentos e capacitação, com foco especial em áreas de difícil acesso e na linha de frente.

Em um ano marcado pela esperança de negociações de paz, a realidade no terreno contou uma história diferente. Os ataques a serviços de saúde se intensificaram, atingindo o pico no terceiro trimestre de 2025, quando 184 ataques causaram a morte de 12 pessoas e feriram 110 profissionais de saúde e pacientes. Ao mesmo tempo, os ataques a depósitos de materiais médicos triplicaram em 2025 em comparação com o ano anterior, interrompendo a logística e as cadeias de suprimentos essenciais para a prestação de cuidados em todo o país.

Nos últimos quatro anos, 233 profissionais de saúde e pacientes foram mortos e 930 ficaram feridos em ataques a instalações de saúde.

A boa notícia vem da Dinamarca, que se tornou o primeiro país da União Europeia a eliminar a transmissão vertical do VIH e da sífilis. O país foi certificado pela OMS, reconhecendo seu contínuo compromisso contínuo em garantir que todas as crianças nasçam livres dessas infecções. "A eliminação significa testar e tratar pelo menos 95 em cada 100 mulheres grávidas – e manter as novas infecções infantis abaixo de 50 por 100.000 nascimentos, ano após ano. A Dinamarca atingiu esses objetivos por meio de um sólido atendimento pré-natal, sistemas de dados confiáveis e respeito pelos direitos das mulheres. Apoiaremos a Dinamarca em seus esforços para alcançar a tripla eliminação completa, quando a hepatite B for incluída", afirmou o Dr. Hans Kluge, Diretor Regional da OMS para a Europa.

Sob a presidência rotativa do Chipre, aconteceu em fevereiro uma reunião informal de ministros de saúde da UE, na qual se propôs a criação de um Centro Europeu de Excelência Clínica para Produtos Farmacêuticos, pensado para reforçar a confiança nas avaliações clínicas, apoiar a tomada de decisões consistentes e de alta qualidade e fortalecer o papel da UE na política farmacêutica global, ao mesmo tempo que estabelece as bases para um sistema de saúde europeu mais coeso e centrado no paciente. A presidência cipriota destacou a importância da saúde mental, em particular no que diz respeito aos jovens, e apelou a uma maior coordenação no que respeita à interoperabilidade dos dados de saúde no âmbito do Espaço Europeu de Dados de Saúde. Neste contexto, a Presidência cipriota recordou a conferência de alto nível sobre Saúde Mental e Inclusão, realizada em janeiro de 2026, quando foram analisadas formas de apoiar os Estados-Membros, através da ação europeia, no desenvolvimento de serviços de saúde mental comunitários, preventivos e inclusivos, com particular ênfase na intervenção precoce e no reforço da resiliência juvenil. Os ministros também debateram a implementação do Regulamento sobre o Espaço Europeu dos Dados de Saúde, reconhecido como pedra angular da União Europeia da Saúde. Os debates destacaram a importância da interoperabilidade e da utilização em larga escala de dados de saúde para promover a inovação, a inteligência artificial e a formulação de políticas baseadas em evidências, sublinhando, ao mesmo tempo, a necessidade de uma coordenação mais estreita entre os Estados-Membros em matéria de governança, recursos e alinhamento jurídico e técnico. Ao concluir a reunião, o ministro cipriota da saúde, Neophytos Charalambides, sublinhou que a autonomia no setor da saúde está no centro das prioridades da presidência do Chipre, traduzindo-se em igualdade de acesso para todos os cidadãos a medicamentos, dispositivos médicos e serviços de saúde de alta qualidade, como pré-requisito para a construção de uma União Europeia da Saúde resiliente.

Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais também se reuniram informalmlente sob a presidência cipriota. O foco principal foi enfrentar as grandes mudanças nos mercados de trabalho causadas por tecnologia digital, inteligência artificial, transição ecológica, mudanças demográficas e instabilidade geopolítica, assegurando que essas transformações não aumentem desigualdades. Os ministros destacaram que a justiça social — com emprego digno, oportunidades iguais, condições de trabalho decentes e igualdade de salários — deve ser o centro das políticas de emprego europeias. Os participantes concordaram que ações coordenadas a nível nacional e europeu são essenciais para promover um futuro do trabalho que seja simultaneamente justo, competitivo e inclusivo para todos.

Na esfera econômica, o Acordo UE-Mercosul, mesmo suspenso, entrará em vigor. Foi o que disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, quando anunciou que a

União Europeia implementará provisoriamente a sessão comercial do Acordo com os países do Mercosul, após a Argentina e o Uruguai concluírem seus processos de ratificação. Como era de se esperar, a França protestou e reagiu afirmando que a Comissão Europeia não teria tal poder.

Considerações Finais

A postura da Europa frente ao novo cenário internacional demorou a mudar: teve seus gasodutos sabotados, o apoio estadunidense à Ucrânia comprometido, e sofreu com a imposição unilateral de tarifas, mas “a ficha só caiu” quando Trump ameaçou tomar a Groenlândia. A “autonomia estratégica” europeia já estava em pauta e em marcha, mas não na velocidade que 2026 revelaria necessária. Já havia a percepção da importância de reduzir e diversificar as dependências externas em decorrência da pandemia de Covid, mas a urgência ainda não estava colocada... O chanceler alemão Friederich Merz já entendeu o que chamou de "verdade inconveniente": a relação transatlântica entre os EUA e a Europa, que sustentou a segurança ocidental durante décadas, está agora em dúvida. "Abriu-se um fosso entre a Europa e os Estados Unidos", disse Merz. "O vice-presidente J.D. Vance disse-o abertamente na Conferência de Segurança de Munique, há um ano, e tinha razão".

Em seu segundo mandato nos EUA, Donald Trump surpreendeu o mundo retirando a principal economia do mundo e seu financiamento de importantes organismos e programas internacionais. Se havia alguma expectativa de que a Europa ocupasse esse vácuo, foi enganosa. O que estamos vendo é uma Europa acuada e mais preocupada com sua própria sobrevivência. A nova guerra que se coloca no mundo, entre EUA e Israel de um lado e o Irã de outro, tem grande potencial de regionalização, como estamos vendo, e coloca a Europa em uma posição ainda mais vulnerável. A resposta da França de aumentar seu arsenal nuclear é o atesto. É impossível não registrar a diferença de tratamento no sistema internacional: enquanto o Irã é atacado por enriquecer urânio para se chegar à uma bomba atômica, a França não se encabula de aumentar suas ogivas e distribuí-las secretamente pelo continente para dificultar os inimigos.

Quem achou que a UE preencheria o vácuo deixado pelos EUA no cenário internacional se enganou redondamente.

Da ordem ao caos: a chance de paz no Oriente Médio foi para o espaço. E no mundo?

Del orden al caos: la oportunidad de paz en Oriente Medio se ha esfumado. ¿Y en el mundo?

From order to chaos: the chance for peace in the Middle East has gone up in smoke. And in the world?

Lúcia Marques

"Eu acho que nós não estamos precisando de guerra, estamos precisando de paz. Estamos precisando de investimento e desenvolvimento, que é isso que vai fazer melhorar a vida do povo."[1]

Resumo. O mundo não estava em paz. Sabemos disso. Mas ainda seguia uma ordem gerenciada, embora com falhas, pela ONU e seu Conselho de Segurança desnivelado. Caminhávamos lentamente para uma recuperação econômica pós pandemia e para pequenos avanços. Mas desde que Trump 2.0 assumiu a presidência americana em 2025, as tensões, disputas e ameaças cresceram, os pequenos avanços retrocederam e os investimentos foram deslocados para militarização. Não só nas grandes potências, mas nas potências médias. Aliados viraram rivais. Mudanças de lado. Confianças perdidas. Guerras por territórios, guerras genocidas, guerras por soberania tecnológica e de dados, guerra por hegemonia, guerras para conter a China, guerras sobre poder econômico, guerras para desviar o foco da mídia e cujas justificativas escondem outros interesses, enfim, guerras porque alguém acordou de mau humor. Da ordem ao caos é o que temos hoje. Neste momento, guerras saem das ameaças para explodir em bombas, envolvendo Irã, ou estoura entre Paquistão e Afeganistão, diminuindo a chance de paz no Oriente Médio. Trump se move de acordo com seus próprios interesses particulares. Netanyahu, precisa deixar de ser um pária e mostrar poder para garantir não ser preso. Ambos precisam de ações pirotécnicas. E esta guerra traz à tona diferentes interesses e nossas próprias contradições. O mundo caminhou nesta direção e não fizemos nada. Ao ponto que chegou, qual seria a alternativa? Com certeza essa guerra não era a solução menos pior. Diante desse cenário de incertezas, o Brasil faz movimento estratégico inteligente, diversificando parcerias na Ásia. Excelente para Fiocruz.

Palavras-chave: Guerra EUA+Israel *versus* Irã. Oriente Médio. Brasil e Ásia. Índia. Coreia do Sul. Emirados Árabes. Sri Lanka.

Resumen. *El mundo no estaba en paz. Lo sabemos. Pero aún seguía un orden gestionado, aunque con fallas, por la ONU y su Consejo de Seguridad desigual. Avanzábamos lentamente hacia una recuperación económica pospandémica y hacia pequeños avances. Pero desde que Trump 2.0 asumió la presidencia de Estados Unidos en 2025, las tensiones, disputas y amenazas aumentaron, los pequeños avances retrocedieron y las inversiones se desplazaron hacia la militarización. No solo en las grandes potencias, sino también en las potencias medias. Los*

[1] Comentário do presidente Lula sobre o encontro com o presidente dos Emirados Árabes, em Abu Dhabi, Xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan. https://www.metropoles.com/mundo/lula-e-presidente-dos-emirados-arabes-discutem-acordo-com-mercosul

aliados se convirtieron en rivales. Cambios de bando. Confianzas perdidas. Guerras por territorios, guerras genocidas, guerras por la soberanía tecnológica y de datos, guerras por la hegemonía, guerras para contener a China, guerras por el poder económico, guerras para desviar la atención de los medios de comunicación y cuyas justificaciones ocultan otros intereses, en definitiva, guerras porque alguien se ha levantado de mal humor. De la orden al caos es lo que tenemos hoy. En este momento, las guerras pasan de las amenazas a explotar en bombas, involucrando a Irán, o estallan entre Pakistán y Afganistán, disminuyendo las posibilidades de paz en Oriente Medio. Trump se mueve según sus propios intereses particulares. Netanyahu necesita dejar de ser un paria y mostrar poder para garantizar que no lo arresten. Ambos necesitan acciones pirotécnicas. Y esta guerra saca a relucir diferentes intereses y nuestras propias contradicciones. El mundo ha caminado en esta dirección y nosotros no hemos hecho nada. Llegados a este punto, ¿qué alternativa queda? Sin duda, esta guerra no era la solución menos mala. Ante este panorama de incertidumbre, Brasil da un paso estratégico inteligente al diversificar sus alianzas en Asia. Excelente para Fiocruz.

Palabras clave: *Guerra EE. UU. + Israel contra Irán. Oriente Medio. Brasil y Asia. India. Corea del Sur. Emiratos Árabes. Sri Lanka.*

Abstrat. *The world was not at peace. We know that. But it still followed an order managed, albeit imperfectly, by the UN and its uneven Security Council. We were slowly moving toward a post-pandemic economic recovery and small advances. But since Trump 2.0 took office as US president in 2025, tensions, disputes, and threats have grown, small advances have been reversed, and investments have been shifted to militarization. Not only in the major powers, but also in the medium powers. Allies have become rivals. Sides have changed. Trust lost. Wars over territory, genocidal wars, wars over technological and data sovereignty, wars over hegemony, wars to contain China, wars over economic power, wars to divert media attention and whose justifications hide other interests, in short, wars because someone woke up in a bad mood. From order to chaos is what we have today. At this moment, wars are moving from threats to exploding bombs, involving Iran, or erupting between Pakistan and Afghanistan, diminishing the chance for peace in the Middle East. Trump moves according to his own interests. Netanyahu needs to stop being an outcast and show power to ensure he is not arrested. Both need pyrotechnic actions. And this war brings to light different interests and our own contradictions. The world has moved in this direction, and we have done nothing. At this point, what would be the alternative? Certainly, this war was not the least bad solution. Faced with this scenario of uncertainty, Brazil is making a smart strategic move by diversifying its partnerships in Asia. Excellent for Fiocruz.*

Keywords: *US+Israel war versus Iran. Middle East. Brazil and Asia. India. South Korea. United Arab Emirates. Sri Lanka.*

O mundo não estava em paz. Sabemos disso. Ucrânia, Gaza e Sudão são alguns exemplos. Mas ainda seguia uma ordem gerenciada, com falhas, sabemos, pela ONU e seu Conselho de Segurança desnivelado. Caminhávamos lentamente para uma recuperação econômica pós pandemia, para pequenos avanços nas questões climáticas, em direitos humanos e das mulheres. Mas desde que Trump 2.0 assumiu a presidência americana em janeiro de 2025, as tensões, disputas e ameaças cresceram os pequenos avanços retrocederam e os investimentos foram deslocados para militarização. Não só nas grandes potências, mas nas potências médias. Aliados viraram rivais. Mudanças rápidas de lado. Confianças perdidas.

Guerras sobre territórios, guerras genocidas, guerras por soberania tecnológica e de dados, guerra para manter hegemonia, guerras para conter a China, guerras sobre poder econômico, guerras para desviar o foco da mídia, guerras cujas justificativas escondem outros interesses, enfim, guerras porque alguém acordou de mau humor. Da ordem ao caos é o que temos hoje. Neste momento, guerras saem das ameaças para explodir em bombas, envolvendo Irã, ou estoura entre Paquistão e Afeganistão, diminuindo a chance de paz no Oriente Médio.

Diante desse cenário caótico e de crescimento da militarização, como avançar nos ODSs? Como investir em saúde, inovação e desenvolvimento sustentável? Como avançar em transição energética? Como investir na proteção contra os efeitos das mudanças climáticas? Como garantir a segurança alimentar? Como garantir os investimentos necessários para o avanço dos países? Como se manter fora da guerra geopolítica sem ficar de fora do jogo e perder espaço estratégico?

O Fórum Econômico de Davos, em final de janeiro[2], e a 62ª Conferência de Segurança de Munique (MSC 2026), que ocorreu de 13 a 15 de fevereiro, refletiram a complexidade e os risco do mundo atual. A fragmentação da ordem internacional e nos desafios à governança global, sob o título *"Under Destruction"* foi tema central do encontro que reuniu líderes, autoridades e empresas de todo o mundo. Com alianças de longa data questionadas, a ordem internacional baseada em regras em processo de erosão, a crescente instabilidade e conflitos em escalada em todo o mundo, a Conferência de Segurança ocorreu em um ponto de inflexão fundamental e vários tópicos foram abordados.

O documento base para a conferência foi um relatório que apontou que o "mundo entrou em um período de política destrutiva". Os dados reunidos no documento capturam as percepções sobre uma ampla gama de riscos; e na pesquisa realizada em novembro de 2025, os respondentes de quase todos os países do G7 e do BICS (BRICS sem Rússia) — com exceção do Japão e da China — classificaram os EUA como um risco mais sério do que no ano anterior, dando continuidade a uma tendência que já era evidente na edição do relatório anterior, após a eleição de Donald Trump.[3] "A destruição generalizada — em vez de reformas cuidadosas e correções de políticas — é a ordem do dia."[4]

O relatório revela que os atores que ainda investem na ordem internacional estão se organizando, tentando conter os efeitos de uma política destrutiva e explorando novas abordagens que não dependem da liderança de Washington. O movimento de líderes visitando a China[5] visto em janeiro, que seguiu em fevereiro, confirma essa mudança de cenário.

E a visita do Chanceler alemão, Friedrich Merz, repercutiu nas mídias, não só por ele ter visitado a empresa de robótica Unitree, na cidade de Hangzhou, e presenciado uma apresentação de kung fu e outras artes marciais realizada por robôs humanoides[6] – o chanceler

[2] Marques, L. Riscos e complexidades geopolíticas para Ásia e Oriente Médio e o uso da IA em saúde nestas duas regiões | Cadernos Saúde Global Fiocruz

[3] https://securityconference.org/en/news/full/launch-munich-security-report-2026/

[4] https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report/2026/executive-summary/

[5] Seis chefes de Estado: Micheál Martin, Primeiro-Ministro da **Irlanda**, Lee Jae-Myung, Presidente da **Coreia do Sul**, Mark Carney**,** Primeiro-Ministro do **Canadá**, Yamandú Orsi, Presidente do **Uruguai**, Keir Starmer**,** Primeiro-Ministro do **Reino Unido**, Petteri Orpo, Primeiro-Ministro da **Finlândia,** Macron, presidente da **França.**

[6] https://www.poder360.com.br/poder-china/na-china-chanceler-alemao-assiste-a-robos-fazendo-kung-fu/

demonstrou genuíno entusiasmo, aplaudindo, posando para fotos com os robôs – mas porque, ao compartilhar *on line* suas experiências, mostrou aos europeus uma nova dimensão da China e também acendeu o interesse da mídia europeia por Hangzhou e pelo seu vibrante ecossistema de inovação. A visita de Merz ofereceu à Europa um olhar renovado sobre a China, contribuindo para romper o véu de narrativas distorcidas que insistem em retratar o desenvolvimento tecnológico chinês como mero produto de "subsídios estatais", "cópia barata" ou "imitação". Mais europeus puderam enxergar uma China pragmática, dinâmica, aberta e disposta ao diálogo.[7]

A China é o principal parceiro comercial e rival tecnológico da Alemanha. Embora os dois países ainda precisem trabalhar uma relação mais justa, em se tratando de concorrência, acesso de mercados e segurança no fornecimento de matérias primas, foram assinados dez acordos focando em comércio, cooperação tecnológica e segurança transição verde, alfândega, esportes e mídia.[8]

Brasil e parcerias estratégicas na Ásia

Com o crescimento das tensões, sanções e tarifas atuais, diversificar parcerias na Ásia é um movimento estratégico inteligente.

Ásia já era prioridade da política externa brasileira desde 2023, que focou no multilateralismo, na cooperação Sul-Sul, na aproximação política e econômica com países asiáticos e do Oriente Médio. Cooperações com China, Índia e Japão foram fortalecidas ou ampliadas A adesão de países da Ásia, Oriente Médio e Norte da África aos BRICS agilizou aproximações bilaterais entre esses Estados e, consequentemente, com Brasil e com a Fiocruz – que têm participado das missões. O estabelecimento de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), parcerias em insumos farmacêuticos, inteligência artificial, fortalecimento de plataformas produtivas e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento têm sido o grande interesse.

Além disso, desde a adesão do Brasil como parceiro técnico da ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático – as possibilidades e os interesses de cooperação no âmbito do bloco e bilateralmente com os onze países membros e demais países parceiros, entre eles Malásia, Indonésia e Vietnã, por exemplo, foram ampliados. Vários acordos foram assinados pelo presidente Lula em outubro de 2025.

Em nova viagem pelo continente asiático, Lula trouxe na bagagem novas parcerias estratégicas e novas articulações, ampliando o leque de possibilidades de diversificação tecnológica e econômica.

A viagem de Lula começou na Índia, onde, a convite do premiê indiano Narendra Modi, participou da Cúpula de Impacto da Inteligência Artificial[9], que aconteceu entre os dias 18 e 21 de fevereiro. De lá foi para a Coreia do Sul e, ao retornar ao Brasil, parou para reuniões estratégicas em Abu Dhabi. Para o governo brasileiro a viagem visou reposicionar o Brasil no

[7] Visita oficial de Merz à China abre fissuras no consenso europeu sobre o país, diz editorial do Global Times | Brasil 247

[8] Chanceler alemão Merz chega à China para discutir comércio e segurança, em meio a ofensivas de Trump

[9] Essa foi a quarta de uma série de cúpulas globais sobre IA e a primeira em um país do Sul Global. Esta cúpula deixou de lado a segurança e a governança da IA e passou a focar no impacto prático, na implementação e em resultados mensuráveis. Participaram 91 países, incluindo mais de 20 chefes de Estado, 60 ministros e participantes da indústria de tecnologia. Acesse no link a Declaração da Cúpula.

cenário internacional e ampliar frentes comerciais em um momento de instabilidade geopolítica, reorganização das cadeias produtivas globais e disputa por tecnologia e recursos naturais.[10]

Brasil – Índia

A viagem ao país de Modi dá continuidade às parcerias firmadas entre Brasil e Índia, durante vinda do primeiro-ministro para a cúpula dos BRICS ano passado. O principal acordo reúne um conjunto de estruturas de relações bilaterais de cinco pilares prioritários para os próximos dez anos. São eles: defesa e segurança; segurança alimentar e nutricional; transição energética e mudança de clima; transformação digital e tecnologias emergentes; e parcerias industriais em áreas estratégicas.[11]

No novo encontro, as duas lideranças trataram de ampliar as parcerias e assinaram oito novos acordos e Memorandos de Entendimento, envolvendo terras raras e minerais críticos, modernização do setor postal, certificação digital e parceria digital, cadeias de suprimento do aço, apoio a pequenas e médias empresas, propriedade industrial e biblioteca digital.[12]

Sobre saúde e inovação, três Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) foram estabelecidas na área de produção de medicamentos e envolvem laboratórios público brasileiros e parceiros privados nacionais e indianos, visando reduzir a dependência externa de medicamentos estratégicos (nivolumabe, pertuzumabe, dodasatinibe). Além disso, também foi assinado um termo aditivo prorrogando por mais cinco anos o MoU na área de produção de medicamentos, vacinas e insumos farmacêuticos ativos (IFA). A Fiocruz, integrante da missão brasileira, assinou dois MoUs com empresas farmacêuticas indianas envolvendo transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades industriais e regulatórias. Para saber detalhes sobre esses acordos assinados, leia o informe sobre BRICS neste Caderno 2-2026.

Brasil e Coreia do Sul

A visita de Lula à Coréia do Sul foi a convite do presidente coreano, Lee Jae Myung, E Myung soube valorizar os "fortes laços humanos" e culturais, para além dos laços empresariais, entre os dois países, dando à visita um caráter caloroso que repercutiu nas mídias e redes sociais. Declaração do presidente à imprensa.

Durante o encontro, foi adotado o Plano de Ação Trienal 2026-2029, que visa elevar o nível do relacionamento entre os países para uma parceria estratégica e vai guiar as relações em várias áreas, incluindo diálogo político, cooperação econômica, colaboração substancial e intercâmbio de pessoas.[13]

O presidente participou do Fórum Empresarial Brasil-Coreia do Sul, quando foram firmados vários acordos comerciais e tecnológicos: inteligência artificial (iniciativas conjuntas de apoio a startups, micro, pequenas e médias empresas); agricultura (projetos de adaptação climática, bioeconomia, segurança de alimentos e tecnologias agroindustriais); campo científico

[10] Lula fortalece parcerias comerciais e econômicas em viagem à Índia e à Coreia do Sul — Planalto
[11] Lula no Fórum Empresarial Brasil-Índia: "Eventos como este impulsionam o avanço de tecnologias inovadoras" — Planalto
[12] "Encontro entre Índia e Brasil é uma reunião de superlativos", afirma Lula em Nova Delhi — Planalto
[13] Lula em Fórum Empresarial Brasil-Coreia do Sul: "Fortes laços humanos e vínculos empresariais são prova que confiança e cooperação valem a pena" — Planalto

e tecnológico (biotecnologia, aeroespacial, transição digital, comunicações móveis avançadas, e Internet das coisas), além do setor espacial, semicondutores, de cosméticos, economia criativa e ampliação de intercâmbio cultural e educacional.[14]

Lula apresentou o Brasil como parceiro confiável para o mercado de carne bovina e em minerais críticos, insumos essenciais na cadeia de cadeia de semicondutores, de eletrônicos e veículos elétricos, por exemplo. A cooperação na área da saúde envolve produção de medicamentos e vacinas, pesquisa em diagnóstico de doenças transmissíveis e crônicas, bem como genômica avançada e saúde digital. O representante brasileiro citou a Fiocruz como uma das instituições públicas do país que pode avançar na produção conjunta de novas vacinas, fármacos e insumos.[15] Memorando de Entendimento entre os dois ministérios da saúde.

Foram assinados 10 atos, entre eles, sete MoUs, envolvendo nove ministérios e agências brasileiras. O presidente brasileiro se comprometeu a retomar as negociações entre o Mercosul e a Coreia do Sul, interrompidas desde 2021.

Brasil e Sri Lanka

Durante as reuniões na Índia, o presidente Lula manteve encontro bilateral com o presidente do Sri Lanka, Anura Kumara Dissanayake.

Para além das conversas sobre os cenários econômicos entre os dois países, que envolve um comércio bilateral de 188 milhões de dólares, ambos os líderes se comprometeram instruir suas chancelarias a elaborar conjuntamente uma pauta abrangente de cooperação, incluindo os setores de turismo, agricultura e comércio.

E o Itamaraty já está incumbido de correalizar a II Reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais com o Sri Lanka, a ser sediada em Colombo, capital srilankesa em 20 de março próximo.

O Sri Lanka é uma joia escondida e tem conquistas importantes na área da saúde, como por exemplo a eliminação da Malária (2016), da Filariose Linfática (2016) e do Tétano Neonatal, além de ter controlado a transmissão vertical de HIV e Sífilis. Sobre saúde digital, o país é um dos líderes globais no uso do sistema *DHIS2* (District Health Information Software). E estão criando padrões de qualidade e protocolos farmacológicos para integrar essas práticas de medicina tradicional ao sistema biomédico moderno. Com o apoio do Banco Mundial em 2026, o país está acelerando *hubs* de tecnologia para soluções de baixo custo em telemedicina e monitoramento de Doenças Não Transmissíveis (NCDs).

Todas essas iniciativas podem ser interessantes para o SUS e para a Fiocruz, como por exemplo, estabelecer parcerias para intercâmbio de metodologias de vigilância ativa e controle de vetores em áreas tropicais como a Malária em certas regiões e a Filariose, doenças que ainda desafiam o Brasil.

Outro exemplo seria a integração de saberes. O SUS possui o PNPIC (Práticas Integrativas e Complementares) e o Sri Lanka já tem um modelo institucionalizado onde a medicina tradicional é ensinada com bases científicas e farmacológicas. A Fiocruz (especialmente o

[14] "Agora, damos início a um renovado ciclo de desenvolvimento e prosperidade compartilhada entre Brasil e Coreia do Sul", afirma Lula em Seul

[15] "Essa parceria vai crescer muito", destaca Lula sobre relação comercial entre Brasil e Coreia do Sul — Planalto

Farmanguinhos) poderia colaborar na padronização de fitoterápicos baseados no modelo srilankês.

Brasil e Emirados Árabes

Em sua viagem de retorno ao Brasil, Lula aproveitou a escala em Abu Dhabi para um encontro estratégico com o presidente dos Emirados Árabes, xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan – o encontro foi um pedido do presidente emirati.

Os líderes discutiram aprofundar a parceria estratégica entre os países, também acelerar as negociações sobre um acordo entre o Mercosul e os Emirados Árabes.[16] Lula também reforçou o convite para que os Emirados Árabes contribuam com o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).

Os Emirados Árabes têm investido em várias áreas estratégicas, como por exemplo o uso da IA em Saúde. E estão investindo bilhões para se tornarem os hubs globais de IA fora do eixo EUA-China.

A Insilico Medicine inaugurou em Abu Dhabi o maior centro de pesquisa biotecnológica do mundo movido por IA generativa. Eles utilizam a plataforma *Pharma.AI* para descobrir novos alvos terapêuticos e desenhar moléculas "do zero". É um exemplo clássico de como a região está deixando de ser apenas consumidora de remédios para se tornar desenvolvedora. Veja em Insilico Medicine – Lançamentos da plataforma Pharma.AI (2025-2026) e em Descoberta da primeira terapia totalmente desenvolvida nos Emirados Árabes

No Tabuleiro da Geopolítica

Guerra EUA + Israel *versus* Irã: para EUA, uma guerra geopolítica; para Israel, uma guerra por hegemonia regional

Não é uma guerra de defesa, é uma guerra de escolha. E como toda guerra de escolha, os seus resultados são imprevistos, como foi a guerra dos EUA no Iraque, na Líbia e no Afeganistão. E as consequências todos sabemos. Regimes caíram, mas os países seguem em caos – no caso do Afeganistão, o regime voltou poderoso.

Donald Trump, em vídeo divulgado nas redes sociais americanas, tenta justificar a entrada do país nessa guerra como uma ação de defesa e segurança nacional: "Nosso objetivo é defender o povo americano, eliminando ameaças iminentes do regime iraniano", disse Trump, que prometeu destruir as capacidades nucleares e militares do Irã.[17] No vídeo, Trump confirma que as ações faziam parte de uma ampla ofensiva conjunta israelo-americana.

No entanto, diferentes analistas afirmam ser uma justificativa “para inglês ver”. Afinal o programa nuclear iraniano já havia sofrido revés com o bombardeio americano às instalações nucleares, em 2025. A outra justificativa é militar, envolve os mísseis balísticos. – “na guerra de 12 dias do ano passado, o Irã demonstrou que seus mísseis poderiam causar danos a Israel e às instalações militares dos EUA na região.”[18] Embora o ataque de 2025 tenha “adiado” o programa

[16] https://www.metropoles.com/mundo/lula-e-presidente-dos-emirados-arabes-discutem-acordo-com-mercosul#goog_rewarded

[17] https://www.dw.com/pt-br/o-que-trump-quer-ao-atacar-o-ir%C3%A3-e-o-que-ele-pode-conseguir/a-76168170

[18] https://www.dw.com/pt-br/o-que-trump-quer-ao-atacar-o-ir%C3%A3-e-o-que-ele-pode-conseguir/a-76168170

nuclear iraniano, o conhecimento técnico para construir essas centrífugas e enriquecer urânio fica, e isso é algo que não pode ser eliminado com ataques aéreos. O mesmo se dá sobre o *know-how* tecnológico para construção de mísseis balísticos (que é iraniano de ponta a ponta) que não pode ser destruído com bomba.

Crítico feroz das ameaças americanas, o economista Jeffrey Sachs deu inúmeras entrevistas nos últimos dias chamando a atenção para os reais interesses de Israel e da América na região. Em carta aberta ao Conselho de Segurança da ONU, intitulada *"No US War on Iran"*, Sachs detalha como os EUA repudiaram negociações, que já estavam avançadas em 2025, para optar pela via militar (Operação *Midnight Hammer*). "Há um interesse financeiro e político em manter o estado de guerra permanente. Eles [o governo atual dos EUA] abandonaram qualquer via diplomática que estava sendo construída em 2025 para optar pela força bruta, porque a diplomacia exige compromisso, e o que eles querem é submissão total."

Sachs escreve que:

> "(...) ameaças surgem no contexto dos repetidos apelos do Irã por negociações. Além disso, em 7 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores do Irã fez um discurso em Doha propondo negociações abrangentes para a paz regional, após uma rodada de conversas em Omã, apoiada pela diplomacia dos Estados árabes e da Turquia. Mesmo com o anúncio de uma segunda rodada de negociações, os EUA estão recorrendo a ameaças crescentes de uso da força".

Como se vê, não se trata de armas, se trata de interesse hegemônico militar israelense no Oriente Médio e uma jogada geopolítica americana de expulsão da Rússia e da China da região. "Não se enganem com a retórica de 'desnuclearização' ou 'autodefesa'. O que estamos testemunhando é o que Netanyahu planeja há 30 anos. Israel quer derrubar o regime iraniano, ponto final. Eles não querem um acordo; eles querem a aniquilação da estrutura de poder de Teerã para redesenhar o Oriente Médio sem qualquer oposição", frisa Sachs.[19]

Sobre a mudança do Regime, Trump disse em discurso no dia do ataque: "quando terminarmos, assumam o controle do seu governo. Ele será seu. Esta será provavelmente a sua única chance por gerações" [20]. No entanto, matar o Aiatolá Ali Khamenei não garantirá a queda do regime, que governa o país há mais de quatro décadas. E o histórico desastroso de intervenções americanas no Afeganistão, Iraque e Líbia serve de advertência para o risco dessa estratégia. Quem conhece bem o sistema iraniano, sabe que, embora seja totalmente teológico, as decisões de governo são frias e planejadas. Muita coisa já estava preparada. Com vários substitutos possíveis. No momento, um conselho de liderança provisório está responsável por supervisionar a transição política e governar interinamente o país.[21]

A retaliação iraniana com o bombardeio das bases americanas nos países do Golfo e ataques a alvos estratégicos na região confirmam o objetivo de maximizar o custo da guerra para seus rivais. Mas um pequeno erro de cálculo pode custar caro para o país persa ao fazer

[19] https://www.youtube.com/live/nPo8lxyjkCY

[20] https://www.dw.com/pt-br/o-que-trump-quer-ao-atacar-o-ir%C3%A3-e-o-que-ele-pode-conseguir/a-76168170

[21] https://www.dw.com/pt-br/os-pr%C3%B3ximos-passos-do-regime-do-ir%C3%A3-ap%C3%B3s-a-morte-de-khamenei/a-76175652

dos países vizinhos alvos de ataques e transformá-los em possíveis inimigos.[22] Para os EUA, a guerra mal começou e já está custando alguns bilhões de dólares aos cofres americanos [23]

Olhando a guerra sob outro aspecto, podemos dizer que ambos, Netanyahu e Trump precisam de pirotecnia, de uma boa guerra para ter sucesso nas eleições deste ano: o líder israelense precisa ser reeleito presidente para não ser preso e Trump precisa vencer as eleições para o Congresso Americano para não ser impichado: "Se não vencermos as eleições legislativas, sofrerei impeachment pelos democratas", falou ele a republicanos da Câmara dos Representantes[24].

Atualmente, os republicanos controlam a Câmara por apenas cinco votos, uma margem estreita. Trump tem buscado expandir seus poderes para agir de forma autônoma em áreas que vão desde imigração até ação militar e regulamentação federal. Ele enfrentará em breve uma importante decisão da Suprema Corte sobre se o uso amplo de tarifas por ele usurpou um poder que a Constituição concedeu ao Congresso.

Considerações finais

Vivemos momentos tensos e de expectativas. Diante das recentes ações e ameaças americanas pelo globo (Venezuela, Cuba, Canadá, Groenlândia, Panamá, México, Taiwan) e olhando para esses primeiros dias de ataques contra o Irã e respostas iranianas imediatas, com repercussões pelo mundo, a cautela nos mantém observadores. Mas já podemos afirmar que os EUA, mesmo diante de um mundo multipolar, estão tentando manter sua hegemonia global, agindo com violência extrema.

Como afirma Sachs, a real razão desse movimento autoritário e belicoso é a recusa absoluta dos EUA em aceitar um mundo multipolar. O Irã, ao se alinhar mais estreitamente com o BRICS+, com a China e com a Rússia, tornou-se o alvo principal de uma tentativa desesperada de manter a hegemonia regional americana no Oriente Médio. Concordamos com Sachs, que diz que os EUA estão agindo com imprudência, mentiras e ilusão e os resultados podem ser completamente catastróficos. Haverá reações em cadeia.

Trump se move de acordo com seus interesses particulares. Israel e seu primeiro-ministro não ficam de fora em sua tentativa desesperada de deixar de ser um pária para Europa e na região – Netanyahu precisa demonstrar poder e se manter no poder para garantir não ser preso diante das condenações por crimes humanitários.

Esta guerra traz à tona os diferentes interesses em disputa e nossas próprias contradições. O mundo caminhou nesta direção e não fizemos nada. E diante do ponto a que chegamos, resta a pergunta: qual seria a alternativa? Com certeza essa guerra não é a solução menos pior. Sobre essa reflexão, recomendo a leitura do editorial escrito por Anthony Samrani, no *L'Oriente-Le Jour*.

[22] https://x.com/hoje_no/status/2028201119395024960?s=20

[23] https://www.dw.com/pt-br/os-pr%C3%B3ximos-passos-do-regime-do-ir%C3%A3-ap%C3%B3s-a-morte-de-khamenei/a-76175652

[24] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-se-nao-vencermos-as-eleicoes-legislativas-sofrerei-impeachment/

Um Certo País

Un Cierto País

A Certain Country

André Costa Lobato, Bruno Neves, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches

Resumo. Wang Yi diz na Conferência de Munique que um "certo país" é a razão do mal funcionamento do sistema internacional, e propõe uma revisão das lentes de competição e cooperação entre as nações mais poderosas. O Embaixador chinês no Conselho de Segurança diz que cessar-fogo, palestinos governando Gaza e a solução dos dois Estados são o único caminho para a Paz. Plano Quinquenal de Medicina Tradicional Chinesa busca unir medicina étnica com tecnologia e inovação. China continua reduzindo emissões de CO2, com indústria química ainda como grande contribuidora da queima de carvão. Hong Kong lança documento sobre segurança na esteira da prisão de Jimmy Lai, o bilionário de mídia condenado por trabalhar para dividir o país.

Palavras-chave: China. Ordem Internacional. Medicina Tradicional. Energia Limpa.

Resumen. *Wang Yi afirma en la Conferencia de Múnich que «cierto país» es la causa del mal funcionamiento del sistema internacional y propone una revisión de las perspectivas de competencia y cooperación entre las naciones más poderosas. El embajador chino en el Consejo de Seguridad afirma que el alto el fuego, el gobierno palestino en Gaza y la solución de dos Estados son el único camino hacia la paz. El Plan Quinquenal de Medicina Tradicional China busca unir la medicina étnica con la tecnología y la innovación. China sigue reduciendo las emisiones de CO2, con la industria química aún como gran contribuyente a la quema de carbón. Hong Kong publica un documento sobre seguridad tras el arresto de Jimmy Lai, el multimillonario de los medios de comunicación condenado por trabajar para dividir el país.*

Palabras clave: *China. Orden internacional. Medicina Tradicional. Energía Limpia.*

Abstract. *At the Munich Conference, Wang Yi stated that a "certain country" is the reason for the malfunctioning of the international system and proposed a revision of the lenses of competition and cooperation among the most powerful nations. The Chinese Ambassador to the Security Council says that a ceasefire, Palestinians governing Gaza, and the two-state solution are the only path to peace. The Five-Year Plan for Traditional Chinese Medicine seeks to unite ethnic medicine with technology and innovation. China continues to reduce CO2 emissions, with the chemical industry still a major contributor to coal burning. Hong Kong releases a security document following the arrest of Jimmy Lai, the media billionaire convicted of working to divide the country.*

Keywords: *International Order. Traditional Medicine. Clean Energy.*

Diplomacia

Conferência de Munique

Em 14 de fevereiro de 2026, Wang Yi, membro do Birô Político do Comitê Central do PCCh e ministro das Relações Exteriores, participou da *Conferência de Segurança de Munique 2026*, realizada entre 13 e 15 de fevereiro. No evento, apresentou a exposição "*Joining Hands to Set the Ship of History on the Right Course*" na sessão intitulada "*China in the World*", na qual teceu o posicionamento do governo chinês sobre diferentes temas que permeiam a atual conjuntura do sistema internacional, além de responder a perguntas do público presente[1].

Em seu discurso de abertura, Wang Yi retomou a proposta introduzida pelo presidente Xi Jinping denominada *Global Governance Initiative* (GGI), que estabelece cinco princípios orientadores das relações internacionais a serem observados na construção de um sistema de governança global mais justo e equitativo. São eles: (1) igualdade soberana; (2) respeito ao Estado de Direito internacional; (3) multilateralismo; (4) abordagem centrada nas pessoas; e (5) promoção de ações concretas.

Nesse sentido, o chanceler ressaltou que uma das prioridades da agenda internacional é a revitalização do sistema das Nações Unidas, que tem sido progressivamente esvaziado em meio às críticas e pressões exercidas por "um certo" país — em referência indireta aos Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump — contra o multilateralismo. Nas palavras do ministro: "a razão pela qual o sistema internacional não está funcionando bem o suficiente não reside na própria ONU, mas sim em um certo país que está buscando ampliar as diferenças e os desacordos, colocar a si próprio acima de todos os demais, fomentar o confronto entre os blocos e até mesmo reviver a mentalidade da Guerra Fria. Todos esses fatores corroeram a base da confiança, degradaram o ambiente propício à cooperação e impediram o funcionamento das instituições internacionais"[2].

Assim, a posição oficial chinesa para o ordenamento das relações internacionais prioriza a defesa das instituições e a democratização do diálogo e dos processos decisórios nos assuntos globais. Como afirmou Wang Yi, "a monopolização do poder global por um pequeno número de países é impopular"[3], sendo necessário reivindicar pelo estabelecimento de um regime internacional compartilhado, capaz de definir regras e normas básicas, fundamentadas nos princípios e objetivos da Carta da ONU, para a condução dos contatos entre as nações.

Segundo o chanceler, a democratização das relações internacionais pressupõe a construção de um ambiente no qual todos os países, sejam pequenos, médios ou grandes, encontrem espaço para participar ativamente do sistema internacional. Isso implica a instauração de regras válidas para todas as nações, em vez da aplicação de padrões duplos — como quando diferentes consequências são atribuídas à Rússia e aos Estados Unidos, Irã e Israel,

[1] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[2] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[3] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

entre uma longa lista de exemplos — bem como a rejeição da imposição da vontade de um único país sobre os demais.

Além disso, Wang Yi apresentou o posicionamento do governo chinês diante de quatro conflitos internacionais. O primeiro (1) refere-se à guerra entre Israel-Palestina, para a qual o chanceler destacou a necessidade de cessar-fogo e de reconstruir Gaza, em consonância com a implementação da solução de dois Estados e a promoção de justiça ao povo palestino. O segundo (2) diz respeito às tensões envolvendo Israel-EUA-Irã, sobre as quais afirmou que "as partes envolvidas devem agir com prudência e evitar a criação de novos conflitos[4]" — observação importante frente a recente ofensiva, conduzida em 1º de fevereiro, pelo governo de Benjamin Netanyahu em território iraniano. Em terceiro (3), a crise na Venezuela também é mencionada, ressaltando que, nesse caso, a posição chinesa enfatiza a inviolabilidade do direito internacional e da soberania nacional. Por fim, Wang Yi abordou o confronto entre Rússia-Ucrânia, defendendo o avanço de negociações que conduzam à construção de um acordo de paz duradouro, bem como à eliminação das causas do enfrentamento.

Ao responder a perguntas sobre este mesmo tópico na sessão *China in the World*, o chanceler afirmou ainda que, diferentemente dos países europeus, a China não é parte diretamente envolvida no conflito e, portanto, não possui poder de decisão sobre seus rumos. Todavia, a situação é bastante distinta no caso dos países europeus, uma vez que a guerra ocorre em seu próprio continente, legando-os o direito de participar no processo de negociação. Apesar disso, Wang Yi observou que, desde o início do diálogo entre Estados Unidos e Rússia, a Europa parece ter sido marginalizada no debate, motivo pelo qual, em sua avaliação, deveria rever uma postura de mera espectadora e passar a contribuir de forma mais ativa, apresentando propostas e dialogando diretamente com a Rússia[5].

Considerando o exposto, a Conferência também representou um momento no qual a delegação da China buscou aproximar-se da Europa, o que é notório na declaração de Wang Yi, ainda em seu discurso de abertura, de que "China e Europa são parceiros, não rivais"[6]. Ao ser questionado sobre o tema mais tarde, durante a sessão de apresentação, o chanceler reiterou essa posição e rejeitou a caracterização das duas partes como "rivais sistêmicos", classificando essa interpretação como equivocada e alertando que a instrumentalização do exagero dessa narrativa poderia trazer consequências negativas para o futuro das relações entre China e Europa[7].

"Existem diferenças e desacordos entre China e Europa? É claro que sim" — afirmou o chanceler — "Os dois lados possuem sistemas sociais, valores e modelos de desenvolvimento

[4] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[5] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: China Supports Political Settlement of All Regional Hotspot Issues Through Dialogue. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11861042.html

[6] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Keynote Speech by H.E. Wang Yi at the 62nd Munich Security Conference Conversation with China. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260215_11860435.html

[7] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: China and Europe Should Both Act in Accordance with the Principle of Pursuing Harmonious Coexistence while Recognizing Differences. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11861044.html

diferentes, mas estes derivam de suas respectivas heranças históricas e culturais, e representam as escolhas de seus povos. As diferenças não são motivo para sermos adversários, e as divergências são ainda menos uma base para confrontos. A abordagem correta é respeitar, valorizar e aprender uns com os outros, buscando o desenvolvimento comum e iluminando o mundo em conjunto”[8].

À margem da Conferência, o ministro Wang Yi frequentou diversos encontros bilaterais com importantes autoridades, como o presidente da Sérvia Aleksandar Vučić, chanceler da Alemanha Friedrich Merz, ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sybiha, ministro das Relações Exteriores da Argentina, Pablo Quirno, ministra federal para Assuntos Europeus e Internacionais da Áustria, Beate Meinl-Reisinger, secretária de Relações Exteriores do Reino Unido, Yvette Cooper, ministro das Relações Exteriores da Alemanha Johann Wadephul, ministro para a Europa e das Relações Exteriores da França Jean-Noël Barrot, ministro das Relações Exteriores da Noruega, Espen Barth Eide, e vice-primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores da República Tcheca, Petr Macinka[9].

Palestina no Conselho de Segurança

A situação na Palestina, no início de 2026, permanece marcada por uma combinação de cessar-fogo frágil na Faixa de Gaza e crescente tensão política e securitária na Cisjordânia. Embora tenha sido estabelecido um acordo de trégua no último trimestre de 2025, os desenvolvimentos subsequentes revelam um quadro de instabilidade persistente, com acusações mútuas de violações, incidentes armados pontuais e dificuldades na consolidação de mecanismos duradouros de desescalada. Paralelamente, a crise humanitária em Gaza continua a ocupar lugar central nas narrativas mediáticas, sobretudo no que respeita à destruição de infraestruturas civis, ao acesso limitado a cuidados de saúde e às restrições na circulação de bens essenciais.

Na Cisjordânia ocupada, a dinâmica tem sido descrita como uma intensificação de medidas administrativas e de segurança por parte de Israel, acompanhada por um aumento de confrontos localizados. Este contexto é frequentemente enquadrado como sinal de que, mesmo na ausência de uma ofensiva militar de larga escala comparável à de Gaza, o conflito estrutural permanece ativo e suscetível de escaladas súbitas.[10]

Na China, reitera-se a necessidade de cumprimento integral do cessar-fogo, sendo frequentemente salientada a responsabilidade de Israel enquanto potência ocupante para evitar a deterioração da situação. A cobertura mediática enfatiza o papel central das Nações Unidas e do multilateralismo como vias legítimas para a resolução do conflito. As intervenções de representantes chineses no Conselho de Segurança são amplamente divulgadas, com

[8] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: China and Europe Should Both Act in Accordance with the Principle of Pursuing Harmonious Coexistence while Recognizing Differences. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11861044.html

[9] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2026, February 14). Wang Yi: Joining Hands to Set the Ship of History on the Right Course. mfa.gov.cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202602/t20260217_11860964.html

[10] MEMO – Monitor do Oriente Médio. Três questões sobre a intensificação da violência israelense na Cisjordânia. https://www.monitordooriente.com/20250206-tres-questoes-sobre-a-intensificacao-da-violencia-israelense-na-cisjordania/

destaque para apelos a um cessar-fogo duradouro, à proteção de civis e à retoma de um processo político estruturado[11].

O Embaixador da China no Conselho de Segurança da ONU, Fu Cong, afirmou[12] em reunião do Conselho realizada em 19 de fevereiro de 2026, sob a presidência da Secretária de Relações Exteriores do Reino Unido, Yvette Cooper resumiu as ações necessárias em três pontos: O primeiro, cessar-fogo imediato, abrangente e duradouro. O segundo de que qualquer plano futuro deve respeitar o princípio de "os palestinianos governarem a Palestina". O terceiro ponto destaca a implementação da solução de dois Estados como o único caminho viável para uma paz duradoura. O Embaixador condenou as recentes decisões de Israel de expandir colonatos e medidas administrativas na Cisjordânia, classificando-as como violações do direito internacional.

A solução dos dois Estados como "única saída viável" para uma paz sustentável no Médio Oriente surge articulada com a defesa do princípio de que "os palestinianos devem governar a Palestina", sobretudo no que diz respeito à governação pós-conflito em Gaza[13]. A tónica incide, assim, na reconstrução, na legitimidade política palestiniana e na necessidade de evitar arranjos impostos externamente que comprometam a autodeterminação, postura que a China assume na linha da sua política externa baseada nos princípios históricos da Conferência de Bandung de 1955.

Adicionalmente, a China atribui visibilidade relevante aos esforços diplomáticos de países do Médio Oriente, como o Egito e o Qatar, apresentando-os como atores-chave na mediação e manutenção do cessar-fogo. Este enfoque insere-se numa narrativa mais ampla que valoriza o papel do Sul Global e das iniciativas regionais na gestão de crises internacionais, em contraste com uma menor centralidade concedida às dinâmicas políticas internas dos Estados Unidos ou da União Europeia.[14]

Este padrão discursivo do Governo chinês e dos meios de comunicação do país contribui para moldar, no espaço de debate internacional, uma leitura do conflito que privilegia a legalidade internacional, a soberania e a negociação diplomática como vetores centrais para a sua eventual resolução.

[11] Notícias Agrícolas. China pede cessar-fogo imediato após EUA e Israel atacarem o Irã. https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/416278-china-pede-cessar-fogo-imediato-apos-eua-e-israel-atacarem-o-ira.html?utm_source=chatgpt.com

[12] Remarks on the Palestinian-Israeli Issue by Ambassador Fu Cong at the UN Security Council Briefing_Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN. https://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202602/t20260220_11861400.htm (accessed 2 Mar 2026).

[13] Xinhua.China reitera apelo por solução de dois Estados enquanto Israel avança para expandir controle na Cisjordânia. https://portuguese.news.cn/20260213/d3910ff334324eb5b098cdbf6470d7a5/c.html

[14] CNN Brasil. Análise: China busca ser uma mediadora dos conflitos no Oriente Médio, ainda que com experiência questionável. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-china-busca-ser-uma-mediadora-dos-conflitos-no-oriente-medio-ainda-que-com-experiencia-questionavel/

Sanitário

Tradicional e Inovadora

Em fevereiro, o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação, em conjunto com outros sete departamentos, publicou o "*Implementation Plan for High-Quality Development of the Traditional Chinese Medicine (TCM) Industry (2026–2030)*", estabelecendo um roteiro para o desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa (MTC) ao longo dos próximos cinco anos[15]. O documento apresenta uma abordagem centrada na cadeia produtiva completa (do cultivo e processamento de matérias-primas à inovação tecnológica e produção de medicamentos acabados). Segundo especialistas ouvidos pela imprensa, trata-se de uma versão "detalhada e operacional" da estratégia nacional para o setor, com ênfase em coordenação interdepartamental, sistematização e executabilidade.

O texto oficial do plano destaca que a MTC constitui "um tesouro da civilização chinesa" e que sua modernização é fundamental tanto para a garantia da saúde pública quanto para o desenvolvimento econômico e a preservação cultural. Até 2030, pretende-se formar um sistema preliminar de desenvolvimento colaborativo de toda a cadeia industrial, fortalecer a resiliência das cadeias de suprimento, elevar os níveis de digitalização e transformação verde e alcançar avanços em tecnologias-chave[16].

Entre as metas quantitativas estabelecidas estão a criação de 60 bases de produção de matérias-primas de alto padrão, a construção de cinco centros de inovação voltados à preservação e à inovação, o desenvolvimento de 10 novos medicamentos patenteados de grande escala e a transformação de preparações hospitalares em medicamentos inovadores. O plano também prevê a formulação ou revisão de dez padrões técnicos relacionados à digitalização da indústria, a construção de 20 fábricas inteligentes e o fomento a 10 fábricas verdes, além da divulgação de 20 casos exemplares de transformação digital e sustentável. Tais objetivos indicam uma tentativa explícita de superar a fragmentação e baixa padronização do setor, promovendo maior concentração, eficiência e controle de qualidade.

Um eixo relevante do plano é o fortalecimento das medicinas étnicas, cuja modernização passa a ocupar espaço significativo na estratégia industrial[17]. O plano propõe

---

[15] Ministry of Industry and Information Technology (MIIT) of the People's Republic of China, National Ethnic Affairs Commission, Ministry of Agriculture and Rural Affairs, National Health Commission, State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council, Financial Regulatory Administration, National Administration of Traditional Chinese Medicine, National Medical Products Administration. *通知：工业和信息化部等八部门关于印发《中药工业高质量发展实施方案（2026—2030年）》的通知 [Internet].* Beijing: MIIT; 5 Fev 2026 [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://www.miit.gov.cn/zwgk/zcwj/wjfb/tz/art/2026/art_5e00cad1c3ba41f085535f505b26c8f3.html.

[16] Futunn News. *Eight departments issue implementation plan for high-quality development of the traditional Chinese medicine industry [Internet].* Hong Kong: Futunn; 5 Fev 2026 [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://news.futunn.com/en/post/68501077/eight-departments-issue-implementation-plan-for-high-quality-development-of?level=1&data_ticket=1772382117975914.

[17] Moomoo News. *Eight departments issue implementation plan for high-quality development of the traditional Chinese medicine industry [Internet].* Hong Kong: Moomoo; 5 Feb 2026 [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://www.moomoo.com/news/post/65178779/eight-departments-issue-implementation-plan-for-high-quality-development-of?level=1&data_ticket=1772382129554560.

explorar recursos medicinais de minorias étnicas, sistematizar técnicas tradicionais e acelerar sua transformação moderna, ao mesmo tempo em que reforça a proteção de marcas tradicionais e da propriedade intelectual associada a empresas históricas, havendo uma criação de uma "linha de produtos renomados" e o incentivo à inovação sobre medicamentos já comercializados.

Paralelamente ao fortalecimento da base industrial, autoridades sanitárias vêm promovendo a integração profunda da MTC à reforma do sistema de saúde, especialmente por meio da difusão da experiência de reforma de Sanming (三明医改)[18]. Em uma coletiva em Janeiro, a Comissão Nacional de Saúde destacou que a promoção da experiência de Sanming no campo da MTC visa ampliar o papel da medicina tradicional na reforma médico-sanitária, fortalecendo sua inserção nos consórcios médicos de nível distrital e nos mecanismos de seguro-saúde. Dados apresentados indicam que mais de 96% dos condados já contam com instituições médicas de MTC e que a cobertura de serviços de MTC em unidades básicas ultrapassa 97%, ampliando significativamente a acessibilidade da população.

A articulação entre o plano industrial e a reforma sanitária ganha especial relevância no contexto do próximo Plano Quinquenal (十五五). Autoridades da Administração Nacional de Medicina Tradicional Chinesa afirmaram que está em elaboração um plano de ação específico para fortalecer a base do sistema médico com foco em "fortalecer o nível primário, consolidar fundamentos e garantir o básico", com metas de ampliação da capacidade institucional, formação de recursos humanos e difusão de tecnologias apropriadas até 2030.

Socioeconômico

A densidade de carbono na economia chinesa e os compromissos climáticos

Segundo a análise de Lauri Myllyvirta (2026)[19] sobre a tensão entre as fontes renováveis e fósseis na matriz elétrica da China, elaborada a partir de dados do Carbon Brief e sua relação com os Planos Quinquenais, as emissões de dióxido de carbono (CO2) da China apresentaram uma retração de 1% no último trimestre de 2025, consolidando um declínio anual estimado em 0,3%. Este fenômeno estende uma trajetória descrita pelo autor sob o conceito de "*flat or falling*" (estável ou em queda), iniciada em março de 2024 e que perdura por 21 meses. Trata-se de um marco histórico, constituindo a primeira sequência de mitigação registrada no país que não está associada a uma desaceleração ou contração no crescimento da demanda energética agregada. Em termos macroeconômicos, a intensidade de carbono do país — definida como as emissões de combustíveis fósseis por unidade do PIB — caiu 4,7% em 2025, acumulando uma redução de 12% no período compreendido entre 2020 e 2025. Contudo, esse resultado evidencia um déficit institucional em relação ao planejamento estatal, ficando aquém da meta de 18% estabelecido pelo 14º Plano Quinquenal, bem como, para cumprir as determinações do

[18] National Health Commission of the People's Republic of China. *新闻发布会: 推广三明医改经验、促进中医药传承创新发展* [Internet]. Beijing: National Health Commission; [citado 2026 Mar 2]. Disponível em: https://www.nhc.gov.cn/wjw/c100365/hdjl_xwfbh_detail.shtml?id=4aff72c160904b3f8b96b54425d708b3.

[19] Myllyvirta L. Analysis: China's CO2 emissions have now been 'flat or falling' for 21 months. Carbon Brief [Internet]. 12 fev. 2026 [citado em 1 mar. 2026]. Disponível em: https://www.carbonbrief.org/analysis-chinas-co2-emissions-have-now-been-flat-or-falling-for-21-months/

Acordo de Paris, precisaria reduzir intensidade de carbono em cerca de 23% nos próximos cinco anos.

A desagregação setorial aponta para uma reestruturação assimétrica, onde as emissões de combustíveis fósseis cresceram 0,1% em 2025, mas foram “compensadas” por uma redução de 7% nas emissões advindas da produção de cimento. Observou-se um recuo similar nas emissões de quase todos os principais vetores tradicionais, incluindo transportes (3%), setor de energia (1,5%) e materiais de construção (7%), além de uma contração de 3% na indústria metalúrgica. O setor de energia elétrica registrou uma diminuição de 1,7% no uso de carvão, contrastando com um aumento de 6% no uso de gás natural. A contradição dessa transição reside na indústria química, que emergiu como a exceção principal, com crescimento de 12% em suas emissões. Essa expansão foi impulsionada pelo aumento no consumo de carvão (15%) e de petróleo (10%) no setor. Contudo, “sem o aumento do setor químico, as emissões totais de CO2 da China teriam caído cerca de 2%, em vez dos 0,3% aqui relatados" (*ibidem*). O uso de insumos baseados em carvão na indústria química só é viável quando este é mais barato que o petróleo bruto. A continuidade dessa indústria esteve voltada para a produção de olefinas e aromáticos, como insumos para plásticos, de maior densidade tecnológica e menor flutuação de preços. Já a expansão planejada, está voltada para plantas de produção de produtos derivados de petróleo e gás sintético para energia. Para estes, eletrificação e geração limpa seria uma alternativa, o que aponta que estes são ainda mais sensíveis a flutuações de preços do que a produção química.

No que tange à infraestrutura elétrica, a demanda agregada cresceu em 520 terawatts-hora (TWh) em 2025, montante que foi integralmente absorvido pela expansão das fontes de baixo carbono. A geração solar experimentou um salto de 43% (adicionando 360 TWh), a eólica cresceu 14% (130 TWh) e a nuclear avançou 8% (40 TWh), enquanto a hidroeletricidade e a bioenergia registraram incrementos de 3% cada, levando a uma retração de 1,9% na geração a carvão. Todavia, uma vez que o crescimento da geração renovável foi inferior à expansão da capacidade instalada, indicando uma subutilização decorrente de "*unreported curtailment*" (cortes não relatados), ocasionados por congestionamentos na rede elétrica. Como resposta institucional e tecnológica a esses gargalos de pico, a capacidade de armazenamento de energia, composta principalmente por baterias, cresceu em um patamar recorde de 75 gigawatts (GW) em 2025, superando com folga o aumento do pico de demanda elétrica, que se fixou em 55 GW. Essa inflexão tecnológica foi catalisada por uma reforma promovida pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) em janeiro de 2025, a qual democratizou o acesso aos chamados "*capacity payments*" (pagamentos de capacidade) para as infraestruturas de armazenamento, subsídio antes restrito a usinas termelétricas e hidrelétricas reversíveis. A despeito do armazenamento constituir uma alternativa para o suprimento em horários de pico, o objetivo do Estado chinês em garantir energia "firme" resultou na aprovação contínua de projetos fósseis, com “290 GW de capacidade de carvão ainda em construção”.

A governança climática chinesa encontra-se tensionada pelas exigências do Acordo de Paris, que estipula a necessidade de reduzir a intensidade de carbono em mais de 65% até 2030, adotando 2005 como ano-base. Para tanto, o país precisaria reduzir mais 23% durante o ciclo do 15º Plano Quinquenal. No entanto, Myllyvirta (2026) aponta que o governo central chinês mantém suas ambições abaixo deste patamar, dada a fixação por parte da NDRC de uma meta de cerca de 30% de participação solar e eólica na matriz de geração para 2030, ante os 22% verificados em 2025. Levando-se em consideração uma taxa de crescimento de demanda elétrica projetada em 5,6% ao ano, a limitação das renováveis a esse teto de 30% “deixaria

espaço para a geração de combustíveis fósseis crescer a 3% ao ano de 2025 a 2030", o que culminaria no descumprimento dos tratados climáticos internacionais. Para neutralizar o crescimento da geração fóssil e absorver a nova demanda, a cota de energia eólica e solar precisaria acender a 37% até 2030. A referida inadequação também se reflete na meta oficial estipulada para a participação de energias não fósseis (25% em 2030), a qual é insuficiente para satisfazer o compromisso de redução da intensidade de carbono no fim da década.

Segundo os documentos preparatórios divulgados pela agência oficial Xinhua[20], que recomendam que o consumo de carvão "*reach its peak and enter a plateau*" ("atinja o seu pico e entre num planalto") a partir de 2027, e preveem o pico do consumo de petróleo para 2026. A admissão de um "planalto" sugere que o recuo absoluto das emissões está sendo postergado para o período subsequente a 2030, expondo uma abordagem difusa, que busca promover simultaneamente o desenvolvimento de energia não fóssil e o desenvolvimento de "alta qualidade" dos combustíveis fósseis. O limite das emissões da China depende, portanto, na capacidade de as empresas estatais e as autoridades provinciais, em seus próprios planos quinquenais, assim como em 2022, superem os planos quinquenais estabelecidos pelo comitê central, fenômeno metodologicamente que corresponde ao *boom* de crescimento das fontes renováveis, que tem sido capaz de sobrepujar o crescimento das fontes fósseis, apesar da falta de apoio político. Assim, a energia limpa tem cumprido papel central em viabilizar o crescimento do PIB e de investimentos, motivos pelos quais gestores querem manter essa dinâmica. O objetivo do governo é alcançar a neutralidade de carbono em 2060.

***White Paper* sobre segurança nacional e a região administrativa de Hong Kong**

Em 10 de fevereiro de 2026, o Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China publicou o *White Paper* intitulado "*Hong Kong: Safeguarding China's National Security Under the Framework of One Country, Two Systems*"[21]. Composto por mais de 12.497 palavras estruturadas em um prefácio, cinco partes e uma conclusão, o documento detalha "a luta incessante pela salvaguarda da segurança nacional em Hong Kong e a responsabilidade fundamental do governo central" (China *apud* Qingqing, 2026, tradução própria). O texto tem como objetivo revisar os esforços e aprendizados da Região Administrativa Especial de Hong Kong (HKSAR) na área de segurança, dissipar mal-entendidos e assegurar "o desenvolvimento de alta qualidade da política de *One Country, Two Systems* com alto-patamar de segurança " (*ibid.)*.

O Chefe do Executivo da HKSAR, John Lee, declarou que a publicação do livro branco é uma resposta ao atual momento. A partir do documento, Lee destacou três premissas: a luta pela segurança nacional é contínua e exige vigilância constante; a segurança nacional é de competência das autoridades centrais, cabendo a Hong Kong apoiar a implementação da lei em nível nacional; e um alto nível de segurança é vital para o desenvolvimento da política de “Um País, Dois Sistemas”. O livro branco atua como um alerta aos que ameaçam a segurança nacional, contexto no qual Lee referenciou a recente condenação de Jimmy Lai. Condenado, Lai foi condenado de conluio com forças estrangeiras para desestabilizar a região, publicação de

[20] 学习规划建议每日问答丨怎样理解推动煤炭和石油消费达峰--专题报道-中国共产党新闻网. https://cpc.people.com.cn/n1/2026/0204/c461139-40659446.html (accessed 2 Mar 2026).

[21] Chen Q. China issues white paper on HKSAR safeguarding national security, move welcomed as coming at 'exactly the right time'. Global Times [Internet]. 10 fev. 2026 [citado em 1 mar. 2026]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202602/1355116.shtml

material sedicioso e conspiração para solicitar sanções contra a China e Hong Kong. A fala de Lai sugerindo um ataque nuclear contra a China[22] foi amplamente circulada e comentada na mídia chinesa e ajudou a selar seu destino: aos 78 anos, foi condenado pelo Tribunal Superior da HKSAR a 20 anos de prisão.

Em sua dimensão histórica, o sobre a segurança de Hong Kong revisa a prolongada disputa em torno da legislação local exigida pelo Artigo 23 da Lei Básica e classifica a turbulência de 2019 como o maior desafio para a segurança nacional de HKSAR. O texto detalha a resposta estatal a esses eventos, que incluiu o fortalecimento do arcabouço legal, a melhoria do sistema eleitoral e a implementação da diretriz de "patriotas governando Hong Kong". O Capítulo III do compêndio enfatiza o cumprimento das responsabilidades constitucionais da HKSAR e destaca a conclusão da legislação do Artigo 23 e a adoção de ações judiciais e de aplicação da lei rigorosas para resguardar a segurança.

A divulgação do livro branco também funciona como uma resposta institucional estratégica diante das críticas internacionais. A publicação ocorreu logo após a sentença de Jimmy Lai, momento em que países ocidentais expressaram oposição. Segundo o legislador Lawrence Tang Fei, o documento esclarece a ética política e os princípios do Estado de Direito. Lau Siu-kai, consultor sênior de políticas, complementa que o texto estabelece as responsabilidades das autoridades centrais e "*serves as a warning and deterrent to the US and Western forces*", deixando explícito que não será permitido a nenhuma força externa minar a estabilidade de Hong Kong ou a segurança nacional.

Por fim, o documento recebeu o endosso formal de múltiplas agências do governo central. Porta-vozes do Gabinete de Assuntos de Hong Kong e Macau e do escritório do governo central para a salvaguarda da segurança nacional na HKSAR reiteraram que o texto orienta os trabalhos futuros na região. O gabinete de ligação do governo central em Hong Kong concluiu que o livro branco promove a compreensão de que a salvaguarda da soberania, segurança e interesses de desenvolvimento.

[22] Charr Babies. Jimmy Lai urges the US to use nuclear weapons to kill 1 4 billion Chinese. 2024 https://www.youtube.com/watch?v=bDpNXyAD2Dc (accessed 2 Mar 2026).

Atualização EUA

Actualización EE. UU.

U.S. Update

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Nas últimas duas semanas, a política norte-americana de saúde sofreu mudanças significativas com repercussões tanto globais quanto domésticas. O governo dos Estados Unidos concluiu formalmente sua saída da Organização Mundial da Saúde (OMS), encerrando décadas de participação, financiamento e cooperação técnica que moldaram a arquitetura da saúde internacional. Em paralelo, a nova estratégia americana de saúde g;obal avançou com a assinatura de acordos bilaterais com 21 países, representando cerca de 20 bilhões de dólares em comprometimentos de recursos. No plano interno, os norte-americanos enfrentam aumentos históricos nos prêmios de saúde em todas as modalidades de cobertura, além de cortes no Medicaid e novas exigências de elegibilidade que afetam dezenas de milhões de pessoas. Especialistas apontam riscos concretos para programas globais de combate ao HIV/AIDS, tuberculose e malária, ao mesmo tempo em que potências como a China buscam preencher o vácuo de influência deixado pelos Estados Unidos na governança sanitária internacional.

Palavras-chave: EUA. Saúde global. Política externa. OMS. PEPFAR. Ajuda humanitária. Acordos bilaterais. Medicare. Medicaid. América Primeiro. Financiamento em saúde. Reforma sanitária.

Resumen. *En las últimas dos semanas, la política sanitaria estadounidense ha sufrido cambios significativos con repercusiones tanto a nivel mundial como nacional. El Gobierno de los Estados Unidos ha formalizado su salida de la Organización Mundial de la Salud (OMS), poniendo fin a décadas de participación, financiación y cooperación técnica que han dado forma a la arquitectura sanitaria internacional. Paralelamente, la nueva estrategia estadounidense en materia de salud global ha avanzado con la firma de acuerdos bilaterales con 21 países, lo que representa unos 20 000 millones de dólares en compromisos de recursos. A nivel interno, los estadounidenses se enfrentan a aumentos históricos en las primas de salud en todas las modalidades de cobertura, además de recortes en Medicaid y nuevos requisitos de elegibilidad que afectan a decenas de millones de personas. Los expertos señalan riesgos concretos para los programas globales de lucha contra el VIH/SIDA, la tuberculosis y la malaria, al tiempo que potencias como China tratan de llenar el vacío de influencia dejado por Estados Unidos en la gobernanza sanitaria internacional.*

Palabras clave: *EE. UU. Salud global. Política exterior. OMS. PEPFAR. Ayuda humanitaria. Acuerdos bilaterales. Medicare. Medicaid. América Primero. Financiamiento de la salud. Reforma sanitaria.*

Abstract. *Over the past two weeks, U.S. health policy has undergone major shifts with both global and domestic implications. The United States formally completed its withdrawal from the World Health Organization (WHO), ending decades of membership, funding, and technical cooperation. Simultaneously, the Global Health Strategy advanced through bilateral agreements with 21 countries, totaling roughly $20 billion in commitments. Domestically, Americans face*

historic premium increases across all coverage types, Medicaid cuts, and new eligibility requirements. Experts warn of concrete risks to global HIV/AIDS, tuberculosis, and malaria programs as geopolitical rivals seek to fill the influence gap left by the United States.

Keywords: *USA. Global health. Foreign policy. WHO. PEPFAR. Foreign aid. Bilateral agreements. Medicare. Medicaid. America First. Health financing.*

Introdução

A política de saúde dos Estados Unidos atravessa uma das fases de maior transformação de sua história recente. Em um intervalo de apenas duas semanas, de meados a fins de fevereiro de 2026, eventos de grande relevância se sobrepuseram: a conclusão formal do processo de retirada norte-americana da Organização Mundial da Saúde (OMS), a assinatura de novos acordos bilaterais no âmbito da estratégia americana de saúde global, a aprovação de legislação orçamentária que redefine os canais de assistência externa em saúde, e mudanças internas de grande alcance nos programas Medicare e Medicaid, bem como no mercado de seguros de saúde. A confluência desses eventos sinaliza uma reconfiguração profunda do papel dos Estados Unidos na saúde, tanto no plano doméstico quanto internacional. Este artigo descreve, de forma factual e equilibrada, os principais acontecimentos e seus desdobramentos imediatos.

A Saída Formal dos EUA da OMS

Em 22 de janeiro de 2026, após o período de aviso de um ano exigido pelo estatuto da organização, os Estados Unidos concluíram oficialmente sua retirada da OMS — a primeira desde a fundação da entidade, em 1948 [1]. O Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) confirmou o encerramento de toda a contribuição financeira norte-americana à organização, o retorno de funcionários e contratistas alocados na sede da OMS em Genebra e em escritórios regionais ao redor do mundo, e a interrupção de todas as formas de participação em governança e tomada de decisões. O processo havia sido iniciado por ordem executiva assinada no primeiro dia do segundo mandato presidencial, em janeiro de 2025.

Como o maior contribuinte individual da OMS ao longo das últimas décadas — com aportes anuais superiores a 400 milhões de dólares —, a saída norte-americana criou um impacto financeiro imediato e de difícil compensação. A OMS anunciou planos de reduzir aproximadamente 2.300 postos de trabalho, o equivalente a um quarto de sua força de trabalho global, até o verão de 2026, além de consolidar dez divisões em quatro. O déficit orçamentário projetado para o ciclo 2026–2027 chegou a 1,9 bilhão de dólares — quase 45% do orçamento planejado [2].

Autoridades sanitárias e especialistas independentes expressaram preocupação com os efeitos de longo prazo desse afastamento. Entre os pontos mais citados estão: a redução do acesso norte-americano a dados epidemiológicos precoces provenientes de países membros; a perda de influência na definição de protocolos internacionais, incluindo o processo de composição da vacina contra a gripe sazonal, que depende de dados coletados pela rede global da OMS; e a diminuição da capacidade de resposta coordenada a futuras emergências de saúde pública de alcance internacional. Analistas também apontam que potências concorrentes — em especial a China, que anunciou contribuição adicional de 500 milhões de dólares à OMS nos próximos cinco anos — tendem a ocupar o espaço de influência deixado pelos Estados Unidos [3].

A Estratégia americana de saúde global e os Novos Acordos Bilaterais

Em paralelo ao desengajamento multilateral, o governo norte-americano tem avançado na construção de uma nova arquitetura de cooperação em saúde, baseada em acordos bilaterais diretos negociados pelo Departamento de Estado. Em 26 de fevereiro de 2026, foram assinados Memorandos de Entendimento (MoUs) com a República Dominicana e a República do Níger, elevando para 21 o total de países com acordos formalmente firmados — todos situados na África subsaariana, no Caribe ou na América Central [4]. Esses acordos representam cerca de 20 bilhões de dólares em comprometimentos totais para um período de cinco anos, sendo mais de 12,4 bilhões em assistência norte-americana e 7,6 bilhões em contrapartidas assumidas pelos próprios países receptores como condição de elegibilidade.

Os acordos cobrem áreas prioritárias como HIV/AIDS, malária, tuberculose e segurança sanitária, com duração de cinco anos e benchmarks de desempenho definidos. A ênfase em copagamento e corresponsabilidade fiscal é apresentada como um dos pilares da nova abordagem, em contraste com o modelo anterior de assistência predominantemente unilateral. Analistas identificam elementos positivos nessa reorientação, como o maior alinhamento com as prioridades sanitárias dos próprios governos receptores e o incentivo à autonomia dos sistemas nacionais de saúde. Contudo, alertam que o cronograma de implementação é exíguo — com início previsto para abril de 2026 — e que programas essenciais de saúde materno-infantil, nutrição, imunização de rotina e saúde reprodutiva não estão claramente cobertos pelos novos marcos contratuais [5].

Impactos nos Programas Multilaterais de Saúde

O impacto das mudanças sobre organizações multilaterais de saúde tem sido substancial e, em alguns casos, imediato. O PEPFAR — programa criado em 2003 e responsável por mais de 25 milhões de vidas salvas no combate ao HIV/AIDS —, a UNAIDS e a Gavi enfrentam incertezas crescentes sobre seu financiamento futuro. Dados levantados em 2025, logo após a ordem de suspensão dos repasses norte-americanos, indicaram que 71% dos parceiros implementadores do PEPFAR relataram o cancelamento completo de ao menos uma categoria de atividades, enquanto cerca de 50% dos funcionários foram desligados ou colocados em licença compulsória, comprometendo a continuidade do atendimento a pacientes em tratamento antirretroviral [6].

A UNAIDS anunciou o desligamento de mais de 50% de seu quadro de pessoal, reduzindo sua equipe de aproximadamente 608 para cerca de 280 funcionários. Documentos internos do sistema ONU apontam para estudos em andamento sobre uma possível fusão da UNAIDS com a OMS, apresentada como estratégia para criar uma estrutura mais unificada de governança global do HIV/AIDS, ainda que críticos alertem para o risco de enfraquecimento da abordagem centrada na sociedade civil. A Gavi — aliança responsável pela vacinação infantil em países de baixa renda — e o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária também são profundamente afetados: os Estados Unidos respondiam por mais de um terço do orçamento da Gavi e por quase a metade do orçamento do Fundo Global [7].

A OMS enfrentou a reunião do Conselho Executivo de fevereiro de 2026 em meio a um déficit orçamentário estimado em 1,9 bilhão de dólares para o ciclo 2026–2027, além de uma lacuna adicional de 600 milhões referentes ao período encerrado em 2025. Apesar do cenário adverso, a organização conseguiu mobilizar cerca de 85% dos recursos necessários para suas funções centrais, por meio de contribuições de novos doadores e parcerias com o setor privado. O diretor-geral ressaltou que áreas críticas como preparação para pandemias e resistência antimicrobiana permanecem com financiamento insuficiente [3].

Nova Legislação Orçamentária

Em 3 de fevereiro de 2026, entrou em vigor a Lei de Dotações Consolidadas de 2026, que substituiu a histórica rubrica de Operações de Estado e Exterior e incorporou o pacote de segurança nacional e relações exteriores. A legislação representa um marco institucional ao codificar, pela primeira vez em linguagem orçamentária aprovada pelo Congresso, referências explícitas à estratégia "America First" como diretriz oficial da política norte-americana de saúde global. A lei também introduz requisitos ampliados de prestação de contas: os acordos bilaterais negociados pelo Departamento de Estado passam a estar sujeitos ao escrutínio do Congresso, com obrigação de relatórios periódicos sobre planos de transição, expectativas de cofinanciamento, cronogramas de implementação e indicadores de desempenho mensuráveis [8].

Mudanças no Sistema de Saúde Interno dos EUA

Enquanto a política de saúde global se reconfigura, o sistema de saúde interno dos Estados Unidos também passa por mudanças de grande alcance. A lei orçamentária de fevereiro de 2026 preservou importantes proteções para os beneficiários do Medicare: as flexibilidades de telessaúde — que permitem consultas remotas, fundamentais para populações rurais e pessoas com mobilidade reduzida — foram prorrogadas até 2027; o programa Acute Hospital Care at Home, que autoriza hospitais certificados a oferecer cuidados de nível hospitalar no domicílio dos pacientes, foi estendido por cinco anos; e o programa de prevenção do diabetes do Medicare foi mantido até 2029 [9].

No campo dos custos, os norte-americanos enfrentam em 2026 aumentos expressivos em todas as modalidades de cobertura de saúde. O prêmio mensal do Medicare Parte B subiu 9,7%, passando de 185 para 202,90 dólares mensais — ultrapassando pela primeira vez a marca de 200 dólares —, alta que corresponde a mais do triplo do reajuste dos benefícios do Seguro Social para o mesmo ano (2,8%). Para os 64 milhões de beneficiários do Medicare, em sua maioria aposentados com renda fixa, essa disparidade representa uma redução efetiva do poder de compra. Os planos de saúde privados oferecidos por empregadores devem registrar aumento médio de 9%, o maior em quinze anos, enquanto os planos do mercado de seguros individuais da ACA podem ver seus prêmios aumentar em até 26%, em parte pela não renovação dos créditos tributários aprimorados que beneficiavam cerca de 24 milhões de pessoas [10].

No âmbito do Medicaid — programa que cobre mais de 70 milhões de norte-americanos de baixa renda, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e adultos em situação de vulnerabilidade —, as mudanças legislativas aprovadas em 2025 no âmbito da chamada *One Big Beautiful Bill Act* começam a produzir efeitos concretos. A taxa federal de coparticipação ampliada (FMAP) que incentivava estados a expandir o Medicaid sob a ACA — cobrindo 90% dos custos da expansão — foi encerrada em 1.º de janeiro de 2026, obrigando os estados a arcar com uma parcela maior das despesas em um momento de pressão fiscal. O Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) estimou que essa mudança resultará em 1,3 milhão de americanos sem cobertura de saúde já em 2026, com projeção de agravamento progressivo nos anos seguintes. Em outubro de 2026, as restrições de elegibilidade se ampliarão para algumas categorias de imigrantes com proteção humanitária formal, como refugiados e asilados [11].

O governo federal avança ainda na implementação de novas exigências de trabalho para beneficiários do Medicaid, condicionando a manutenção da cobertura à comprovação de atividade laborativa, educacional ou comunitária de ao menos 20 horas semanais para adultos entre 19 e 64 anos. A medida entrará em vigor federalmente a partir de janeiro de 2027, mas

Nebraska foi o primeiro estado a anunciar implementação antecipada, prevista para maio de 2026. Especialistas em saúde pública alertam que requisitos de trabalho historicamente resultam em perdas de cobertura por razões burocráticas, afetando inclusive pessoas que já trabalham mas têm dificuldade de comprovar sua situação [12]. Em paralelo, o CBO projeta que os gastos federais totais com saúde — incluindo Medicare, Medicaid, subsídios da ACA e CHIP — devem crescer de 1,8 trilhão de dólares em 2025 para 3,1 trilhões em 2036, aprofundando o debate sobre a sustentabilidade fiscal do sistema de saúde norte-americano a longo prazo [13].

Em sentido contrário a algumas dessas pressões, entraram em vigor em 2026 os preços negociados para 25 medicamentos de alto custo no Medicare — resultado do processo de negociação direta entre o governo federal e fabricantes farmacêuticos, previsto na Lei de Redução da Inflação. Os medicamentos contemplados incluem tratamentos para câncer, diabetes, asma e doenças cardiovasculares, com economia estimada de 1,5 bilhão de dólares para os beneficiários no ano. O governo também anunciou o modelo BALANCE, voltado à expansão do acesso a medicamentos para obesidade da classe GLP-1 no Medicaid e no Medicare, mediante negociação de preços com fabricantes [14].

Perspectivas e Desafios

O cenário atual coloca em tensão visões distintas sobre o papel dos Estados Unidos na saúde, tanto internamente quanto no plano global. No campo doméstico, o aumento dos prêmios e as restrições ao Medicaid são apresentados por seus defensores como ajustes necessários à sustentabilidade fiscal de longo prazo e à redução da dependência de programas federais. Críticos, porém, alertam para o risco concreto de ampliar o número de norte-americanos sem cobertura — projetado em até 7,5 milhões de pessoas a mais até 2034 — e de aprofundar desigualdades estruturais no acesso a cuidados, especialmente entre populações de baixa renda, minorias étnicas e residentes em áreas rurais. No campo internacional, a reorientação busca maior foco, eficiência e responsabilidade compartilhada, evitando o que a estratégia oficial descreve como "dependência crônica" de assistência externa [5].

Evidências históricas de retiradas abruptas de financiamento apontam para riscos concretos quando transições ocorrem sem planejamento gradual e coordenado. O caso da Romênia, onde a saída repentina do Fundo Global em 2010 resultou em uma explosão da prevalência do HIV entre usuários de drogas — de 1,1% para 53% em apenas três anos —, é frequentemente citado como alerta [15]. O mês de abril de 2026 — prazo previsto para o início da implementação dos acordos bilaterais — será um período crítico de observação. A capacidade dos Estados Unidos de honrar compromissos em HIV/AIDS, tuberculose, malária e saúde materna, ao mesmo tempo em que reconfigura profundamente seu sistema de saúde doméstico, determinará, em larga medida, o impacto real dessas transformações sobre as populações mais vulneráveis, dentro e fora do país. O mundo acompanha com atenção uma virada histórica na geopolítica da saúde global.

Referências

[1] *CDC/HHS (fev. 2026).* HHS Fact Sheet: U.S. Withdrawal from the World Health Organization

[2] *U.S. News & World Report (fev. 2026).* The U.S. Has Exited the World Health Organization. Here's What That Means for the Country and the World

[3] *UN News (fev. 2026).* Global health systems 'at risk' as funding cuts bite, warns WHO

[4] *U.S. Department of State (fev. 2026).* Bolstering Infectious Disease Outbreak Prevention and Response in Niger and the Dominican Republic

[5] *Center for Global Development (2026).* Unpacking the US's New Global Health Strategy: Retreating When We Could Be Winning

[6] *Think Global Health (2025/2026).* Questions for the America First Global Health Strategy

[7] *PMC / NCBI (2025).* US divestment in global health: disruption, uncertainty and response

[8] *Think Global Health (fev. 2026).* What $50 Billion for U.S. Foreign Affairs Changes for Global Health

[9] *Medicare Rights Center (fev. 2026).* Federal Health Care Funding in Place for 2026

[10] *The Century Foundation (2025).* It's Official: Americans Will Pay Much More for All Types of Health Coverage in 2026

[11] *Newsweek (dez. 2025).* 2026 Changes to Medicare & Medicaid

[12] *KFF (jan. 2026).* Medicaid: What to Watch in 2026

[13] *Committee for a Responsible Federal Budget (fev. 2026).* CBO Projects High Federal Health Program Costs

[14] *AARP (2026).* What Changes Are Coming to Medicare in 2026?

[15] *Brookings Institution (2025).* Navigating US global health aid cuts: What can past donor exits teach us?

[16] *KFF (atualizado fev. 2026).* KFF Tracker: America First MOU Bilateral Global Health Agreements

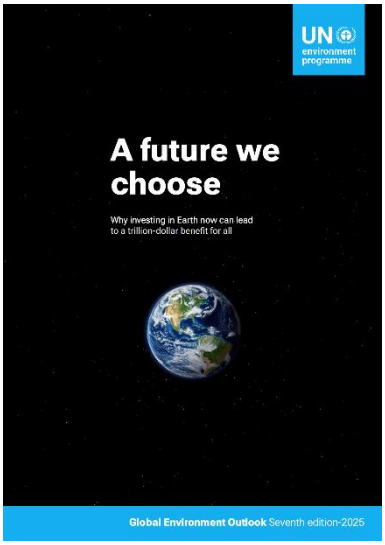
[17] *Science (2025).* Trump has blown a massive hole in global health funding

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno paulo.buss@fiocruz.br*

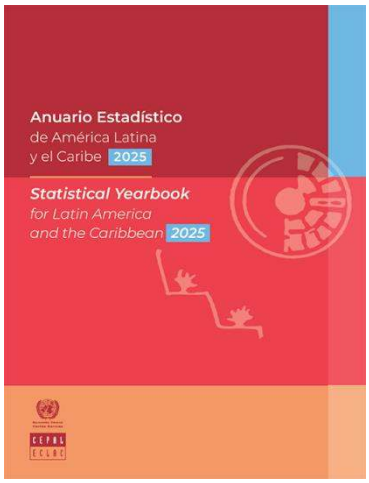


The Security We Need: Rebalancing Military Spending for a Sustainable and Peaceful Future. United Nations, 72 pp., 2025. Importante informe do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o impacto do aumento global dos gastos militares globais na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em 2024, os gastos militares atingiram um recorde histórico de US$ 2,7 trilhões. Ao mesmo tempo, o progresso em relação aos ODS está ameaçado. Apenas uma em cada cinco metas está no caminho certo para ser alcançada até 2030; a lacuna anual de financiamento para os ODS agora é de US$ 4 trilhões. O relatório visa avaliar as implicações desse desequilíbrio e propor caminhos para uma ordem global mais pacífica e sustentável. Ele constata que o aumento dos gastos militares prejudica o desenvolvimento, aumenta a insegurança e desvia recursos críticos de investimentos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acesso: https://front.un-arm.org/Milex-SDG-Study/SG_Report_TheSecurityWeNeed.pdf

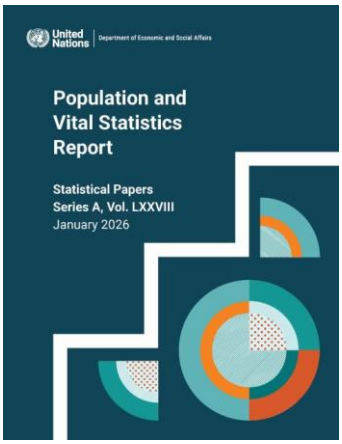


The Global Environment Outlook (7th edition). **A Future We Choose**: *Why investing in Earth now can lead to a trillion-dollar benefit for all*. United Nations Environment Programme (UNEP), 1.209 pp., 2025. O seminal documento do UNEP/PNUMA, produto do trabalho de 287 cientistas multidisciplinares de 82 países, é a avaliação científica mais abrangente sobre meio ambiente global já realizada. Dividido em 4 partes (Visão geral e contexto; Estado e tendências do meio ambiente; Transformações e perspectivas do sistema; e Caminhos de solução para a transformação), dentro das quais se distribuem seus 21 capítulos, cobre questões sobre ar, oceanos e costas, água, terras e solos, assim como as implicações das crises ambientais nas dimensões socioeconômicas dos ODS, entre dezenas de outros enfoques. Documento mais amplamente analisado no Caderno 01/2026. Acesso: https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/49014

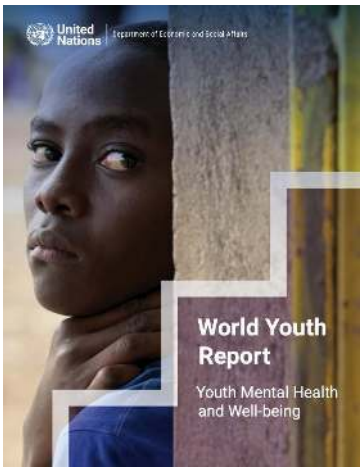
World Urbanization Prospects 2025: Summary of Results. Nações Unidas/DESA, 124 pg., 2025**.** A urbanização está remodelando o panorama global da vida humana. Desde 1950, a parcela da população mundial urbana aumentou consideravelmente e continuará crescendo até 2050. Este relatório apresenta uma visão geral concisa, porém impactante, dessa transformação, abrangendo o período de 1950 a 2050. Usando o 'Grau de Urbanização', permite comparações internacionais significativas, pois cobre 237 países ou áreas, de 1950 a 2025, com projeções até 2050. Acesso: https://desapublications.un.org/publications/world-urbanization-prospects-2025-summary-results



Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2025 / Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean. CEPAL: 175 pg., 2026. O Anuário apresenta um conjunto de estatísticas básicas sobre a situação econômica, sociodemográfica e ambiental da região em 2025. Contém uma excelente seleção de tabelas e gráficos que fornecem um resumo das informações estatísticas sob uma perspectiva regional, priorizando a comparabilidade internacional dos dados, como é o caso das informações sobre pobreza e sobre as contas nacionais em dólares. Está organizado em três capítulos: 1) Aspectos demográficos e sociais, incluindo indicadores de população, emprego, educação, saúde, habitação e serviços básicos, pobreza, distribuição de renda e gênero; 2) Informações econômicas, incluindo estatísticas de contas nacionais, setor externo e índices de preços; e 3) Estatísticas ambientais da região, incluindo métricas sobre condições físicas, cobertura do solo, ecossistemas, biodiversidade, energia, recursos hídricos e biológicos, emissões atmosféricas, qualidade ambiental, mudanças climáticas e eventos extremos e desastres. Acesso: https://www.cepal.org/es/publications/85980-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2025-statistical-yearbook-latin-america



Relatório Mundial de Estatísticas Demográficas e Vitais. Nações Unidas/DESA, 24 pg., 2026. O informe apresenta os dados mais recentes sobre o tamanho da população mundial (total, masculina e feminina) provenientes dos últimos censos populacionais disponíveis, das estimativas populacionais oficiais nacionais e do número e taxa de nascimentos, óbitos e mortalidade infantil para o último ano, disponível nos últimos 15 anos. Apresenta também estimativas das Nações Unidas sobre a população mundial em meados do ano, bem como sobre as principais áreas e regiões do mundo. Acesso: https://desapublications.un.org/publications/population-and-vital-statistics-report-2026



The World Youth Report on Youth Mental Health and Well-being. Nações Unidas/DESA, 152 pg., 2026. O relatório examina como a saúde mental e o bem-estar dos jovens são moldados por seis determinantes sociais: educação, emprego, dinâmica familiar, pobreza, tecnologia e atitudes da sociedade. O relatório destaca como as desigualdades nessas áreas criam disparidades nos resultados de saúde mental, observando que o estigma, a discriminação e o acesso desigual a oportunidades e cuidados agravam os riscos para os jovens. Com base em extensas revisões bibliográficas, consultas a especialistas, pesquisas com e depoimentos reais de jovens, o relatório enfatiza a ação intersetorial, políticas inclusivas e iniciativas lideradas por jovens. Defende abordagens abrangentes na conquista da saúde mental e do bem-estar pelos jovens e suas famílias. Acesso: https://desapublications.un.org/publications/world-youth-report-youth-mental-health-and-well-being

CRÉDITOS AOS AUTORES DOS CADERNOS

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, coordenando a cooperação com África e CPLP, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS/CPLP, 2023-2027). Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Caio Murta – Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o Ministério da Saúde em questões de propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de

Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, onde é vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Federico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, com Pós-graduação em Auditoria Médica, Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio) e especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz. Atuou no ISAGS/UNASUL, na DNDi América Latina e no gabinete da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP), MBA em DataScience and Analytics (USP/ESALQ) e em Advanced Analytics e Business Optimization (UFPR).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA).

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Miryam de Souza Minayo – Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Mestrado em Geografia (não concluído) na UFES. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. Desde 2022 à frente da coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na América Latina e Caribe.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

René Mendes – Médico, doutor em Saúde Pública pela USP. Pesquisador colaborador do Instituto de Estudos Avançados da USP; Pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz. Ocupou cargos de direção nos Ministérios da Saúde e do Trabalho, na OPAS e na OIT.

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas. Atuou como professora em cursos de Relações Internacionais e Comunicação.

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira aposentado. Pesquisador honorário da VPSGRI/Fiocruz.

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Pública (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados Secundários e em Monitoramento, Avaliação e Informação Estratégica (UFBA), e em Análise da Situação de Saúde (UFG).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

Valéry Martinez Jean – Farmacêutico, mestre em Ciência e Tecnologia Farmacêutica (UFRJ), com especialização em Sustentabilidade (UFRJ). Atua como pesquisador bolsista no INCQS/Fiocruz, sendo representante suplente na CTCI.

PRÓXIMOS EVENTOS

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** Informes quinzenais. Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram realizados 140 Seminários e, em 2026, estão programados 23 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 11 de março – *Sistemas de saúde no mundo: políticas, modelos, práticas*

Dia 25 de março – *Direitos humanos e saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 02/2026
Período de 11 de fevereiro a 3 de março de 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 06 de março de 2026
260 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.